

CHILE



JOSÉ RENATO VIEIRA MARTINS



NossaAméricaNuestra

CHILE



JOSÉ RENATO VIEIRA MARTINS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Iole Ilíada

Gustavo Codas

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Foto da capa: Apoiadores de Michelle Bachelet comemoram em frente à sede do partido socialista a vitória da ex-presidente nas eleições presidenciais do país, 15.dez.2013. Ivan Alvarado/Reuters

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo:

www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386c Martins, José Renato Vieira.
Chile / José Renato Vieira Martins. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
476 p. : il. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

Inclui bibliografia e apêndice.
ISBN 978-85-5708-022-5

- 1 1. Chile - Política e governo. 2. Chile - História. 3. Chile - Aspectos econômicos I. Título. II. Série.

CDU 32(83)(091)
CDD 320.983

Coleção
Nossa América Nuestra

Chile

José Renato Vieira Martins

São Paulo, 2016

| SUMÁRIO |

7 APRESENTAÇÃO

13 INTRODUÇÃO

PARTE I

CAPÍTULO 1

25 DE LAUTARO A SALVADOR ALLENDE

CAPÍTULO 2

45 A VIA CHILENA AO SOCIALISMO

CAPÍTULO 3

63 CONSTRUINDO O PODER POPULAR

PARTE II

CAPÍTULO 4

85 GOLPE DE ESTADO E REVOLUÇÃO CAPITALISTA

CAPÍTULO 5

101 NEOLIBERALISMO, DEMOCRACIA PROTEGIDA E RESISTÊNCIA POPULAR

CAPÍTULO 6

121 TEORIA (E PRÁTICA) DA CONCILIAÇÃO

PARTE III

CAPÍTULO 7

143 A CONCERTACIÓN DE PARTIDOS PELA DEMOCRACIA

CAPÍTULO 8

169 O INTERREGNO PIÑERA E O RETORNO DE BACHELET

193 CONSIDERAÇÕES FINAIS

203 LINHA DO TEMPO

211 BIBLIOGRAFIA

217 SOBRE O AUTOR

ANEXOS

221 ENSAIO HISTÓRICO SOBRE A NOÇÃO DE ESTADO NO CHILE NOS SÉCULOS XIX E XX

257 A “VIA CHILENA PARA O SOCIALISMO”

277 CONVERSA INTERROMPIDA COM ALLENDE

311 ANATOMIA DE UM MITO

371 SEGREDOS DA CONCERTAÇÃO

429 NEOLIBERALISMO CORRIGIDO E PROGRESSISMO LIMITADO

Apresentação

A América Latina viveu, no último período, o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”, durante o qual a região conquistou avanços importantes. A maioria dos países tirou importantes contingentes da população da miséria, que alcançaram novos e mais altos níveis de renda e condições de vida. Em muitos casos, fortaleceu-se o mercado formal de trabalho e ampliaram-se os níveis salariais, com conseqüente melhoria na distribuição da renda. Novos programas econômicos, sociais, ambientais e culturais introduziram a região em um ciclo diferente de desenvolvimento, visando a superação do período neoliberal. A região deixou de ser o “pátio traseiro” dos Estados Unidos e obteve vários avanços no que se refere à integração regional. Em alguns desses países, houve avanços substantivos

no reconhecimento de direitos de populações antes marginalizadas, como no caso dos indígenas. Também assistiu-se a importantes processos constituintes, que visaram consolidar os processos democráticos estabelecidos.

Mais recentemente, entretanto, temos assistido a uma verdadeira contra-ofensiva das direitas na região, o que tem levado muitos a debater a tese do “esgotamento” deste ciclo. Esta tese, no entanto, ganha significados distintos, quer se trate da análise das elites econômicas e políticas que visam retomar estes governos, quer seja feita pelos setores de esquerda, que ao observar os limites e equívocos desse processo o fazem na perspectiva de superá-lo e seguir avançando em seu projeto.

Visando contribuir com esse debate, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lança a presente coleção, batizada de *Nossa América Nuestra*. Cada livro que a compõe, ao tratar de um país específico envolvido neste “ciclo” – mas sem perder de vista o contexto regional –, busca analisar seus processos políticos particulares, assinalando conquistas, impasses e desafios a serem respondidos. Contrapondo-se à ideia de “fim do ciclo” tal como é expressa pela direita, a coleção não deixa contudo de registrar as dificuldades para prosseguir com os avanços, em um momento em que a crise mundial do capitalismo desenvolvido faz com que a pressão econômica e política sobre a periferia do sistema se acirre.

Pensada para ser uma coleção que possa atingir a todos os públicos interessados, desde aqueles já versados no tema até os que buscam informações preliminares sobre o

assunto, os volumes que a compõem possuem também um caráter paradidático, ao oferecer, em linguagem bastante acessível mas sem abdicar da profundidade e da reflexão crítica, dados e análises relevantes para a compreensão da história política e dos processos atuais vividos pelos países latino-americanos e caribenhos.

A coleção *Nossa América Nuestra* integra um programa de estudos e pesquisas mais amplo da Fundação Perseu Abramo (FPA), que visa reunir e produzir dados, análises e interpretações sobre os processos e significados do que se convencionou chamar de “ciclo progressista” na América Latina. Deste programa participam estudiosos com longa trajetória acadêmica, profissional e/ou militante em relação à conjuntura da América Latina e Caribe. A Fundação pretende, assim, fomentar a investigação das dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais desse processo, em cada país e na região tomada como um todo, avaliando também suas implicações geopolíticas, seja no que se refere aos projetos de integração regional, seja no que tange a sua inserção na ordem internacional.

Certamente este debate, sobre o qual existe relativamente escassa bibliografia em nosso país, é fundamental e estratégico para nós, brasileiros, que somos parte indissociável desta região do mundo. Por essa razão, a FPA espera que esta coleção, sem a pretensão de responder a todas as questões envolvidas na complexa temática, possa ser de grande utilidade para os que desejam uma América Latina e Caribenha integrada, soberana, democrática e desenvolvida social e economicamente.

Neste livro que ora chega aos leitores, Renato Martins nos apresenta um amplo panorama da história do Chile com especial ênfase na experiência dos governos de centro-esquerda que ocuparam a presidência da República entre 1990 e 2010, na saída da ditadura militar do Pinochet (1973-1990). Essa foi uma experiência marcada por uma limitação do progressismo. Para explicá-la, o autor realiza uma análise do significado das experiências anteriores, a do governo socialista de Salvador Allende (1970-1973) e a longa ditadura militar neoliberal que lhe seguiu. Finalmente, o autor mostra que o progressismo vem buscando novos caminhos após a derrota sofrida na eleição de 2010, o que resultou em 2014 na eleição de Michelle Bachelet com uma nova plataforma de reformas.

Diretoria da Fundação Perseu Abramo



CAPITAL: Santiago

TERRITÓRIO

A República do Chile tem 756.096 km²

POPULAÇÃO

18.089.000 habitantes (2015)

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO (POR 100 HABITANTES, 2005-2010): 1,12 [ALC: 1,16]

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (2010-2015): 81 anos [ALC: 74,5]

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR SEXO, EM % (2014): HOMENS: 6,0; MULHERES: 6,9; AMBOS OS SEXOS: 6,4 [ALC: ambos os sexos 6,0]

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS (15 ANOS E MAIS, 2015): 97,3 [ALC: 92,4]

GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO (% DO PIB, 2012): 4,6 [Brasil, 2012: 6,3]

MÉDICOS EM CADA 1.000 HABITANTES (2014): 1,0 [Brasil: 1,9]

Obs.: A sigla ALC entre colchetes informa, para efeitos de comparação, sobre esse indicador para América Latina e Caribe, no mesmo período. Em sua falta, colocamos o dado do Brasil.

Fontes:

Banco Mundial. Disponível em <http://datos.bancomundial.org.br/indicador/AG.SRF.TOLT.K2>

brasileira. Para os conservadores daqui, era preciso evitar a importação das ideias progressistas de lá.

Na segunda metade do século XX, a via chilena ao socialismo causou uma repercussão ainda maior. Na verdade, este experimento único do progressismo latino-americano alimentou a utopia das esquerdas no mundo todo. A ideia de transição pacífica ao socialismo – inédita tentativa de superar o capitalismo preservando o Estado de Direito e a Democracia – expôs as contradições entre a Revolução chilena e a ordem Liberal, consagrada na Constituição de 1925. As divergências das esquerdas, divididas entre os partidários da luta armada e os defensores da via institucional, se exacerbaram como nunca. Integrado pelo Partido Socialista e o Partido Comunista, além de outras correntes políticas da esquerda socialista e cristã, o governo da Unidade Popular, sob o comando de Salvador Allende Gossens (1970–1973), levou adiante um programa de mudanças revolucionárias contra os monopólios, as oligarquias e o imperialismo. As medidas adotadas – expropriação de fábricas, nacionalização dos recursos naturais e Reforma Agrária – repercutiram dentro e fora do país, causando a previsível reação das classes dominantes e alimentando o ódio dos setores conservadores.

O que aconteceu no Chile naqueles anos foi uma Revolução. Distinta das Revoluções anteriores, conhecidas no século passado, mas uma Revolução. E como ocorreu com todas elas, chegou o dia em que o progressismo, em face do avanço das lutas sociais, teve que ajustar contas com os problemas práticos (e teóricos) da construção do

poder popular. Das demandas democráticas e das lutas anti-imperialistas, o movimento evoluiu para tarefas mais avançadas, de ordem estritamente política e natureza socialista, que iam além da luta econômica de classes. Em um contexto mundial de radicalização política e ideológica, o confronto entre projetos distintos de sociedade foi levado ao paroxismo. O país chegou então muito próximo de uma nova guerra civil. Em retrospectiva, o Chile da Unidade Popular teve para o progressismo latino-americano o mesmo simbolismo que um dia a República Espanhola representou para as esquerdas europeias. Até o advento do franquismo.

O golpe de Estado de 11 de setembro de 1973 pôs fim ao experimento. O Chile deixou de ser símbolo da esperança para se converter em sinônimo de barbárie. O golpe aboliu a esgarçada ordem Liberal de 1925, evoluiu como contrarrevolução sobre as conquistas populares alcançadas nos governos Eduardo Frei Montalva (1964 – 1970) e Salvador Allende (1970 – 1973), para finalmente, por meio de uma Revolução capitalista, consagrar a ordem Neoliberal da Constituição de 1980. Durante 17 anos, sob o comando dos militares e a política macroeconômica dos Chicago Boys, o país assistiu as políticas regressivas do neoliberalismo se combinarem com gravíssimas violações dos Direitos Humanos. Pinochet interrompeu e alterou o sentido da história chilena. O sonho se transformou em pesadelo.

O terror de Estado coordenado pela Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), patrocinado e planejado pela

CIA, contou com o apoio logístico e financeiro de empresas transnacionais, do Departamento de Estado e da Embaixada Norte-Americana. Ao ultrapassar as fronteiras nacionais, a repressão aos adversários do regime deu origem à Operação Condor. Conforme se comprovou mais tarde pela Comissão da Verdade, o Alto Comando das Forças Armadas de todos os países do Cone Sul tinha conhecimento da articulação dos aparelhos clandestinos de repressão. Grande parte dos crimes cometidos naquele período permanece impune.

Como os demais países latino-americanos vieram a saber posteriormente, o modelo econômico implementado por Pinochet resultou em uma sociedade divorciada de seu princípio essencial – a solidariedade. Nos países em que os preceitos doutrinários do neoliberalismo foram levados ao extremo, como é o caso chileno, as liberdades individuais avançam sobre os direitos coletivos, fragmentando a identidade das classes sociais e debilitando sua capacidade de organização e representação política; o mercado se sobrepõe ao Estado como gestor dos interesses públicos e a economia internacional prevalece sobre o mercado interno, restringindo políticas capazes de orientar o desenvolvimento nacional em benefício da maioria da população. Sociedades cada vez mais consumistas e individualistas são a consequência dessas transformações estruturais. Os custos sociais são altíssimos e invariavelmente resultam no aprofundamento das desigualdades em escala jamais vista. Para as esquerdas, este foi um período de resistência e perplexidade diante de mudanças que iam muito além das fronteiras chilenas.

Em 1990, o Chile recuperou a democracia. Assim como aconteceu no Brasil, a chamada transição chilena transcorreu sob a tutela das Forças Armadas. As regras, o calendário e as condições da redemocratização foram estabelecidas pela Constituição de 1980 em uma das fases mais repressivas da ditadura. Para alguns estudiosos da cena chilena, as cartas marcadas foram tantas que, ao invés de “transição democrática”, o Chile teria passado por um processo de “transformismo”, de corte lampedusiano, em que “tudo deve mudar, para que tudo fique como antes”. Outros analistas, mesmo reconhecendo o caráter problemático da transição e seus “enclaves autoritários”, não deixaram de considerar a derrota de Pinochet um marco da nova etapa do país.

O fato é que a ordem neoliberal da Constituição de 1980 foi preservada, assimilada e, em última instância, legitimada pelas esquerdas. Sem rupturas ou sobressaltos institucionais, as oposições democráticas venceram o plebiscito sucessório de 1988 e deram início à passagem da *Concertación de Partidos por el No* para a *Concertación de Partidos por la Democracia*, coalizão de centro-esquerda integrada pelo Partido Socialista (PS), o Partido Demócrata Cristão (DC), o Partido Pela Democracia (PPD) e outras agremiações menores.

O balanço crítico desse período não é consensual. As esquerdas continuaram divididas: para os chamados “socialistas renovados”, o plebiscito foi a alternativa que restou, depois de cinco anos de frustradas tentativas de derrotar o regime por meio das mobilizações sociais, de se

virar uma página da história do país. Para os partidários da via insurrecional, a opção por uma transição negociada, cujas condições foram definidas pela Constituição de 1980, representou o abandono, sem explicação plausível, das críticas dos partidos de esquerda à ditadura e ao neoliberalismo. A divisão do progressismo atravessou o longo governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*, período que combinou uma democracia de baixa qualidade com um neoliberalismo mitigado.

Ao término dessa experiência, as forças progressistas e conservadoras prosseguiram disputando os rumos da Nação. Sebastian Piñera (2010 – 2014) foi o primeiro presidente chileno de direita, desde a década de 1950, a chegar ao poder por meio do voto popular. Sua eleição soou como um alerta em toda região. Ao final do impopular governo de Piñera, os partidos de centro-esquerda retornaram ao poder, com Michelle Bachelet (2014). Desta feita, a candidata socialista encabeçou uma coalizão de centro-esquerda mais ampla, denominada *Nueva Mayoría*, agrupamento que conta com a participação do Partido Comunista. Bachelet retornou ao *La Moneda* com um programa de mudanças e promessa de uma nova Constituição.

As dificuldades que Bachelet está enfrentando em seu segundo mandato, não são menores. Embora este período seja abarcado apenas brevemente no presente ensaio, convém reconhecer, uma vez mais, que os atuais dilemas do progressismo chileno guardam semelhança com os impasses dos governos de esquerda e centro-esquerda no restante da América Latina, cujas trajetórias políticas continuam

se iluminando e espelhando. A despeito de importantes conquistas sociais alcançadas neste século, estes governos também tiveram, como aconteceu com o Chile, muita dificuldade em romper a “jaula de aço” do neoliberalismo.

A “rotinização do carisma”, fenômeno que aparentemente reconduziu ao poder as forças progressistas na segunda rodada de eleições presidenciais do século XXI, não foi suficiente para dar sustentação a estes governos. O chavismo, na Venezuela, o kirchnerismo, na Argentina, e o lulismo, no Brasil – três experiências distintas de superação do capitalismo dependente – enfrentam os maiores desafios desde o seu surgimento. A experiência chilena mostra que o desbloqueio das reformas neste país do Pacífico foi ainda mais difícil. Se é verdade que inúmeras conquistas foram alcançadas com a redemocratização, também é certo que todas elas são tributárias do *ethos* neoliberal da Constituição de 1980, que impediu o avanço de reformas estruturais reclamadas pelos trabalhadores e amplos setores populares.

Hoje, em meio a um quadro internacional adverso, a economia chilena, que por duas décadas cresceu acima das médias regionais, enfrenta problemas. A crise do sistema representativo e a forma de financiamento dos partidos políticos têm gerado críticas por parte da sociedade. Antigas demandas sociais, provocadas pelas heranças do neoliberalismo na forma de organização dos sistemas nacionais de educação, saúde e previdência, agora se combinam com novas manifestações da cidadania, com outras roupagens culturais, políticas e sociais. A chamada “Revolução dos Pin-

guins”, mobilizações espetaculares postas em marcha por estudantes secundaristas a partir de 2006, colocaram em xeque o cerne do modelo econômico herdado da ditadura.

Em suma, o Chile passa por mudanças e é preciso compreendê-las para entender o que se passa com o restante da América Latina. Este breve ensaio tem por objetivo discutir alguns temas e problemas da realidade política chilena a partir de uma perspectiva histórica. A ideia que o motivou foi a de apresentar para uma geração de jovens militantes, dirigentes sociais e estudantes universitários certas passagens da evolução política do país. Resgatar a história e discutir os dilemas do progressismo chileno, neste momento de mudanças na América Latina, pode ser útil para pensar futuras agendas e formular novas pautas para a renovação do progressismo latino-americano. O ensaio se divide em três partes: a primeira discute a via chilena ao socialismo e comenta suas contradições e ilusões, a segunda analisa o golpe de Estado e o surgimento do neoliberalismo na região e a terceira contém um balanço político da Concertación e alguns elementos sobre os governos posteriores de Sebastián Piñera (2010 – 2014) e Michelle Bachelet (2014). A título de conclusão, são feitos comentários sobre o progressismo chileno e os ensinamentos que ele pode oferecer para o restante das esquerdas latino-americanas.

Agradeço a equipe de coordenação do projeto, especialmente à Iole Ilíada e Gustavo Codas, pelo apoio prestado, assim como aos demais colegas da Fundação Perseu Abramo que tornaram possível a publicação do livro. É

muito oportuna a iniciativa da Fundação refletir sobre os impasses do progressismo latino-americano e discutir os desafios futuros das esquerdas da região. Ao contrário dos demais volumes, que priorizam temas mais recentes, decidimos ampliar o foco sobre o caso chileno, abarcando um período histórico mais extenso, por entender que a experiência das esquerdas deste país, além de simbólicas, tem algo a dizer para as esquerdas latino-americanas. Finalmente, gostaria de registrar que a motivação para a realização deste livro nasceu do convívio com os estudantes da Universidade Federal de Integração Latino-Americana, dentre os quais estão alguns jovens chilenos. Tenho com todos eles a satisfação de compartilhar discussões, não raras vezes apaixonadas, sobre temas que aparecem a seguir.

José Renato Vieira Martins

Foz do Iguaçu, fevereiro de 2016

I PARTE

De Lautaro a Salvador Allende

INTRODUÇÃO

Ao mesmo tempo em que apresenta pontos em comum com os demais países sul-americanos, o Chile se distingue por particularidades históricas, geográficas e culturais que acentuam e enriquecem a diversidade do país e da região. Espremido entre a Cordilheira dos Andes e o Oceano Pacífico, o território chileno se caracteriza por uma enorme variedade de paisagens que vai das geleiras, lagos e vulcões, na região sul, ao deserto do Atacama ao norte, na fronteira com o Peru. Há quem veja semelhança entre o mapa chileno e a bainha de uma espada, o que não deixa de ser uma metáfora de um país que, desde os tempos coloniais, evoluiu como uma “terra de guerra e de guerreiros”. Sucessivos confrontos armados, da conquista à independência, marcaram a história do Chile. A chamada Guerra do Arauco foi o mais longo conflito das Américas.

Durou quase 300 anos e se estendeu de forma intermitente entre os séculos XVI e XVIII, opondo os conquistadores espanhóis aos Mapuches, povos originários do sul do continente. Já no século XIX, se sucederam a Guerra contra a Confederação Peru-Boliviana de Santa Cruz (1836 – 1839), a Guerra Naval contra a Espanha (1864 – 1866), a Guerra do Pacífico (1879 – 1883) e a Guerra Civil de 1891. As armas estiverem sempre presentes nos momentos cruciais da história chilena, tanto na criação quanto na consolidação do Estado Nacional.

INDEPENDÊNCIA

Até o início do século XIX, poucos anos antes da Independência, os espanhóis não haviam conseguido estabelecer o domínio sobre a Araucania, extenso território localizado ao sul de *Concepción*, rico em florestas e recursos naturais. Esta região, tradicionalmente denominada de Fronteira, se estendia do litoral à pré-Cordilheira, área ocupada por cerca de 200 mil araucanos, como eram chamados pelos espanhóis os povos Mapuches que aí viviam de forma livre e independente, como seus ancestrais. Lautaro, líder e guerreiro Mapuche, tornou-se símbolo da resistência indígena contra a conquista estrangeira. A história desse combatente, que cresceu entre os brancos e aprendeu as artes militares observando as tropas comandadas por Pedro Valdivia, simboliza a luta contra a dominação estrangeira. Caupolicán foi o seu continuador e converteu-se em um herói nacional, lembrado até hoje pelo povo chileno.

Sob a influência da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), os movimentos separatistas que se propagaram pela América Latina no final do século XVIII não tardaram a alcançar o Chile. Alguns deles se notabilizaram pelo caráter popular e indígena de suas lideranças, que tentaram combinar a luta contra os espanhóis à luta pela distribuição das terras e pela igualdade étnica e social. Foram verdadeiros movimentos revolucionários, que acabaram incorporados ao repertório das lutas das esquerdas latino-americanas. As rebeliões comandadas por Tupac Amaru, no Peru, Tupac Catari, na Bolívia e Cuauhtémoc, no México, fazem parte dessa tradição. Mas, de modo geral, os movimentos pela independência foram liderados por militares, intelectuais e religiosos oriundos das elites crioulas, como é o caso do venezuelano Simon Bolívar, do argentino San Martín e de Bernardo O'Higgins, considerado o libertador nacional do Chile.

A Independência chilena resultou do confronto armado entre tropas realistas e patriotas comandadas pelas elites crioulas. A despeito da sua origem social, Manuel Rodriguez abraçou as causas populares e combinou a luta pela independência com os ideais de justiça social. O confronto armado com os espanhóis, iniciado em 1813, resultou em um equilíbrio de forças entre as tropas da Coroa Espanhola e as forças patriotas, somente rompido com o ingresso de San Martín na guerra de independência chilena. Juntamente com Bernardo O'Higgins, este general argentino cumpriu o audacioso plano de organizar um exército em Mendoza, atravessar os Andes, conquistar a cidade de Santiago e daí

ESTADO NACIONAL

marchar para o Norte, para atacar o coração do poder espanhol no Alto Peru. Esta impressionante façanha militar é considerada a maior epopeia da luta pela libertação da América do Sul. Nunca é demais salientar que 3.000 soldados negros e indígenas integravam o exército libertador.

A Independência do Chile foi declarada oficialmente em 12 de fevereiro de 1818. Desde 18 de setembro de 1810, com a constituição da Primeira Junta de Governo, o processo de separação da Espanha vinha se realizando. Como aconteceu com outros países da América Latina e Caribe, com exceção do Haiti, a Independência chilena não representou senão a passagem do poder político para as mãos daqueles que já concentravam o poder econômico.

Após a Independência, os primeiros intentos de organização do Estado Nacional foram no sentido de combinar os ideais republicanos com as ideias democráticas. Este foi um período turbulento, em que vários mandatários se sucederam e que ficou conhecido pela historiografia conservadora como “período de anarquia”. A Constituição de 1833 colocou fim à “anarquia” e consagrou o espírito conservador, tendo vigorado até 1891, quando foi emendada e sobreviveu até 1925. O Estado Nacional chileno assumiu a forma de uma República oligárquica, aristocrática e liberal, dominada por uma elite branca, latifundiária, associada ao imperialismo inglês e voltada para a exploração dos recursos naturais, a mineração, a pecuária e a agricultura. Valendo-se do mandato presiden-

cial de cinco anos, prorrogáveis por mais cinco, os quatro primeiros presidentes conservadores governaram o país por dez anos cada um, de 1831 a 1871.

DIEGO PORTALES

As bases do Estado chileno foram consolidadas por Diego Portales, que ocupou em curto espaço de tempo, entre 1830 e 1832, os cargos de Ministro do Interior, Ministro da Guerra e Ministro das Relações Exteriores. Considerado por uns o Organizador da República, e por outros um ditador tirânico, Diego Portales foi o ideólogo do Estado Nacional, e desfrutava, até hoje, de maior prestígio que muitos presidentes chilenos.

Segundo Portales, a República deveria estar sob o comando de um governo “forte” e “centralizador”, acima da Constituição, se necessário. A fórmula autoritária de Portales garantiu estabilidade ao sistema político, que não encontrava similar entre outros países latino-americanos. A vizinha Argentina, no mesmo período, achava-se convulsionada pelas disputas entre Liberais e Conservadores, partidários de modelos opostos de organização do recém-criado Estado Nacional. Neste país, as oligarquias se dividiram quanto a forma de governar a sociedade. Enquanto alguns advogavam por uma República una e centralizada, comandada a partir de Buenos Aires (Unitários), outros defendiam um Estado Federado, descentralizado, com maior participação das províncias (Federais). Não raras vezes as disputas entre os dois partidos degeneraram em

sangrentos conflitos armados. Comparativamente, o Chile constituiu uma exceção de estabilidade entre as conflagradas Repúblicas sul-americanas. Isto não significa que o modelo político chileno estivesse isento de contradições.

BALMACEDA

A concentração do poder de Estado nas mãos da oligarquia do Vale Central, que comandava o país a partir de Santiago, conformou um sistema político autoritário, socialmente excludente e economicamente subordinado aos interesses externos, causando dissensos e fissuras nos seios das próprias oligarquias, que tampouco constituíam um segmento homogêneo. Desde a colonização foram se configurando regiões bem definidas no país, cada uma com características próprias. Ao Norte, tendo por sede política e administrativa a cidade de La Serena, se concentrava a produção do salitre. No Vale Central, em torno a Santiago, se desenvolviam a agricultura e a pecuária. Ao Sul, estava a fronteira de guerra, com cidades isoladas que tinham funções administrativas e militares, como Concepción, Valdivia e a Ilha de Chiloé. Quanto mais se ia para o extremo Sul, em direção ao Estreito de Magalhães, tanto mais pobre e atrasado se tornava o país.

Em 1891, os antagonismos acumulados na sociedade desaguararam em uma sangrenta guerra civil, deixando milhares de chilenos mortos e um presidente deposto, que acabou levado ao suicídio. A crise que resultou na morte do presidente José Manuel Balmaceda foi a expressão do confronto

entre modelos discrepantes de desenvolvimento para o país. O episódio repercutiu entre as elites políticas e intelectuais dos países vizinhos. Joaquim Nabuco, preocupado em evitar que o exemplo de Balmaceda influísse no curso da recém-proclamada (e também convulsionada) República brasileira, não poupou críticas ao presidente deposto. Em que consistiu o programa do republicano Balmaceda, que causou tanta preocupação no monarquista brasileiro?

O governo Balmaceda transcorreu sob influência do positivismo, doutrina que circulava entre jovens oficiais das Forças Armadas e intelectuais latino-americanos de então. Para os positivistas, os obstáculos ao progresso deveriam ser afastados por meio de reformas políticas, econômicas e educacionais. Balmaceda buscou a aceleração do desenvolvimento econômico através de um grandioso programa de obras públicas de melhoria da infraestrutura, construção de ferrovias, estradas e portos. Seu programa de governo previa igualmente a criação de novas escolas e hospitais públicos, o que limitava a atuação da Igreja Católica nessas áreas sociais. Para assegurar os meios financeiros necessários à implementação do projeto de modernização do país, Balmaceda ordenou a nacionalização das minas de salitre, causando a reação dos bancos e comerciantes ingleses. A crise dividiu o Parlamento e a sociedade chilena.

GUERRA CIVIL

As oligarquias viram nas reformas de Balmaceda uma ameaça aos seus privilégios. Deputados do Partido Con-

servador e dissidentes do Partido Liberal formaram no Congresso Nacional uma frente parlamentar de oposição às pretendidas reformas. O impasse político se criou quando esses partidos, em uma manobra política para bloqueá-las, se recusaram a aprovar o orçamento da União. O choque entre os poderes Executivo e Legislativo abriu uma crise institucional no país e Balmaceda não hesitou em enfrentar os interesses oligárquicos: passou a governar por decretos, contrariando, de forma personalista e voluntarista, a tradição Liberal do país. A crise política alcançou as demais instituições, e repercutiu nas Forças Armadas. Enquanto o Exército permaneceu leal ao presidente eleito, posicionando-se do lado das reformas modernizadoras, a Armada ficou do lado do Parlamento, precipitando o confronto que pôs fim a décadas de estabilidade política.

Aos olhos de Joaquim Nabuco, a guerra civil que tomou conta do Chile representava um risco para as repúblicas vizinhas. Aquele exemplo precisava ser evitado. Para Nabuco, a responsabilidade pela crise era do presidente Balmaceda que, com seu ímpeto reformista, desrespeitou as instituições e a tradição chilenas. Suas ideias positivistas eram tão danosas como poderiam ser a dos jovens oficiais e intelectuais que agora estavam à frente da recém proclamada República brasileira. Uns e outros precisavam ser contidos, sob pena de que a guerra civil que irrompeu no Chile viesse a se repetir no Brasil. Nos artigos que escreveu nas páginas do *Jornal do Comércio* sobre os acontecimentos no Chile, Nabuco celebrou a derrota de Balmaceda, a implantação do Parlamentarismo e a restauração da ordem aristocrática.

Para as oligarquias, o episódio revelou os riscos de um sistema político presidencialista propenso ao caudilhismo, que se mostrou incapaz de evitar o confronto entre os poderes Executivo e Legislativo. A solução Parlamentarista que se seguiu teve fôlego curto. Ao acirrar a disputa entre diferentes setores das classes dominantes, o parlamentarismo não só adiou a modernização do país, como também postergou a democratização do Estado. O drama de Balmaceda mostrou os obstáculos que o Chile ainda teria que superar para alcançar um modelo de desenvolvimento autônomo, consonante com os interesses nacionais, independente de ingerências externas e verdadeiramente democrático. Para o progressismo, o episódio prefigurou futuros embates entre as forças modernizadoras e conservadoras, tão arraigadas na sociedade chilena.

LUTA DE CLASSES

No século XX a disputa entre as diferentes facções da oligarquia se deslocou para o confronto das oligarquias com as classes populares e os partidos de esquerda que passaram a representá-las. O conflito social tornou-se saliente, e as demandas por melhores condições de vida e trabalho da maioria dos chilenos não tardou a se manifestar. Em dezembro de 1906, os trabalhadores da indústria salitreira, principal produto de exportação do país, cruzaram os braços. Uma parte deles se dirigiu, com mulheres e filhos, para a cidade de Iquique, sede administrativa e comercial da indústria salitreira, a fim de pedir melhores condições

de trabalho. O movimento era pacífico e o intendente local os abrigou em uma escola. Depois seguiu para Santiago, prometendo buscar uma solução.

Ele retornou em um navio de guerra e obrigou que o movimento fosse suspenso. Em seguida, o governo decretou Estado de Sítio, a escola foi cercada e as tropas abriram fogo contra os trabalhadores indefesos. Oitocentos mortos e três mil feridos, entre mulheres e crianças, foi o saldo trágico do episódio que ficou conhecido como o Massacre de Santa Maria de Iquique. Pela primeira vez, a questão social mostrava a sua cara para a sociedade e o Estado, ao mesmo tempo em que revelava o quanto as instituições políticas do país estavam despreparadas para enfrentá-la. Além de socialmente injusto, o liberalismo econômico das oligarquias, consagrado pela Constituição de 1833, tinha resultado em um país ocupado por empresas estrangeiras, inglesas, francesas e norte-americanas. O Chile tinha tratados de livre-comércio com todas as grandes potências da época. Os impulsos industrializantes que ocorreram desde o final do século XIX não receberam o necessário apoio do Estado e as famosas fundições dos *ferrocarriles* chilenos não conseguiram sobreviver. Foram em vão os apelos dos empresários para protegê-las.

Luís Emilio Recabarren, trabalhador gráfico e jornalista, deputado por duas vezes e candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1920, foi o criador, juntamente com os trabalhadores da indústria salitreira, do Partido Operário Socialista, organização que mais tarde se transformou no Partido Comunista Chileno. Este militante de

esquerda representou o despertar da consciência da classe trabalhadora chilena. Em seu *Canto General*, Pablo Neruda celebrou a luta dos trabalhadores de Iquique e prestou homenagem a Recabarren, o primeiro chileno a erguer a bandeira vermelha da resistência em defesa dos mineiros:

*La luz organizada por las manos
de Recabarren, las banderas rojas
fueram desde las minas a los pueblos*

CRISE DE 29

A crise financeira internacional de 1929 afetou a economia chilena, com graves consequências políticas e sociais. A crise teve um efeito devastador sobre a indústria salitreira, provocando o desemprego em massa e obrigando os trabalhadores e suas famílias migrarem para Santiago. Ao derrubar o preço dos produtos primários no mercado externo, a crise acentuou as dificuldades de pagamento do Estado. O governo do general Ibáñez del Campo (presidente do Chile em duas ocasiões: 1927–1931 e 1952–1958) viu-se impossibilitado de saldar a dívida externa e decretou uma moratória, o que causou a reação dos investidores nacionais e estrangeiros. Em meio a um quadro de recessão, inflação e aumento do desemprego, os nascentes movimentos sociais foram para as ruas. A cidade de Santiago foi tomada por grandes manifestações dos sindicatos dos trabalhadores e organizações de estudantes universitários. Ibáñez acabou deposto e seguiu para o exílio. Este

foi um período marcado por turbulências políticas e pela emergência de novas ideologias, a maior parte delas contrárias a ordem Liberal.

Em todo mundo o ambiente político era de confronto entre as forças progressistas, empolgadas com a vitória da Revolução Russa, e as forças conservadoras, adeptas do nazi-fascismo. Com o Chile não foi diferente. O Comunismo, o socialismo, o fascismo, o nacionalismo e a doutrina social cristã se tornaram as novas referências ideológicas da sociedade, deslocando as bases tradicionais das mentalidades oligárquicas. A partir de então, o eixo político do país se reorientou em torno dos partidos de centro-esquerda. Com a criação do Partido Comunista (1922) e do Partido Socialista (1933), o Partido Radical (1863) se deslocou para o centro, enquanto o Partido Liberal (1843) e o Partido Conservador (1836) passaram a ocupar a direita do espectro político.

O surgimento do movimento operário, influenciado por ideias comunistas e socialistas, foi acompanhado pelo florescimento de movimentos de cunho corporativo. Alguns desses movimentos estavam sob a influência da doutrina social cristã, e buscavam uma alternativa intermediária entre o Liberalismo e o Marxismo. Outros, de inspiração fascista, defendiam uma solução autoritária para o país. Em 1932 foi criado o Movimento Nacional Socialista do Chile, que teve uma breve, porém intensa participação nesses anos. Os adeptos do nazismo crioulo eram chamados “*nacistas*”. Eles foram os antecedentes políticos de grupos criados mais tarde, como Pátria e Liber-

dade, agrupamento de extrema direita que, como se verá adiante, organizou ações terroristas contra o governo da Unidade Popular.

FRENTE POPULAR

Após o triunfo do nazismo na Alemanha, em 1933, a III Internacional abandonou a tese do social-fascismo e orientou os Partidos Comunistas a se aproximarem da Social Democracia, constituindo Frentes Populares integrados pelas forças progressistas de esquerda. Já não era possível conter o avanço do nazismo, mesmo assim o Partido Comunista e o Partido Socialista lograram chegar ao poder na França, em 1935, e na Espanha, um ano depois. O Chile foi o primeiro (e único) país na América do Sul onde os Partidos Comunistas e Socialistas, unidos, chegaram ao poder por esta via. A proposta de criação de uma ampla frente de esquerda partiu dos comunistas. Seu objetivo era combater os partidos de direita que sustentavam o governo do Arturo Alessandri (presidente do Chile em dois períodos: 1920–1924 e 1932–1938). O Partido Radical e o Partido Socialista integraram a iniciativa política e constituíram a Frente Popular.

Além dos partidos políticos de centro-esquerda, faziam parte da Frente Popular organizações sindicais e sociais, como a Confederação dos Trabalhadores do Chile (CTCh), a Frente Única Araucana (FUA), o Movimento Pro-Emancipação das Mulheres do Chile (MEMCh) e a Federação dos Estudantes Chilenos. Marmaduke Grove,

histórico dirigente socialista, tornou-se presidente da Frente Popular e Pedro Aguirre Cerda, do Partido Radical, foi indicado candidato da coalizão para disputar as eleições presidenciais de 1938. “Pão, teto e abrigo” foi o lema de campanha desse político radical, que sustentava que “Governar é Educar”. Sua vitória inaugurou uma nova etapa política do país. A despeito da dissolução da Frente nas eleições posteriores, o governo de Aguirre Cerda iniciou um processo de modernização do país que teve continuidade nos governos Radicais que o sucederam. As mudanças no cenário internacional, o início da guerra fria e a perseguição dos comunistas lançados na ilegalidade interromperam este rico experimento do progressismo latino-americano.

O governo Aguirre desenvolveu uma política de estímulos à indústria e à modernização da agricultura. Em 1939, criou a Corporação de Fomento da Produção (Corfo), órgão encarregado de fomentar o desenvolvimento nacional. Também foram criados o Banco do Estado, a Corporação da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário, Escritórios de Planejamento Nacional e de Promoção Popular etc, instituições do nascente Estado Desenvolvimentista chileno, criadas com o objetivo de industrializar o país e desenhar os contornos de um projeto de desenvolvimento nacional. A estratégia implementada pelo governo se baseou em uma política aduaneira e cambial de incentivo a substituição de importação, no acesso ao crédito e na construção de uma infraestrutura física por meio da instalação de indústrias de base de geração de energia, refino de petróleo e produ-

ção de aço. O governo da Frente Popular implementou um amplo programa de construção de 1.000 escolas básicas, e desenvolveu planos nacionais de saúde que foram pela primeira vez implementados no país.

Para Gabriel Salazar, conhecido historiador chileno, o Estado Desenvolvimentista Chileno não alcançou plenamente o objetivo de industrializar o país e integrar a sociedade em um projeto de desenvolvimento nacional. Segundo o autor de *Movimientos Sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política*, o desenvolvimentismo chileno permaneceu tributário da ordem Liberal de 1925. Mesmo os partidos de centro-esquerda se deixaram levar pelo canto das sereias da restrita democracia representativa chilena, canalizando a mobilização das ruas para o Parlamento e dissipando nas estéreis lutas parlamentares a energia revolucionária das classes populares. Ademais, o desenvolvimentismo chileno não logrou realizar a passagem da primeira para a segunda fase da substituição de importações, passando da produção dos bens de consumo para a produção de bens de capital. O ilusório modelo de substituição de importações chileno, à medida que a indústria se desenvolvia, requeria, paradoxalmente, o aumento das importações de máquinas e equipamentos, aumentando a dívida pública, o desequilíbrio das contas, o *déficit* fiscal e uma permanente inflação.

Em registro teórico distinto, o governo da Frente Popular no Chile poderia ser caracterizado como expressão da chamada Revolução Passiva. Segundo Alberto Aggio, este conceito de Antonio Gramsci refere-se a uma forma

de revolução burguesa não violenta, isto é, a um processo de modernização através de reformas, sem o uso da violência do tipo “radical-jacobino”. Para Gramsci, a ideia de Revolução Passiva poderia ser aplicada a outras realidades, não apenas à Itália, país cindido entre o Norte, capitalista e industrializado, e o Sul, agrário e atrasado. Este seria o caso do Chile e da Frente Popular chilena, quando o Estado assumiu a dianteira de uma pauta modernizadora e, por um período de 14 anos, de 1938 a 1952, garantiu o desenvolvimento econômico e uma estabilidade política exemplar, enquanto outros países da América Latina se debatiam, no mesmo período, com os dilemas do populismo.

SALVADOR ALLENDE

Salvador Allende era um jovem deputado socialista por Valparaíso e Quillota quando Pedro Aguirre Cerda foi eleito presidente do Chile. A experiência política da Frente Popular, cujo governo integrou como o mais jovem Ministro da Saúde da história chilena, certamente o marcou por toda a vida pública. Foi a formação do amplo arco de esquerdas políticas e sociais que deu a vitória à Aguirre Cerda e, posteriormente, sustentou as políticas públicas de desenvolvimento industrial e agrícola. Desde então, Allende se converteu em um obstinado defensor da unidade das esquerdas chilenas. Não só como alternativa eleitoral, mas também como estratégia política e programática de modernização do país.

Em 1952, em sua primeira tentativa de chegar à presidência, Allende encabeçou uma aliança entre um setor

do Partido Socialista com os comunistas, a qual chamou Frente do Povo. Em 1958, já como senador da República, ele conseguiu unificar o seu partido e constituir a Frente de Ação Popular, coalizão de esquerda que perdeu por apenas 30 mil votos para Jorge Alessandri, o candidato apoiado pelos partidos de direita. Nas eleições de 1964, Salvador Allende se apresentou pela terceira vez, desta vez contra o democrata cristão Eduardo Frei Montalva. A terceira derrota abalou os socialistas, que passaram a questionar a estratégia eleitoral e democrática para chegar ao poder.

Na Universidade de Concepción um grupo de jovens dirigentes criou, em 1965, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Seu lema “Povo, Consciência, Fuzil” não correspondia exatamente à estratégia de Allende para alcançar a presidência do país. A despeito das dificuldades que enfrentava no interior do próprio Partido Socialista e da desconfiança dos grupos de esquerda partidários da luta armada, Allende logrou constituir a Unidade Popular e disputar pela quarta vez as eleições presidenciais de 1970. Contou para isso com o apoio crítico do MIR, no qual militavam sua filha e seu sobrinho.

Formavam a Unidade Popular (UP) o Partido Comunista Chileno (PCCh), o Partido Socialista (PS), o Partido Radical (PR), o Partido Social Democrata (PSD), o Movimento de Ação Popular Chileno (Mapu) e a Ação Popular Independente (API). Essa conformação inicial se alterou com o tempo, com a incorporação da Esquerda Radical (IR), a Esquerda Cristã (IC), e o Mapu Operário e Camponês (Mapu OC). O Movimento de Esquerda Revolu-

cionária (MIR) não integrou a UP, o que não o impediu de ter um importante papel no governo, constituindo o Grupo de Amigos do Presidente (GAP), órgão diretamente ligado a Allende, responsável por sua segurança pessoal.

A vitória foi alcançada por maioria simples nas eleições presidenciais de 1970: 36,3% de Allende, contra 34,9% de Alessandri e 27,8% de Tomic. Após assumir o cargo de Presidente da República, Salvador Allende se dirigiu aos chilenos no Estádio Nacional, em Santiago, com as seguintes palavras:

Disse o povo – ‘venceremos’ e vencemos.

Aqui estamos hoje, companheiros, para comemorar o começo do nosso triunfo.

Mas alguém mais vence hoje conosco.

Estão aqui LAUTARO e CAUPOLICÁN, irmãos na distância de CUAUHTEMOC e TUPAC AMARU.

Hoje, aqui conosco, vence O’HIGGINS, que nos deu a independência política celebrando a passagem para a independência econômica.

Hoje, aqui conosco, vence MANUEL RODRÍGUEZ, vítima dos que opõem seus egoísmos de classe ao progresso da comunidade.

Hoje, aqui conosco, vence BALMACEDA, combatente na tarefa patriótica de recuperar nossas riquezas do capital estrangeiro.

Hoje, aqui conosco, vence RECABARREN, com os trabalhadores organizados após anos de sacrifícios”.

E finalmente concluiu:

“Dos trabalhadores é a vitória”.

Naquele dia teve início um dos mais ricos e contraditórios experimentos do progressismo latino-americano que, como todos sabemos, resultou na morte do presidente eleito. O que foi imaginado para ser uma *“revolução com sabor a vinho tinto e empanadas”*, acabou tragicamente com o golpe de Estado e o início de uma das ditaduras mais cruéis da América Latina. Os heróis nacionais evocados por Allende no Estádio Nacional tiveram um fim dramático, como seria também o dele. Foram traídos, torturados ou assassinados. Ao assumir o governo, Allende tinha consciência da resistência que enfrentaria. Ao evocá-los, parecia pressentir o destino trágico que o aguardava.

A via chilena ao socialismo

INTRODUÇÃO

Os anos de Governo Popular (1970-1973) foram anos de intensa vida política, intelectual e cultural. O que acontecia no Chile era uma Revolução. Não importa que fosse, como era do conhecimento geral, uma Revolução de Profetas Desarmados, cheia de ilusões e contradições, como mais tarde observou Tomás Moulian. A efervescência estava por toda parte, nas universidades e nas fábricas, nos cafés e nos teatros, nos partidos políticos e nos sindicatos. A via chilena ao socialismo era um experimento único, sem paralelo na história das esquerdas mundiais. Ela ia muito além das fronteiras do país, despertando o interesse internacional e atraindo a atenção dos revolucionários latino-americanos. Aquela experiência inaugurava, de fato, novos horizontes políticos para as esquerdas, e Allende acreditava sinceramente que a sua eleição era uma

A VIA CHILENA AO SOCIALISMO

oportunidade histórica de criar um segundo modelo de transição ao socialismo. Para ele, a via chilena representava um marco na trajetória do socialismo internacional, da altura e importância do que foi edificado pela Revolução Russa de 1917.

Um dos traços marcantes daquele experimento revolucionário foi precisamente o seu caráter pioneiro, inédito na história política da América Latina. Em razão desse ineditismo, os líderes da Unidade Popular não tinham para onde olhar e se apoiar para enfrentar as tarefas do momento. Até então, em nenhum outro país havia se passado algo similar. A Revolução Russa, em 1917, a Revolução Chinesa, em 1949, e a Revolução Cubana, em 1959, três casos clássicos de revoluções socialistas no século XX, resultaram da conquista do poder por meio de ações armadas, com o recurso a graus variados de violência. Em parte alguma a transição ao socialismo havia sido experimentada pela via pacífica. Tampouco existia uma teoria da transição institucional ao socialismo em um país da periferia do capitalismo, como era o caso do Chile. Segundo o cânone revolucionário, imaginava-se que essa passagem somente pudesse acontecer em países desenvolvidos, que contavam com poderosos partidos operários e firme tradição marxista.

Tendo chegado ao poder com maioria simples de votos, não seria uma tarefa fácil realizar as transformações socialistas do programa da Unidade Popular. Tal programa

previa, entre outros pontos, a nacionalização dos recursos naturais, a começar pelas minas de cobre, a maior riqueza do país; a Reforma Agrária, com o fim do latifúndio e a distribuição de terras para os camponeses; a estatização dos bancos, dos serviços públicos e do comércio externo; a universalização dos sistemas públicos de educação, saúde e previdência. Paralelamente, a construção poder popular e a luta contra o imperialismo, especificamente os EUA, deveriam convergir para o propósito de superação do atraso e a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Uma sociedade socialista.

O legado do marxismo-leninismo – da Comuna de Paris, de Marx, ao Estado e a Revolução, de Lenin – falava em “violência revolucionária”, “destruição do estado burguês” e “ditadura do proletariado” como estágios necessários da transição ao socialismo e superação do capitalismo. A via chilena descartou essas alternativas e representou uma ruptura com uma dada tradição revolucionária. “Não existem experiências anteriores que possamos usar como modelo” dizia Allende, “temos que desenvolver a teoria e a prática de novas formas de organização social, política e econômica, tanto para a ruptura com o subdesenvolvimento, como para a criação socialista”. O inusitado giro tático causou polêmica no seio das esquerdas. Ao mesmo tempo em que renovou a esperança de alcançar o socialismo por outros caminhos, diferentes daqueles que até então haviam sido trilhados, a via chilena reacendeu o debate intelectual e teórico sobre a passagem para o socialismo.

O socialismo realmente existente achava-se em fase terminal. Nos anos 1970 a União Soviética há muito tempo tinha se tornado um império sem alma, decadente e burocrático. A disputa pelo poder após a morte de Lenin (1924), os processos de Moscou (1936), o assassinato de Trotsky (1940) e as denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS (1956) abalaram as convicções das esquerdas mundiais no modelo russo. Quando a União Soviética invadiu a Hungria, em 1956, e a Tchecoslováquia, em 1968, poucos ainda acreditavam, além dos comunistas, que a URSS era a Pátria do Socialismo. Nos anos 1980, Leonid Brejnev, Yuri Andropov e Konstantin Chernenko comandaram um país agônico, que desmoronaria logo a seguir, em 1991, após as frustradas tentativas de reformas de Mikhail Gorbachev. O que sinistros burocratas como aqueles tinham a dizer aos jovens revolucionários latino-americanos de então? Salvo para os comunistas, o modelo soviético tinha muito pouco a oferecer, mesmo para o Chile, um país do outro lado do Mundo, que contava com um dos maiores Partidos Comunistas da América Latina.

ALLENDE RESPONDE A DEBRAY

Desde os anos 1960, a Cuba de Fidel Castro e Che Guevara tinha se convertido na referência política das esquerdas na América Latina. Os guerrilheiros de Sierra Maestra encarnavam o novo espírito revolucionário da região. A famosa brochura de Regis Debray, “Revolução na

Revolução”, se tornou naqueles tempos de guerrilha rural e urbana o guia de todo revolucionário latino-americano. A luta armada se converteu no divisor de águas entre “revolucionários” e “reformistas”, que era como se autodefiniam os dois agrupamentos do progressismo latino-americano de então. Mas essa tradição, que anos mais tarde ainda sustentou a luta de resistência contra as ditaduras e inspirou os últimos experimentos revolucionários na América Latina, como foram as Revoluções da Nicarágua, El Salvador e a prolongada guerra civil da Guatemala, tampouco se ajustava à trajetória do líder chileno.

Salvador Allende foi um médico, socialista e marxista, deputado federal e senador da República seguidas vezes, Ministro da Saúde no governo da Frente Popular, candidato em quatro ocasiões à presidência da República. Em 1964, quando perdeu a disputa nas eleições presidenciais por apenas 30 mil votos para Eduardo Frei, Allende já tinha se convertido na maior liderança nacional e popular da recente história chilena, cuja vitória nas eleições presidenciais de 1970 somente veio a consagrar. Sua trajetória política, construída em quatro décadas de vida pública, não tinha nada a ver com a guerrilha, que a partir de Cuba se irradiou para o restante da América Latina. Era amigo pessoal de Fidel Castro e admirador de Ho Chi Minh. Como diziam seus companheiros de partido, Allende era um “revolucionário para fora” e um “reformista para dentro”.

Quando já presidia o país, instalado no Palácio de *La Moneda*, Allende recebeu Régis Debray para uma entre-

vista. Nesta ocasião, o teórico do foquismo o questionou, não sem alguma soberba, sobre os “fundamentos” da via chilena. Salvador Allende se considerava um socialista de velha cepa, um político visceralmente comprometido com a causa das classes populares, com os trabalhadores, os camponeses, os mineiros e os indígenas. Ele poderia ter explicado a Debray que a sua luta não era para derrubar uma ditadura selvagem, como fizeram os guerrilheiros de Sierra Maestra, mas sim para romper os limites de uma democracia liberal. Deveria ter acrescentado que a superação do capitalismo pela via pacífica e institucional, antes de ocorrer nos países “avançados” da Europa, estava acontecendo em um país “atrasado” da América Latina. Finalmente, poderia ter concluído dizendo que esperava, honestamente, que esta passagem ocorresse sem derramamento de sangue, pois se tratava de uma obra humanista. Tais eram os fundamentos da sua revolução.

Aos olhos do gaulês, que anos mais tarde realizou a sua conversão democrática, abandonou a luta armada e redigiu a autocrítica intitulada “Crítica das Armas”, Allende não era senão mais um desses irrecuperáveis sociais democratas, cujo discurso radicalizado em defesa do socialismo não disfarçava o caráter pequeno burguês do seu experimento. Para Debray, a via chilena não ultrapassaria, seguramente, os horizontes do nacionalismo e da luta anti-imperialista. Era impossível convencê-lo de que a revolução, conforme tinha sido imaginada por Allende, estava destinada a ser obra do povo chileno, e não de uma vanguarda. Do contrário, não seria uma revolução.

...E CONVERSA COM GRAMSCI

Nos cálculos políticos de Allende, o que se iniciou com a vitória da Unidade Popular era apenas o começo de um prolongado processo de transformações estruturais de longa duração, mais próximo daquilo que, no dizer de Antonio Gramsci, correspondia à transição ao socialismo nos países em que a sociedade civil adquiriu autonomia, peso e densidade superiores, diferentemente do que acontecia nos regimes despóticos, onde o Estado sufoca tudo, não deixando espaço para a sociedade respirar.

Em diferentes circunstâncias e ocasiões, desde a primeira eleição presidencial que disputou, em 1958, até o triunfo da Unidade Popular, em 1970, Allende manifestou a ideia de que o poder não se toma por assalto, como fizeram os bolcheviques russos no Palácio de Inverno, na então czarista São Petersburgo. Ele compartilhava as ideias de Gramsci, um autor até então pouco conhecido pela esquerda latino-americana, para quem o poder se vai conquistando através de uma prolongada guerra de posição, da ocupação do território inimigo, da disputa pela hegemonia. Não foi por outro motivo que Allende dedicou toda a sua militância a construir a unidade entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e os demais partidos de esquerda e, depois de eleito, buscou o apoio da Democracia Cristã para assegurar a ratificação da sua vitória pelo Congresso Nacional, como requeria a Constituição, nos casos de eleição por maioria simples.

A via chilena introduziu pela primeira vez no debate ideológico das esquerdas latino-americanas problemas teó-

ricos até então ausentes. A constelação tradicional das ideias das esquerdas, sua rígida separação entre agrupamentos “revolucionários” e “reformistas”, “comunistas” e “sociais-democratas”, “estalinistas” e “trotskistas” já não dava conta de explicar o que estava acontecendo. Muito menos de guiar os atores revolucionários. Na verdade, o Chile se achava mais próximo do que Gramsci chamou de “Ocidente político”, com uma economia de mercado, uma democracia representativa e uma ideologia liberal, do que do “Oriente político”, situação característica de um país fechado e despótico, com uma sociedade civil inorgânica e desarticulada, como era o caso da Rússia no princípio do século passado.

Segundo o revolucionário Sardo, as estratégias políticas prevalecentes nesses dois tipos de sociedade deveriam ser distintas. Enquanto nas primeiras prevaleceria o assalto ao poder do Estado como condição da socialização dos meios de produção, nas segundas é a socialização da política que antecederia a construção do poder popular em uma luta continuada pela hegemonia e a edificação do socialismo. Seria insensato, na ótica de ambos, recorrer aos métodos do “Oriente” para realizar as transformações no “Ocidente”. Nem por isso, o debate entre os partidários da luta armada e da via eleitoral arrefeceu-se durante o governo da Unidade Popular, muito pelo contrário.

SEM MENTORES NEM TUTORES

Mas como fazer então para materializar a passagem ao socialismo em um país economicamente dependente,

refém de monopólios estrangeiros, possuído por estruturas agrárias arcaicas, socialmente desigual e profundamente injusto, no qual a maioria da população sofria carências básicas quanto ao atendimento à saúde, à educação, à alimentação e à moradia; em que as multinacionais sugavam as riquezas naturais sem deixar nada em troca; em que uma elite privilegiada se beneficiava das estruturas econômicas, políticas e sociais herdadas de um sistema neocolonial?

O Chile de meados do século passado era um país com desigualdades típicas dos países subdesenvolvidos e dependentes da América Latina, com uma economia caracterizada por um elevado grau de heterogeneidade estrutural, situação na qual o progresso tecnológico e a produtividade dele resultante penetram de forma parcial apenas nos setores vinculados ao mercado externo, gerando assimetrias econômicas entre os setores produtivos, aprofundando disparidades territoriais entre o campo e as cidades, e agravando as desigualdades sociais entre ricos e pobres.

Segundo a Cepal, nos países dependentes o desemprego e o subemprego são um fenômeno estrutural, que penaliza dramaticamente a classe trabalhadora e os setores populares e informais. Isto não acontece nos países avançados, onde o desemprego é conjuntural, decorre das crises cíclicas do capitalismo e, para mitigar os seus efeitos sociais, as trabalhadoras e trabalhadores contam com mecanismos legais do Estado de bem-estar social. Os países latino-americanos da segunda metade do século passado não tinham nada que se aproximasse de um sistema público nacional de proteção social. Havia leis trabalhistas e

previdenciárias, que atendiam exclusivamente os trabalhadores urbanos. Várias dessas leis foram instituídas no Chile a partir dos anos 1920, nos governos de Arturo Alessandri (1920–1924) e Ibáñez del Campo (1927–1931), sempre em troca de um maior controle do Estado sobre os sindicatos e os partidos de esquerda.

Além desses problemas econômicos, inerentes a situação de subdesenvolvimento em que o país se encontrava, desde os anos 1930 o Chile passava por uma crise de hegemonia, situação similar à de outros países da região, na qual as classes dominantes, conformadas por oligarquias rurais e uma incipiente burguesia industrial, eram incapazes de sustentar o desenvolvimento e estender ao conjunto da sociedade, às classes médias, aos trabalhadores e setores populares, os benefícios do crescimento econômico. O modelo econômico baseado na exportação de produtos primários, fundamento da economia latino-americana durante a prolongada etapa de crescimento para fora, aumentou a dependência do país e levou ao esgotamento dessa estratégia de desenvolvimento. Nos anos 1960, os impasses do modelo chileno se exacerbaram. Como aconteceu em outros países da região, o Estado desenvolvimentista e seu projeto de industrialização baseado na substituição de importações se exauriu. O turbulento período que se seguiu foi o resultado da combinação de duas crises que ao mesmo tempo desafiavam o sistema político e exigiam respostas dos diferentes partidos políticos: a crise do regime político consagrado pela Constituição Liberal de 1925, e a crise do Estado

desenvolvimentista, que se tornou incapaz de alavancar o crescimento econômico.

O Chile se viu então diante de uma encruzilhada. O capitalismo dependente e a democracia liberal pareciam ter se tornados incompatíveis. Ou bem se mantinha a acumulação de capitais nos moldes do capitalismo atrasado, reprimindo as demandas distributivas e as mobilizações sociais – que era a alternativa defendida pelos partidos conservadores – ou bem se apostava na reversão do capitalismo dependente, na radicalização da democracia, na alteração do caráter de classe do Estado – alternativa defendida pelos partidos de esquerda, de base operária, que formavam a Unidade Popular. O desafio competia ao povo chileno enfrentar. Como dizia Allende: “aí está Martí, um latino-americano, ali está Lenin, o pai da Revolução, e aqui estamos nós transitando o caminho do Chile, de acordo com sua história, para fazer nossa revolução sem mentores nem tutores, revolução pluralista, democrática e em liberdade, camaradas”.

DEMOCRACIA, PLURALISMO E LIBERDADE

Para Salvador Allende, o Chile contava com instituições políticas capazes de realizar a passagem ao socialismo em democracia, pluralismo e liberdade. “Os teóricos do marxismo nunca pretenderam, nem a história demonstra, que um partido único seja uma necessidade no processo de transição ao socialismo”, dizia. Para ele, a Unidade Popular e os movimentos sociais que a apoiavam eram a ex-

pressão mais consciente da classe trabalhadora e do povo chileno – mas não eram as únicas forças vivas da Nação.

A superação do capitalismo deveria se dar em um regime de liberdade e democracia, respeitando a institucionalidade existente. O desafio era essencialmente político e cabia aos partidos políticos enfrentá-lo. Fossem de centro, esquerda ou direita, os partidos chilenos vertebravam a política nacional do país desde o século XIX. O Chile era reconhecido como um dos poucos países latino-americanos com tradição partidária consolidada, onde os partidos mandavam e eram obedecidos, e constituíam os modernos príncipes articuladores da hegemonia.

Socialistas, Comunistas, Radicais, Democratas Cristãos, a despeito das diferenças políticas e ideológicas, faziam parte desse sistema partidário legal. Todos tinham uma forte cultura política, expressão do debate teórico e ideológico em que eram formados os seus quadros dirigentes e seus militantes de base. Eram organizações estruturadas, coesas e legítimas. Exerciam o papel de intermediários da sociedade, das classes e dos indivíduos em relação ao Estado. Possuíam os componentes que faziam dos partidos políticos legítimos representantes da sociedade. Durante o governo da UP este sistema foi posto à prova. Para superar de forma pacífica as previsíveis resistências às medidas do governo, o sistema partidário teria que funcionar. A via chilena pressupunha que os partidos da Unidade Popular fossem capazes de neutralizar os partidos de direita, aproximar os partidos de centro do governo e ganhar a confiança da esquerda revolucionária para levar adiante as mudanças prometidas no programa de governo.

Este programa previa, entre outras medidas, a implementação de uma nova institucionalidade, legítima e flexível, orientada no sentido de transferir para os trabalhadores e o povo em seu conjunto o poder político e econômico. A Constituição Liberal deveria ser substituída por uma Constituição Socialista, o regime de propriedade privada ser transformado em um regime de propriedade coletiva, a democracia representativa deveria ser substituída pelas emergentes organizações de poder popular. Cada um pode avaliar o quanto de ilusão e ingenuidade havia por trás disso tudo. Tais eram as regras da via chilena.

Reconhecer o mandato político que o povo havia confiado ao presidente eleito para orientar o país ao socialismo era a primeira delas. Ao Parlamento, assim como às demais instituições do Estado, competia zelar pela integridade da vontade popular, colocando-se do lado das mudanças e não contra elas. Por acreditar sinceramente (ou ingenuamente) nas instituições. Salvador Allende procurou se cercar também de militares legalistas e afirmar o papel constitucional das Forças Armadas como fiador da soberania popular. O país que tinha de si uma autoimagem onde tudo era possível e a luta de classes acontecia de modo civilizado. Este foi sem dúvida o seu erro maior.

A UNIDADE POPULAR

O governo da Unidade Popular pôs em prática um programa que em menos de seis meses alterou a fisionomia do país. À nacionalização da mineração, que transferiu ao

Estado o controle dos insumos da indústria de base, se seguiu a nacionalização do setor financeiro. Setores monopolistas foram estatizados e a Reforma Agrária foi ampliada e aprofundada. Ao completar um ano de governo, Allende realizou a tradicional prestação de contas do Executivo, cumprindo uma determinação da Constituição. Além de se dirigir ao Parlamento, também prestou contas ao povo, no Estádio Nacional. Nesta ocasião, o “presidente companheiro” foi ao encontro de uma multidão de chilenas e chilenos, em um ato massivo organizado pela Central Única dos Trabalhadores. Declarou:

Hoje venho manifestar que lenta, mas firmemente, estamos conquistando o poder e estamos realizando as mudanças revolucionárias estabelecidas no Programa da Unidade Popular. O povo do Chile recuperou o que lhe pertence. Recuperou suas riquezas básicas das mãos do capital estrangeiro. Derrotou os monopólios pertencentes à oligarquia. Ambas atitudes são os únicos meios e caminhos para romper as cadeias que nos atam ao subdesenvolvimento, único meio de acabar com a violência institucionalizada, que castiga e castigava mais fortemente a imensa maioria do país.

Allende se orgulhava do resultado alcançado. A assessores mais próximos costumava dizer que a Unidade Popular, em apenas um ano de governo, havia ido mais longe que a Revolução Cubana. Na verdade, as contradições daquele experimento já eram visíveis e inúmeros fatores contribuíram para o seu fracasso. Ao já mencionado esgotamento

do Estado Desenvolvimentista, se somaram a divisão das esquerdas, a conspiração imperialista, a sabotagem econômica, a traição dos militares golpistas, as ações terroristas dos agrupamentos fascistas, o locaute dos empresários, as manifestações das classes médias com as panelas vazias e a fadiga dos setores populares, exauridos pela crise política, desorganização econômica e a insegurança constante.

UM PARÊNTESES PARA ALTAMIRANO

(Durante três anos o ex-secretário geral do Partido Socialista, Carlos Altamirano, manteve conversações regulares com o historiador Gabriel Salazar. O livro que resultou desses encontros, *Conversaciones con Carlos Altamirano*, publicado em 2010, causou polêmica entre as esquerdas chilenas. Deputado e senador entre 1965 e 1973, Altamirano foi eleito secretário geral do PS em 1971, em representação de sua ala mais esquerdista. Sua vida correu grave risco após o golpe, mas com o apoio de organizações internacionais conseguiu sair clandestinamente do país, seguindo para a ex-RDA e depois para a França. Junto com Jorge Arrate, desde o exílio, Altamirano encabeçou o processo de renovação socialista, iniciativa que levou o partido a assumir posições moderadas, aproximando-se do centro. O giro produziu o racha orgânico do Partido Socialista. Clodomiro Almeyda, ex-chanceler de Allende, encabeçou a corrente refratária às teses reformistas. Finalmente o PS se reunificou, durante a Concertación, sob o comando de Camilo Escalona Medina, senador e presi-

dente do Senado. No livro de 586 páginas, disponível no site do Partido Socialista, Altamirano relembra passagens de sua militância e momentos cruciais da história política chilena. Crítico dos extremos que alcançou a renovação socialista, as palavras do velho socialista reverberam nas consciências progressistas de hoje. Algo do que disse nessas Conversações será lembrado aqui, sempre com o intuito de ilustrar os dilemas do progressismo chileno).

SALVADOR ALLENDE

“Allende foi um político tradicional e um social-democrata convencional até, mais ou menos, 1960. A partir de então entrou em um processo de radicalização crescente, ainda que nunca tanto como para duvidar da democracia chilena (...) Em todo caso, segundo mostram os fatos, ele se radicalizou no marco de sua vocação democrática. Daí que haja promovido a expropriação de latifúndios, a nacionalização das indústrias básicas, a proposta de uma Assembleia do Povo etc., que, sem dúvida, naquele contexto, eram medidas revolucionárias, medidas que, em todo caso, se tomavam em um contexto legal, sem uso da violência. Seu rechaço ao uso de meios violentos se manifestou de maneira mais nítida precisamente no final do seu governo. Não se deve esquecer que no próprio corpo de generais havia vários deles que estavam dispostos a defender o governo de Salvador, não só porque eram constitucionalistas, mas porque concordavam com as medidas que estava tomando o governo da Unidade Popular. Recordemos que depois do *tanquetazo*, um milhão de

peessoas saiu às ruas disposta a defender o governo. Poderia haver recorrido às massas, aos Cordões Industriais, aos regimentos militares, mas na mente de Allende estas alternativas – que lhe foram colocadas – não cabiam. Não fez nada a respeito e suas palavras finais o provam. Buscou alguma saída legal e pensou em convocar um plebiscito, mas o chamado ao plebiscito tinha uma série de dificuldades legais, difíceis de superar, e havia que contar com o beneplácito da direita. Tudo dependia dos trâmites no Congresso, onde o obstrucionismo era incrível. Consciente disso, e negando-se a praticar uma saída confrontacional, Allende optou por imolar-se, crendo que a sua imolação, tendo desaparecido, o Chile voltaria à normalidade... democrática. Pensava que se ele tomasse um avião e escapasse do Chile, não haveria normalização. Somente cabia, em sua lógica, o suicídio... A violência potencial que poderia alcançar o processo desapareceria se ele descarregasse a violência sobre si mesmo..." Carlos Altamirano.

Construindo o poder popular

INTRODUÇÃO

O aumento das mobilizações sociais durante o governo Allende se expressou através do número crescente de greves e grevistas, de invasão de terras e propriedades agrícolas, de ocupação de terrenos urbanos e de fábricas. O avanço das lutas sociais vinha ocorrendo desde o governo Eduardo Frei (1964–1970), que se viu obrigado a formular um audacioso plano de Reforma Agrária para conter o ascenso do progressismo e se contrapor à montante das demandas populares. No governo da Unidade Popular, com o acirramento da luta de classes e dos confrontos políticos, as mobilizações se multiplicaram. Em 1972, o número de ocupações de fábricas chegou a 263, e as manifestações de rua, contra e a favor do governo, se tornaram diárias. Em meio ao clima de “festa e caos” que tomou conta do país, as tensões políticas se exacerbaram, opondo os parti-

dários da “revolução dentro da legalidade” aos partidários da “construção do poder popular”. Durante o governo da Unidade Popular, as esquerdas chilenas se dividiram como nunca na história daquele país.

EXPRESSÕES DO PODER POPULAR

As formas de expressão do poder popular foram múltiplas. As Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs), os Comitês Locais de Unidade Popular (CUPs), os Acampamentos e os Cordões Industriais foram as principais. Certas experiências adquiriram dinâmica própria e se tornaram independentes do governo, dos partidos majoritários e dos sindicatos, como foi o caso dos Acampamentos e dos Cordões Industriais. Outras resultaram de iniciativas oficiais, e sua criação constava do programa de governo da UP, como foram os Comitês Locais de Unidade Popular (CUPs), órgãos constituídos por todo o país durante o período da campanha de Allende nas eleições presidenciais de 1970 e as Juntas de Abastecimento e Preços, organismos ligados aos Ministério da Economia, que contavam com a participação popular para combater o mercado negro e o desabastecimento provocado pela sabotagem econômica dos empresários contrários ao governo.

Prudentemente, o governo atribuiu aos CUPs a tarefa de “preparar o caminho” para o exercício do poder popular, conforme consta do programa da Unidade Popular. A maior parte desses Comitês não prosperou, ou funcionou minimamente, não alcançando a almejada unidade de

classe. O governo desencorajou a multiplicação dos Comitês, assim como de outras formas de organização pela base. A autonomia do poder popular criava arestas e gerava desconforto no governo e nos dois maiores partidos da Unidade Popular. Com o acirramento dos confrontos, após o locaute de outubro de 1972, os Partidos Comunista e Socialista, juntamente com a CUT, redobram esforços para apoiar algumas dessas iniciativas. Mas era tarde demais.

JUNTAS DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

As Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs) foram organizações criadas nos bairros operários, integradas por comissões de moradores, com o objetivo de impedir a especulação de preços, combater o mercado negro e o monopólio da distribuição de gêneros de primeira necessidade. Em 1972, existiam em Santiago 675 JAPs. Mais de 1.000 foram criadas em todo o país, 60% da carne e 30% das aves em Santiago eram distribuídas através das JAPs. Essas organizações operavam em parceria com as agências de distribuição estatal. O Ministério da Economia era responsável pela coordenação das Juntas. Embora numerosas, as Juntas de Abastecimento e Preços não alcançaram a mesma importância estratégica, nem o mesmo nível de consciência política dos Cordões. No geral, eram dominadas por associações de pequenos comerciantes.

Em Santiago, cerca de 8.000 pequenos comerciantes colaboravam com as JAPs. O Partido Comunista chegou a ter influência sobre muitas delas. Esse tipo de organização

era mais fácil de controlar que os Cordões Industriais, pois dependiam diretamente do Estado. Nem por isso deixaram de ter um importante papel na formação de líderes locais. Em março de 1972, se realizou um grande encontro de representantes das JAPs em Santiago. Elas tiveram peso importante na mobilização contra o desabastecimento causado pelo locaute dos caminhoneiros, em outubro de 1972. Elas tinham um poder de mobilização às vezes superior às formas tradicionais de organização sindical e partidária. Mulheres e donas de casa participaram ativamente das JAPs, conferindo a elas uma dimensão de gênero ausente de muitas organizações tradicionais das esquerdas de então.

ACAMPAMENTOS

Os acampamentos nasceram das ocupações dos terrenos urbanos na luta dos *pobladores* por moradia popular. Também eram chamados *poblaciones*. Manuel Castells identificou no movimento dos *pobladores* um dos aspectos mais específicos da luta de classes chilena daquele período. Para este sociólogo espanhol, que viveu no Chile nos anos da UP, as *poblaciones* constituíam um fato social de difícil caracterização pelas ciências sociais. Ora considerado como clientela eleitoral da direita, ora como reduto dos radicais de esquerda, o movimento desafiava as análises tradicionais, progressistas ou conservadoras, quanto a sua real natureza de classe.

A crise de moradia e o *déficit* habitacional se ampliaram nas décadas anteriores ao governo da Unidade Popu-

lar. O fenômeno estava associado a problemas econômicos da mineração, razão do crescente êxodo rural, desde os anos 1930. As formas precárias de habitação que se multiplicaram no país não eram muito distintas das conhecidas no Brasil. Os *conventillos* constituíam uma forma de habitação similar aos nossos cortiços. Eles estavam presentes nas regiões centrais de Santiago e serviam como residência, com densa ocupação e múltiplas famílias em um único imóvel. Conformavam um reduto das classes populares, em regiões e edifícios deteriorados do centro da cidade. Em 1970, quase 65 mil chilenos viviam nessas condições na grande Santiago.

As *callampas* eram ocupações, espontâneas e descontroladas, de indivíduos ou grupos, dos terrenos periféricos, sem nenhuma infraestrutura. Finalmente, havia as *poblaciones* – aglomerações resultantes de ocupações (*toma*) de terrenos como forma de pressão sobre o governo para a realização de programas habitacionais. Eram muito mais propensas à politização e à radicalização que as outras formas de moradia popular. Os acampamentos carregavam o estigma da marginalidade, posto que se localizavam na periferia de Santiago e outras grandes cidades do país. Mas como revelou Castells, os *pobladores* não eram marginais, mas indivíduos oriundos da classe operária, especialmente de trabalhadores de baixa renda da indústria de transformação e da construção civil.

Para os Teóricos da Marginalidade, os *pobladores* constituíam um contingente impossível de ser integrado à sociedade moderna, às suas organizações democráticas e

aos conflitos sociais típicos do capitalismo. De origem rural, na maioria iletrados, vivendo em precárias condições na periferia de Santiago, esses indivíduos deviam ser alvo de políticas assistências do Estado. Não poderiam se organizar de modo autônomo, dependiam das políticas sociais para se estabilizar e estavam condenados a permanecer nas margens da sociedade, tutelados pelo Estado. Ao caracterizar a sua origem social entre a classe trabalhadora, Castells procedeu um giro teórico de consequências práticas.

UNIVERSO POBLACIONAL

Em 1970, o número de habitantes das *poblaciones* era de 332.040 chilenos. Castells analisou a composição social de 11 *poblaciones* para compreender a relação entre a prática social presente no *universo poblacional* e os diferentes tipos de ideologia existentes no grupo. Ele observou que esta influência era muito forte no caso da “participação política”, média, no caso da “participação sindical” e quase nula, entre “grupos de vizinhos”. Constatou ainda que as diferenças ideológicas variavam conforme a posição social dos indivíduos no interior do grupo. Entre os *pobladores obreros*, a “identificação de classe” prevalecia sobre a “ideologia popular”. Por sua vez, o sentimento de pertencimento ao “povo” e não à “classe” era mais forte entre grupos de vizinhos (mesmo quando formado por maioria de operários). Lupem proletariado lupe

Castells concluiu que o *universo poblacional* não desembocava automaticamente em uma concentração do

lupem proletariado, conforme formulado pela sociologia marxista, nem de indivíduos que precisavam ser tutelados, como estabelecido pela teoria da marginalidade. Antes disso, ele constituía um agrupamento caracterizado pela heterogeneidade de setores populares na qual uma fração determinada da classe operária (trabalhadores industriais de baixa renda), ocupava um lugar de destaque. Tal universo, ao contrário do que se pensava, não dava lugar a uma subcultura específica, particular dos acampamentos, mas estavam sujeitos ao mesmo ritmo ideológico e político dos processos gerais da luta de classes da sociedade como um todo. Isto é, estavam propensos a se organizar e mobilizar tal qual os demais setores sociais.

O importante a reter sobre o movimento dos *pobladores* é a constatação de que a condição operária e a ideologia de classes penetraram o universo *poblacional* e acabaram por prevalecer sobre a ideologia popular. Ao expressar as condições gerais da luta de classes e os processos políticos nacionais, presentes em uma conjuntura de radicalização política e ideológica, o movimento de *pobladores* se politizou e se radicalizou na mesma medida. Até então determinado por uma crise estrutural de moradia, de caráter reivindicativo e dirigido ao Estado, o movimento dos *pobladores* se converteu em uma das expressões da radicalização política das classes dominadas, sendo projetado pelos partidos de esquerda que disputavam a sua direção ao centro da disputa política nacional.

A relação da Unidade Popular com o movimento era ambígua. A gigantesca ocupação de La Florida, em San-

tiago, foi organizada, em janeiro de 1970, pelo PC e PS, os dois grandes partidos operários da UP. Esta ocupação passou pela mesma metamorfose política das demais, neste caso por iniciativa do Comitê de Unidade Popular (CUPs), permanecendo sempre sobre o controle do PC e PS. Paralelamente, os movimentos organizados e controlados pelo MIR, como Nueva La Habana, se radicalizaram cada vez mais, expressando o aprofundamento das divisões das esquerdas chilenas.

CORDÕES INDUSTRIAIS

Os Cordões Industriais foram a contribuição mais original que as esquerdas chilenas ofereceram ao movimento revolucionário internacional. Em *Vida e Morte do Chile Popular*, Alain Touraine analisou a sua importância para as lutas sociais do período. O ponto central a reter dessa experiência são as tensões surgidas no seio das esquerdas, que segundo Touraine estavam divididas entre “governar o país” ou realizar o “levante popular”. Essas tensões chegaram ao limite com a experiência dos Cordões Industriais.

O primeiro e mais conhecido Cordão Industrial criado nos anos da Unidade Popular foi o cordão de Cerrillos-Maipu. Muitos surgiram posteriormente, como os de Vicuña MacKenna, Macul, Mapocho, Santiago Centro etc. Todos eles foram organizações de base territorial, que penetravam e se espalhavam pelo espaço urbano, não só da capital, Santiago, como de outras grandes cidades. Alguns abrigavam um grande número de fábricas e oficinas,

com forte presença operária. Outros, o pequeno comércio e serviços diversos. Todos se caracterizavam pela expressiva presença popular e importantes contingentes de trabalhadores industriais.

Estudos sociológicos sobre os Cordões Industriais revelam uma realidade complexa, composta por segmentos majoritários das classes trabalhadoras, principalmente de operários das fábricas ocupadas, mas também por setores populares, gente desempregada, trabalhadores informais e por conta própria, assim como segmentos da pequena burguesia, da classe média e da classe média baixa. As organizações de esquerda disputavam a hegemonia da organização e direção dos Comandos Comuns dos Cordões. Alguns deles eram controlados pelo MIR, outros pela Esquerda Socialista, pela Esquerda Cristã ou pelo Mapu Operário e Camponês. Outros ainda, estavam sob a influência de organizações regionais da CUT, do PC e do PS. Os Cordões expressavam a consciência de classe dos trabalhadores chilenos. Constituíram um experimento único do progressismo latino-americano.

Com a crise de desabastecimento que sobreveio ao locaute dos empresários do setor de transportes, em outubro de 1972, esse componente classista dos Cordões ficou ainda mais evidente. Em resposta ao locaute, ação realizada com o apoio da CIA e preparada por associações de empresários que combatiam o governo, os Cordões passaram a combinar as lutas de ocupação, autogestão e organização da produção nas fábricas, com as tarefas de distribuição dos gêneros de primeira necessidade entre a população local.

Diante das ações terroristas praticadas por agrupamentos fascistas, muitos Cordões criaram os seus próprios mecanismos de autodefesa, inclusive armados. Com a evolução dos confrontos, eles passaram a configurar uma situação embrionária de dualidade de poder, situação típica dos demais processos revolucionários do século XX. As decisões aprovadas em assembleias apontavam para a unidade de classe. A despeito das diferenças políticas existentes entre os partidos e movimentos que o integravam, os Cordões constituíram um experimento classista e unitário.

A CONTRADIÇÃO EM PROCESSO

Da articulação entre os diferentes Cordões, surgiu a Coordenadora Provincial de Cordões Industriais, cujo papel consistia em planejar e realizar ações unitárias. Ao Cordão de Cerrillos-Maipú, o mais forte e organizado de todos, coube a presidência da Coordenadora. O governo, os partidos da UP e a CUT não viam com bons olhos a radicalização crescente dos Cordões Industriais. O clima de desconfiança entre eles se ampliou quando os partidos de direita aprovaram a Lei de Controle de Armas e o governo autorizou a invasão de alguns Cordões e Acampamentos por carabineros, o que causou confrontos violentos e resultou na morte de trabalhadores. Neste ambiente de crescente antagonismo, enquanto o governo alertava para os riscos de uma guerra civil e pedia moderação aos trabalhadores, os Cordões Industriais planejavam a ocupação de novas fábricas e exigiam do governo a incorporação ao

setor social das empresas que sabotavam a economia e a construção do socialismo.

Semanas antes do Golpe, uma carta endereçada a Allende pela Coordenadora Provincial dos Cordões Industriais mostrou a que ponto o clima de desconfiança entre eles havia chegado. A tensão crescente revelava o aprofundamento da divisão das esquerdas. A promessa de revolução dentro da ordem se deparou com a realidade da contrarrevolução, da sabotagem econômica e da conspiração estrangeira. Quando isto aconteceu, as escolhas políticas se estreitaram enormemente. Ou bem se buscavam entendimentos políticos e alguma forma de conciliação com os partidos de centro, o que colocaria em risco a construção do socialismo, caindo no reformismo burguês, ou bem se tentava fortalecer o poder popular, jogando o peso do governo e dos partidos de esquerda para apoiar esses experimentos revolucionários, sob pena de romper com a legalidade. Tal dilema acompanhou o governo Allende até o seu final dramático.

A relação dos partidos de esquerda e da CUT com as organizações de poder popular foi ambígua, contraditória e cambiante. Enquanto o Partido Comunista, o Partido Socialista e a Central Única dos Trabalhadores viam com alguma reserva parte desses experimentos, o MIR, a Esquerda Socialista e setores do Mapu os encorajavam. Para os agrupamentos da esquerda, a relação do governo da Unidade Popular com as massas estava desequilibrada. Miguel Enríquez, líder máximo do MIR, criticava o lugar subalterno reservado pelo governo às organizações dos tra-

balhadores e das classes populares. Para o secretário geral do MIR, a resistência de Allende em conferir maior protagonismo às organizações sociais representava uma ameaça à continuidade da revolução chilena. O grito de guerra dos miristas se consagrou entre as esquerdas latino-americanas de então: “*crear, crear, crear, poder popular*”. Apesar de minoritário no arco das forças de esquerda, o MIR teve um influente papel no curso dos acontecimentos políticos daqueles anos – tanto para o bem quanto para o mal.

Ao mesmo tempo, o governo via com grande preocupação a “infiltração esquerdista” nas *poblaciones e nos cordones*. Allende oscilou entre o pragmatismo e o temor diante desses movimentos, acentuando a divisão das esquerdas quanto aos rumos táticos a seguir. As diferenças entre eles eram de ordem política. Dois acampamentos controlados pelo MIR, em Concepción e Santiago, enfrentaram uma duríssima repressão policial, mas resistiram e acabaram vitoriosos. A experiência fortaleceu a convicção entre esses setores de que o recurso à luta armada era um caminho inevitável a ser seguido para se levar a cabo a transformação socialista da sociedade chilena. Os acampamentos passaram a ser considerados pelos miristas como potenciais zonas liberadas, apoiadas e defendidas por milícias populares. “Casa ou Morte”, e “Da tomada do terreno à tomada do poder” eram palavras de ordem do MIR que traduziam essa visão.

A posição da esquerda revolucionária tinha a seu favor um lastro histórico e uma coerência teórica que faltavam aos partidários da revolução dentro da ordem. Entretan-

to, a despeito da maior aderência à conjuntura política do momento, a abordagem prevalecente entre as organizações da esquerda revolucionária, de cunho marxista-leninista, com os seus partidos de quadros profissionalizados, centralizados e disciplinados, também tinha contradições, e não estava isenta de voluntarismos e ambiguidades. Por maior que fosse o peso social e a consciência política da classe trabalhadora, os Cordões e os Acampamentos constituíam movimentos de massas, eram organismos muito mais amplos que os estreitos modelos organizativos da esquerda, com suas milícias clandestinas, seus verticalismos e vanguardismos. As experiências revolucionárias anteriores não deixavam dúvida quanto aos riscos desse modelo, no qual o partido substitui a classe e o secretário geral, convertido em farol dos povos, substitui a todos, inaugurando a tirania.

COMPANHEIRO ALLENDE

Em 1983, decorridos dez anos do golpe de Estado, Manuel Antonio Garretón e Tomás Moulian escreveram um texto de balanço da experiência do progressismo nos anos da Unidade Popular. “Sem reivindicar esse período da história”, afirmaram, “não haverá política de esquerda no Chile. Tampouco haverá se quiser repeti-lo”. Para eles, as contradições no seio das esquerdas estavam por toda parte, eram de ordem tática e estratégica, confrontavam visões diferentes do Estado, das classes, dos partidos e dos movimentos sociais. Mas a inflexão principal entre elas referia-

-se à oposição entre os defensores da Revolução dentro da ordem, de um lado, e os partidários do Poder popular, de outro. Essa diferença central se manifestou na relação do governo e dos partidos de esquerda com as múltiplas experiências de organizações de poder popular protagonizadas pelas classes populares e trabalhadoras.

A poucos dias do golpe de Estado, a Coordenadora Provincial de Cordões Industriais enviou uma carta a Allende, o “presidente companheiro”, onde as diferenças entre o governo e o “polo revolucionário” eram visíveis: Diziam:

Companheiro Salvador Allende,

Chegou o momento em que a classe trabalhadora organizada na Coordenada Provincial de Cordões Industriais, no Comando Provincial de Abastecimento Direto e na Frente Única de Trabalhadores considerou urgente dirigir-se ao senhor, alarmados pelo desencadeamento de uma série de acontecimentos que nos levará não só à liquidação do processo revolucionário, mas também a um regime fascista de corte implacável e criminoso.

Antes, tínhamos o temor de que o processo ao socialismo se estava negociando para chegar a um governo de centro, reformista, democrático-burguês que tendia a desmobilizar as massas ou levá-las a ações insurrecionais de tipo anárquico por instinto de preservação.

Mas agora, analisando os últimos acontecimentos, nosso temor já não é este; agora temos certeza de que vamos em uma des-

cedente que nos levará inevitavelmente ao fascismo.

Por isso procedemos a enumerar as medidas que, como representantes da classe trabalhadora, consideramos imprescindível tomar.

Em primeiro lugar, companheiro, exigimos que se cumpra o programa da Unidade Popular. Em 1970 nós não votamos por um homem, votamos por um Programa.

Em seguida, no mesmo tom direto, após citar trechos do programa de Governo da Unidade Popular, a carta prossegue:

Fala-se no programa de uma nova Constituição Política, de uma Câmara Única, da Assembleia Popular, de um Tribunal Supremo com membros indicados pela Assembleia Popular. No programa se indica que será rechaçado o emprego das Forças Armadas para oprimir o povo.

Companheiro Allende, se não indicássemos que essas frases são citações do Programa da Unidade Popular, que era um programa mínimo para a classe, neste momento nos diriam que esta é a linguagem “ultra” dos cordões industriais.

Mas nós perguntamos, onde está o novo Estado? A nova Constituição Política? A Câmara Única? A Assembleia Popular? Os Tribunais Supremos?

Passaram três anos, companheiro Allende, e o senhor não se apoiou nas massas e agora nós, os trabalhadores, temos desconfiança.

Os trabalhadores sentimos uma profunda frustração e desalento quando seu Presidente, seu Governo, seus Partidos, suas Organizações, lhes dão uma e outra vez a ordem de recuar em vez da voz de avançar. Nós exigimos que não somente nos informem, mas que também nos consultem sobre as decisões, que ao fim e ao cabo, são decisivas para nosso destino.

Após denunciar a falta de punição dos militares golpistas e dos grupos fascistas que praticavam, com o apoio da CIA, ações terroristas, atos de sabotagens e assassinatos de trabalhadores, a Confederação exigia:

Frente à greve dos caminhoneiros, a requisição imediata dos caminhões, sem devolução, pelos organismos de massa e a criação de uma Empresa Estatal de Transporte, para que nunca mais esteja nas mãos desses bandidos a possibilidade de paralisar o país;

Frente à greve criminosa do Colégio Médico, exigimos que se aplique a Lei de Segurança Interna do Estado, para que nunca mais esteja nas mãos desses mercenários da saúde, a vida de nossas mulheres e filhos. Todo apoio aos médicos patriotas.

Frente à greve dos comerciantes, que não se repita o erro de outubro, em que não explicitamos que não necessitamos deles como grêmio. Que se ponha fim à possibilidade de que estes traficantes mancomunados com os caminhoneiros pretendam sitiá-lo o povo por fome. Que se estabeleça de uma vez por todas a distribuição direta, os armazéns populares, a cesta básica popular. Que se passe para a área social as indústrias alimentícias que ainda estão nas mãos do povo.

Frente a área social: Que apenas não se devolva nenhuma empresa onde exista a vontade majoritária dos trabalhadores de que elas sigam sob intervenção, mas também que esta área passe a ser a área predominante da economia. Que se fixe uma nova política de preços. Que a produção e distribuição das indústrias da área social seja discriminada. Não mais produção de luxo para a burguesia. Que se exerça verdadeiro controle operário dentro delas

Exigimos que se derogue a Lei de Controle de Armas. Nova “Lei Maldita” que só serviu para ultrajar os trabalhadores, com os chamamentos praticados nas fábricas e nos bairros, que está servindo como ensaio geral para os setores reacionários, contrários a classe operária, com a intenção de intimidá-los e identificar seus dirigentes.

Frente a desumana repressão aos marinheiros de Valparaíso e Talcahuano, exigimos a imediata liberdade destes irmãos de classe heroicos, cujos nomes já estavam gravados nas páginas da história do Chile. Que se identifique e castigue os culpados.

Frente as torturas e mortes de nossos irmãos camponeses de Cautín, exigimos um julgamento público e o castigo correspondente aos responsáveis.

Para todos os implicados em tentativas de derrubar o Governo legítimo, a pena máxima.

Frente ao conflito do Canal 9 de TV, que este meio de comunicação dos trabalhadores não se entregue nem se transe por nenhum motivo.

Protestamos pela destituição do companheiro Jaime Faivovic, subsecretário de Transportes.

Pedimos que através de você se manifeste todo nosso apoio ao Embaixador de Cuba, companheiro Maria García Incháustegui e a todos os companheiros cubanos perseguidos pela reação e que lhes ofereça nossos bairros proletários para que ali estabeleçam sua embaixada e residência como forma de agradecer a esse povo o que chegou a se privar de sua ração de pão para ajudar-nos em nossa luta. Que se expulse o Embaixador norte-americano, que através de seu staff, do Pentágono, da CIA, da ITT, proporciona provavelmente instruções e financiamento aos golpistas.

Exigimos a defesa e proteção de Carlos Altamirando, Mario Palestro, Miguel Enríquez, Oscar Garretón, perseguidos pela direita e pela Fiscalia Naval por defender valentemente os direitos do povo, com ou sem uniforme.

*Coordenadora Provincial de Cordões Industriais
Comando Provincial de Abastecimento Direto
Frente Única de Trabalhadores em Conflito*

Aí estão, uma a uma, as diferenças que dividiam as esquerdas chilenas, separadas entre os partidários da luta armada e os partidários da via eleitoral, da revolução social e do reformismo do Estado, do poder popular e da conciliação com os partidos burgueses. Allende defendeu até o fim a sua revolução pacífica. Sitiado pela direita e questionado pela esquerda, ele nunca fez um gesto ameaçador contrário aos seus companheiros. Considerava, intimamente, que estavam equivocados, confundiam as necessidades com as possibilidades e avaliavam incorretamente a correlação de forças. Mas não recorreu a expurgos. Não traiu. Permane-

ceu leal a si e aos seus. Deixou um exemplo para todos. Hoje, no mundo todo, hospitais, praças, escolas, avenidas e ruas levam o seu nome: Salvador Allende, o presidente companheiro dos chilenos. Seu exemplo e suas últimas palavras ecoam por toda América Latina:

Trabajadores de mi patria, tengo fe en Chile y en su destino. Superarán otros hombres este momento gris y amargo en el que la traición pretende imponerse. Sigán ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor. Viva Chile! Viva el pueblo! Vivan los Trabajadores!

81

MIGUEL ENRÍQUEZ TINHA RAZÃO

“Allende simpatizava com as revoluções violentas para fora (amigo de Ho Chi Minh, de Fidel...), mas era socialdemocrata para dentro: partidário da mudança estrutural, mas defensor da legalidade tradicional... Desde esta perspectiva, Salvador teve boas relações com o MIR, mas a partir do momento (quando o MIR roubou parte das armas que havia em Tomás Moro) se produziu um certo distanciamento. Aí Salvador se indignou e os acusou a Fidel através de uma carta. Independentemente disso, Salvador apreciava Miguel Enríquez. Tinha uma boa relação com o seu sobrinho Andrés, adorava sua fi-

Iha Tati, que em definitivo era do MIR, e a Payita, que também era simpatizante do MIR. Ou seja, Allende não tinha pactos nem relações políticas com o MIR, mas boas relações com vários de seus membros. Eram amigos e afetos, poderíamos dizer, como os que sentia por Fidel, por Che e outros revolucionários, mas Salvador nunca se deixava influir politicamente sob pretexto de seus afetos ou simpatias... Por isso, é também outro conto absurdo que a direção do Partido Socialista influía ou pressionava Allende para impedir algum acerto com a Democracia Cristã... Conto! É não conhecer o cuidado com que Salvador mantinha sua independência política. Penso – e isto que não escute nenhuma máquina partidária – que mais razão tinha Miguel Enríquez que Salvador Allende. E não pela simples questão da via pacífica ou da via armada, mas, primeiro: porque a democracia chilena não dava nem deu o espaço necessário para as reformas estruturais que se planejavam; segundo: porque a Democracia Cristã nunca daria condições para o estabelecimento de uma folgada maioria capaz de realizar sem problemas as mudanças requeridas; e terceiro, porque, definitivamente, o jogo de cintura de Allende, por mais hábil, flexível e astuto que fosse, não podia nem pode remover a montanha do que era (e é), no fundo, a política no Chile e os sacrossantos interesses da direita. Tanto mais se o novo caminho do socialismo era um movimento desarmado. Nesse contexto, a saída mais provável ao nó que nos metemos, era, pois, o golpe de Estado da direita. Muitos de nós o víamos vindo. E veio, claro, mas ninguém imaginou a brutalidade, nem a crueldade, nem o terrorismo de Estado que descarregaram sobre nós, nem os milhares de mortos e torturados”. Carlos Altamirano

II PARTE

Golpe de Estado e Revolução Capitalista

INTRODUÇÃO

O corpo do presidente morto foi acompanhado à Valparaíso apenas por alguns parentes próximos. O cortejo seguiu para o cemitério *Santa Inés*, vigiado pelas Forças Armadas desde a noite anterior. Não houve cerimônia oficial. O enterro foi rápido e o túmulo em que foi sepultado Salvador Allende Gossens não tinha placa de identificação. De tempos em tempos apareciam flores furtivas no local. Era uma homenagem clandestina e perigosa, como passou a ser a vida de milhares de chilenas e chilenos depois do golpe. Uma nova etapa da história chilena começava naquele dia. O país passaria por uma revolução capitalista e neoliberal, cujas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais repercutiriam em toda América Latina. As perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos dos adversários do governo configuraram um regime de terror

de Estado. Sete anos após o Golpe, com a promulgação da Constituição de 1980, teve início uma etapa de ditadura constitucional, que se estendeu até a derrota de Pinochet, no plebiscito sucessório de 1988. O Chile nunca mais foi o mesmo depois daqueles anos de sofrimento e terror. O progressismo latino-americano também não.

JUNTA MILITAR

Tiroteios ainda se ouviam pela cidade de Santiago quando o Alto Comando das Forças Armadas se reuniu na Escola Militar. Apesar dos focos de resistência armada, o golpe estava consumado, pelo menos quanto ao objetivo imediato de derrubar o presidente eleito. Assim como aconteceu no Brasil, não houve reação popular e de massas contra os golpistas. Foi um equívoco das esquerdas, daqui e de lá, pensar que o povo se levantaria para defender as Reformas de Base ou a Via Chilena ao socialismo. O povo estava exaurido por aqueles anos de greves, locautes e manifestações diárias. Com o *La Moneda* ainda em chamas, o Alto Comando criou a Junta de Governo, também chamada Junta Militar, órgão integrado pelo alto comando das Forças Armadas e dos *Carabineros*. A Junta Militar se manteve em funcionamento até março de 1990. Pinochet foi nomeado o seu presidente, cargo que exerceu até 1980. Aos militares foi outorgado o “mando supremo da nação”.

Em março de 1974, Pinochet viajou ao Brasil para participar da posse do seu colega, o também general Ernesto Geisel. Em Brasília, teve um encontro bilateral com

Hugo Banzer, presidente-ditador da Bolívia, para tratar do acesso daquele país andino ao Oceano Pacífico. Já no Rio de Janeiro, entrevistado pela revista *Veja*, Pinochet discorreu sobre a evolução política do Chile, e declarou: “O Partido Comunista ainda está intacto, e também está o MIR; somente os socialistas foram desbaratados”. Suas palavras soaram como uma ameaça. Em todo Cone Sul, aqueles foram anos de sacrifício para milhares de militantes de esquerda. A muito custo o progressismo latino-americano superou os traumas daquele período.

ESTADO DE GUERRA

A caça aos vencidos começou no mesmo dia do golpe de Estado. Os partidários da Unidade Popular foram declarados “inimigos interno” e para enfrentá-los a Junta Militar convocou o Conselho de Guerra. A última vez que este órgão se reuniu foi na Guerra do Pacífico (1879–1883). Prisões improvisadas se multiplicaram por todo país: estádios de futebol, navios, ilhas, regimentos militares se converteram em campos de concentração. Cerca de 45 mil chilenos foram detidos no primeiro mês após o golpe.

Para a Ilha Dawson, ao sul do estreito de Magalhães, foram levados ministros e autoridades do governo Allende. Aí seriam tratados como prisioneiros de guerra. Para o Estádio do Chile, próximo à Estação Central, em Santiago, foi conduzido o poeta e cantor Victor Jara. Assim como ele, centenas de outros prisioneiros não resistiram

aos maus tratos dos interrogatórios comandados por um oficial de codinome *El Príncipe*. Muitos desapareceram. Outros se suicidaram.

No Estádio Nacional, também transformado em campo de detenção, os prisioneiros eram separados por classes: os trabalhadores em uma parte, os intelectuais em outra, as mulheres na piscina. As torturas eram realizadas no velódromo. Um oficial de codinome *Cóndor* organizava o interrogatório dos trabalhadores. O Estádio Regional, em Concepción, a Escola Militar, em Santiago, a Academia Naval, em Valparaíso foram outros centros de detenção, tortura e extermínio. Em meio às perseguições, as embaixadas estrangeiras se converteram em refúgio para milhares de militantes. Faltava espaço para todos.

Paralelamente às prisões ilegais, a Junta de Governo realizou o desmonte da institucionalidade democrática. Os partidos políticos da Unidade Popular foram os primeiros a serem proscritos, a CUT perdeu a personalidade jurídica, líderes sindicais e estudantis foram presos, o Congresso Nacional foi dissolvido, reitores das universidades foram afastados, a imprensa foi amordaçada, setores da igreja progressista foram atacados, servidores públicos foram perseguidos. Mais de 15 mil funcionários perderam o emprego até maio de 1974. Outros 30 mil foram afastados no ano seguinte. Mil professores e três mil técnicos administrativos foram expulsos das universidades, 20 mil estudantes se viram afetados e tiveram que abandonar os estudos. Assim eram os golpes de Estado, no século passado.

TERROR DE ESTADO

A Divisão de Inteligência Nacional (DINA) foi criada ao final de 1973 para unificar e coordenar os órgãos de informação. O novo órgão de repressão foi entregue ao comando do coronel Manuel Contreras Sepulveda, ex-aluno de Pinochet. “Nossa missão” declarou o coronel ao assumir o posto na presença de Pinochet, “será exterminar o marxismo e suas ideologias afins, como se fossem pragas”. Diretamente subordinada à Junta de Governo, a DINA estava hierarquicamente acima dos demais centros de inteligência. Funcionou até 1977, e contou com núcleos operacionais diversos, civis e militares, organizados em forma de rede: a Brigada de Inteligência Cidadã, a Brigada de Prisão e Interrogatório, a Brigada de Inteligência Metropolitana.

Sua estrutura foi se multiplicando em unidades, departamentos, regimentos, cada qual com uma missão específica: contra informação, contra insurgência, guerra psicológica. Posteriormente, se criou um departamento de operações exteriores. Este departamento foi o germe da Operação Condor. A maior preocupação de Contreras eram os Cordões Industriais, onde o MIR, a Esquerda Socialista e o Mapu OC ainda tinham influência política. Inicialmente a Dina foi um organismo semiclandestino, gozava de autonomia, recursos próprios e enormes poderes. Estavam sob o seu comando centros clandestinos de detenção e tortura, como os de *Tres Alamos e Villa Grimaldi*, em Santiago, onde se estima que tenham sido detidos

cerca de cinco mil chilenas e chilenos, entre eles Michelle Bachelet e sua mãe, Ángela Jeria.

Enquanto esteve à frente da DINA, 1.500 prisioneiros foram assassinados em uma das dependências do órgão. Os corpos de muitos deles nunca foram encontrados. Atualmente, *Villa Grimaldi* foi convertida no Parque pela Paz, inaugurado em março de 1997, no governo de Eduardo Frei. Aí se acham os trilhos encontrados na baía de Quintero, em Valparaíso, utilizados para amarrar os corpos de prisioneiros lançados ao mar. Em abril de 2004, *Villa Grimaldi* foi declarada Monumento Histórico Nacional, no governo de Ricardo Lagos. Em 2006, no primeiro governo de Michelle Bachelet, foi inaugurado o Teatro pela Vida. Em 2015, os chilenos saíram às ruas para festejar a morte de Contreras, que faleceu no cárcere, condenado à prisão perpétua.

ESCOLA DAS AMÉRICAS

Como tantos outros oficiais latino-americanos, o coronel Contreras passou pela Escola das Américas, instituto ligado ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundado em 1946, no Panamá. Estima-se que mais de 60 mil oficiais e policiais de 23 países da América Latina e Caribe tenham frequentado os cursos de contra insurgência ministrados por militares americanos no Panamá. Na década de 1960, no apogeu da guerra fria, o Exército dos EUA elaborou manuais de “interrogatórios coercivos” que foram empregados nas ações encobertas da CIA. Esses manuais foram difundidos entre os militares da região nos cursos da

famigerada Escola. Em 1984, a Escola das Américas transferiu-se para o estado da Geórgia, nos EUA, e desde 2001 passou a se chamar Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, onde encontra-se em funcionamento até hoje, apesar dos protestos dos grupos de Direitos Humanos que reclamam o seu fechamento.

Centenas de militares brasileiros frequentaram seus cursos, ao lado de colegas chilenos, argentinos, uruguaios, bolivianos e tantos outros oficiais dos demais países latino-americanos. A Escola das Américas foi uma instituição da Guerra Fria. Sua criação corresponde ao auge do macarthismo nos Estados Unidos. Na segunda metade dos anos 1940, quando os partidos comunistas foram proscritos na América Latina, muitos militares latino-americanos frequentavam os seus cursos no Panamá. Ao se iniciar o ciclo das ditaduras militares no Cone Sul, no final dos anos 1960 e início dos 1970, a Escola das Américas funcionou como uma academia de tortura. Além dos cursos, palestras e conferências onde se debatiam os riscos do comunismo internacional, ministravam-se aulas de tortura para a difusão de métodos de afogamento, eletrochoque e toda forma de sevícia na luta antissubversiva. Grupos de Direitos Humanos a chamam de Escola de Assassinos.

AS AÇÕES ENCOBERTAS

Em fevereiro de 1999, Bill Clinton, presidente dos EUA, ordenou a desclassificação dos documentos relativos à violação dos Direitos Humanos e violências políti-

cas praticadas no Chile entre 1968 e 1990. No princípio, a CIA se negou a cooperar, sob o argumento de que o material, altamente comprometedor, colocava em risco a segurança do país. Que risco poderia ser este, vinte e cinco anos depois dos acontecimentos? O problema é que os documentos contêm – além das provas contra as mais altas autoridades do país, a começar do presidente Richard Nixon e do Secretário de Estado Henri Kissinger –, pistas que denunciam *o modus operandi* como a CIA atuou no Chile e que serviu de modelo, nas décadas posteriores, para sua atuação no resto do mundo. Somente após a campanha pública encabeçada por Peter Kornbluh, diretor do projeto *Chile Documentation* do Arquivo Nacional de Segurança, os documentos foram liberados, mesmo assim com múltiplos trechos rasurados, cobertos por tarjas negras, como podem ser vistos na internet.

As primeiras provas dessa participação foram reveladas ainda nos anos 1970, pela Comissão Church, órgão integrado por 11 senadores americanos, encarregado de investigar o envolvimento do governo dos EUA no Golpe de Estado. O Informe da Comissão foi publicado em 1975, sob o título “Ações Encobertas no Chile 1963-1973”. Por meio deste Informe fica-se sabendo como o governo dos EUA, durante dez anos, sabotou e conspirou contra os interesses do povo chileno. Sempre com o objetivo de impedir que Allende chegasse à presidência, e de derrubá-lo caso fosse eleito.

O plano elaborado pela CIA e aprovado por Richard Nixon previa a realização de operações em duas frentes.

Track One, dirigida pelo Embaixador Korry e coordenada pela Secretaria de Estado, tinha caráter oficial e natureza política. Não foram poupados recursos, financeiros e humanos para que alcançasse seus fins. Além da Embaixada, participaram das operações empresas multinacionais americanas como a ITT e a Pepsi-Cola, instituições acadêmicas como a Universidade de Washington e a Universidade do Chile, e órgãos de imprensa como o jornal *El Mercurio*, do empresário Agustín Edward. A ITT controlava a Companhia de Telefones do Chile, e seu diretor, John McCone, havia sido um dos chefes da CIA. O presidente da Pepsi-Cola, Donald M. Kendal, foi patrão de Nixon, que trabalhou como advogado da Pepsi, antes de se tornar governador da Califórnia e chegar à Casa Branca. Foi Kendal quem agendou uma reunião entre Agustín Edward, do *El Mercurio*, e Richard Nixon, nas semanas que antecederam o golpe. Até hoje o jornal nega qualquer participação no golpe.

Track Two estava sob o comando do Diretor da CIA, Richard Helms, responsável pela realização das ações clandestinas da Agência de Inteligência no país. Tais iniciativas não conheceram limites. Sabotagens, sequestros, assassinatos formavam um cardápio de ações terroristas diversificadas. Assim como não havia limites legais, tampouco existia restrições financeira. Os Estados Unidos despejaram milhões de dólares para cobrir as despesas do plano, comprar o voto de parlamentares da oposição, armar os grupos fascistas. O sequestro e assassinato do general legalista René Schneider foi planejado pela CIA e teve a participação de Pátria e Liberdade, agrupamento fascista atuante no período.

As armas utilizadas, três submetralhadoras calibre 45, foram despachadas por correio diplomático de Washington à Santiago. Algumas semanas antes chegou ao país uma força tarefa da CIA, comandada por David Atlee Phillips, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, com 25 anos de experiência e longa lista de serviços prestados à Agência de Inteligência: participação no golpe de estado na Guatemala (1954); invasão à baía dos Porcos (1961); participação no golpe de estado no Brasil (1964); invasão a República Dominicana (1965). David conhecia muito bem o Chile, onde viveu e estudou depois da Guerra. O Informe Church e os documentos posteriormente desclassificados comprovam a autoria da Agência no assassinato do general Schneider. A manobra fracassou, e algumas semanas depois Salvador Allende assumiu a presidência do Chile.

Allende era considerado pelo governo americano mais ameaçador para os interesses dos Estados Unidos que o líder cubano Fidel Castro. Além da proximidade com a Argentina, o Peru e a Bolívia, países que contavam com partidos de esquerda e movimentos sociais organizados, o Chile caminhava em direção ao socialismo sem disparar um único tiro, tendo à frente um líder político preparado, que foi deputado aos 29 anos de idade, ministro da saúde aos 30, senador e presidente do senado no governo Frei, e que disputou eleições presidenciais em 1952, 1958 e 1964, antes de sagrar-se vitorioso nas eleições de 1970. Henry Kissinger temia que o exemplo chileno repercutisse não só entre os países da América Latina, mas também na

Europa, onde avançavam as ideias do eurocomunismo e cresciam as chances de os partidos comunistas chegarem ao poder pela via eleitoral.

A PARTICIPAÇÃO DO ITAMARATY

O governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer a Junta Militar chilena. Nos anos que antecederam o golpe, as relações mantidas entre os aparatos militares dos dois países se intensificaram enormemente. À época, eram notórias as conexões do embaixador brasileiro no Chile, Antônio Câmara Cascudo, com empresários, militares e políticos golpistas. A Embaixada do Brasil em Santiago abrigou encontros e reuniões das oposições. Telegramas do Consulado-Geral ao Ministro Mário Gibson Barbosa, ao longo do governo Allende, foram classificados como ultrassecretos. Códigos e codinomes utilizados nesses telegramas dão conta dessa colaboração. Uma suposta “Operação Asfaltamento” planejou o envio de dinheiro de empresários e armas do Brasil para o Chile. Tais fatos estão documentados e constam do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado pelo governo brasileiro em 2015.

É verdade que não foi uma colaboração desinteressada. O governo militar tinha intenção de pôr as mãos em centenas de militantes das esquerdas brasileiras que se exilaram no Chile. Após o Golpe de Estado, todos estrangeiros que ingressaram no país durante o governo Allende foram considerados suspeitos e indesejáveis. Muitos foram

parar no Estádio Nacional, onde alguns brasileiros perderam a vida. Centenas se refugiaram em embaixadas em Santiago. Não havia espaço para todos. A Embaixada da Argentina chegou a abrigar mais de quinhentos asilados de diversas nacionalidades e pelo menos 110 brasileiros. A Embaixada do Panamá recebeu cerca de 260 pessoas, entre as quais 80 brasileiros. As embaixadas do México, da Venezuela, da Itália, da Suécia e várias outras serviram de asilo a centenas de refugiados estrangeiros e brasileiros.

“ESSES SÃO PROFISSIONAIS”

A atuação do Estado brasileiro com relação aos seus cidadãos foi muito além da mera omissão em proteger a vida e a integridade física dos brasileiros. Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, o chefe da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (DSI/MRE), o então conselheiro Adolpho Correa de Sá e Benevides, enviou telegramas “secretos e urgentes” para as embaixadas do Brasil no Uruguai, Bolívia, Paraguai, Argentina e Peru solicitando informações sobre o ingresso de brasileiros procedentes do Chile nesses países. “Em decorrência do Golpe de Estado no Chile” explicava em um desses telegramas “é provável que os brasileiros subversivos lá refugiados estejam procurando abandonar o país e se dirigindo para os países limítrofes”. O governo queria ter acesso à relação dos brasileiros presos ou refugiados nas embaixadas no Chile. A DSI instruiu a Embaixada em Santiago sobre a situação

dos brasileiros “a fim de serem informadas às autoridades brasileiras de segurança”, o nome de todos os que se encontravam no Chile.

O incêndio do *La Moneda* destruiu os arquivos do Ministério do Interior, onde constavam os nomes dos estrangeiros. No Estádio Nacional, 4.400 prisioneiros foram submetidos a interrogatórios e uma das informações buscadas era o nome dos estrangeiros. O Consulado do Brasil em Santiago, transmitiu no dia 28 de setembro, uma lista com 52 brasileiros detidos no Estádio Nacional. A partir dessa informação preliminar, os serviços de inteligência do Brasil decidem enviar agentes para acompanhar os interrogatórios no Estádio Nacional e outros centros de detenção utilizados como campos provisórios de concentração.

Conforme consta do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, a presença de agentes brasileiros no Estádio Nacional é um fato notório. Vários depoimentos confirmam que esses agentes teriam orientado ou realizado interrogatórios de presos brasileiros. Alguns descreveram os agentes e sua atuação, inclusive a tortura por eles aplicada. De acordo com o Relatório da CNV, ao menos uma dessas sessões foi presenciada por um grupo de oficiais chilenos, cujo chefe se dirigiu a seus comandados, dizendo: “esses são profissionais, prestem atenção”, referindo-se aos torturadores brasileiros. Pelos depoimentos colhidos e documentos examinados, a CNV concluiu que não houve da parte do Itamaraty nenhuma iniciativa para proteger os nacionais que se achavam no país.

O GOLPE DE ESTADO DE 11 DE SETEMBRO DE 1973

“Temos que ser claros: foi um golpe mortal, porque não foi somente um golpe militar, mas também um golpe psicológico, sociológico e afetivo, que não somente golpeou o Estado e suas adjacências mas também dentro de nós mesmos. Mudou não somente a vida política, mas também a vida cotidiana, a vida privada, a identidade de cada um de nós. Ninguém estava preparado para um golpe de Estado que tivesse esse tipo de impacto, que transtornara até a psique, até os pensamentos mais íntimos. E isso que foi como poderia ter dito Gabriel García Márquez, a “crônica de um golpe anunciado”. Muitos sabíamos que viria, mas não assim, nessas proporções e com esse alcance mortal. Pra mim, pelo menos, era evidente que viria, que explodiria o que poderia ser o “enfrentamento”, e foi o que eu disse em várias de minhas intervenções públicas. Radomiro Tomic, nesse sentido, me fez uma observação crítica, de que com isso de anunciar o golpe, eu estava incorrendo na lenda grega da “profecia auto-realizada”... Mas pra mim não era um simples anúncio, já que todo o comportamento da direita, desde que Allende ganhou nas urnas, indicava que terminaria por desencadear um golpe militar ou de outro tipo. Eles começaram assassinando nada mais nada menos que o comandante em chefe do exército!... Eu pensava que ia ser um “enfrentamento”, uma confrontação entre duas forças, mas não pensava que não haveria enfrentamento algum, mas o que aconteceu finalmente foi um massacre unilateral. Estava claro que a direita não iria aceitar de jeito nenhum que fossem expropriados seus fundos, seus bancos, suas riquezas, para “distribuir melhor a renda nacional”... Jamais! Mas não todos temiam o que eu estava temendo. Entre nós tinham vários dirigentes e camaradas que negavam essa “possibilidade”, entre eles, meu amigo e chefe Salvador Allende. Na verdade, minhas únicas divergências importantes com

Salvador tinham a ver com a possibilidade do golpe e com que isso poderia significar para ele, para nós, para todo Chile. Discutimos isso muitas vezes. Já te disse que Salvador tinha uma fé cega na vigência da lei e, por isso, no respeito irrestrito dos militares à Constituição política. E se não discutíamos, ele evitava o tema, não era algo de que gostasse de falar. Então, usava de argumentos mais ou menos superficiais: “Não!... aqui não vai ter golpe. Não. Fica tranquilo.” Coisas assim. Só nos últimos dois meses e depois do “Tanquetazo” (tentativa fracassada de golpe de Estado em 29 Junho de 1973, liderado por uma divisão de blindados – NE), tomou consciência dessa “probabilidade”. Porque depois dessa tentativa e apesar de ter terminado em fracasso, o ambiente ficou muito carregado, com ameaças latentes com ideia fixa de que tinha sido somente um anúncio, uma espécie de “ensaio”...

Carlos Altamirano ■

Neoliberalismo, democracia protegida e resistência popular

INTRODUÇÃO

As críticas da esquerda latino-americana ao neoliberalismo enfatizaram os seus aspectos políticos, econômicos e sociais. A dimensão propriamente doutrinária, filosófica, dessa utopia conservadora permaneceu em segundo plano. No entanto, é justamente neste plano ideológico que reside a capacidade de reprodução e perpetuação do neoliberalismo, seu poder de assimilação por dirigentes políticos, cientistas sociais e meios de comunicação de massa, por meios dos quais ele se irradia sobre todo o tecido social.

Mais do que meras medidas macroeconômicas – que na América Latina ficaram conhecidas como “Pensamento Único” ou “Consenso de Washington” – o neoliberalismo é uma doutrina que encerra uma cosmovisão de mundo. Essa ideologia se impôs na segunda metade dos anos 1970, início dos 1980, e desde então constitui uma maneira par-

ricular de considerar as relações entre a ordem social e a ordem econômica. O mercado passou a ser concebido como um mecanismo natural que, deixado por sua própria conta, é capaz de levar espontaneamente ao equilíbrio, à estabilidade e ao crescimento. As intervenções dos poderes públicos constituem fatores perturbadores da ordem natural.

FRIEDRICH HAYEK

O neoliberalismo é ao mesmo tempo um conjunto de políticas e uma coleção de teorias, segundo Gilles Dostaler, nem sempre coerentes entre si, que têm por objetivo central o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social organizado após a Segunda Guerra Mundial e consolidado durante os chamados trinta anos gloriosos (1945 a 1975). A desaceleração econômica, a alta simultânea das taxas de inflação e o desemprego estão na origem da ofensiva neoliberal iniciada no princípio dos anos 1970. Convertido em teses por Milton Friedman, o pensamento doutrinário do austríaco Friedrich Hayek se transformou em um conjunto de políticas públicas que priorizam o combate ao *déficit* público e à inflação, deixando em segundo plano o desemprego.

A campanha contra os *déficits*, atribuídos ao modelo de gestão econômica keynesiana, levou a cortes de programas sociais, flexibilização dos mercados de trabalho, ofensiva contra os sindicatos, desregulamentação financeira, privatização de empresas e serviços públicos. Ao mesmo tempo em que programas de privatização e desregulação foram implementados em todo mundo, a partir dos anos

1990 se multiplicaram os acordos de livre comércio e circulação de capitais. Os Tratados de Livre Comércio, com suas cláusulas de proteção jurídica das empresas transnacionais, seus cronogramas de desgravação tarifária que não consideram as assimetrias econômicas nacionais, seus pacotes de proteção da propriedade intelectual altamente danosos para os países em desenvolvimento são a expressão dos mesmos princípios neoliberais em escala internacional.

O NEOLIBERALISMO CHILENO

O Chile foi o primeiro país em que o neoliberalismo foi implementado antes de se estender para o restante do mundo. O colapso da democracia, a eliminação dos partidos políticos e o fechamento dos sindicatos foram as condições para o seu desenvolvimento neste país. Em outros, como a História mostrou posteriormente, as políticas neoliberais foram implantadas por governos democráticos. Foram os partidos de direita que se apoderaram inicialmente dessa ideologia. Os republicanos, nos Estados Unidos, durante o governo de Ronald Reagan, e os conservadores, no Reino Unido, sob Margareth Thatcher. A medida que se consolidou como ideologia dominante, o neoliberalismo se propagou para o restante da Europa Ocidental, o Leste Europeu, a Ásia e a América Latina. Em países como a Espanha, de Felipe Gonzáles (1982–1996), ou Portugal, de Mário Soares (1986–1996), ou ainda a Itália, de Bettino Craxi (1983–1987), foram os partidos socialistas ou sociais-democratas, que tradicionalmente se apresentavam

como alternativas progressistas e popular, que se dispuseram a implementar as políticas neoliberais.

Desde logo convém registrar a existência de um descompasso entre as experiências chilena e brasileira neste particular. No Chile, a passagem do Estado Desenvolvementista para o Estado Neoliberal se completou antes da passagem da Ditadura para a Democracia. No Brasil foi o inverso: a passagem para a Democracia antecedeu a passagem para o Neoliberalismo. Esse descompasso está na origem das diferentes formas de ação política, social e sindical que se pode observar entre os dois países. No Chile prevaleceu, como se verá adiante, um modelo de transição que envolveu os partidos e sindicatos. Por meio da Concertación Social o sindicalismo chileno se incorporou ativamente às lutas pela redemocratização do país. Sua estratégia de buscar amplos entendimentos com os empresários e com o governo foi similar a dos partidos políticos. Foi uma estratégia de conciliação, distinta da estratégia de confronto que o sindicalismo brasileiro assumiu desde as greves no ABC e a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Milton Friedman, juntamente com o grupo de economistas ligados aos empresários que fizeram oposição ao governo da Unidade Popular, conhecidos como Chicago Boys, conduziu as reformas econômicas chilenas. As políticas neoliberais não foram implementadas de uma única vez. Nos primeiros anos após o golpe foram adotadas medidas de choque que resultaram em uma série de privatizações, desregulação financeira, redução das tarifas comer-

ciais, fim dos subsídios e devolução das terras e empresas expropriadas aos antigos proprietários. Podem-se mencionar, entre as políticas monetárias, financeiras e comerciais dessa fase inicial a redução da tarifa média de importação de 105%, em 1973, para 36% em 1976 e 10% em 1979; a estatização da dívida externa, a eliminação do controle de preços e o estabelecimento do câmbio fixo. Com respeito às privatizações, o programa chileno privatizou em quatro anos o dobro de empresas que a Inglaterra privatizou em oito anos.

O objetivo dessas políticas neoliberais, segundo Manuel Antonio Garretón, era erradicar o modelo socioeconômico prevalecente no país desde os anos 1920 (quando foram editadas as primeiras leis sociais chilenas) e consolidado nas quatro décadas seguintes, especialmente nos governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende. O neoliberalismo representou um “esforço fundacional” de criar uma economia de mercado na qual o respeito irrestrito à propriedade privada e o papel subsidiário do Estado não fossem questionados. Esse projeto ia além da economia e se expressou nas chamadas modernizações sociais nos campos da educação, da saúde, do trabalho, da segurança social etc, tendo culminado com a Constituição de 1980. Para Cecília Montero, além desses aspectos já mencionados, o individualismo, o tecnocratismo e o economicismo foram outros elementos centrais da ideologia neoliberal tal qual se aplicou no Chile. À luz desses princípios, a solução para os problemas sociais deveria ser buscada pelos próprios indivíduos, sem a interferência de

associações coletivas, e se basear em saberes técnicos “corretos”, em vez de falsas soluções políticas. Deveria, finalmente, estender a visão econômica, com suas leis estritas, para o restante da ordem social.

DA CONSTITUIÇÃO AUTORITÁRIA...

As iniciativas da ditadura chilena no campo institucional foram decisivas para a perpetuação do neoliberalismo. Pela primeira vez um governo militar recorreu a princípios jurídicos para prolongar a ordem autoritária. Desde sempre os militares lançaram mão de artifícios legais na busca de soluções de curto prazo. Em algumas experiências, como no caso brasileiro, os instrumentos jurídicos, revestidos de um caráter de exceção, assumiram a forma de Atos Institucionais. Jamais se conseguiu, por meio dessa legislação casuística, conferir legitimidade para regimes implantados por golpes de estado. No Chile foi diferente.

A Constituição de 1980 deu início a uma experiência institucional sem precedentes na América Latina. Aprovada em plebiscito realizado sem a supervisão de tribunais independentes, a Constituição representou a institucionalização do regime autoritário. Segundo resultados oficiais, 67% dos chilenos foram “a favor” da nova Constituição, conferindo legitimidade para o governo prosseguir o seu projeto de reestruturação da sociedade chilena. Salvaguardas constitucionais, introduzidas no texto sob a forma de “disposições transitórias”, atribuíam poderes autocráticos ao presidente, que passou a contar com a possibilidade

legal de decretar estado de emergência e estado de sítio, declarar guerra, indicar as autoridades militares de acordo com a Junta de governo e remover prefeitos.

Por meio da Constituição também foram definidos o itinerário da abertura tutelada, as regras e os prazos para a sua conclusão. De acordo com essas regras, Pinochet se manteria à frente do governo por um período de oito anos com poderes excepcionais atribuídos pelas disposições transitórias. Concluída essa fase as autoridades militares indicariam, por unanimidade, um substituto que seria submetido a plebiscito sucessório. Em caso de aprovação teria início um período de mais oito anos de governo, ao final do qual se convocariam eleições livres. Em caso de reprovação, eleições presidenciais seriam convocadas no prazo de um ano.

...À DEMOCRACIA PROTEGIDA

O período que se inaugura com a Constituição (1980) e se estende até a derrota do governo no plebiscito sucessório (1988) corresponde a uma “ditadura constitucional”, distinta da fase de “ditadura terrorista” iniciada com o golpe e caracterizada pela prática do terror de Estado. Trata-se de uma etapa, segundo Tomas Moulian, em que convivem uma Constituição real e outra virtual. Por um lado, encontram-se as bases legais de um virtual sistema semi-representativo com a participação de partidos políticos, a realização de eleições, a garantia de direitos individuais (*habeas corpus*) e coletivos (educação, saúde e meio

ambiente). Por outro lado, há as disposições transitórias, que concentram de fato poderes extraordinários nas mãos de Pinochet. A Constituição seria a expressão acabada do projeto de modernização formulado pelos militares.

“Democracia protegida” ou “nova democracia” eram, na linguagem da ditadura, as metas a serem alcançadas no processo de liberalização do regime. Essa utopia autoritária foi sendo construída como parte da estratégia de transição tutelada pelas Forças Armadas. É preciso assinalar que o processo de liberalização levado a cabo no Chile não guarda relação com as experiências apontadas por Guillermo O’Donnell. No Chile não se verificou uma “coalizão liberalizante” formada por setores “brandos” do governo e a oposição moderada. Os “brandos” chilenos eram todos “duros”, isto é, eles também não abriam mão da institucionalização do regime autoritário. A liberalização chilena foi realizada com o claro objetivo de perpetuar a ordem autoritária, e não de encontrar uma saída honrosa para ela.

A “democracia protegida” consistia na implantação de uma ordem pública na qual o processo decisório estivesse subordinado à racionalidade econômica. As decisões políticas deveriam ser tomadas de forma análoga às do mercado, ou seja, sem interferência da vontade ou intencionalidade dos atores políticos. A vontade popular deveria se subordinar aos requisitos do equilíbrio macroeconômico. Com a autolimitação da vontade se evitaria o caos das democracias populistas, nas quais as decisões estão sujeitas a compromissos e são adotadas em função de demandas e mobilizações de massas. A utopia autoritária estava basea-

da em uma “democracia sem incertezas”, cujos objetivos foram expressos na Constituição de 1980, e eram de conhecimento geral.

CRISE ECONÔMICA DE 1982

As primeiras ameaças aos planos de liberalização do governo surgiram com a crise econômica que atingiu o país em 1982 e a eclosão das mobilizações de massas contra a ditadura, que ficaram conhecidas como *protestas*.

Com relação à situação econômica deve-se notar que o programa de reformas implementado após o golpe consistiu basicamente na liberalização dos mercados, na abertura comercial e na privatização de empresas e serviços públicos. Em 1973, o Estado controlava 229 empresas e, ao término do regime, apenas seis permaneciam totalmente em suas mãos. O choque provocado pelas reformas não tardou a produzir vulnerabilidades externas e fortes desequilíbrios produtivos e financeiros internos. Empresários nacionais e setores das classes médias que apoiaram o golpe manifestaram os primeiros sinais de descontentamento com o governo e as suas políticas neoliberais. Em 1982 e 1983 uma crise decorrente do ajuste lançou o país em uma recessão sem precedentes.

Nesses anos, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um recuo de -13,4% e -3,5%, respectivamente; as taxas de desemprego atingiram 26,4% e 30,4%, isto é, um em cada três chilenos que procurava emprego não encontrava ocupação; os salários reais tiveram uma queda de 10% e

o salário-mínimo sofreu uma redução de 25%. A inflação foi de 20%, o dobro da registrada no princípio dos anos 1980, e o número de falências e fechamentos de empresas, em 1982, foi maior do que o verificado nos três anos seguintes ao golpe.

Com a crise econômica o dogma das políticas neoliberais foi abalado e as verdades que vinham sendo pregadas pelo governo se tornaram duvidosas e relativas. O exemplo do câmbio fixo é ilustrativo. A defesa intransigente dessa política neutralizou as críticas que atribuíam grande parte das dificuldades econômicas à sobrevalorização da moeda e ao *déficit* externo. O governo foi incapaz de enxergar os próprios sinais emitidos pelo mercado e postergou de forma irresponsável as mudanças na política cambial. Quando se decidiu pelo ajuste do câmbio era tarde demais. Em junho de 1982 o Banco Central foi forçado a fazer uma maxidesvalorização de 18% seguida de desvalorização mensal de 0,8%. A crise se tornou pública e indiscutível, despertando o desejo de mudança por parte da sociedade. Sob o impacto das dificuldades econômicas surgiram as primeiras manifestações de oposição social ao regime.

PROTESTAS SOCIAIS

As *protestas* foram a principal reação de massas contra Pinochet. A partir da sua eclosão, em maio de 1983, o país ingressou em uma conjuntura favorável às oposições, que passaram a ser guiadas pela lógica do confronto. Ainda sob o impacto da crise econômica, o governo foi surpreendido

pela maré de protestos nacionais e a ofensiva de movimentos sociais, associações de bairro, sindicatos, organizações estudantis, setores da igreja e partidos semiclandestinos que passaram a reclamar a volta à democracia. Até 1986 ocorreram dezenas de manifestações de oposição ao regime que podem ser incluídas no ciclo das *protestas*.

Inicialmente essas manifestações se revestiram de um caráter pacífico e multiclassista, consistindo basicamente na demonstração do descontentamento social através de métodos participativos como o acionar das buzinas dos automóveis, o apagar das luzes, ou ainda os tradicionais painéis. A convocatória da primeira *protesta* partiu do Comando dos Trabalhadores do Cobre – CTC. O crescente número de greves e grevistas registrado no período também é indicativo da presença sindical no contexto das *protestas*.

A atuação do CTC não só contribuiu para o reconhecimento nacional das primeiras manifestações, como também fortaleceu o caráter pacífico das ações propostas, capazes de serem aceitas e executadas por amplos setores. Para o setor sindical, o saldo organizativo das primeiras *protestas* foi a criação do Comando Nacional de Trabalhadores (CNT), constituindo o núcleo de rearticulação sindical que viria, em agosto de 1988, resultar na criação da *Central Unitária de Trabajadores (CUT)*. Não só os mineiros ou os setores mais pobres das *poblaciones* aderiram aos protestos nacionais realizados naquele ano. A classe média e média alta, os pequenos comerciantes e pequenos empresários se juntaram aos sindicalistas e estudantes nas manifestações contra Pinochet.

MORTE PROBABILÍSTICA

Nas *poblaciones* as *protestas* assumiam um caráter de classe e a ação dos *carabineros*, além de reprimir as manifestações políticas, tinha o objetivo de aterrorizar as classes populares. Centenas de mortes ocorreram nesses anos de confronto. As primeiras mortes, registradas em 1983, foram consideradas uma espécie de “acidente de trabalho”, causado pela ação exagerada dos *carabineros*. Depois da terceira *protesta* as mortes deixaram de ser acidentais. A partir de então, disparos aleatórios passaram a ser feitos propositadamente contra as multidões. O objetivo era espalhar o terror e inibir a adesão de distintos setores sociais às manifestações. Como nota Tomás Moulian, a “morte probabilística” provocada pelos disparos aleatórios contra a multidão não visava o militante ou o líder dos grupos de esquerda. Qualquer um poderia ser atingido, todos deveriam temer. O saldo da violência foi trágico, causou o refluxo do movimento e a revisão das formas de luta por parte de um setor das esquerdas:

Mortos por violência política (maio de 1983 a maio de 1986)

Ano	Civis	Extremistas	FF.AA	Carabineiros	Outros	Total
1983	56	8	3	8	-	75
1984	33	23	2	11	-	69
1985	34	12	4	5	3	58
1986	2	3	-	3	-	8
Total	125	46	9	27	3	210

Fonte: Enrique Cañas Kirby, op. cit. p. 195

Os confrontos mostraram para as oposições que o governo tinha uma capacidade de resistência muito acima do que se supunha. No auge do cerco das oposições o ditador teria declarado: “*la Constitución no se altera!*”.

PARTIDOS POLÍTICOS

Esses anos de mobilização social também foram anos de rearticulação dos partidos políticos. *Grosso modo* podem-se distinguir três blocos ou coalizões no interior das oposições democráticas, constituídas pela *Alianza Democrática* (AD), o *Movimiento Democrático Popular* (MDP) e, posteriormente, o *Bloco Socialista*.

A *Alianza Democrática*, de centro, foi uma coalizão hegemônica pelo Partido Democrata Cristão que assumiu um papel de destaque entre as forças de oposição moderada ao governo. A constituição da AD foi uma primeira tentativa de alcançar a *Concertación* política entre setores das oposições moderadas. Além do PDC e da Social Democracia, encontravam-se na AD partidos de direita que se opunham ao governo e alguns grupos do socialismo democrático. Sua estratégia consistia na articulação de um amplo leque oposicionista capaz de conjugar a mobilização social com a possibilidade de diálogo com o governo e, por meio de uma via pacífica, promover a reinstitucionalização do país.

O *Movimiento Democrático Popular*, da esquerda confrontacionista, agrupava o *Partido Comunista*, o *Movimiento de Izquierda Revolucionário*, MIR, e o setor ortodo-

xo do *Partido Socialista*. Esses partidos se orientavam por uma ruptura com o governo, privilegiavam a mobilização social e não descartavam “todas as formas de luta” contra o regime, como pregava o PC e a Frente Patriótica Manuel Rodrigues (FPMR). Os partidos agrupados no MDP não descartavam a perspectiva de um levante popular de caráter revolucionário para derrubar a ditadura. Entre os dois blocos se situavam as várias organizações socialistas. Desde 1970 o Partido Socialista estava dividido em duas correntes principais, o PS-Almeyda, de orientação ortodoxa marxista/leninista e o PS-Altamirano, de corte reformista.

Os partidos de direita também se agruparam. Os principais partidos que apoiaram Pinochet foram a *Unión Democrática Independiente* (UDI), o *Movimiento de Unidad Nacional* – (MUN), a *Renovación Nacional* – (RN) e o *Movimiento de Acción Nacional* – (MAN). Esses partidos adotavam um discurso antimarxista e apoiavam o itinerário de abertura definido pelo governo. Entre eles, o MUN foi o que mais se distanciou de Pinochet, e viria a assinar, juntamente com demais partidos de oposição, o Acordo Nacional para a Transição Plena à Democracia, documento que constituiu a primeira tentativa de passar da situação de confronto à negociação da transição. Mas foram as reorientações da esquerda que permitiram o deslocamento da aliança PC-PS, predominante nos tempos da Unidade Popular, para uma aproximação de setores “renovados” do PS com a Democracia Cristã. A criação do *Partido por la Democracia* - PPD, com raízes nos setores moderados do PS, foi a expressão dessa mudança no campo socialista. A

redefinição política para o centro deixou o Partido Comunista e o MIR isolados na esquerda.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Apesar das divergências entre os partidos de oposição, todos compartilharam, nessa conjuntura de mobilizações sociais, uma lógica maximalista com relação ao curso da transição. O recuo temporário do governo diante das *protestas* causou uma exagerada autoconfiança nas oposições, que passaram a acreditar na possibilidade de reinstitucionalização do país com a saída imediata de Pinochet. Se não havia acordo entre os partidos de centro esquerda com relação aos métodos que deveriam prevalecer, havia consenso de que o caminho para a democracia passava pela constituição de um Governo Provisório e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Com a fadiga das mobilizações e os primeiros sinais de recuperação econômica, a situação voltou a ser favorável ao governo, que se manteve aferrado ao itinerário da Constituição. Os setores moderados convergiram para a participação no plebiscito sucessório, constituíram a “Assembleia da Civilidade”, em abril de 1986 e assinaram o documento “Bases de Sustentação do Regime Democrático”, de agosto de 1986. Os partidos do MDP não assinaram o Acordo Nacional e tampouco aceitavam essa mudança de orientação. Em 2 de fevereiro de 1988, treze partidos de oposição concordaram em participar a favor do Não no plebiscito sucessório, dando origem à *Concertación de Partidos por el NO*.

DA *CONCERTACIÓN POR EL NO* À *CONCERTACIÓN POR LA DEMOCRACIA*

O plebiscito sucessório não tinha relação com o de 1980, por meio do qual se aprovou a Constituição chilena. Àquela altura os partidos estavam proscritos, não eram permitidas propagandas políticas e não havia registros eleitorais que pudessem confirmar o resultado do pleito. Agora a Justiça Eleitoral operava com autonomia relativa e o próprio governo tinha interesse em garantir a credibilidade da votação, uma vez que estava em jogo a legitimidade de um (provável) futuro “mandato” de Pinochet.

Ao ser indicado pela Junta Militar como o futuro presidente no caso da aprovação do Sim, Pinochet deu início a uma intensa propaganda das realizações do governo. A estratégia de comunicação consistiu em mostrar um Chile moderno e próspero, resultado das políticas econômicas implementadas desde o golpe. Buscava-se passar a imagem de que todos os chilenos foram seus beneficiários. “Somos milhões” e “Democracia Sim” foram alguns dos *slogans* criados pelos “marqueteiros” de Pinochet. A oposição, por sua vez, concentrou a sua estratégia em uma massiva campanha em favor da inscrição dos registros eleitorais. Avaliava-se que os setores favoráveis a Pinochet se mobilizaram primeiramente, embora os não inscritos constituíssem a maioria pelo Não. A campanha pela inscrição se estendeu de Norte a Sul do país. O esforço valeu a pena e resultou no mais elevado número de inscritos em toda a história eleitoral do país, chegando próximo a 92% do número potencial de eleitores.

A CUT participou ativamente da campanha em favor do Não, conclamando os trabalhadores a votarem contra a ditadura “que eliminou direitos elementares e benefícios adquiridos ao largo de muitos anos de dura luta”; “quebrou um grande número de empresas nacionais provocando os maiores níveis de desemprego”; “diminuiu brutalmente o poder aquisitivo dos salários, em benefício dos patrões e prejuízo dos trabalhadores”; “impôs uma legislação laboral que ampara os interesses dos empresários”; “perseguiu os sindicalistas e trabalhadores”. A Central exortava os trabalhadores a não se deixarem enganar pela propaganda do governo: “O triunfo popular não significará o caos. É Pinochet que representa o caos, a morte, a destruição de famílias e do convívio social”. Em sintonia com a *Concertación de Partidos por el NO*, pedia aos trabalhadores uma atitude vigilante para combater possíveis fraudes e uma conduta responsável em face da vitória: “O triunfo popular abrirá as portas para a alegria, que transbordará as casas, as ruas e os povos. Será a alegria de haver derrotado a violência e o ódio. Por isso, será uma alegria expressada com ordem, maturidade e responsabilidade”.

Em 5 de outubro de 1988 o regime foi derrotado por uma maioria de votos Não, que alcançou 54,7% das preferências, contra 43% de votos Sim, a favor da continuidade de Pinochet. Vitoriosa, a *Concertación de Partidos por el NO* iniciou a sua transformação na *Concertación de Partidos Por la Democracia*, uma ampla coalizão de centro-esquerda para disputar as eleições presidenciais de dezembro de 1989. Abandonou-se a ideia de exigir a saída

de Pinochet e a convocação de eleições imediatas, como originalmente havia se planejado como condição para a participação no plebiscito. Pinochet reconheceu a derrota eleitoral, embora a expressiva votação em favor do regime permitiu que ele continuasse agindo como vitorioso. Patricio Aylwin, da Democracia Cristá foi indicado o candidato único das oposições nas eleições presidenciais de dezembro de 1989, cujos resultados confirmaram a vitória sobre a ditadura.

Resultado das eleições presidenciais de 1989 (votos válidos)

Candidatos	Votos	%
Patricio Aylwin	3.849.584	55,1
Hernán Büchi	2.051.322	29,4
F. J. Errázuriz	1.076.587	15,5

Fonte: Serviço eleitoral

Juntamente com as eleições presidenciais realizaram-se eleições para o Congresso Nacional, para as quais se apresentaram três listas: a *Concertación de Partidos por la Democracia*, de centro-esquerda; *Democracia y Progreso*, de direita, e *Unidad por la Democracia*, de esquerda. Das 158 vagas em disputa – 120 na Câmara dos deputados e 38 no Senado – a *Concertación* ficou com 93, *Democracia y Progreso* 64, e *Unidad por la Democracia* com 2. Segundo defensores da alternativa negociada, a vitória de Aylwin foi possível graças à atuação moderada da *Concertación*.

Para o cientista político Angel Flisfich, a *Concertación* foi exitosa porque soube conjugar as pressões sociais em

favor das mudanças à manutenção dos equilíbrios econômicos herdados do governo militar. A *Concertación* teria agido com eficiência sobre duas ordens de problemas relacionados: a necessidade de neutralizar os riscos de uma regressão autoritária, impedindo a recomposição das forças de sustentação do antigo regime, e a criação de condições de governabilidade para o futuro governo democrático por meio da preservação das condições favoráveis ao crescimento econômico que se registrava desde 1985. Isso foi possível porque a *Concertación* definiu uma aliança de governo (e não de mera oposição) e soube se guiar por uma conduta racional e estratégica, “arquivando utopias” que poderiam colocar em risco a consolidação democrática.

Para os críticos da escolha negociada, a *Concertación* significou o esquecimento por parte da oposição de sua conduta de rejeição do regime político autoritário e seu modelo econômico. Como disse Tomás Moulian, a opção estratégica de aliança com setores da direita representou o abandono, “sem explicações plausíveis, das críticas realizadas à gestão macroeconômica, à modalidade das políticas sociais, aos papéis restringidos do Estado nesta área (...) e às políticas laborais”. Até hoje, a falta de acordo sobre o caráter da transição chilena na literatura política contrasta com o consenso ou a simulação do consenso que a tornou possível na prática.

Teoria (e prática) da conciliação

INTRODUÇÃO

Uma política de conciliação como estratégia de transição como a que ocorreu no Chile suscita problemas de ordem teórica e desdobramentos políticos que serão tratados brevemente neste capítulo. De modo geral, se questionam três aspectos da conciliação: 1) a (im)possibilidade de suspensão temporária do conflito constitutivo da sociedade, seja o conflito social, entre o capital e o trabalho, seja o conflito político, entre os que querem mandar e os que resistem a obedecer; 2) o caráter corporativo que reveste a dinâmica de conciliação; e 3) a exclusão de setores chaves da sociedade, que acabam de fora dos pactos políticos e sociais. À época da transição chilena, Adam Przeworski e Norbet Lerchner foram alguns cientistas políticos e sociais que chamaram a atenção para esses aspectos da problemática transição chilena.

A INCERTEZA DEMOCRÁTICA

Adam Przeworski, cientista político polonês, formulou uma pertinente crítica teórica à estratégia de conciliação como alternativa de redemocratização. Para ele, o traço essencial dos regimes autoritários reside no fato de que alguém (um partido, um grupo ou uma pessoa), tem a capacidade de evitar consequências políticas contrárias a seus interesses. Liberalização e democratização são etapas distintas do processo de transição que se distinguem precisamente nesse ponto. Enquanto o processo de liberalização mantém intacta a capacidade de os detentores do poder evitar uma situação indesejável (apesar da ampliação dos espaços de liberdade civil), em um processo de redemocratização os resultados do jogo político se tornam indeterminados e incertos.

A incerteza é uma virtude democrática. Em uma sociedade democrática, a indeterminação dos resultados do processo político está associada ao predomínio da vontade da maioria, inerente ao princípio da soberania popular. Alterações na composição da maioria podem resultar em alterações de compromissos originalmente estabelecidos por grupos ou partidos. Não existem acordos irrevogáveis na democracia, especialmente de conteúdo, como geralmente é o caso dos acordos estabelecidos nas transições negociadas. Também não existe garantia de que os compromissos serão obedecidos, posto que os acordos não vinculam judicialmente as partes envolvidas, não estando, portanto, previstas sanções legais para quem rompa o compromisso.

Os acordos tendem a se romper sempre que uma das partes supõe que o seu comprometimento não é recíproco e pode ser quebrado a qualquer momento pelas demais. O único compromisso possível na transição é com respeito às próprias regras democráticas.

Para que a transição avance é preciso que haja compromisso com essas regras. As instituições são o lugar central do que Przeworski chamou de pacto de “incertezas previsíveis”. Esse pacto não tem relação com pactos políticos e sociais que ancoraram a transição chilena. Ele se baseia na ideia de que o compromisso ante as regras é a principal condição para que os atores relevantes tenham alguma previsibilidade de que os seus interesses vitais não serão drasticamente afetados sob o novo regime democrático. Além de lutar contra a ditadura, os atores não abdicam de lutar para melhorar as condições dos embates futuros e garantir os seus interesses ante os aliados do momento. A democracia pode ser estabelecida quando um arranjo institucional forneça garantia aos atores relevantes de que o processo político competitivo próprio da democracia não afetará os interesses de qualquer agente específico no futuro.

A Constituição de 1980 e o projeto autoritário de democracia protegida significavam exatamente o contrário disso. Suas garantias institucionais pendiam todas para o lado dos partidários de Pinochet. A postura mais do que cautelosa das oposições democráticas postergou o problema. Inicialmente com a narrativa de evitar potenciais retrocessos autoritários. Mais tarde, como uma opção po-

lítica destinada a garantir a continuidade da coalizão de centro-esquerda no poder.

PACTO SOCIAL

Os pactos que sustentaram a transição chilena se expressaram por meio da Concertación Política e da Concertación Social. De acordo com Norbert Lechner, o problema principal do pacto social nos países da América Latina não estaria tanto no fato de existirem frequentemente mais de uma organização sindical ou empresarial, o que pulveriza o poder de representação dessas organizações. Para este cientista social alemão, que escolheu viver e trabalhar no Chile a ideia de “classes fundamentais” implícita na estratégia dos pactos sociais europeus é, comparativamente, muito mais relativa na América Latina. No Chile, após o impacto das reformas estruturais na sociedade, o peso estratégico do proletariado não era mais o mesmo de antes do golpe. A ênfase anterior no “operário” parecia haver se deslocado para o “popular”. Assentados na esfera da produção os sindicatos perderam poder de representação dos setores populares.

As organizações sindicais foram um dos alvos preferenciais da repressão durante a ditadura. O sindicalismo chileno não estava em condições de organizar importantes contingentes dos próprios trabalhadores assalariados de pequenas e médias empresas, os trabalhadores rurais e o crescente número de trabalhadores do setor informal. A exclusão desses setores colocava em dúvida a “capacidade

apaziguadora” dos acordos tripartites que, como se verá adiante, foi a forma como o sindicalismo se inseriu no processo de mudança política quando as oposições decidiram participar do plebiscito sucessório.

LEGISLAÇÃO DE AMARRE

Mesmo derrotado no plebiscito sucessório de 1988, Pinochet prosseguiu impondo a agenda política. Nem o calendário, nem as regras, nem o itinerário da transição consentida seriam alterados. Após o pleito, o ditador reafirmou que não aceitaria nenhuma mudança na Constituição de 1980 e, por meio de legislação ordinária, promoveu-se a regulamentação de vários de seus aspectos com o objetivo de resguardar prerrogativas das Forças Armadas e preservar o modelo econômico neoliberal. As únicas reformas constitucionais negociadas com a oposição foram as que aboliram a proscrição dos partidos marxistas, permitiram o aumento do número de senadores eleitos de 26 a 38 e estabeleceram a redução do mandato do presidente eleito em 1989 de oito para quatro anos. Essas reformas seriam aprovadas em um *referendum* realizado em 30 de julho de 1989, o que conferiu uma legitimidade ainda maior à Constituição de 1980.

Entre as mudanças legislativas de urgência impostas após o plebiscito destacam-se um conjunto de leis e medidas administrativas garantindo a autonomia do Banco Central, a independência do Conselho Nacional de Televisão em relação ao poder Executivo, a proibição de investi-

gação das violações dos Direitos Humanos, a permanência dos seguidores de Pinochet nos cargos públicos, o papel tutelar das Forças Armadas e a agilização das privatizações de serviços e empresas públicas. O objetivo dessas iniciativas, que ficaram conhecidas como “medidas de amarre”, foi o de impedir que futuras majorias alterassem a Constituição. O sistema eleitoral binominal, os senadores designados e as rígidas normas para a reforma constitucional são os pilares dessa legislação.

Além do tripé sustentado no sistema eleitoral binominal, nos senadores designados e na rigidez para reformar a Constituição, outras severas restrições foram impostas à democracia chilena, entre as quais se destacam a reorganização da Suprema Corte no final da ditadura, com a nomeação de sete membros leais a Pinochet; a inamovibilidade de Pinochet do posto de Comandante em Chefe do Exército entre 1990-1998; a designação de Pinochet como senador vitalício a partir de 1988; a inamovibilidade dos membros da Junta Militar; o fim do direito do presidente decretar a aposentadoria dos oficiais das Forças Armadas; a composição do Conselho de Segurança Nacional, em que quatro dos oito membros são militares; a inamovibilidade dos funcionários designados durante a ditadura; a proibição de investigação dos crimes praticados contra os direitos humanos durante a ditadura; a dissolução da Central Nacional de Informações (CNI), sucessora da Direção de Inteligência Nacional (Dina); a proibição de que o orçamento militar fosse inferior ao do ano de 1989; a destinação de 10% dos recursos obtidos com a venda do cobre

para as Forças Armadas. Quando os líderes dos partidos de centro-esquerda formaram a Concertación de Partidos por la Democracia e escolheram a via institucional, tudo isto era de conhecimento geral.

QUAL SOCIALISMO?

A Concertación foi um experimento único do progressismo chileno. Esta coalizão de centro-esquerda, integrada pela DC, o PS, o PPD e outros partidos menores, surgiu originalmente como uma frente de oposição para disputar o plebiscito sucessório de 1988. A decisão de enfrentar a ditadura nas urnas não foi uma escolha simples. Não existiam exemplos de ditadores derrotados em plebiscitos realizados sob a vigência de um estado de exceção. As incertezas eram inúmeras e reduzidas eram as chances de vitória. A estratégia institucional somente prevaleceu após fracassadas tentativas de derrubar o governo pela via insurrecional, com o apoio de greves massivas, mobilizações sociais e atentados à bomba. Esta escolha implicou uma revisão dos postulados tradicionais das esquerdas.

Quando a alternativa institucional finalmente prevaleceu, unindo as oposições na campanha de massas contra a continuidade de Pinochet, poucos podiam imaginar que a coalizão de centro-esquerda que disputou e venceu as eleições de 1989 permaneceria por vinte anos no poder. Sua permanência e longevidade desafiam analistas da cena chilena até hoje. Foram quatro presidentes durante esse longo ciclo de governos de centro-esquerda. Dois da DC:

ADEUS AO PROLETARIADO?

Patricio Aylwin (1990 – 1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994 – 2000); e dois do PS: Ricardo Lagos (2000 – 2006) e Michelle Bachelet (2006 – 2010). Este foi um período da história recente em que os caminhos do progressismo chileno e latino-americano se desencontraram.

De Luís Emilio Recabarren a Salvador Allende houve uma linha de continuidade ideológica entre as esquerdas chilenas. Durante meio século, a despeito das diferenças entre socialistas, comunistas, anarquistas e anarco-sindicalistas, as esquerdas abraçaram o socialismo e seus valores libertários como autêntica doutrina das classes dominadas. Os objetivos históricos de todos eles consistiam na abolição da propriedade privada, no fim da exploração capitalista e na emancipação da classe trabalhadora. O projeto de Constituição redigido por Recabarren, de 1921, e o programa de governo da Unidade Popular, de 1970, continham a mesma convicção de que a única forma de acabar com a desigualdade era pondo fim à propriedade privada e ao capitalismo.

O Chile assistiu muito cedo à formação de uma classe operária altamente concentrada nas regiões salitreiras, ao Norte, e nas minas de cobre, ao Sul. Constituída majoritariamente por trabalhadores mineiros, a classe operária chilena criou as suas primeiras organizações nacionais, federações operárias e partidos de esquerda na primeira metade do século passado. Os Partidos Comunista e So-

cialista tinham uma base social que o diferenciavam dos demais. Foram esses partidos os primeiros a questionar os limites de uma democracia restrita, oligárquica, e reclamar a democratização social e econômica como condição da modernização do país em benefício de todos os chilenos. O peso da classe trabalhadora chilena, sua densidade política, econômica, social e cultural, só fez aumentar. Nos anos 1970, o Partido Comunista Chileno era o maior Partido Comunista da América Latina.

FIM DAS TRADIÇÕES

Essa tradição foi quebrada nos anos 1980 pela reestruturação do capitalismo chileno, pela perseguição aos partidos de esquerda e pelo processo que ficou conhecido como renovação socialista ocorrido após o golpe. O discurso inicial dos militares chilenos enfatizou a natureza restauradora do golpe. Na tentativa de legitimá-lo, os ideólogos do regime argumentavam que a quebra da institucionalidade era transitória, e assim que fosse restaurada a ordem democrática o poder seria devolvido aos civis. Em vez disso, o que aconteceu com a evolução dos acontecimentos foi que a ditadura chilena se revestiu de um caráter fundacional. Por meio de uma revolução capitalista, o governo Pinochet implementou um arco de políticas macroeconômicas que produziu mudanças estruturais na economia e na sociedade chilenas.

O golpe não foi somente uma reação das classes dominantes e do imperialismo à socialização historicamente defendida pelas esquerdas chilenas. Foi também a instau-

ração de uma nova ordem, e configurou o maior projeto de reconversão conservadora do sistema capitalista já realizado na região. A ditadura fundou um modelo de sociedade baseada integralmente nos preceitos do neoliberalismo. Foi uma ruptura radical com quatro décadas de construção de um Estado de bem-estar que vinha sendo realizada desde os anos 1930. O golpe militar redefiniu o papel do Estado, dos partidos políticos, da política e das classes sociais fundamentais.

A fragmentação social e as desigualdades socioeconômicas que historicamente caracterizaram a sociedade chilena se ampliaram enormemente durante a ditadura, e o peso político, econômico, social e cultural da classe trabalhadora, que foi a principal base das esquerdas tradicionais, se reduziu visivelmente. Novos sujeitos sociais emergiram. Ao preservar as bases do modelo econômico implementado pela ditadura, a Concertación acabou perpetuando este modelo de sociedade, conformista, consumista e individualista. O progressismo chileno deu assim um giro inusitado.

SOCIAL-LIBERALISMO

O social-liberalismo remonta ao final dos anos 1980, quando o então primeiro-ministro britânico Tony Blair anunciou a decisão de convocar uma reunião internacional para discutir e atualizar as bases do pensamento social-democrata. O chamado movimento da Terceira Via, que emergiu de sucessivos encontros internacionais, reuniu

líderes como Lionel Jospin, primeiro ministro da França, Gerhard Schröder, primeiro ministro da Alemanha, Massimo D'Alema, primeiro ministro da Itália, Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil, Ricardo Lagos, presidente do Chile, além de Bill Clinton, presidente dos EUA e do próprio Tony Blair, primeiro ministro da Inglaterra. O sociólogo britânico Antony Giddens foi um de seus mais expressivos formuladores intelectuais.

O projeto consistiu em superar a velha social-democracia e o desgastado neoliberalismo. O resultado acabou sendo uma grande confusão ideológica. Em razão da queda dos paradigmas em vigor até então, a Terceira Via encontrou um ambiente intelectual e político para se propagar pela Europa e alcançar a América Latina. A queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e o avanço da globalização criaram condições para a revisão de modelos socioeconômicos consagrados. No caso da América Latina, a crise do Estado Desenvolvimentista e sua estratégia econômica de industrialização pela via da substituição das importações foi o pano de fundo em que se desenvolveram essas ideias. As sucessivas crises financeiras internacionais, a multiplicação dos conflitos militares e a montante do terrorismo internacional eram evidências de que o pensamento político do pós-guerra tinha se debilitado. Não era o Fim da História, como afiançavam os ideólogos do Mundo Livre, após o colapso da ex-União Soviética. No entanto, eram sinais de uma crise dos modelos baseados nos megastados e nos megamercados. Nem os primeiros, com o planejamento central, nem os segundos, com

o fundamentalismo de mercado, davam conta dos novos dilemas do capitalismo globalizado.

O Chile e o Brasil foram os maiores expoentes dessa inusitada tentativa ideológica de superação da social democracia e do neoliberalismo. Ricardo Lagos (2000–2006) e Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) se engajaram pessoalmente no projeto. Entusiasmado pela novidade, o presidente FHC chegou a declarar que a globalização, em outro contexto histórico, equivalia a um “Novo Renascimento”. Direita e Esquerda passaram a ser considerados dogmas do passado. A modernização consistiria, a partir de então, na combinação dos mecanismos de mercado, controle do *déficit* público e da inflação, com preocupações com o desenvolvimento social, em um contexto de globalização acelerada.

A partir dos anos 2000, a ideia perdeu fôlego em todo mundo. No Brasil as teses do social-liberalismo apenas serviram de maquiagem ideológica para as políticas neoliberais adotadas no governo Fernando Henrique Cardoso. Elas foram afastadas com a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, sobretudo no segundo mandato de Lula, quando se criaram as bases de um modelo neodesenvolvimentista de maior intervenção dos poderes públicos na gestão econômica e desenvolvimento social. No Chile, as teses do social-liberalismo de superação do neoliberalismo se chocaram contra a dura realidade da Constituição de 1980, que perpetuou o Estado neoliberal naquele país. Em 2010, a velha direita chilena, que se descolou da desgastada imagem do ditador (sem renunciar às suas ideias neoliberais) voltou ao poder com Sebastian Piñera.

A RENOVAÇÃO SOCIALISTA

Após o golpe, as principais lideranças do PC, do PS e do MIR tinham sido dizimadas. Muitos dirigentes estavam exilados. O movimento de renovação socialista nasceu de uma reflexão sobre a experiência do governo Allende na Europa, onde grande parte desses dirigentes se encontrava. A chamada renovação socialista teve início muitos anos antes, quando o plebiscito convocado por Pinochet, em 11 setembro de 1980, rachou a Unidade Popular. Os partidos Socialista e Comunistas se separaram diante do intento do governo legalizar a ditadura e estabelecer o percurso institucional para redemocratização do país. Essa divisão das esquerdas se manteve ao longo de toda Concertación. O Partido Socialista também se dividiu em duas alas: o PS-Altamirano, liderado por Carlos Altamirano, partidário da renovação socialista, e o PS-Almeyda, liderado por Clodomiro Almeyda, contrário às teses reformistas.

No Chile as condições políticas eram as mais adversas, e apenas um reduzido grupo de aguerridos militantes mantinham as estruturas políticas mínimas para a luta de resistência. Foi nesse ambiente que se constituíram os dois eixos que passaram a articular as esquerdas chilenas. Por um lado, se formou a Convergência Socialista, agrupamento constituído pelo PS-Altamirano, os dois Mapu e a Esquerda Cristã, todos propensos à uma autocrítica do período da Unidade Popular e à uma renovação do socialismo. Por outro lado, estavam o Partido Comunista, o PS-Almeyda, o MIR e setores do Partido Radical, todos refratários às te-

ses reformistas. Intelectuais de formação cristã, próximos a Convergência Socialista, tiveram um papel importante na conformação de uma aliança mais ampla do que aquela que existiu nos tempos da Unidade Popular.

Durante o governo da UP o Partido Comunista Chileno adotou posições moderadas e cautelosas. Alinhados com setores majoritários do PS, os comunistas apostaram na via pacífica defendida por Allende. “Consolidar para avançar” era o seu lema. De viés marcadamente reformista, a estratégia comunista consistia em evitar confrontos abertos. Receavam que a ocupação das fábricas e propriedades agrícolas saísse do controle, causando a reação dos golpistas e levando a enfrentamentos prejudiciais ao governo. Luis Corvalán foi o secretário-geral do partido durante todo período. Nos primeiros anos após o golpe, o PC preservou a mesma linha moderada e compartilhava com os demais partidos de centro-esquerda, inclusive a DC, a ideia de construção de uma ampla frente unitária para enfrentar a ditadura. Essa linha se manteve até 1980, quando Corvalán, desde o seu exílio em Moscou, anunciou uma nova estratégia do partido que previa o recurso a “todos os meios de luta, inclusive a violência aguda”. Desde então o distanciamento com os demais partidos da Concertación se aprofundou. Quando se produziu o frustrado atentado contra a vida do ditador, em 7 de setembro de 1986, as esquerdas que apoiaram o governo Allende se dividiram irremediavelmente: o Partido Socialista, até então aliado ao Partido Comunista, se uniu a Democracia Cristã.

Prenunciando a estratégia das oposições que viria prevalecer no plebiscito sucessório de 1988, alguns desses intelectuais, como Manuel Antonio Garretón, notaram que no Chile estava surgindo um “sujeito popular diversificado”, e que os partidos já não eram os únicos eixos condutores da política. Além de Garretón, faziam parte do grupo Enzo Faletto, Tomás Moulian, Augusto Varas, José Joaquín Brunner, Enrique Correa, Eugenio Tironi, Norbert Lechner, Rodrigo Baño, José Bengoa, Javier Martínez, entre outros.

Na frente sindical, Manuel Bustos e Almiro Guzmán encabeçaram a rearticulação do sindicalismo chileno, reunindo na Coordenadora Nacional Sindical, em fins de 1980, os sindicatos de esquerda que sobreviveram ao golpe. Ambos foram presos ao convocar um protesto nacional que contou com a adesão de amplos setores da sociedade chilena. Um Comitê de Defesa da Liberdade Sindical, integrado por representantes de todos os partidos de esquerda, foi um sinal de que estavam se gerando as condições para o surgimento de um grande movimento nacional, multipartidário e inter-setorial de resistência à ditadura. Nesse contexto, o MIR desenvolveu a Operação Retorno dos seus quadros no exterior, e o PC renovou a sua direção interna.

PELO VOTO OU PELAS ARMAS

As disputas eram acirradas no interior de cada agrupamento. A controvérsia entre os partidários da via institucional e os partidários da via insurrecional era motivo de

intenso debate político, dentro e fora do país. Em 1979, os socialistas chilenos ofereceram um contingente de militantes, a maioria com formação militar, para combater a ditadura Somoza, na Nicarágua. Os socialistas chilenos atuaram na Frente Benjamín Celedón, ao sul de Manágua, com o objetivo de quebrar as linhas de abastecimento do somozismo. Os comunistas chilenos apoiaram o sandinismo com um contingente de 200 militantes, todos com formação militar. O MIR também enviou combatentes para a Nicarágua. Não se tratava de um debate teórico entre as esquerdas, mas da discussão de estratégias políticas com distintos desdobramentos práticos.

Os defensores da luta armada formaram, em 1983, o Movimento Democrático Popular. Faziam parte desse agrupamento o PC, o PS-Almeyda e o MIR. Neste ano se realizaram as primeiras ações da Frente Patriótica Manuel Rodríguez, com vários atentados a torres de alta tensão. Naquela conjuntura de avanço das mobilizações contrárias ao governo, o PC assumiu definitivamente uma política insurrecional. As esquerdas renovadas, por sua vez, se reagruparam no Bloco Socialista. A poucos dias da sétima *protesta* seus líderes se reuniram no Teatro Caupolicán e divulgaram um documento que pela primeira vez vinculava os socialistas renovados com a Democracia Cristã.

No início de 1986, começaram a surgir as primeiras discrepâncias entre as esquerdas renovadas e os intelectuais que a haviam impulsionado. No mesmo ano se criou a Assembleia da Civilidade, reunindo amplos setores da esquerda com o intuito de retomar as *protestas*. A descoberta

do desembarque de armamento, supostamente procedente de Cuba para a Frente Patriótica Manuel Rodríguez, surpreendeu a oposição e frustrou a preparação de novas manifestações de massa. Em 7 de setembro de 1986, a 40 km de Santiago, ocorreu o fracassado atentado contra Pinochet. A Frente Patriótica Manuel Rodríguez planejou e comandou a ação, que levou à morte alguns seguranças de Pinochet, mas da qual o ditador saiu ileso.

A repressão que se seguiu foi intensa, desmobilizou o movimento de massas e isolou politicamente o PC. Com os ventos novamente a favor do governo, Pinochet retomou a iniciativa política para a realização do plebiscito sucessório. O fracassado atentado fortaleceu o governo. As esquerdas socialistas e comunistas se afastaram definitivamente. Para trilhar o caminho institucional, da conciliação sem ruptura, os socialistas renovados se aproximaram da Democracia Cristã e formaram o amplo leque oposicionista que derrotou o ditador no plebiscito sucessório de 1988.

A RENOVAÇÃO SOCIALISTA

“Eu penso que o movimento de esquerda, não pode nem deve morrer. A esquerda é a forma social e humanista de fazer história, de olhar o mundo, de se orientar para o futuro. Frente à realidade, qualquer que seja, a esquerda deve saber encontrar essa “forma” de olhar o mundo. Se a realidade muda, dentro ou fora de nosso controle, nós que reivindicamos a esquerda, temos de saber levantar novas

bandeiras de luta, novos ideais, uma nova teorização. Insisto que a esquerda e o socialismo e as correntes dentro da esquerda, são as que impulsionaram a razão de ser humanista no mundo, nos últimos dois séculos. Tem lançado as grandes ideias: tem lutado pela legislação trabalhista, pelo sistema de seguridade social, por uma educação universal gratuita e obrigatória, pelo sufrágio universal, os direitos da mulher etc. A direita – pelo menos no Chile – pelo contrário, se opôs a tudo isso. Rejeita a proteção ao trabalhador, mercantiliza a educação, freia a plena liberação da mulher etc. A esquerda tem iluminado o futuro. E isso explica, hoje, a grande desilusão com a política, o desencatamento com o futuro: porque não há esquerda. Porque não há nada que se oponha à direita. E esta não é capaz de encantar o mundo, a juventude. É incapaz de propor grandes ideias renovadoras, de mudança e transformação social, como disse o companheiro Gramsci. Por isso, é grave que não tenhamos uma esquerda no Chile. Porque, como disse há pouco: “o partido socialista chileno tem hoje mais diretores de empresa, do que dirigentes sindicais...”. É duro, eu sei. Mas é o que é. (...) Em todo caso, imagino a nova esquerda como um grande movimento social, não como um partido; como um movimento ao qual pode se incorporar todos os atores sociais possíveis, independentemente se operários, camponeses etc. Não se trata, então, de reconstruir partidos, mas de construir movimentos. Creio, além disso, que esse movimento não pode ser fundado em um catecismo ideológico, como aquele que escreveu Marta Harnecker, que nos canta novamente a ladainha da luta de classe, no velho estilo... Os novos movimentos trazem dentro de si meio mundo: empregados, profissionais, estudantes, trabalhadores, até padres e freiras. Estamos diante de outro tipo de atores e outro tipo de luta... Agora não

vemos na cena pública, nem a burguesia, nem o proletário industrial!... Por isso mesmo, não pode ser somente um movimento político: tem que ser também social, cultural e ético. Creio que, se não houver uma transformação na consciência da gente, não haverá nenhuma possibilidade de uma mudança revolucionária verdadeira...”

Carlos Altamirano ■

III PARTE

A Concertación de Partidos por la Democracia

INTRODUÇÃO

O balanço do progressismo chileno entre 1990 e 2010 deve levar em conta o contexto que antecedeu a chegada dos partidos da Concertación ao poder: a revolução neoliberal, o terror de Estado, a destruição dos sindicatos e partidos de esquerda, a chamada renovação socialista e a rearticulação dos partidos de centro-esquerda. Nessa nova etapa, a Democracia Cristá (DC) e o Partido Radical Social Democrata (PRSD) conformaram o centro da *Concertación*, enquanto o Partido Socialista (PS) e o Partido Pela Democracia (da Concertación) representaram a esquerda. Historicamente foram esses os partidos que governaram o Chile antes da ditadura. A Democracia Cristá, no governo de Eduardo Frei (1964 – 1970), e o Partido Socialista, juntamente com o Partido Comunista, no governo de Salvador Allende (1970 – 1973). A Concertación foi um experimento de

centro-esquerda. Mesmo nos governos Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, quando o polo de esquerda predominou sobre o centro, não houve mudança significativa de orientação política que tenha alterado a natureza centrista do experimento. Mais do que isso, nesses vinte anos, tanto uns quanto outros permaneceram reféns da Constituição neoliberal de 1980, que foi de fato quem governou o país.

QUAL PROGRESSISMO?

Fazer o balanço do período pressupõe refletir sobre a relação da Concertación com as heranças deixadas por Pinochet. As esquerdas latino-americanas do pós-Guerra Fria não deixaram de fazer a crítica, à luz das experiências socialistas do século passado, dos equívocos da esquerda tradicional de que bastava o poder de Estado para mudar a ordem social, ou que o partido único poderia representar a sociedade civil ou ainda que a socialização dos meios de produção seria, por si só, garantia do desenvolvimento econômico e do progresso social. Ao mesmo tempo, a nova esquerda do século XXI reforçou as críticas ao imperialismo, lutou pela radicalização da democracia, defendeu a intervenção do Estado no desenvolvimento socioeconômico, incorporou os novos temas da agenda social, a luta pela igualdade étnica, racial e de gênero, a defesa do meio ambiente, dos Direitos Humanos e da integração latino-americana para além dos acordos comerciais.

No Chile, ao contrário, a crítica radical das esquerdas dos anos 1960 ao capitalismo e ao imperialismo foi substi-

tuída, nos anos 1990, pela resignação da Concertación ao neoliberalismo e à globalização. No novo contexto, cabe a pergunta: poderia a Concertación ser considerada uma experiência progressista? O conceito se aplica ao país? Quando o assunto é a *performance* da Concertación, o pensamento social chileno, segundo Antonio Manuel Garretón, se divide em duas vertentes: a dos “autocomplacentes” e a dos “autoflagelados”. Não é tarefa fácil avaliar o período. Para os partidários do modelo que vigorou no pós-autoritarismo, os êxitos econômicos alcançados, traduzidos nas altas taxas de crescimento, controle da inflação, redução do *déficit* e diminuição da pobreza se devem à preservação dos equilíbrios macroeconômicos herdados da ditadura. Para os seus críticos a perpetuação do neoliberalismo agravou as desigualdades sociais, limitou a ação do Estado, subordinou os direitos coletivos às liberdades individuais, fragilizou a democracia e submeteu a política à lógica dos mercados globais.

FALSO DILEMA

Tanto uns quanto outros avaliam o período em termos de “limites” e “resultados” alcançados. Dessa forma, o debate de fundo, sobre a natureza política dessa coalizão de centro-esquerda acabou sendo adiado. Confrontada com a direita pura e crua chilena, elitista e autoritária como suas congêneres latino-americanas, a Concertación poderia ser considerada um caso particular de progressismo. Mas um progressismo resignado, ocupado com a gestão do neoli-

beralismo, temeroso de enfrentar os enclaves autoritários da Constituição de 1980, de promover a transformação política e social do país por meio de qualquer ruptura com o passado. Durante a Concertación, as discussões sobre as heranças do modelo socioeconômico foram bloqueadas, principalmente nos governos Patricio Aylwin e Eduardo Frei. Em ambos predominou o falso dilema que opunha a consolidação da democracia às reformas socioeconômicas.

O raciocínio era simples: ou bem se preserva a recém conquistada democracia, evitando o despertar de velhos fantasmas, ou bem se fazem as reformas socioeconômicas, correndo os riscos de uma regressão autoritária. Além disso, dizia-se que um fracasso ou desempenho econômico medíocre do governo Aylwin poderia representar a volta da direita nas eleições seguintes. O falso dilema serviu para impedir, em nome da democracia, qualquer discussão sobre a mudança do modelo vigente. Tudo que pudesse abalar os amplos consensos democráticos (que afinal não eram tão amplos assim) deveria ser evitado. Ao adiar por tempo indeterminado a discussão política sobre a herança da ditadura, a Concertación prolongou e legitimou a ordem neoliberal estabelecida pela Constituição de 1980, bem como a maior parte da legislação de amarre deixada por Pinochet.

Sem o necessário ajuste de contas com o passado, o paradoxo supremo da Concertación foi que, em nome da consolidação democrática, ela acabou consolidando os... enclaves autoritários. Se forem considerados apenas os critérios da democracia política (ou poliarquia, de Robert Dahl), o Chile poderia perfeitamente figurar entre os regimes de-

mocráticos, o país conta com autoridades públicas eleitas, eleições livres e imparciais, sufrágio universal, direito a competir a cargos públicos, liberdade de expressão, informação alternativa e liberdade de associação. Mas esse regime minimalista e procedimental não é o modelo de democracia das esquerdas e dos movimentos sociais do século XXI.

PROJETOS OPOSTOS

O neoliberalismo e o modelo democrático popular foram os dois grandes projetos que emergiram do processo de mudança política na América Latina ao final das ditaduras militares. Ambos permanecem no centro da disputa política do período histórico atual. Pelas razões já mencionadas, no Chile prevaleceu uma linha de continuidade, sem rupturas ou transformações institucionais com este modelo. No mesmo período, em outros países da região, se desenvolveram experimentos contrahegemônicos em matéria de aprofundamento e inovação democrática. A partir da construção de canais de participação social e da ampliação do campo da política, houve um processo de ressignificação da própria ideia de democracia. Evelina Dagnino é uma das cientistas sociais que vem se dedicando ao estudo dessas mudanças. Tais experiências demonstraram que é possível construir um novo projeto democrático baseado em princípios de extensão e generalização do exercício dos direitos, abertura de espaços públicos com capacidades decisórias, participação política dos cidadãos e reconhecimento e inclusão das diferenças.

Desse ponto de vista, a Concertación representou um desencontro entre o progressismo chileno e o progressismo latino-americano. Grande parte desse desencontro se deve ao descompasso anteriormente mencionado. O fato da transição ao neoliberalismo ter precedido a transição para a democracia, sendo concluído durante o regime de exceção, fragilizou enormemente o poder de resistência dos movimentos sociais. A CUT Chile e a CUT Brasil revelam esse desencontro no que concerne ao papel do movimento sindical. Enquanto a primeira adotou uma linha de conciliação, a segunda seguiu uma linha de confronto. No Brasil foram possíveis as greves gerais e as mobilizações de massa contra as privatizações. No Chile, as privatizações e as demais políticas neoliberais foram implementadas quando os dirigentes sindicais e as principais lideranças dos partidos políticos de esquerda tinham sido dizimados.

PATRICIO AYLWIN (1990–1994)

Patricio Aylwin estabeleceu como prioridades políticas do seu governo a manutenção do “entendimento nacional”, a “preservação dos equilíbrios macroeconômicos” e a “consolidação democrática”. Foi um governo de continuidade e não de mudança. As heranças políticas e o modelo socioeconômico da ditadura não foram questionadas. As políticas públicas aprovadas se subordinaram a amplos entendimentos com os partidos de oposição. Daí resultaram mudanças graduais, destinadas a corrigir os “excessos do modelo”, mas não de transformá-lo. A opção política

de preservar as estratégias econômicas da ditadura, fundadas na iniciativa privada, no livre mercado e no reduzido papel do Estado, condicionou a definição das demais políticas do período. Se estas escolhas se fizeram por pragmatismo, responsabilidade ou convicção ideológica é um tema até hoje em discussão.

A continuidade do modelo econômico neoliberal foi uma decisão política, calculada e implementada pela cúpula do governo. Aylwin considerava que um fracasso econômico poderia colocar em risco a estratégia de longo prazo da Concertación. Manter inalterado o modelo foi uma decisão do governo, com receio de que um desempenho medíocre da economia poderia criar dificuldades imprevisíveis nas eleições de 1994. O objetivo primário, portanto, era a continuidade da própria Concertación como coalizão de governo. Os defensores da ideia, a começar pelo pragmático Patricio Aylwin, consideram que a transição foi exitosa porque a coalizão de centro-esquerda foi capaz de garantir um alto grau de governabilidade. Em 1994, Eduardo Frei foi eleito com 57,9% dos votos, cifra nunca alcançada em uma eleição presidencial na história democrática do país.

Tendo a frente o ministro da Fazenda, Alejandro Foxley, os defensores da linha moderada argumentavam que, para manter a estabilidade e o crescimento econômico, o governo precisava conquistar a credibilidade dos empresários. Isto seria impossível com mudanças radicais do modelo. Carlos Ominami, ministro da Economia, defendia mudanças mais profundas. A tensão entre as duas estraté-

gias atravessou todo o período, incidindo nas demais áreas de governo, sempre com o predomínio da primeira. A Reforma Tributária, a Reforma Laboral e o encaminhamento do tema dos Direitos Humanos, aprovados no governo Aylwin, se caracterizam pela mesma prudência exagerada com que o governo tratou os temas econômicos. Ao criar a Comissão da Verdade e Conciliação, órgão do Estado encarregado de encaminhar o espinhoso tema dos Direitos Humanos, o presidente Patricio Aylwin teria declarado: “que se faça justiça na medida do possível”. “Na medida do possível” acabou se tornando o lema de todo o período concertacionista.

EDUARDO FREI RUIZ-TAGLE (1994–2000)

No governo Frei surgiram os primeiros sinais de divergência no interior da Concertación. Os temas políticos ganharam relevo e acabaram por se impor sobre a agenda da modernização estrategicamente formulada pelo governo. O propósito dessa agenda era decretar o fim da transição, o que adiaria por tempo indeterminado qualquer discussão sobre os enclaves autoritários e a continuidade do modelo. A resistência das Forças Armadas à prisão de Contreras, a interpretação da Lei de Anistia e a posse de Pinochet como senador vitalício foram alguns episódios que turvaram o ambiente político. Em 1998, a detenção do ex-ditador em Londres tornou ainda mais complexa a situação, sobretudo depois que o governo, em acordo com a oposição, posicionou-se a favor da repatriação do

ditador. Em meio à crispação do debate político e agravamento da crise econômica mundial, se tornaram públicas as tensões entre os partidos da Concertación, revelando as “duas almas” da coalizão. As diferenças entre “autocomplacentes” e “autoflagelados” se tornaram públicas.

A título de modernizar o país e aumentar a produtividade da economia chilena, Eduardo Frei traçou uma estratégia de inserção externa que exacerbou os fundamentos econômicos do modelo herdado, priorizando, em seu governo, os acordos e tratados de livre comércio. Os principais tratados por ele iniciados, e assinados no governo Lagos, foram com a União Europeia, os Estados Unidos e o Canadá, além de acordos com o México e a América Central. Foram os acordos comerciais que orientaram a política econômica do governo, e não o contrário. A estratégia consistiu em consolidar a posição do país como plataforma de exportação de bens e serviços, aprofundando a abertura externa presente desde a ditadura. A âncora do comércio externo balizou a centralidade da iniciativa privada, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização dos direitos trabalhistas.

A segunda linha de atuação do governo Frei foi em relação à Reforma do Estado. Assim ficaram conhecidas as políticas que vários países da América Latina adotaram, nos anos 1990, para ajustar o “tamanho”, a “eficiência” e o “papel do Estado” ao modelo econômico neoliberal. Na prática, essas reformas tinham por objetivo perpetuar o caráter subsidiário do Estado em face do mercado. No governo Frei, em que pese a imprecisão dos objetivos que

se pretendia alcançar, o projeto de modernização do Estado acabou se sobrepondo às exigências da democratização do Estado e, em vez de ensejar a discussão política sobre o legado institucional da ditadura e do seu modelo socioeconômico, a Reforma do Estado bloqueou uma vez mais essa necessária discussão.

RICARDO LAGOS (2000–2006)

Ricardo Lagos assumiu o governo em condições adversas, em um quadro de desaceleração do crescimento econômico e aumento do desemprego. Tais dificuldades, somadas às divergências políticas entre os partidos da Concertación, tiveram que ser enfrentadas com sagacidade. A liderança pessoal do presidente contribuiu para a construção de maiorias entre os dirigentes da Concertación. Internamente, o principal desafio consistiu em conquistar a confiança dos aliados da DC no primeiro presidente oriundo do PS. Para fora, com os olhos nos empresários e o intuito de recuperar a desgastada legitimidade da Concertación após 15 anos de poder, Lagos incorporou uma narrativa socialdemocrata referenciada na terceira via, projeto que abraçou pessoalmente com o suposto objetivo de “complementar” a economia de mercado com programas de desenvolvimento social. Era um sinal para tranquilizar a oposição temerosa de possíveis mudanças socioeconômicas. O terceiro governo da Concertación não realizou o ajuste de contas com o passado, e acabou cedendo o passo a uma estratégia de “gradualismo de longo prazo”,

eufemismo utilizado pelos defensores da continuidade do modelo neoliberal.

Com Ricardo Lagos iniciou-se o primeiro governo de um presidente oriundo do Partido Socialista durante a Concertación. Lagos seguiu o forte impulso à abertura da economia iniciada por Frei. Em seu governo foram assinados os Tratados de Livre Comércio com Estados Unidos e Europa. Os ministérios das áreas econômicas permaneceram sob o comando de ministros indicados pela Democracia Cristã e, para a presidência do Banco Central, foi nomeado um economista de direita. Para os críticos da Concertación, as escolhas do socialista representaram o aprofundamento do modelo neoliberal e a renúncia a um projeto de desenvolvimento nacional. As promessas de uma nova Constituição não foram cumpridas, e as reformas constitucionais realizadas em 2005 consolidaram e legitimaram o modelo neoliberal consagrado na Constituição de 1980.

Parte dos enclaves autoritários foi eliminada pelas reformas constitucionais, como os senadores vitalícios e designados, a inamovibilidade dos comandantes em chefe militares, o papel tutelar das Forças Armadas, a convocação do Conselho de Segurança Nacional pelos militares. As reformas foram realizadas pelo Congresso Nacional, como se fosse um assunto exclusivo dos partidos e do Estado. Não vingaram as propostas de convocatória de uma Assembleia Constituinte, o que restringiu enormemente a participação da cidadania. O sistema binominal foi mantido e o voto facultativo foi instituído, o que reforçou, por

MICHELE BACHELET (2006–2010)

mais esse viés liberal e antirrepublicano, a ordem neoliberal legada pela ditadura. Ao conferir às reformas o caráter de uma Nova Constituição, que deixou de ter a assinatura do general Pinochet e passou a ter a sua, Lagos acabou bloqueando a discussão futura sobre o tema.

A desigualdade social e a exclusão política se acentuaram nos três governos anteriores. Michele Bachelet estabeleceu como prioridade política de seu governo enfrentá-las. Apenas uma mudança da Constituição poderia acabar com o sistema eleitoral binominal, fórmula legada pela ditadura responsável pela exclusão das minorias políticas da representação parlamentar. Essa possibilidade, porém, estava descartada em razão das reformas constitucionais encaminhadas no governo Lagos, cujo resultado foi a manutenção do sistema eleitoral. Bachelet buscou dialogar com os movimentos sociais e concentrou-se na criação de uma rede de proteção social mais sólida que as anteriores. Tanto em uma área quanto na outra, deparou-se com as restrições institucionais contrárias a mudanças desses sistemas. Politicamente, o fracasso inicial do sistema de transporte público em Santiago afetou enormemente a popularidade da presidente.

No Congresso, Bachelet teve que enfrentar a permanente instabilidade da base de apoio. Os parlamentares da DC agiam como potenciais desertores, o que mantinha a presidente sob chantagem. O artifício consiste na troca de

apoio por privilégios e vantagens políticas. Analistas políticos consideram o fisiologismo e o clientelismo inerentes a este tipo de relação entre os poderes Executivo e Legislativo uma consequência do modelo presidencialista existente nos países da região. O que no Chile é chamado de “presidencialismo suprapartidário”, no Brasil é conhecido como “presidencialismo de coalisão”. Bachelet enfrentou muita dificuldade para manter a governabilidade.

Mesmo assim, dos quatro presidentes concertacionistas, Michele Bachelet foi a que alcançou maiores índices de apoio popular, em que pese a crise do transporte em Santiago e a manifestação estudantil. Mulher, socialista, divorciada, sua eleição foi um sinal das mudanças culturais que passava o país. No governo Lagos, ocupou a pasta da Saúde e tornou-se a primeira ministra da Defesa da América Latina. Paradoxalmente, seu governo não conseguiu eleger o sucessor, o que é revelador das contradições entre o discurso mais social-democrata de Bachelet em relação aos presidentes anteriores, e a preservação da mesma orientação neoliberal dos que a precederam. Ao mesmo tempo, foi a primeira presidente a se reeleger, desta vez não mais pela Concertación, que se desfez após o seu governo, mas pela *Nueva Mayoría*, coalizão mais ampla que chegou ao governo em 2014. Bachelet contornou os efeitos da crise econômica mundial com as receitas fiscais da mineração e os altos preços do cobre no mercado externo, aproximou o Chile dos países vizinhos da América Latina, exerceu a presidência da Unasul (2008–2009) e teve um importante papel na solução da crise boliviana, quando os governado-

res de oposição a Evo Morales ameaçaram realizar a secessão do país.

Em 2006 Bachelet enfrentou a massiva manifestação de 800 mil estudantes secundaristas que paralisaram e ocuparam as escolas em protesto contra a mercantilização do ensino e a privatização da educação. O sistema educacional legado pela ditadura e preservado pelos governos da Concertación é seguramente o mais perverso e excludente da região. Além de impedir o acesso das camadas mais pobres a educação, onera as famílias e equivale a um imposto regressivo. As reformas de Bachelet não resolveram o problema, e as manifestações ressurgiram no governo Piñera, revigoradas pela participação dos estudantes universitários mobilizados pela poderosa Federação dos Estudantes Chilenos (FECH). Paralelamente, Bachelet implementou ousadas políticas em matéria de proteção social e de gênero. Autorizou a distribuição gratuita da pílula do dia seguinte na rede pública de saúde para qualquer mulher acima dos 14 anos de idade, sem a necessidade de autorização dos responsáveis.

VISÃO DE CONJUNTO

Enclaves autoritários, hegemonia do mercado e papel subsidiário do Estado foram os traços essenciais do modelo chileno legado pela ditadura e preservado pelos governos democráticos. Ao longo de todo o período houve uma forte diminuição da pobreza, que passou de 40% ao final da ditadura para 15% em 2010. Mas o crescimento econômico não foi distribuído de forma equitativa entre os

chilenos e a desigualdade social se ampliou enormemente. No princípio dos anos 1970, o Chile ocupava a segunda posição entre os países sul-americanos em termos de distribuição de renda; nos anos 1990, o Chile se tornou o segundo país mais desigual da região.

A desigualdade social entre os indivíduos, grupos e classes sociais não é apenas o resultado das diferenças de rendimentos econômicos, mas incide igualmente nas condições de educação, saúde, acesso à cultura e ao lazer etc. O Retrato da Desigualdade no Chile, relatório divulgado em 2012 pelo presidente do Senado Chileno, o senador Camilo Escalona Medina, secretário-geral do Partido Socialista, revelou que a desigualdade não diminuiu durante os quatro governos da Concertación. “Salvo exceções”, observou o senador, “o que nasceu pobre não deixará de sê-lo em seus 70 ou 80 anos de vida que hoje a ciência médica pode oferecer, mas o fará em uma escola para pobres, viverá em uma moradia para pobres, terá uma maneira de falar e comportar-se e inclusive de tirar férias como pobres, assim como uma saúde de pobres”.

A desarticulação entre a política e a economia, o Estado e o mercado, segundo Antonio Manuel Garretón, foi a causa principal do desencontro entre o crescimento econômico e a distribuição da renda. A preservação das estratégias econômicas e as restrições aos avanços institucionais resultaram das condições em que foram negociadas a transição política chilena. Não basta reconhecer que se tratou de uma transição mal negociada. Teria sido melhor ter desbloqueado o debate político, ampliado a participa-

ção popular e mudado a Constituição para fazer o ajuste de contas com o passado, formulando um projeto nacional distinto do neoliberalismo.

Mas isto não foi feito. Faltou definição de um projeto nacional que priorizasse a democracia e a transformação socioeconômica do país. Depois de vinte anos de Concertación, o Chile permaneceu sendo a única democracia no mundo com uma Constituição imposta pela ditadura. Enquanto em outros países latino-americanos se multiplicavam experimentos progressistas pós-neoliberais, no Chile o neoliberalismo se legitimou e se consolidou como ideologia dominante. Os partidos de direita, que historicamente representavam um terço dos eleitores, ampliaram sua base social em prejuízo dos partidos de esquerda. Sebastián Piñera (2010–2014) foi o primeiro presidente da direita eleito pelo voto popular desde os anos 1950. O Partido Socialista, resignado com a jaula de aço do neoliberalismo, abandonou sem explicação plausível as críticas ao modelo herdado da ditadura.

Seria um equívoco atribuir apenas aos partidos políticos ou ao Estado a resignação diante do modelo herdado da ditadura. O conformismo se generalizou por toda sociedade chilena, e foi uma das heranças das transformações estruturais deixadas por Pinochet. Segundo Tomás Moulian, o processo de mercantilização que tomou conta da sociedade chilena foi uma consequência das privatizações. Ao transformar os direitos coletivos à saúde, educação, previdência social em serviços comprados no mercado, o neoliberalismo introduziu mudanças na sociedade que re-

significaram não só o papel do Estado, mas também das classes sociais e dos indivíduos. Sob o neoliberalismo, o indivíduo passou a situar-se acima da sociedade, que se tornou mais fragmentada e desigual. A perpetuação do modelo gerou uma sociedade cada vez mais individualista, consumista e conformista. O fim dos contratos coletivos de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas, como se verá a seguir, são uma das chaves para compreender essa mudança.

Ao fazer o balanço das políticas neoliberais nos países desenvolvidos, Perry Anderson chamou a atenção para a centralidade que representa para o desenvolvimento desse modelo a resignificação do papel dos sindicatos na sociedade moderna. No final dos anos 1980, a maior parte dos países da OCDE adotavam, em graus variados, receitas neoliberais. A prioridade pela estabilidade monetária, os cortes no orçamento, as concessões fiscais às empresas e o abandono do pleno emprego, produziram êxitos no controle da inflação e no equilíbrio fiscal. As taxas de lucro das empresas se recuperaram na maioria dos países da OCDE. Na Europa Ocidental essa recuperação foi impressionante, e as taxas de lucro passaram de 5,4% negativos, nos anos 1970, para 5,3% positivos nos anos 1980. Anderson concluiu que a derrota do movimento sindical foi o fator essencial para essa recuperação. Os sindicatos assumiram de fato uma posição muito mais moderada, e a razão para isso foi o crescimento das taxas de desemprego, “concebido como um mecanismo natural de qualquer economia de mercado eficiente”. Seguindo essa pista, veremos a se-

guir a evolução do sindicalismo nos anos da Concertación, uma vez que ela representa uma chave analítica importante para um balanço do período.

O CÓDIGO LABORAL

160

O Código Laboral da ditadura estabeleceu relações de trabalho consonantes com o modelo econômico neoliberal, livrando os empresários de sujeições contratuais e controles que implicassem aumento de custos para contratar, demitir ou utilizar a mão-de-obra em jornadas flexíveis de trabalho. Estava proibida a negociação coletiva por ramo de atividade econômica em nível nacional, regional ou local. A negociação somente era permitida no âmbito da empresa. Eram permitidos regimes especiais de contrato de trabalho, com uma variada gama de formas de remuneração, duração da jornada de trabalho, indenização em caso de demissão e horas extras. Quanto à previdência, foi introduzido o sistema de capitalização individual dos trabalhadores, sem contribuição do empregador.

A promulgação dessa legislação representou a eliminação de direitos dos trabalhadores e o enfraquecimento do papel das organizações sindicais. A CUT considerava que uma revisão da legislação trabalhista era uma condição para o avanço da redemocratização da sociedade que se iniciou com a Concertación. A Central defendia a revogação do Código Laboral e propôs a constituição de comissões de representantes do governo, dos trabalhadores e dos empresários para levar adiante a reforma da legislação

trabalhista. Sua proposta para o novo marco legal contemplava três eixos principais: sindicalização, negociação coletiva e contrato de trabalho.

A PLATAFORMA SINDICAL

Quanto ao direito de sindicalização, a Central reivindicava o reconhecimento legal das centrais sindicais, o direito a negociação coletiva das federações e confederações profissionais, a cotização compulsória dos trabalhadores (sindicalizados ou não), o fim das restrições legais à liberação dos dirigentes sindicais, a devolução dos bens dos sindicatos confiscados pela ditadura, o direito de sindicalização na administração pública. Com relação à negociação coletiva, a CUT propunha o fim das restrições a negociação nacional por ramo de atividade econômica, o restabelecimento de mecanismos tripartites, a extensão do contrato coletivo a todos os trabalhadores, o piso salarial vinculado ao contrato coletivo, o direito à informação estratégica da empresa.

Finalmente, quanto ao contrato individual e as normas de demissão, a CUT lutava pela restrição das demissões por necessidade da empresa, a elevação dos custos da demissão por justa causa, a indenização de um mês por ano de serviço, a consulta obrigatória ao Ministério da Economia e do Trabalho nos casos de demissões em massa, a reintegração do trabalhador em caso de demissão sem justa causa, a regulamentação estrita dos contratos de tempo determinado e de aprendiz. As Comissões Tripartites

REAÇÃO RESTAURADORA

reivindicadas pela Central jamais foram criadas. A Reforma Laboral foi feita pelo Congresso Nacional a partir de projetos de lei enviados pelo poder Executivo. Não vingou a proposta da CUT, mais participativa, de criação de comissões tripartites.

O governo temia que a discussão do Código Laboral resultasse em questionamentos sobre o modelo econômico. O encaminhamento dado ao tema trabalhista foi reativo. Edgardo Boeninger, ministro da Secretaria Geral da Presidência, tinha uma percepção dos desafios presentes nessa área que, segundo ele, exigiam respostas para quatro questões fundamentais: 1) “superar a falta de legitimidade social e política da normativa laboral imposta pelo regime militar”; 2) “colaborar na construção de consensos básicos, estendendo-os à ordem social-política de Concertación social” 3) “pôr em marcha políticas consistentes com a substituição da velha ordem laboral, surgida no marco da estratégia de substituição de importações em uma economia protegida, para a nova ordem requerida por uma economia de mercado que se integra ao mundo, com as consequentes exigências de produtividade e competitividade”; e 4) “contribuir com os objetivos de equidade social do governo”.

Como se depreende dessas preocupações, o principal dilema da Concertación residia em promover mudanças na legislação laboral, reclamadas e reconhecidas como uma exigência da redemocratização, evitando o retorno ao

modelo predominante antes do golpe militar. Realizar a reforma laboral afastando os riscos de uma “reação restauradora”, como se dizia nos círculos governamentais, era o desafio central do governo. Na prática, isto significava impedir a volta de uma legislação trabalhista protetiva, capaz de garantir direitos coletivos dos trabalhadores, em vez de mudanças superficiais para perpetuar as normas da flexibilização laboral defendidas pelos empresários. Os marcos gerais nos quais o governo situou o problema e propôs soluções consideradas mais adequadas para a questão laboral podem ser identificados na posição do ministro do Trabalho René Cortázar.

Para Cortázar, a solução do problema laboral deveria partir do reconhecimento não só das “insuficiências da resposta neoliberal”, predominante durante a ditadura, como também da constatação do “anacronismo da reação restauradora”, da parte dos que pregavam uma volta ao sistema anterior Unidade Popular. A verdadeira reforma deveria ter como objetivo “desenvolver os lineamentos básicos de um novo consenso social”. Essa maneira de encarar o problema implicava colocar a questão da legislação trabalhista de forma ambígua. Por um lado, reconhecia-se que o tema deveria ser alvo de mudanças, o que preocupava as organizações empresariais. Por outro lado, descartava-se qualquer possibilidade de mudanças que implicassem a volta ao modelo protetor em vigor até o golpe, contrariando as organizações sindicais. O governo se proclamava responsável pela realização de uma missão modernizadora que deveria lançar as bases de um novo modelo de regulação social.

Foi com essa narrativa social-liberal, pretensamente acima das visões neoliberais e restauradoras, que a Concertación encarou o problema da Reforma Laboral. O falso dilema democracia *versus* reformas socioeconômicas se tornou uma vacina ideológica contra qualquer tentativa de pensar o futuro da sociedade chilena em bases mais democráticas, em todos os setores. A Reforma Laboral deveria se realizar, conforme a ótica do ministro do Trabalho, de acordo com os princípios da “equidade”, da “participação e autonomia social” e da “eficácia para o desenvolvimento”. A moderação e os amplos consensos deveriam prevalecer acima de tudo. Em consequência, a Reforma Laboral foi bastante superficial, e não alterou o núcleo autoritário do sistema herdado. Foram feitas apenas mudanças pontuais.

SINDICALISMO SÓCIO-POLÍTICO

A experiência chilena mostrou que o modelo neoliberal de desregulação do mercado de trabalho e a flexibilização dos direitos é incompatível com o empoderamento dos sindicatos. Em uma economia de tipo neoliberal, os trabalhadores não são vistos como coletividade e as relações trabalhistas tendem a se organizar como relações atomizadas entre patrões e indivíduos assalariados. Os conflitos inerentes a essas relações são considerados problemas privados, portanto não dizem respeito à esfera pública e não fazem parte do campo dos direitos. Nesse tipo de sociedade, o contrato e a negociação coletiva são um

empecilho, enquanto que a flexibilização da legislação trabalhista, a desoneração do custo da contratação, demissão e utilização da mão de obra em jornadas elásticas, é um imperativo da competitividade e da eficácia empresarial. Em tal situação, os sindicatos têm grande dificuldade de articular o interesse coletivo dos trabalhadores e lutar pelo cumprimento dos direitos para defendê-lo.

O novo código laboral aprovado no governo Aylwin eliminou a proibição da negociação interempresas que constava da legislação autoritária. No entanto, a possibilidade de que esta modalidade de negociação ocorresse adquiriu um caráter voluntário, necessitando contar com a concordância prévia das partes. Bastaria os empregadores considerarem indesejável tal negociação para que ela não se concretizasse. Sob o novo código alguns trabalhadores se viram impossibilitados de negociar coletivamente, a não ser em certas condições, como no caso, por exemplo, de aprendizes, trabalhadores temporários, trabalhadores por tempo determinado ou tarefa. Entretanto, havendo concordância das partes, esses trabalhadores poderiam exercer a negociação coletiva e usufruir seus benefícios. A nova legislação estabeleceu que os trabalhadores que gozarem da extensão dos benefícios concedida pelos empregadores em decorrência da negociação coletiva deveriam contribuir para o sindicato com 75% da cotização ordinária paga pelos sócios. Essa mudança tinha o objetivo de estimular a ação sindical. A pesquisa confirma a hipótese de que “a cotização não se realiza em todos os casos em que deveria ocorrer. Isto pode depreender-se da disparidade das cifras

entre a extensão dos benefícios e a aplicação do desconto para a cotização sindical que estabelece a norma vigente”. O novo código regulamentou o exercício da greve. Por um lado, buscou-se ampliar o direito de greve, praticamente eliminado pela legislação autoritária; por outro, procurou-se oferecer certas garantias ao empregador, por meio da possibilidade de contratação de trabalhadores para substituir os grevistas. No caso de greve declarada sem a obediência de certas normas, a substituição poderia ser feita a partir do primeiro dia. Na prática, isso inviabilizou o direito de greve.

Pesquisa realizada pela OIT sobre as relações laborais chilenas no governo Aywlin, antes e depois da reforma laboral, as mudanças da legislação trabalhista não tiveram o alcance desejado pelo sindicalismo. Permaneceram incompletas, como a própria transição política. Com base nos resultados da pesquisa é possível afirmar que as relações capital/trabalho permanecem pautadas pela matriz autoritária da legislação da ditadura. Isto significa que a maioria das empresas mantém as mesmas relações do passado, desrespeitando direitos trabalhistas e praticando a perseguição aos líderes sindicais. Nas empresas do Estado, persiste o mesmo padrão autoritário e hierárquico e o governo, ao preservar as bases da política econômica herdadas da ditadura, não pode apresentar uma solução aceitável para o problema da flexibilização da legislação laboral.

A CONCERTACIÓN

“Sem margem a dúvidas, a Concertación, no Chile, não foi até hoje uma força sociocultural transformadora. A contrário: tem sido uma força conservadora, no sentido de que preservou e estilizou o modelo neoliberal de Pinochet (tanto que, num eventual governo de direita, esta se esforce para continuar a mesma linha). Pior ainda: estendeu a infecção capitalista e direitista ao extremo de reduzir sua própria base eleitoral, em benefício da direita. Neste plano, o Partido Socialista se somou com entusiasmo a este conservadorismo e se bateu por ele, abdicando da sua clássica condição de vanguarda ideológica, popular, política. Está amarrado ao modelo de corpo e alma. E Emilio Escalona (secretário-geral do PS), tratou de sustentar sobre suas costas, com a fé de um carbonário, o modelo neoliberal e a globalização completa... em uma atitude de servilismo verdadeiramente titânico... Meu amigo Jorge Arrate, em troca, está tratando de fazer algo, por dentro e por fora, mas com poucas possibilidades de mudar essa obsessão... Sem esquerda verdadeira (e inclusive, sem uma verdadeira centro-esquerda), o campo político fica propício para a triunfal aterrissagem de vivarachos e pilastrines (...). Hoje, tudo está revolto, tudo. Há correligionários que dirigem transnacionais, como se não fosse nada. Movem-se ao largo desses fios semi-invisíveis que unem o Estado e o mercado. Todos usam os mesmos fios para passar de um lado a outro. Por isso é que, fora do semicírculo, são todos amigos. Os mais inteligentes vão por estes fios, indo e vindo, tecendo e destecendo, como aranhas virtuais. Até que de repente baixam por aí, e aparecem como milionários, vestidos com trajes Armani, viajando pelo mundo, almoçando em Borde Río, veraneando em Cachagua...” Carlos Altamirano.

O interregno Piñera e o retorno de Bachelet

INTRODUÇÃO

A direita chilena chegou ao poder por meio do voto popular vinte anos após o término da ditadura de Augusto Pinochet. Para vencer as eleições em 2010, Sebastián Piñera contou com os erros do progressismo chileno e com o desgaste dos governos *concertacionistas*. Na campanha eleitoral, sua equipe construiu uma narrativa de distanciamento em relação à Pinochet. Àquela altura – após a prisão em Londres e o caso de corrupção, conhecido como Pinocheques – a aproximação com o velho ditador não ajudaria a conquista dos votos necessários para derrotar o candidato da *Concertación*, o democrata cristão Eduardo Frei. Eram outros tempos e Piñera desenhou uma estratégia de distanciamento da velha direita, representada pela UDI. Ex-presidente da Renovação Nacional (1989 – 2010), ex-senador da República (1990 – 1998), político

e empresário, Piñera encarnou o espírito de uma direita “renovada” e “moderna”. Prometeu levar o Chile para o clube das nações desenvolvidas.

CONTINUIDADE

170

O candidato direitista venceu as eleições presidenciais de 2010 com 52% dos votos válidos, contra 48% de Frei, uma diferença de pouco mais de 220 mil votos. Eleitores que tradicionalmente votavam nos partidos de centro-esquerda também ajudaram a elegê-lo – menos pelas supostas qualidades de Piñera, do que pela impaciência com o progressismo, que se mostrou incapaz de fazer as sempre adiadas mudanças superadoras do modelo neoliberal. Foi em grande parte um voto de protesto que o elegeu. Marco Enríquez-Ominami, a principal novidade das eleições daquele ano, não conseguiu transformar essa insatisfação em uma alternativa de esquerda à *Concertación*. Piñera se tornou o primeiro presidente de direita eleito pelo voto popular desde o governo de Jorge Alessandri (1958–1964).

Seu governo não foi de ruptura, mas de continuidade. Após quatro anos de um mandato impopular e conflitivo, Piñera não conseguiu o apoio necessário para fazer o sucessor. O experimento direitista chileno se revelou de fôlego curto. Ao mesmo tempo que desagradou a velha direita, não logrou a adesão das novas gerações insatisfeitas com os governos da *Concertación*. Não foi a volta das privatizações ou do controle monetário e fiscal, desejados pela direita pura e crua, nem o fim dos modestos progra-

mas sociais, temido pelas esquerdas. Foi uma adaptação, sem sobressaltos, ao capitalismo chileno nos moldes em que ele havia herdado do progressismo.

Encerrado o interregno direitista, Michelle Bachelet retornou ao *La Moneda* em 2014, desta vez à frente de uma aliança progressista denominada *Nueva Mayoría*. A coalizão de centro-esquerda, herdeira da *Concertación*, foi integrada pelo Partido Democrata Cristão (DC), Partido Socialista (PS), Partido pela Democracia (PPD), Partido Comunista (PCCh). Bachelet bateu a candidata da *Alianza*, Evelyn Matheí, ao obter 62% dos votos no segundo turno. A coalizão de centro-direita foi integrada pela União Democrática Independente (UDI), a Renovação Nacional (RN) e os *gremialistas*. Michelle Bachelet se elegeu com um programa de reformas, entre as quais se destacam a Reforma Tributária, a Reforma Educacional, a Reforma Eleitoral e a promessa de uma Nova Constituição.

A NOVA DIREITA

Sebastián Piñera, o bilionário presidente que governou o Chile entre 2010 e 2014, é originário de uma família rica e aristocrática. Seu pai, José Piñera Carvallo, empresário e diplomata, foi um dos fundadores da Democracia Cristã Chilena. Ao final da ditadura, Piñera flertou com a UDI, e foi coordenador nacional da campanha de Hernan Buchi, candidato de Pinochet nas eleições presidenciais de 1989, vencida por Patricio Aylwin. Quando seus aliados

imaginavam que Piñera se aproximaria da DC, ele se filiou à Renovação Nacional, partido de centro-direita do qual se tornou presidente. Piñera integrou, juntamente com Evelyn Mathei, a “patrulha juvenil” da RN, grupo de jovens políticos que disputou a direção do partido. A RN foi o primeiro partido legalizado no Chile após a ditadura.

Economista, formado pela Universidade Católica do Chile, pós-graduado em Harvard e empresário, Piñera é dono de uma das maiores fortunas do país, calculada pela Revista *Forbes* em US\$ 1,2 bilhões, em 2007, que dobrou para US\$ 2,4 bilhões, em 2011, um ano após a sua chegada à presidência. Piñera iniciou sua carreira de empresário no setor financeiro, tendo se envolvido em uma fraude contra o Banco de Talca, que quebrou pouco depois. Considerado responsável pela falência do Banco, Piñera tornou-se réu em 1982 e foi tido como foragido da justiça quando recebeu ordem de prisão e não se apresentou por 24 dias. Livrou-se na Suprema Corte por influência do irmão, o então ministro do Trabalho de Pinochet, José Piñera.

O jovem empresário passou então a investir no setor imobiliário. Além de casas de alto padrão, ergueu um conjunto turístico na Ilha de Chiloé, ao Sul do Chile, onde comprou mais de 100 mil hectares de florestas nativas, praticando toda sorte de crimes ambientais e violando direitos ancestrais do povo Huilliche. Em 1994 adquiriu ações da empresa aérea LAN, da qual chegou a presidência. Ampliou notavelmente a companhia, que além do espaço aéreo nacional passou a atuar nos países vizinhos, com a criação da LAN Peru, LAN Equador e LAN Argen-

tina. A partir daí Piñera começou a construir a imagem de empresário moderno, competente e bem-sucedido. Foi presidente da Apple Chile, tornou-se acionista da Entel, empresa de telecomunicações do Chile, e do canal de televisão *Chilevisión*, antes de se tornar o maior acionista individual do Colo-Colo, uma das mais populares equipes do emergente futebol chileno.

Piñera levou para a política a visão de mundo dos negócios. Apresentou-se nas eleições de 2010 como o candidato de uma direita renovada, que tiraria o país da letargia burocrática dos governos da *Concertación*. Como empresário, nunca produziu um parafuso. Construiu sua fortuna através dos negócios financeiros ajustados ao capitalismo chileno. Como candidato, dirigiu-se a todos os chilenos como se fossem consumidores e não cidadãos. Empenhou seu sucesso empresarial para sustentar uma narrativa eleitoral de eficiência do Estado. Bem administrado, o Estado voltaria a prestar serviços de qualidade e pronta entrega aos cidadãos-consumidores. Pediu a todos que se esquecessem do passado, das disputas políticas e ideológicas. Seu discurso de político-empresário, vencedor e confiante, contrastava com o discurso continuísta de Eduardo Frei, candidato de uma *Concertación* dividida entre “autocomplacentes” e “autoflagelados”. Em seu governo os técnicos substituíram os políticos – inclusive dos partidos tradicionais de direita. Os Piñera Boys, versão renovada dos Chicago Boys, foram recrutados entre os empresários, os economistas, os universitários e especialistas, causando protestos no parlamento, até mesmo dos partidos de sua base de apoio.

A VELHA DIREITA

É verdade que a direita chilena não surgiu com o neoliberalismo durante a ditadura. O Estado centralizado instituído por Diego Portales no século XIX foi um Estado autoritário e antiliberal, desde sempre controlado por uma elite branca, católica e conservadora, de origem aristocrática e rural. A partir da Independência, consolidou-se no país o lema nacional “*por la razón o la fuerza*”, consigna indicativa do modo de ser, pensar e agir dessa elite política. Foram em vão os esforços da *Concertación* para mudá-lo para o menos belicoso “*la fuerza de la razón*”. Até hoje o lema está inscrito no Escudo Nacional e nas moedas em circulação no país.

Com o alvorecer do Chile moderno, no princípio do século passado, aportaram as novas correntes do pensamento autoritário e antiliberal no país. Nos anos 1920, o surgimento de ideologias nacionalistas, corporativistas e fascistas vieram se somar às correntes do pensamento tradicionalista cristão e seus dogmas de Deus, família e propriedade. Tais ideologias viriam compor o repertório fascista de grupos da extrema direita, como Pátria e Liberdade, responsável por ações terroristas e sabotagem do governo Allende. A Renovação Nacional (RN) e a União Democrática Independente (UDI) são as agremiações de centro-direita e direita mais ou menos tributárias dessas correntes ideológicas autoritárias e conservadoras.

Foi durante a ditadura que o fascismo e o neoliberalismo se encontraram. O casamento de Pinochet com

Hayek não foi por amor, foi por conveniência. Por mais que desprezasse a democracia e combatesse a servidão do indivíduo à sociedade, Hayek não foi adepto do fascismo, muito menos de sua política de massas e anulação do indivíduo. Pinochet, por sua vez, não tinha a menor da ideia de economia, nem de seus fundamentos clássicos ou neoclássicos, liberais ou neoliberais, quando chegou ao poder. O casamento entre os dois foi como esses matrimônios arranjados, de circunstância. Jovens profissionais egressos da Universidade Católica e da Universidade do Chile, em sua maioria economistas, cientistas sociais e advogados, com pós-graduação nas universidades de Harvard e Chicago, tiveram um papel decisivo para a concretização desse matrimônio. Está por ser contada de forma sistemática e pormenorizada a contribuição dessas instituições, especialmente da PUC, ao pensamento legalista e conservador.

José Piñera e Jaime Guzmán são exemplos de jovens egressos da Universidade Católica que se tornaram próximos colaboradores de Pinochet. Irmão mais velho de Sebastián, José Piñera foi Ministro do Trabalho, autor do Código Laboral e da Reforma Previdenciária, responsáveis pela flexibilização da legislação trabalhista, dos contratos de trabalho e dos direitos laborais, assim como pela privatização do sistema previdenciário, peças-chave das políticas neoliberais da ditadura. Jaime Guzmán, advogado e senador da República, foi um dos autores da Constituição de 1980. De família tradicional, católica e conservadora, o antimarxista Guzmán foi um intelectual legalista. Integrou o agrupamento fascista Pátria e Liberdade, responsá-

vel por ações clandestinas da CIA durante o governo da Unidade Popular.

Guzmán foi criador e um dos principais ideólogos do *gremialismo chileno*, movimento de cunho fascista, contrário à reforma universitária impulsionada por estudantes de esquerda nos anos 1960. O *gremialismo* começou na PUC e se espalhou por várias universidades chilenas. Disputou com o Partido Comunista e o Partido Socialista o controle do movimento estudantil nos anos 1960. Durante o governo da UP, penetrou nos bairros populares. A doutrina *gremialista* atribui à moral individual um valor supremo, superior ao Estado e às organizações sociais. Guzmán foi fundador da UDI. Em abril de 1991, Jaime Guzmán foi morto em um atentado da Frente Patriótica Manuel Rodríguez, quando saía da PUC, onde lecionava Direito Constitucional. Apesar de laços consanguíneos e ideológicos com ambos, é desse passado que Sebastián Piñera pretendia se afastar.

POR QUE NÃO ME QUEREM?

A alternativa de centro-direita à *Concertación* revelou-se um fracasso no poder. Não tanto pelo que Piñera fez ou deixou de fazer, pois o seu governo foi em realidade um governo de continuidade, sem sobressaltos ou mudanças significativas de rumo do modelo econômico, político e institucional herdado do progressismo. O modelo chileno estava dado desde a ditadura, congelado pela Constituição de 1980. Pouco mudou nos governos

posteriores da *Concertación*. E para as forças de centro-direita que o apoiavam, não havia mesmo que mudar. A frustração social e a queda acelerada da popularidade do presidente nas pesquisas se explicam por uma razão mais simples: os chilenos foram induzidos a acreditar na suposta eficiência do Estado empresarial. Imaginaram que o país ingressaria da noite para o dia no primeiro mundo e que o desenvolvimento seria para todos. Arrogante, triunfalista, grandiloquente, salvacionista, quanto mais o presidente se pronunciava, tanto mais evidente ficava a distância entre seu discurso de eficiência gerencial e a realidade. Administrado pelos Piñera Boys, o Estado continuava sendo o que é, distinto das empresas, lento, pois o tempo de maturação política não é o tempo dos negócios. Na falta de resultados imediatos, os chilenos deram o troco, passaram a desconfiar do vendedor, até deixá-lo falando sozinho.

Os resultados das pesquisas de avaliação se tornaram um pesadelo para Piñera. Distante dos partidos políticos tradicionais, sem apoio das organizações sociais, dos sindicatos, das organizações estudantis, dos movimentos de direitos humanos, meio ambiente, mulheres, indígenas, Piñera dependia basicamente do apoio da grande imprensa. Sua performance pessoal contava muito, e dela dependia a narrativa salvacionista que ele seguia sustentando. Inutilmente, pois a impaciência dos chilenos seguia aumentando. Sua desaprovação, assim como a desaprovação do governo, aumentou desde o final do primeiro ano de mandato. De dezembro de 2010 em diante, seu nível de aprovação se manteve abaixo de 50%. Em agosto de 2011, alcançou o

mínimo histórico de 25%. Com as manifestações estudantis naquele ano, 70% dos chilenos desaprovavam o governo.

Quando as manifestações estudantis se ampliaram, no ano seguinte, o nível de aprovação do presidente já era muito baixo. Para estancar a sangria, Piñera se viu obrigado a recuar, e nomeou ministros de governo representantes dos partidos tradicionais de direita. A reforma do ministério mais atrapalhou do que ajudou. Piñera revelou a sua verdadeira identidade ideológica. Não agradou inteiramente a direita e atiçou as esquerdas. Em 2012 as manifestações estudantis voltaram a tomar as ruas de Santiago, agora com mais vigor. Foram as maiores demonstrações de descontentamento já realizadas desde o retorno à democracia. A revolta estudantil recordou o Maio de 1968 Francês. Foram manifestações inscritas no mesmo horizonte histórico dos protestos mundiais, como o Occupy Wall Street, nos EUA, ou Los Indignados, na Espanha. No caso do Chile, foi a expressão de um descontentamento profundo com o modelo de sociedade, as instituições políticas, os partidos, as burocracias sindicais e, obviamente, a mercantilização do ensino. Na prática, o experimento da direita acabou ali, naqueles violentos protestos de rua, no centro de Santiago, reprimidos a jato d'água, gás lacrimogênio e bombas de efeito moral

BACHELET, O RETORNO

O contraste entre os dois últimos chefes de Estado chilenos salta aos olhos. Verónica Michelle Bachelet Jeria,

médica, socialista, divorciada foi a primeira mulher a presidir o Chile. Torturada e interrogada em Villa Grimaldi, onde esteve presa com a mãe, Michelle Bachelet exilou-se na Alemanha, onde concluiu seus estudos de medicina. Foi ministra da saúde e da defesa no governo de Ricardo Lagos. Elegeu-se presidenta com amplo apoio popular. Terminou seu primeiro governo (2006 – 2010) com mais de 80% de aprovação. Voltou ao *La Moneda* em 2014, à frente de uma coalizão de partidos de centro-esquerda, agora com a participação do Partido Comunista, denominada *Nueva Mayoría*. Na campanha presidencial Bachelet prometeu aos chilenos fazer as reformas pendentes desde a transição democrática. Venceu a líder da *Alianza*, Evelyn Matthei, ao conquistar 62% dos votos válidos. A Reforma Tributária, a Reforma Educacional e a Reforma Eleitoral foram anunciadas como prioridades máximas do seu governo. Bachelet também prometeu uma Nova Constituição para os chilenos.

As condições políticas e econômicas do segundo governo (2014–2018) são muito distintas do primeiro, que terminou com ampla aprovação social. As dificuldades atuais não são menores, e o cenário nacional, caracterizado pelo acirramento da disputa entre as forças favoráveis às mudanças e as forças conservadoras, está indeterminado. Um eventual fracasso de Bachelet abriria as portas do *La Moneda* para a volta da direita, agravando ainda mais a crise do progressismo chileno, agora em um contexto regional muito mais complexo, de retrocesso das experiências democrático-populares. Apesar do surgimento

de novas lideranças sociais e políticas, originárias principalmente do movimento estudantil, a renovação política e institucional do país é muito baixa. Dois ex-presidentes, Lagos e Piñera, se perfilam como possíveis candidatos em 2018, o que por si só é revelador da falta de alternativas políticas.

Nos últimos anos, tanto no Chile quanto nos demais países que passaram por experiências progressistas, iniciou-se um período de balanço e reflexão política e teórica sobre as esquerdas latino-americanas. Como o caso chileno indica, não é suficiente avaliar apenas as escolhas políticas feitas pelos partidos da *Concertación* e sua congênera *Nueva Mayoría*. Também é preciso refletir sobre as alternativas de esquerda, que tampouco se mostraram capazes de oferecer uma saída credível para os chilenos nesses anos de progressismo resignado. Ao término do primeiro ano de mandato, Bachelet se depara com enormes dificuldades políticas, o que revela o tamanho do desafio para o conjunto das esquerdas.

À resistência da direita às reformas tributária e eleitoral, se somam os protestos da esquerda contra os tímidos avanços sociais. A reforma da educação, a mais simbólica delas, exigida não só pelos estudantes, mas também por amplos setores da sociedade, tem enfrentado enorme resistência dos partidos de direita. A Federação dos Estudantes da Universidade do Chile, uma das principais organizações estudantis do país, tem criticado duramente as condições e os prazos estabelecidos para o estabelecimento

da gratuidade do ensino. Milhares de estudantes voltaram às ruas ao final de 2015 exigindo uma reforma educacional “transformadora”. Protestos violentos recomeçaram em 2016. *“Continuam nos devendo nosso futuro. Ficamos aborrecidos pelas políticas ruins desse governo. Hoje em dia temos uma chateação muito grande, porque já são dez anos do início da Revolução dos Pinguins e Anões, como movimento social não tem nos respondido em nada”*, conforme declarou um dirigente da FECH.

Para agravar a situação, as denúncias de corrupção contra o filho e a nora de Bachelet, acusados de se beneficiar de empréstimos públicos para a realização de lucrativos negócios imobiliários, repercutiram muito negativamente em todo país. Os chilenos se orgulham de ter um dos mais baixos índices de corrupção da região. O episódio abalou seriamente a confiança dos chilenos na sua presidenta. Na verdade, este não é o único caso de corrupção que veio a público no último ano. As denúncias de financiamento ilegal de campanha eleitoral atingiram em cheio os partidos políticos, especialmente a UDI, principal partido da direita, mas também alcançaram o PPD e o PS, o partido de Bachelet. Os índices de aprovação da presidenta refletiram a crise nacional e caíram ao longo do primeiro ano de governo. Certamente há tempo para o governo se recuperar, pois ainda restam a Bachelet dois anos e meio de mandato. De qualquer forma, sem a necessária perspectiva histórica e diante de um governo que ainda não terminou, é praticamente impossível fazer um balanço do período (Gráficos 1 e 2).

O capital político de Bachelet, remanescente do primeiro mandato, se esgotou rapidamente no primeiro ano do segundo governo, como indicam os gráficos acima. Em grande parte, isto aconteceu porque os ambiciosos objetivos políticos do governo não foram acompanhados por um diálogo efetivo com a sociedade. Não ficou claro nem o quê reformar nem como reformar, e muito menos como conseguir o apoio social necessário para levar adiante as reformas. O governo apostou na maioria parlamentar da coalizão, e não contou com a previsível possibilidade de que deputados dos partidos da base, tanto da DC quanto do PPD, viessem a não apoiar as reformas. Também contribuiu para o desgaste do governo as dificuldades econômicas provocadas pela desaceleração da economia chinesa, que causou a queda dos preços do cobre, produto que responde por 50% das exportações do país. Os efeitos da crise internacional atingiram em cheio o país e o seu modelo primário exportador.

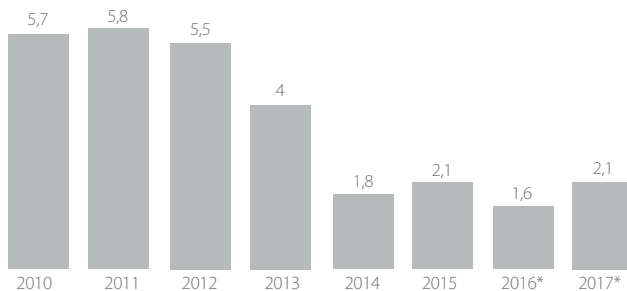
COMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

A vulnerabilidade externa da economia chilena, fortemente dependente da exportação de recursos naturais, não foi superada durante todos esses anos, nem pelos governos autoritários, nem pelos democráticos. Ao contrário, se aprofundou. Em um momento de incerteza, agravado pela crise financeira mundial e a desaceleração da China, essa fragilidade estrutural voltou a se manifestar intensamente, gerando instabilidade política e acirrando a disputa política (Gráficos 3 e 4).

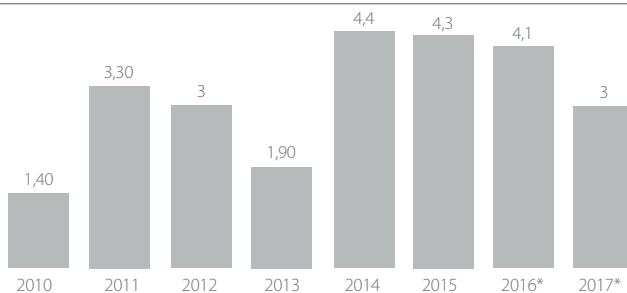
Gráfico 3 Mau momento para Bachelet

Cobre responde por metade das exportações do país

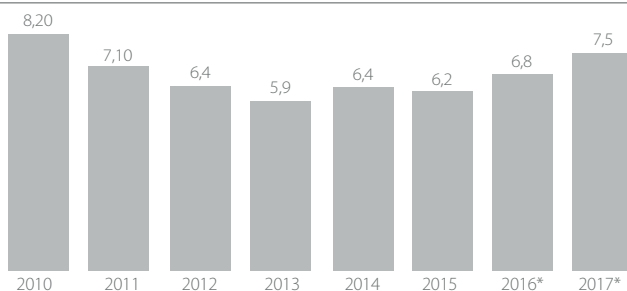
Crescimento do PIB (em %)



Inflação (em %)



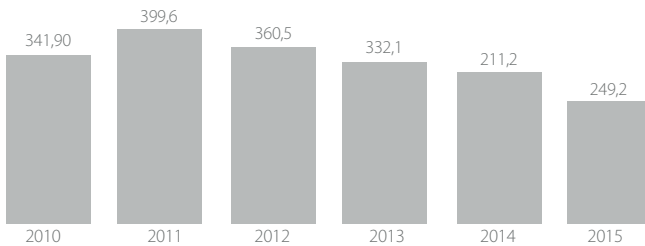
Taxa de desemprego (em %)



Fonte: FMI e Governo do Chile; *Projeções

Gráfico 4 Preço médio do cobre refinado

Na Bolsa de Metais de Londres (centavos de dólar por libra)



PROBLEMAS DE BACHELET

- > Protestos contra a reforma educacional
- > Denúncias de corrupção
- > Falta de acordo para estabelecer a Constituinte (a atual Constituição é da época do Pinochet e muito criticada)
- > Não ter conseguido aprovar legalização do aborto
- > Lentidão nos processos de direitos humanos
- > Falta de alternativas para a queda das commodities com a queda do preço do cobre

Fonte: FMI e Governo do Chile

COMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Nos últimos cinquenta anos, a evolução política do Chile, da via pacífica ao socialismo ao progressismo resignado, foi marcada pela disputa entre forças democráticas de inclusão social e forças conservadoras de exclusão social. As esquerdas ocuparam o campo democrático-inclusivo e a direita o campo conservador-excludente. Esta dualidade, presente durante o longo ciclo da *Concertación*, está mais do que nunca vigente no Chile atual. O governo Bachelet, empolgado pelos índices iniciais de apoio popular, prometeu avançar na direção das mudanças progressistas. De um lado, enfrentando as tarefas pendentes das mudanças po-

lítico-institucionais não realizadas até hoje, dando ao país uma Nova Constituição; de outro, mitigando as heranças mais danosas do modelo econômico neoliberal, reformando o sistema educacional e previdenciário. É pouco provável que ela consiga cumprir suas promessas.

Neste quadro, os temas da igualdade, da democracia e do desenvolvimento retornam à agenda como prioridades máximas na hora de pensar o futuro do progressismo na região, que no caso chileno se encontra bloqueado em razão dos seus próprios paradoxos. A contradição principal neste país, acentuada no segundo governo Bachelet, está no interior da própria coalizão governista. A resistência às reformas por parte de alguns partidos da *Nueva Mayoría*, em particular da Democracia Cristã e do Partido Pela Democracia, é tão grande quanto a dos partidos de oposição. A Reforma Tributária, mãe de todas as reformas, por meio da qual o governo pretendia arrecadar 3% do PIB para financiar basicamente a Educação Pública, foi sabotada no Congresso por representantes da DC. O governo teve que renegociá-la com a oposição, modificando a proposta original sem que se conheça o seu alcance. Após trinta anos da transição democrática, o consenso progressista chileno foi corroído pela hegemonia do neoliberalismo.

O futuro do progressismo chileno foi debatido no Colóquio Internacional Chile-Brasil: Democracia, Integração Regional e Desenvolvimento Inclusivo, realizado em agosto de 2014, na cidade de São Paulo, organizado pela Embaixada do Chile no Brasil e pelo Instituto Lula, em parceria

com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Participaram desse encontro Carlos Ominami, Antonio Manuel Garretón e Angel Flisflisch, que juntamente com intelectuais e estudiosos brasileiros, autoridades de governo e representantes dos movimentos sociais, passaram em revista a situação do país vizinho e forneceram pistas dos atuais desafios do progressismo chileno e latino-americano. Todos eles sinalizam para a necessidade imperiosa de construção de uma nova agenda progressista da esquerda latino-americana. As dificuldades não são menores. Alguns pontos abordados pelos três chilenos, reproduzidos abaixo (não como citações textuais, mas ideias aportadas para o debate) são reveladores do tamanho do desafio.

Segundo Garretón, apenas com as mobilizações estudantis em 2011 e 2012 o tema da igualdade adquiriu um caráter sistêmico, de eixo central da política. No entanto, existe uma tendência contraditória na opinião pública chilena sobre este tema. A proclamação da cidadania em favor da igualdade é acompanhada por atitudes e comportamentos consumistas, assim como posições sobre o sistema educacional, que tendem a aprofundar a desigualdade e a segregação. A possibilidade de dar um salto na questão da igualdade e convertê-la no eixo dos projetos de sociedade passa pela superação do modelo econômico herdado, o que exige uma mudança do modelo político institucional. O programa de Bachelet e os projetos de reforma envia-

dos ao Congresso Nacional (Reforma Tributária, Reforma Educacional e Reforma Eleitoral, e o projeto de uma Nova Constituição) parecem ir nessa direção. Sem dúvida, sua materialização aparece como contraditória

Para Flisflisch, a noção de Desenvolvimento Inclusivo conota uma ideologia, explícita ou implícita, que a torna sinônimo de um processo de expansão dos três tipos de cidadania que se distinguem contemporaneamente: cidadania civil, cidadania política, cidadania social. Desta maneira, pode-se definir um horizonte ideal para os processos de desenvolvimento inclusivo caracterizado pelas seguintes características: a) reconhecimento formal para todas e todos cidadãos dos direitos constitutivos dos três tipos de cidadania, isto é, a titularidade destes direitos é universal; b) a vigência efetiva dos direitos é objeto de garantias estatais concretas e específicas; c) existe uma vigência efetiva destes direitos; d) o acesso a estes direitos é universal e igualitário.

Este estado ideal de coisas, supõe obrigações dos Estados relativas a estes direitos cidadãos: 1) uma obrigação de proteger, adotando leis ou outras medidas para velar pelo igual acesso a estes direitos; 2) obrigação de cumprir, que exige dos Estados adotar medidas adequadas de caráter legislativo, administrativo, orçamentário, judicial ou de outra índole para dar plena efetividade aos direitos e seu gozo; 3) uma obrigação de respeitar, que exige que os Estados se abstenham de ingerir direta ou indiretamente no exercício desses direitos. Hoje em dia, o governo da

presidenta Bachelet e a *Nueva Mayoría* estão implementando um programa de reformas que cobrem vários âmbitos da cidadania social: 1) Reforma Educacional; 2) Reforma Trabalhista; 3) Reforma da Previdência; 4) Povos Originários; 5) Saúde: fortalecimento do setor público; 6) Expansão da Educação Pré-Escolar; uma política que é tanto de educação como de gênero; 7) Reforma Tributária; 8) Reforma Constitucional. Seu objetivo é atender os três componentes da cidadania reclamada pelos chilenos.

De acordo com Ominami, ao início da transição a ênfase esteve posta na luta contra a pobreza. Ao largo dos anos 1990 e até a crise asiática os progressos foram notáveis. Nos anos 2000 surgiu com força o desafio colocado pelas desigualdades. Estas jogavam um papel central no descontentamento que começa a manifestar-se na segunda metade dos anos 1990. A luta contra as desigualdades ocupara um lugar central no discurso e nas campanhas de Lagos e Bachelet. Sem dúvida, tudo ficou na retórica. Em nenhum desses dois governos se pôs na ordem do dia uma reforma tributária ou uma reforma trabalhista. Assim, as desigualdades continuaram se reproduzindo e o Chile se manteve no grupo dos países com pior distribuição. Uma conjunção de fatores explica esta situação. Entre eles: a força dos principais poderes fáticos e a eficácia de sua ação conservadora; a falta de maioria parlamentar no caso do governo Lagos ou a precariedade desta no governo Bachelet; a falta de convicção de uma parte da coalizão da necessidade de uma política destinada a alterar os parâme-

tros básicos da distribuição e a geração de uma dinâmica de vetos cruzados que terminou por anular a capacidade de transformação destes governos. Foi nesse quadro que se produziu a derrota da *Concertación* para uma coalizão de direita, que pela primeira vez em mais de cinquenta anos acedeu ao governo pela via democrática. O triunfo de Michelle Bachelet abriu um novo processo. Há uma forte disputa instalada na sociedade chilena entre as forças que estão pela transformação e os poderes conservadores. Seu resultado ainda é indeterminado.

SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

Tomás Moulian, crítico acérrimo do modelo chileno, tantas vezes mencionado ao longo desse ensaio, segue acreditando em um futuro socialista para o seu país. Para este sociólogo, a construção do futuro não tem nada a ver com a “administração da continuidade”, que seria o mesmo que o aprofundamento das desigualdades e da concentração da renda. Pensar um ambicioso programa de reformas é uma condição imperiosa para a renovação do país. Sem isso não haverá a construção de um Chile desenvolvido e democrático, com uma economia de mercado e um Estado regulador muito mais ativo que o atual. Isto implica repensar a própria esquerda. Para Moulian,

A esquerda do século XX e creio que também do século XXI será sempre tributária de Marx. O valor deste pen-

sador é que mostra por que a convivência necessária no capitalismo de vida e destruição não o torna humanizável, ainda que seja possível e necessário torná-lo mais vivível. Ser de esquerda é participar da consciência que o capitalismo deve ser assediado, criticado, fustigado, posto em cheque, sem deixarmos obnubilar por seus êxitos tecnológicos, pois estes se constituem sobre a iniquidade. Não se pode valorizar uma forma de sociedade em que o progresso está associado a não vida de muitos.

Mas a forma de combater este capitalismo deve mudar. Os modelos do século XXI não serão nem a revolução nem a reforma. Ambos fracassaram, por razões distintas, no século XX. A enormidade da tarefa reconstrutiva que enfrentamos deve levar-nos a valorizar certas experiências e a tirar ensinamentos delas. Experiências distanciadas das manias ortodoxas, intentos que devem ser imaginativos, amplos. Penso no MST brasileiro, em algumas formas de governo regional do Partido dos Trabalhadores, em aspectos do trabalho da Frente Ampla na prefeitura de Montevidéu, penso em Chiapas ou nos ‘cordões industriais’ e em geral nas experiências participativas que tentou a Unidade Popular.

Todas elas são experiências que apontam para participação como modalidade de auto emancipação dos sujeitos. Nessa direção deve mover-se uma esquerda nova. Ela rechaça receber sua identidade do culto ao Estado, da criação do clientelismo estatal. Ela rechaça receber sua identidade do culto ao partido, da organização das massas por uma van-

guarda que conhece de antemão o caminho. Esta identidade virá do desenvolvimento de sujeitos sociais que aspiram o autogoverno da sociedade.

Em 2010, Moulian publicou um livro revelador de sua visão socialista e democrática sobre o futuro chileno. *El deseo de outro Chile* – título da publicação – não guarda nenhuma relação com o Estado ideal da tradição filosófica. Tampouco é mera utopia. Trata-se, na verdade, de um elogio à política, com P maiúsculo, como diria Max Weber. O livro contém uma leitura crítica do passado da sociedade chilena, que é conectada com a formulação de um projeto para o país do futuro. A título de conclusão deste capítulo, cito os componentes dessa visão crítica e ao mesmo tempo generosa do futuro sonhado por Moulian para o seu país. Ele deseja para o Chile: a) uma sociedade deliberativa; b) uma sociedade descentralizada; c) uma sociedade ideológica, mas tolerante; d) uma sociedade de ‘empreendedores’; e) uma sociedade com mentalidade industrializadora; f) uma sociedade com liberdade moral; g) uma sociedade solidária; h) uma sociedade expressiva; i) uma sociedade sem medo; j) uma democracia generalizada.

Considerações Finais

A Concertación configurou um caso particular do progressismo latino-americano. Um progressismo que podemos chamar de resignado. Ao contrário da esquerda pós-neoliberal, que surgiu na América Latina ao final dos anos 1990 e que se caracterizou por ter sido muito crítica ao neoliberalismo, a esquerda chilena foi a que mais se aproximou do chamado social-liberalismo. Os governos da Concertación se preocuparam muito mais em administrar os “excessos” do modelo neoliberal do que em transformá-lo.

Esta escolha foi o resultado de uma decisão política tomada ainda no governo Aylwin e mantida pelos demais. Isto não significa que não existissem alternativas a esse modelo. Ao contrário, mesmo dentro da Concertación surgiram defensores de mudanças muito mais profundas do modelo, sem falar das propostas formuladas pelas esquerdas não concertacionistas. Mas o cálculo político pre-

valecente no momento em que se criou a *Concertación de Partidos por la Democracia* foi o de que para consolidar a coalizão de centro-esquerda, garantindo a sua permanência futura, era preciso evitar o ajuste de contas com o passado. A continuidade do neoliberalismo, por um lado, e a consolidação de uma democracia de baixa intensidade, por outro, foram as consequências dessa escolha política.

Comparativamente, os governos da Venezuela, do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia e do Equador seguiram caminhos diferentes. A criação de novos canais de participação popular para combater e diminuir as desigualdades é um dos traços que diferenciaram estes experimentos. A consolidação dos processos de integração regional independentes e do maior intercâmbio Sul-Sul foram objetivos permanentes da política externa desses países. Algumas dessas experiências foram muito moderadas, como sabemos. O caráter regressivo das alianças políticas com as forças conservadoras teve um enorme peso de inércia. Conseqüentemente, as necessárias reformas políticas não avançaram como deveriam e os partidos de esquerda, debilitados pela transferência dos seus melhores quadros para o governo, deixaram de fazer a disputa política e ideológica na sociedade.

Mesmo assim, os ganhos sociais alcançados pelas esquerdas pós-neoliberais foram formidáveis, destacando-se a geração de milhares de postos de trabalho, criação de empregos formais, aumentos reais de salário, acesso ao crédito e programas de promoção da igualdade. O sindicalismo, apesar das mudanças estruturais e do novo modelo

produtivo que sucedeu o fordismo, recuperou o seu poder de negociação. No Brasil, por exemplo, as negociações coletivas realizadas entre 2004 e 2014 resultaram em acordos salariais normalmente acima da inflação. Em contraste, o sindicalismo chileno nunca mais recuperou o poder de negociação que teve antes da ditadura.

Na transição democrática, o que foi desenhado pela CUT como uma política passageira de trégua social acabou se transformando em uma política permanente de conciliação de classes. Nos anos do progressismo, o sindicalismo chileno foi uma sombra do que chegou a ser nos tempos de Clotario Blest e Tucapel Jimenez.

É verdade que as políticas neoliberais implementadas pela ditadura não tiveram o mesmo efeito devastador que na Argentina e no Brasil. O legado macroeconômico do neoliberalismo nesses países foi desolador. No Chile, embora os resultados não tenham sido os da propaganda oficial, que vendiam o país como o novo Tigre Asiático da região, a economia teve um crescimento médio de 3% e a inflação e as contas públicas estavam sob controle. Salvo nos anos da crise de 1982 e 1983, quando setores de pequenos e médios empresários criticaram o modelo, o empresariado chileno, sobretudo o grande, cerrou fileiras com o neoliberalismo durante e depois da ditadura. No plebiscito sucessório de 1988, Pinochet teve o apoio de 43% dos eleitores, e durante toda a transição as Forças Armadas estiveram unidas em torno do seu líder.

Tudo isso teve um peso importante de inércia, de continuísmo e moderação. Também é preciso considerar

as (subestimadas) mudanças geracionais. Os jovens que votaram pela primeira vez nas eleições que elegeram Patricio Aylwin, em 1989, não tinham nascido quando Salvador Allende foi eleito o primeiro presidente socialista do país. Por sua vez, os jovens que votaram em Frei, Lagos e Bachelet pertencem a uma geração nascida, criada e educada sob o neoliberalismo, em uma sociedade moldada pela visão de mundo e os valores hiperconservadores do neoliberalismo.

As esquerdas chilenas, preocupadas em governar, não atentaram para essas mudanças, e tampouco fizeram a batalha de ideias com a sociedade para transformá-las. Antes disso, adaptaram-se a elas. A observação de Perry Anderson a propósito das esquerdas pós-neoliberais, que finalmente chegaram ao poder quando já tinham “perdido a batalha das ideias”, não se aplica ao Chile. Neste país não houve derrota uma vez que não aconteceu a batalha.

Tomás Moulian foi o primeiro a alertar para as consequências políticas do modelo de transição pactuada. Para ele, a consolidação da democracia protegida implicaria na perpetuação do caráter subsidiário do Estado, dos partidos e, em última instância, da política *vis-a-vis* ao mercado. Sob a hegemonia dos valores neoliberais, se fortalece a utopia conservadora de substituir os enganos da decisão política pelas certezas da decisão tecnocrática. Segundo esta visão da política, as incertezas da democracia, sujeita a formação de maiorias provisórias e a revisão de acordos prévios devem ser varridas em prol do bom funcionamento da economia.

Ao legitimá-la, preservando e aprofundando o modelo herdado da ditadura, as esquerdas chilenas regrediram

a posições pré-gramscianas. Sociologicamente, as consequências não foram menores. Na ausência de um projeto nacional articulado pelos partidos políticos, apoiado pelos movimentos sociais, sustentado em valores coletivos de justiça, igualdade e inclusão social, os impulsos consumistas e individualistas próprios da sociedade neoliberal tenderam a prevalecer sobre as propostas políticas.

As transformações estruturais verificadas nos últimos cinquenta anos explicam as diferenças entre os “Três Chiles” analisados neste breve ensaio: o “Chile da Unidade Popular”, nos anos 1970, o “Chile Ditatorial”, dos anos 1980, e o “Chile Atual”, que se iniciou nos anos 1990 com a Concertación e se perpetuou por meio da Constituição neoliberal de 1988. No cerne dessas transformações, o socialismo, o neoliberalismo e a democracia foram os vetores ideológicos de acirradas disputas políticas entre as forças progressistas e conservadoras.

Os partidos de esquerda e centro-esquerda estiverem presentes em todos os momentos cruciais da história chilena. Foram protagonistas no governo da Unidade Popular, formaram a linha de resistência durante a ditadura e participaram ativamente da redemocratização do Estado. É impossível falar dos Três Chiles sem considerar a contribuição dos partidos de esquerda, o que por si só representa um patrimônio político e cultural do progressismo latino-americano e de todos aqueles que seguem lutando pelo socialismo.

As tensões que surgiram entre as esquerdas ao longo desse percurso não foram menores. No governo da Unidade Popular, a discórdia quanto as formas de luta armada ou

institucional dividiram o progressismo. A questão de fundo que rachou as esquerdas não foi apenas de ordem tática. Para os críticos da via chilena ao socialismo, era impossível concluir as transformações previstas no programa da Unidade Popular preservando a ordem liberal da Constituição de 1925. Isto se tornou evidente com a resistência despertada pelas primeiras medidas socializantes do governo quanto a nacionalização do cobre, a expropriação das indústrias e a regulação das ocupações das propriedades agrícolas.

Avanzar sin transar foi a palavra de ordem dos setores revolucionários. Para eles a negociação com a DC, defendida por Allende com o apoio dos moderados, representava um risco para o avanço da revolução. Esse caminho resultaria fatalmente em sua substituição por algum tipo de reformismo burguês. Alain Touraine resumiu o dilema das esquerdas chilenas desse período como fruto das divergências entre os setores ocupados em governar o país e os setores comprometidos com o levante popular. Tais divergências se aprofundaram diante dos crescentes ataques da direita, da sabotagem dos empresários e das ações da CIA. Allende buscou recompor o governo negociando com a DC e aproximando-se dos militares.

O MIR, o Mapu Operário Camponês, a Esquerda Socialista, a Esquerda Cristã os movimentos dos *pobladores* e dos cordões industriais colocaram na ordem do dia a criação do poder popular. Nesses termos, tornou-se impossível haver convergência entre eles e os partidos da esquerda tradicional da UP. A posição da Confederação Provincial dos Cordões Industriais mostrou a que ponto

chegou a desconfiança entre “revolucionários” e “reformistas”. Como mais tarde observou Tomás Moulian, ambos falharam: o governo foi “ingênuo”, por acreditar nas instituições chilenas e os revolucionários foram “irresponsáveis”, por confundir as necessidades com as possibilidades.

O golpe de Estado de 11 de setembro foi uma experiência traumática para a esquerda em geral, tanto no Chile quanto no restante da América Latina. Todos sabiam que ele viria, mas ninguém esperava a violência e crueldade com que veio. O bombardeio aéreo do La Moneda e a morte de Salvador Allende aterrorizam o mundo todo. Após o golpe, o terror de Estado recaiu sobre a sociedade, a começar pelos militantes de esquerda, dirigentes políticos, líderes sociais, religiosos, sindicalistas, intelectuais e estudantes. O progressismo se dividiu novamente quanto as formas de luta de resistência à ditadura.

Durante a ditadura as forças progressistas divergiram quanto às formas de luta para enfrentar o ditador. O Partido Comunista, que durante o governo da UP adotou uma postura cautelosa e moderada, apoiando a linha pacífica de Allende, evoluiu para posições radicais, de resistência armada à ditadura. O Partido Socialista se aproximou do centro, se aliou a Democracia Cristã e aceitou participar da oposição institucional a Pinochet, nos termos estabelecidos pela Constituição de 1988. O MIR foi o mais coerente, e se manteve crítico dessa alternativa, aproximando-se do PC, cuja linha moderada foi alvo de suas críticas durante a UP.

Ou seja, as esquerdas chilenas se deslocaram o tempo todo ao longo dos três períodos. Após frustradas tentativas

de derrotar o regime por meio das mobilizações de massa, para os setores moderados o plebiscito foi a alternativa que restou para virar uma página da história do país. Para os partidários da via insurrecional, a opção por uma transição negociada nos termos da Constituição de 1980 representou o abandono, sem explicação plausível, das críticas dos partidos de esquerda à ditadura e ao neoliberalismo. Para Tomás Moulian a participação no plebiscito sucessório foi um “acerto tático” e um “erro estratégico”. Não ter utilizado a energia política gerada pelas mobilizações que levaram à vitória do NO para promover a transformação socioeconômica do modelo herdado da ditadura foi o maior erro das oposições democráticas.

Em termos da longa duração, o período histórico no qual se insere os últimos cinquenta anos do progressismo chileno foi marcado, inicialmente, pela oposição entre projetos distintos: o socialista e o neoliberal. As tensões causadas pela via chilena de Allende e pela ditadura de Pinochet revelaram a disputa entre esses projetos antagônicos. Durante a Concertación, o neoliberalismo permaneceu como a ideologia hegemônica no país, fato contrastante com o que acontecia no restante da América Latina. Em vários países como Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Equador se desenvolveram projetos democráticos e populares extremamente críticos ao neoliberalismo.

As transformações socioeconômicas levadas a cabo pelos governos progressistas priorizaram o combate à desigualdade, a recuperação do papel do Estado como formulador de políticas públicas e os modelos de integração

regional soberanos, independente dos EUA. Não é pouco, considerando que América Latina ainda é uma das regiões mais desiguais do mundo. Essas mudanças, no entanto, não foram acompanhadas das necessárias reformas políticas, o que é um ponto em comum entre eles com o Chile. Preocupados em governar o Estado, os partidos de esquerda minimizaram a necessidade de fazer a disputa pela hegemonia na sociedade. O experimento do progressismo chileno, da via pacífica à *Nueva Mayoría*, é revelador dos imensos riscos que rondam as esquerdas quando acometidas dessa desatenção. Sem essas batalhas, as transformações socioeconômicas ficarão sempre incompletas. O Chile, durante os vinte anos da Concertación, nos alertava (diariamente) para os riscos dessa desatenção.

Linha do Tempo

FONTE: MEMÓRIA CHILENA / BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE
www.memoriachilena.cl/602/w3-propertyname-559.html

1970 - O XIV Censo aponta que a população do Chile é de 8.884.768 habitantes.

4 de setembro de 1970 - Salvador Allende obtém a primeira maioria na eleição presidencial com 36,3%.

22 de outubro de 1970 - O Comandante em Chefe do Exército, René Schneider, é assassinado.

26 de outubro de 1970 - Salvador Allende é ratificado pelo Congresso Nacional como presidente da República.

4 de novembro de 1970 - Salvador Allende assume a Presidência da República, dando início ao governo da Unidade Popular.

1971 - Implementação do Plano Vuskovic, que busca a estatização da economia. Início dos programas de melhoramento da saúde, moradia e alimentação infantil.

Nas eleições municipais a Unidade Popular obtém 50% dos votos.

1971 - Expropriação de cerca de 4.400 propriedades rurais (6,4 milhões de hectares), produto da Reforma Agrária. Criado o grupo de extrema direita Patria y Libertad.

11 de julho de 1971 - Aprovada a Lei Nº 17.450 de nacionalização do cobre.

21 de outubro de 1971 - Pablo Neruda recebe o Prêmio Nobel de Literatura.

10 de novembro de 1971 - Visita oficial de Fidel Castro ao Chile.

1972 - Estagnação econômica e inflação, que alcança 606,1%.

1972 - Nicanor Parra publica *Artefactos*.

9 de outubro de 1972 - Greve Nacional dos caminhoneiros.

29 de junho de 1973 - Falida tentativa de golpe de Estado conhecida como "Tanquetazo".

1973 - Greve dos mineiros da mina El Teniente.

11 de setembro de 1973 - Golpe de Estado.
Suicídio de Salvador Allende
Decretado estado de sitio.

16 de setembro de 1973 - Víctor Jara morre sob tortura no Estádio do Chile.

Mais de 20 mil chilenas e chilenos são obrigados a sair do país por ordem do governo.

Decreto Lei Nº 522 põe fim ao sistema de congelamento de preços.

Fechamento do Congresso Nacional.

1973 - A Junta Militar suprime as liberdades civis.

1973 - Início da implementação das pautas econômicas neoliberais.

17 de dezembro de 1974 - Augusto Pinochet é nomeado presidente da República pela Junta de Governo.

- 5 de outubro de 1974 - Morre Miguel Enríquez, dirigente do MIR, em enfrentamento com agentes da Dirección Nacional de Inteligencia (DINA).
- 14 de junho de 1974 - Por Decreto Lei N° 521, a Junta de Governo cria a Dirección Nacional de Inteligencia (Dina).
- 10 de julho de 1974 - Decretada a regionalização do país, dividindo o território em 13 regiões político-administrativas.
- 1974 - Instituído o Prêmio Nacional de História, que é outorgado pela primeira vez a Eugenio Pereira Salas.
- 15 de setembro de 1975 - Inaugurada a primeira linha do Metrô de Santiago.
- 1976 - O Decreto Lei N° 1.349 e N° 1.350 criam a Corporación Nacional de Cobre (Codelco).
- 1976 - Orlando Letelier, ex-ministro do governo Allende, é assassinato em Washington em um atentado a bomba.
- 13 de agosto de 1977
- Augusto Pinochet cria a Central Nacional de Informaciones (CNI), em substituição da Dina.
- Novembro de 1978 - São descobertos os primeiros restos dos presos desaparecidos nos fornos de cal de Lonquén.
- 1979 - Implementam-se as “siete modernizaciones”, nome como ficou conhecida a segunda onda de reformas econômicas neoliberais.
- 30 de dezembro de 1980 - Promulgado o Decreto que permite a criação de estabelecimentos de educação superior privados.
- 1980 - O Decreto Lei N° 3.500 estabelece um novo sistema de pensões privadas.

11 de setembro de 1980 - Após um plebiscito é aprovada a Constituição Política da República.

11 de março de 1981 - Entra em vigor a Constituição de 1980.

1981 - Mario Góngora publica seu "Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX".

25 de fevereiro de 1982 - Assassinato de Tucapel Jiménez, presidente da Agrupación Nacional de Empleados Fiscales (ANEF).

1982 - O XV Censo indica que a população do Chile é de 11.329.736 habitantes.

11 de maio de 1983 - Primeira *protesta* nacional contra a ditadura.

6 de agosto de 1983 - Fundação da Alianza Democrática.

30 de agosto de 1983 - Assassinato do prefeito de Santiago, Carol Urzúa.

1983 - Retornam ao Chile os primeiros exiliados autorizados a voltar ao país.

1983 - Nasce a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR).

Março de 1984 - Promulgado o Decreto Nº 4559 que proíbe divulgação de informações sobre as jornadas de protesto.

6 de novembro de 1984 - Decretado Estado de Sítio. Repressão aos militantes de esquerda e fechamento dos órgãos de imprensa da oposição.

29 de novembro de 1984 - Assinado o Tratado de Paz e Amizade que põe fim ao conflito do Canal de Beagle entre Chile e Argentina.

3 de março de 1985 - Terremoto com epicentro na costa central da Região de Valparaíso

- 30 de março de 1985 - Aparecem os corpos degolados José Manuel Parada, Manuel Guerrero e Santiago Nattino, militantes do PC.
- 25 de agosto de 1985 - É assinado o "Acuerdo Nacional para la transición a la plena democracia".
- 21 de novembro de 1985 - Manifestação de oposição à ditadura reúne uma multidão no Parque O'Higgins.
- 6 de agosto de 1986 - Descoberto carregamento de armas desembarcadas em Carrizal Bajo pela Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR).
- 7 de setembro de 1986 - A Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR) perpetra um atentado frustrado contra o general Augusto Pinochet.
- 7 de setembro de 1986 - Decretado estado de sitio. As publicações de oposição são proibidas de circular.
- 8 de setembro de 1986 - O jornalista e dirigente do MIR, José "Peppone" Carrasco, é assassinado por agentes da CNI, sucessora da Dina.
- Abril de 1987 - O Papa João Paulo II visita Chile.
- Maio de 1987 - Dissolução do Movimento Democrático Popular.
- 15 de Dezembro de 1987 - Criação do Partido Por la Democracia (PPD).
- 1988 - Convocado plebiscito para decidir se Augusto Pinochet continua seu mandato por mais oito anos.
- Fevereiro de 1988 - Criação da Concertación de Partidos Por el No.
- 21 de dezembro de 1988 - A Democracia Cristiana e a Renovação Nacional concordam em formar uma Comissão Técnica para elaborar uma proposta de reforma constitucional.

| CHILE |

- 30 de julho de 1989] - As reformas da Constitución de 1980 são aprovadas por meio de plebiscito
- 14 de dezembro de 1989 - Patricio Aylwin é eleito presidente de Chile.
- 11 de março de 1990 - Patricio Aylwin assume como presidente da República. Retorna a democracia ao país e a Constituição de 1980, retocada e aprovada em plebiscito, entra em vigor.
- 1991 - Explode o escândalo dos "Pinocheques" e Augusto Pinochet aquartela o Exército a pretexto de "exercícios de enlace".
- 1992 - O XVI censo revela que a população do Chile é de 13.348.401 habitantes.
- 11 de Dezembro de 1993 - O democrata-cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle é eleito presidente do Chile
- 1993 - É promulgada a Lei nº19.253, que cria a Corporação de Desenvolvimento Indígena (Conadi) e impede a venda das terras indígenas a pessoas não indígenas.
- 28 de Maio de 1993 - Comandos de paraquedistas do Exército cercam o edifício do Ministério da Defesa, episódio conhecido como o "Boinazo".
- 11 de Março de 1994 - Eduardo Frei Ruiz-Tagle assume como presidente da República.
- 1995 - A Corte Suprema condena Manuel Contreras e a Pedro Espinoza como autores intelectuais do assassinato de Orlando Letelier.
- 1997 - Fechamento das minas de carvão de Lota e Coronel.
- 10 de Março de 1998 - Augusto Pinochet deixa o posto de Comandante em Chefe do Exército.

- 16 de Outubro de 1998 - Augusto Pinochet é detido em Londres por ordem do juiz espanhol Baltasar Garzón.
- 3 de Março de 2000 - Augusto Pinochet regressa ao Chile após sua detenção em Londres.
- 11 de Março de 2000 - Ricardo Lagos assume como presidente do Chile
- 2003 - Valparaíso é declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.
- 2005 - Aprovada pelo Congresso Nacional a série de reformas da Constituição de 1980.
- 11 de março de 2006 - Michelle Bachelet assume como presidente do Chile.
- 10 de dezembro de 2006 - Morre Augusto Pinochet Ugarte. Manifestações em Santiago contra e favor do ditador.
- 10 de fevereiro de 2007 - Começa a funcionar em Santiago o sistema de transporte público Transantiago.
- 11 de março de 2010 - Sebastián Piñera assume como presidente do Chile.
- 18 de setembro de 2010 - Chile celebra 200 anos como Nação independente.
- 11 de março de 2014 - Michelle Bachelet inicia o segundo mandato presidencial

Bibliografia

AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. Unesp, São Paulo, 1993.

_____. *Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. Annablume. FAPESP. São Paulo, 1999.

ALLENDE, Salvador. *Obras escogidas*. Ediciones del Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar. Fundación Presidente Allende (España). Santiago de Chile, 1992.

ALTAMIRANO, Carlos. *Dialética de uma derrota*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (ORG.) *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Paz e Terra. São Paulo, 2003.

ANGEL, Alan. Chile, 1958–1990, in BETHEL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. Tomo 15. Cambridge University Press. Espanha, 2002.

ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o por la fuerza: Chile bajo Pinochet*. Editorial Sudamericana. Santiago de Chile, 1998.

AYLWIN, Patricio, Vivimos nuevamente en democracia. In: Documentos para la democracia n.º.1, Secretaria de Comuni-

cación y Cultura y Secretaria General de Gobierno. Santiago, Chile.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: a derubada de Salvador Allende (1970 – 1973)*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

BASCUÑÁN, Carlos; CORREA, Germán; MALDONADO, Jorge; SÁNCHEZ, Vicente (Editores). *Más acá de los sueños, más allá de lo posible*. La Concertación en Chile. Vol. I y II. Ediciones LOM. Santiago de Chile, 2009.

BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile: lecciones para la gobernabilidad*. Editorial Andrés Bello. Santiago de Chile, 1997.

CAMPERO, Guillermo y FALABELLA, Gonzaga. Los sindicatos en la transición a la democracia chilena. In: *El sindicalismo latino americano en los 90*, Tomo I - Sindicatos y transición democrática. El Planeta, Santiago, 1991.

CASTELLS, Manuel. “Movimiento de pobladores y lucha de clases. In: *Eure, Revista Latinoamericana de estudios urbano sociales*, Vol. III. 1973.

CAVALLO, Ascanio; SALAZAR, Manuel; SEPÚLVEDA, Óscar. *La historia oculta del régimen militar (Chile 1973–1988)*. Ediciones Mito Bolsillo. Santiago de Chile, 2001.

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social*. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

CORTÁZAR, René. *Política laboral en el Chile democrático - avances y desafíos en los noventa*, Ed. Dolmen, Santiago, 1993.

DAHL, Robert, *La democracia y sus críticos*. Ediciones Paidós, Espanha, 1993.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Paz e Terra. São Paulo, 1975.

DOSTALER, Gilles. *Le liberalisme de Hayek*. La Decouverte. Paris, 2001.

DRAKE, Paul. Chile, 1930 – 1958. In: BETHEL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. Tomo 15. Cambridge University Press. Espanha, 2002.

ERMIDA, Oscar. América Latina - Sinopsis legislativa 1990 - 1994. In: *Revista Relasur* n. 6, Montevideo, 1995.

FERES N., María Ester. *Gobiernos progresistas y movimiento sindical: la experiencia chilena*. Friedrich Ebert Stiftung, Santiago de Chile, s/d.

FLISFISCH, Angel. La gestión estratégica de un proceso de transición y consolidación: el caso chileno. In *Proposiciones*, 25, Santiago, 1994.

GARCÉS, Joan. *Allende y la experiencia chilena*. Ariel, Barcelona, 1976.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *Neoliberalismo corregido y progresismo limitado: los gobiernos de la Concertación en Chile (1990 – 2010)*. Editorial Arcis / Clacso. Santiago de Chile, 2012.

_____. Continuidad y ruptura y vacío teórico ideológico: Dos hipótesis sobre el proceso político chileno – 1970/1973. In: *Revista Mexicana Sociología*, v. XXXIX, n.º 4, oct. 1977.

_____. Transición Incompleta y Régimen Consolidado. Las Paradojas de la Democratización Chilena. In: *Hacia una Nueva Era Política: estudios sobre las democratizaciones*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.

_____. *Hacia una nueva era política: estudio sobre las democratizaciones*. Fondo de Cultura Económica. Santiago de Chile, 1995.

_____. Procesos y bloques políticos en la crisis chilena:

1970/1973. In: *Revista Mexicana de Sociología*, Año XLI, v. XLI, n° 1, 1979.

_____. Las fases del proceso. In: varios autores *Bibliografía del proceso chileno (1970/1973)*, Santiago, Flacso, 1978.

_____. MOULIAN, Tomas. *La Unidad Popular y el conflicto político en Chile*. LOM Editores, Santiago de Chile, 1993.

GÓNGORA, Mario. *Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria. Santiago de Chile, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Gramsci dans le texte*. Editions sociales. Paris, 1977.

GUILLAUDAT, Patrick y MOUTERDE, Pierre. *Los movimientos sociales en Chile (1973–1993)*. Ediciones LOM. Santiago de Chile, 1998.

LECHNER, Norbert. Pacto Social nos Processos de Democratização - a experiência latino-americana. In: *Novos Estudos Cebrap*, número 13, São Paulo, 1985.

LEYTON, Juan Carlos G. *Política, democracia y ciudadanía en una sociedad neoliberal (Chile: 1990–2010)*. Editorial Arcis/Clacso. Santiago de Chile, 2010.

LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, Paz e Terra, 1999.

MAIRA, Luis. *Chile, la transición interminable*. Ediciones Grijalbo/Hojas Nuevas. México DF, 1999.

MONTERO, Cecília. *La revolución empresarial chilena, Cieplan/Dolmem*. Ediciones, Santiago, 1997.

MOULIAN, Tomás. *Limitaciones de la transición a la democracia en Chile*. Propositiones 25, Santiago, 1994.

_____. La Unidad Popular: fiesta, drama y derrota. In: Jaime Gazmuri (ed), *Chile en el umbral de los noventa*. Santiago, Planeta/Espejo de Chile, 1988.

_____. *Chile actual: anatomía de un mito*. Editorial Arcis. Ediciones LOM. Santiago de Chile, 1998.

_____. *Conversaciones interrumpidas con Salvador Allende*. Ediciones LOM / Editorial Arcis. Santiago de Chile, s/d.

_____. *El consumo me consume*. Ediciones LOM. Santiago de Chile, 1999.

_____. *En la brecha, derechos humanos, críticas y alternativas*. Ed. LOM, Santiago de Chile, 2002.

_____. *El deseo de otro Chile*. Ediciones LOM. Santiago de Chile, 2010.

NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*. Cosac Naify. São Paulo, 2008.

O'DONNELL, Guillermo. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. In: *Contrapuntos: Ensayos Escogidos sobre Autoritarismo y Democratización*. Paidós, Buenos Aires, 1997.

OLIVARES, Diego. Posición de la CUT frente al plebiscito. Central Unitaria de los Trabajadores. Santiago de Chile. mimeo. s/d.

OMINAMI, Carlos. *Secretos de la Concertación*. Recuerdos para el futuro. Latercera Ediciones. Santiago de Chile, 2011.

OIT (vários autores). Chile: crecimiento, empleo y el desafío de la justicia social, Ginebra, 1998.

OIT (Informe Relasur). Las Relaciones Laborales en Chile. Espanha, 1994.

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. In: *Novos Estudos Cebrap*, número 9, julho de 1984.

PRADO, Maria Ligia. *A formação das nações latino-americanas*. Atual, São Paulo, 1994.

POMER, Leon. *As independências na América Latina*. Brasiliense. São Paulo, 1983.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais*. Vozes. Petrópolis, 2008.

SADER, Emir. GENTILI, Pablo (ORG.) *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Paz e Terra. São Paulo, 2003.

SALAZAR, Gabriel. *Movimientos Sociales en Chile: trayectoria histórica y proyección política*. UQBAR Editores. Santiago de Chile, 2012.

SENADO DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Retrato de la desigualdad en Chile*. Santiago de Chile, 2012.

SCHMEISSER, Boris Cofré. *História de los pobladores del campamento Nueva La Havana durante la Unidad Popular (1970–1973)*. Universidad Arcis. Santiago de Chile, 2007.

TIRONI, Eugenio. *Por que no me quieren?* Del Piñera way a la rebelión de los estudiantes. Ed. UQBAR, Santiago de Chile, 2011.

TOURAINÉ, Alain. *Vida y muerte del Chile popular*. Siglo Veintiuno Editores. México DF, 1974.

_____. *Palavra e sangue*. Editora Unicamp / Trajetória Cultural. São Paulo, 1988.

VALENZUELA, Arturo. *El Quibre de la Democracia en Chile*. Flacso, Santiago, 1989.

VERDUGO, Patricia. *Allende: cómo la Casa Blanca provocó su muerte*. Ediciones Catalina. Santiago de Chile, 2010.

Sobre o autor

José Renato Vieira Martins é cientista social, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), presidente do Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) e membro do conselho de administração do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR). Prepara programa de pós-doutorado na Universidade de Buenos Aires (UBA).

Entre suas publicações recentes, destaque para *Cúpulas Sociais do Mercosul - Acervo e História* (UPS, 2016); *Mercosul: a dimensão social e participativa da integração regional* (Ipea, 2014); *A diáspora haitiana - da utopia à realidade* (Unila/USP/FES, 2014).

ANEXOS

Ensaio histórico sobre a noção de Estado no Chile nos séculos XIX e XX

MARIO GÓNGORA DEL CAMPO

O ESTADO NACIONAL CHILENO NO SÉCULO XIX

CHILE, TERRA DE GUERRA

A imagem fundamental e primeira que se tem do Chile é que ele constitui, dentro do Império Espanhol nas Índias, uma fronteira de guerra, “uma terra de guerra”. A ela consagram seus poemas épicos Ercilla e Pedro de Oña. Góngora Marmolejo compara o Chile “à bainha de uma espada”¹. Os cronistas dos séculos XVI a XVIII consagram a maior parte de suas obras à guerra de Arauco. Quando se cria um exército permanente ao longo das ribeiras do Bío-Bío, nos primeiros anos do século XVII, que defenderá dali em diante o território no lugar dos encomendeiros, vão se diferenciando no Chile duas regiões, cada uma com

1. Alonso de Góngora Marmolejo, *Historia de Chile desde su descubrimiento hasta el año de 1575*, em “Colección de Historiadores de Chile”, II, 1.

sua fisionomia particular. O Norte e o Centro, as cidades de Santiago e La Serena, com seus respectivos territórios jurisdicionais, eram o país pacificado, onde residiam as supremas autoridades da Governação. Ali era produzida a riqueza mineral, no Norte Chico, e a riqueza pecuarista e agrícola do Centro, que eram exportadas para o Peru. Os indígenas dessa região, já pacificados e distribuídos em encomendas e estâncias dos espanhóis e criollos² (os povoados de índios que se conservavam até 1640 já eram muito escassamente habitados), sofrerão uma crescente mestiçagem biológica e cultural: o que já no século XVIII será a camada “popular” do Chile. A esses mestiços se agregarão negros, mulatos, cafuzos, brancos pobres. A sociedade assim configurada é aristocrática, no sentido de que classes sociais e raças estão plenamente hierarquizadas de forma piramidal; os valores e as formas simbólicas da classe superior são imitados e finalmente incorporados pelas camadas médias e inferiores.

Mas se o Centro era a residência do Governador e da Real Audiência, ao Sul estava a “fronteira de guerra”, que se antecipava já desde o sul do Maule e se estendia depois pelo Bío-Bío, em uma linha de fortes que se alinhavam desde a baía de Arauco até a pré-cordilheira; as autoridades políticas, militares e eclesiásticas residiam na cidade de Concepción. O exército de cerca de dois mil homens no século XVII, tinha no máximo mil no século seguinte, em que “a guerra viva” era menos frequente. Era, em todo

2. Nota da Tradução: No mundo hispânico, denominam-se criollos os filhos ou descendentes de espanhóis nascidos na colônia.

caso, um grupo militar de grande tamanho relativo nas Índias, onde, por regra geral, não havia guarnições permanentes, salvo nos fortes do Caribe e nas fronteiras do norte do México e do norte do rio de La Plata, separando o Império Espanhol do Português. O Chile era para a Espanha “o antemural do Pacífico” e por isso havia de ser mantido, apesar de sua contribuição financeira ao Fisco Real ser escassa e às vezes deficitária.

Durante a segunda metade do século XVIII, o chamado Despotismo Ilustrado caracterizou-se não só por medidas administrativas, mas também por uma mais intensa militarização, a fim de defender as posses espanholas dos ataques ingleses. Por isso, na fronteira de guerra reformam-se os fortes, reforçam-se as guarnições e dá-se uma maior disciplina militar às milícias vicinais, que até então tinham escassa significação para a guerra.

A sociedade dessa “fronteira de guerra” era muito mais pobre do que a de Santiago e La Serena, e mais caracterizada pela marca guerreira e soldadesca. A mestiçagem era muito intensa, devido à presença do exército e suas contínuas “entradas” em terra de índios, das quais voltavam com mulheres, além de crianças e gados.

Mais ao sul dessa fronteira, os fortes de Valdivia e a ilha de Chiloé viviam uma vida separada do resto, com sua sociedade extremamente pobre e arcaica.

Podemos dizer que, do ponto de vista econômico, tinha mais valor o país pacificado; mas o país militar do Bío-Bío tinha fundamental importância defensiva e caracterizava a imagem do Chile como país de guerra. Mais

ainda: quando Santiago queria isentar-se de novas cargas tributárias – como quando o Conde-Duque de Olivares quis implantar a “União de Armas” –, os vizinhos da capital, para eximir-se, alegavam em suas apresentações ante as autoridades espanholas que Santiago também estava sujeito a deveres próprios de uma terra de guerra.

Pois bem, no século XIX, a guerra passa a ser também um fator histórico capital: cada geração, podemos afirmar, vive uma guerra. Primeiramente, a ofensiva lançada em 1813 pelo Vice-rei do Peru desencadeou as guerras da Independência, que trouxeram como consequência a criação do novo Estado, e que se prolongaram na “guerra à morte” contra os realistas do Sul e na campanha para a libertação do Peru, sob o comando de San Martín. Mais tarde ocorrerem, ao longo do século, a guerra de 1836-1839 contra a Confederação Peru-Boliviana de Santa Cruz, a guerra naval contra a Espanha (1864-1866), a guerra do Pacífico (1879- 1883), vivida como guerra nacional, e, por último, a guerra civil de 1891. Mas não se deve esquecer a inacabável “pequena guerra” contra os araucanos, com suas periódicas entradas na selva e nos redutos indígenas, os incêndios de semeadura, os mil ardis da “pequena guerra”, que termina em um levantamento maior em 1880, que só pode ser considerado definitivamente derrotado em 1883.

O século passado está marcado pela guerra, e o símbolo patriótico por excelência é Arturo Prat, um oficial da marinha caído em um combate perdido³. Ainda na

3. William F. Sater, Arturo Prat, secular saint. The heroic image in Chile, University of California Press, 1973.

primeira década deste século subsiste no exterior a imagem do Chile como país guerreiro. Miguel de Unamuno escrevia a um admirador, Luis Ross Mujica, falando do Chile como “um país de cartagineses, organizado para a pilhagem de guerra, e que o salitre corrompeu”⁴.

Porém, desde o final do século, o traço guerreiro começa a empalidecer e se dissipa no transcurso do século XX. Já Pedro Balmaceda Toro, o filho do Presidente, atesta uma sensibilidade dissidente quando escreve, sob o pseudônimo de A. de Gilbert, em seus *Estudios y ensayos literarios*: “No Chile somos essencialmente patriotas: temos a fúria do patriotismo, que é uma das tantas enfermidades heroicas que os povos jovens sofrem, sem tradições, com um passado novo e que esperam tudo de sua própria força, de sua virilidade... E a marca crescente do patriotismo do ‘amor sagrado da pátria’, ameaça converter-se na mais estrepitosa revolução, no socialismo artístico mais desenfreado, que reconhece apenas os heróis que gritam das estátuas, que montam a cavalo com toda a vaidade de um aficionado da alta escola... E conheço pessoas cuja vida não é mais do que uma perpétua canção nacional cantada em todos os tons imagináveis, mas sem acompanhamento de música”⁵.

No entanto, acima deste nacionalismo popular, caricaturado por Pedro Balmaceda, a guerra costuma ser também tema de pensamento. O mais importante documento

4. Unamuno, no prefácio a Luis Ross Mujica, *Más allá del Atlántico*, citado por Hernán Godoy Urzúa em “El pensamiento nacionalista en Chile a comienzos del siglo xx”, *Dilemas* 9, de xii-1973.

5. *Estudios y ensayos literarios*, 1973, 87-88.

neste sentido é, sem dúvida, a carta de Portales a Blanco Encalada, em 10 de setembro de 1836, ao anunciar-lhe que foi designado comandante do exército que vai lutar contra Santa Cruz no Peru:

“O senhor vai, na realidade, conseguir com o triunfo de suas armas, a segunda Independência do Chile... A posição do Chile diante da Confederação Peru-Boliviana é insustentável. Não pode ser tolerada nem pelo povo nem pelo Governo, porque isso equivaleria a um suicídio. Não podemos olhar sem inquietude e maior alarme a existência de dois povos confederados e que, no final, pela comunidade de origem, língua, hábitos, religião, ideias, costumes, formarão, como é natural, um só núcleo. Unidos estes dois Estados, embora não seja mais que momentaneamente, serão sempre mais que o Chile em toda ordem de questões e circunstâncias. Na hipótese de que prevalecesse a Confederação e seu atual organizador, e ela fosse dirigida por um homem menos capaz do que Santa Cruz, a existência do Chile se veria comprometida...

“A Confederação deve desaparecer para todo o sempre do cenário da América. Por sua extensão geográfica; por sua maior população branca; pelas riquezas conjuntas do Peru e da Bolívia, que apenas começaram a ser exploradas; pelo domínio que a nova organização tentaria exercer no Pacífico, tirando-o de nós; pelo maior número também de gente ilustrada da raça branca, muito vinculada às famílias de influência na Espanha que se encontram em Lima; pela maior inteligência de seus homens públicos, apesar de terem menos caráter que os chilenos; por

todas estas razões, a Confederação afundaria o Chile em pouco tempo...

“A conquista do Chile por Santa Cruz não será feita pelas armas, caso o Chile seja vencido na campanha que o senhor comandará. Ainda será conservada sua independência política. Mas causará intriga nos partidos, avivando os ódios dos parciais dos O’Higgins e Freire, jogando-os uns contra os outros; indispondo-nos com nosso partido, tornando-nos vítimas de milhares de odiosas intrigas. Quando a decomposição social tiver chegado ao seu grau mais culminante, Santa Cruz se fará sentir. Seremos, então, seus. As coisas caminham para esse lado. Os chilenos que residem em Lima estão sendo vítimas das influências de Santa Cruz. Poucos caudilhos na América podem ser comparados a este na virtude suprema da intriga, na arte de criar desavenças, na maneira de insinuar-se sem ser notado para chegar ao propósito que persegue...

“As forças navais devem operar antes das militares, dando golpes decisivos. Devemos dominar para sempre no Pacífico: esta deve ser sua máxima agora, e quem dera seja a do Chile para sempre...”⁶.

É possível que o destino do Chile nunca tenha sido visto com tanta clareza, e a esse horizonte histórico de Portales correspondeu precisamente a expansão territorial e a expansão comercial marítima do Chile no século XIX. Mas essa guerra, no início, distou muito de ser popular: era uma visão política de um nível elevado demais. Uma das acusações lançadas contra o ministro por Vidaurre foi justamente

6. A carta de Portales, em Ernesto de la Cruz (es.), *Epistolario de Portales III*, 452-454.

que “a guerra ofensiva” que se empreendia havia sido forjada “pela tirania e pela intriga”. Como aponta F.A. Encina, a guerra veio a ser popular somente após a vitória de Yungay, e os frutos imediatos foram colhidos por Bulnes⁷.

Em todo caso, o fato de que a imagem de um país guerreiro tenha se debilitado ou desaparecido da mente dos estadistas e do povo chileno parece significar um marco na periodização da nossa história nacional. O ano de 1891 marca, por isso, uma data fundamental, a de nossa última guerra, e também o final do “Estado Portaliano”. É preciso meditar sobre o sentido desse momento, uma meditação cronológica, já que a partir dali se ilumina grande parte da nossa história nacional, para trás e para diante.

A nacionalidade chilena foi formada por um Estado que antecedeu a ela, à semelhança, nisto, da Argentina; e diferentemente do México e do Peru, onde grandes culturas autóctones prefiguraram os Vice-reinados e as Repúblicas. Durante a Colônia, desenvolve-se um sentimento regional criollo, um amor “à pátria” em seu sentido de terra natal, do qual nos dão amplos testemunhos os cronistas, como Alonso Ovalle, e os jesuítas expulsos na Itália, uma carta cheia de nostalgia pelo Chile escrita por Lacunza à sua avó em 1788⁸, etc. É um bem comum em toda a historiografia americanista o quão ciumento era o sentimento criollo em relação aos burocratas, comerciantes, religiosos, recém-chegados da Espanha. Mas não acredito que esse

7. F.A. Encina, *Historia de Chile*, XI, 493-494.

8. Raúl Silva Castro (ed.), *Cartas chilenas*, 18-21.

regionalismo natural possa ser chamado de sentimento nacional, aliado, diga-se de passagem, à fidelidade à Monarquia Espanhola. A imprevisível crise dinástica de 1808, a invasão napoleônica e a formação de Juntas na Península repercutiram no Chile da forma como é conhecida, e em seguida a ofensiva do Vice-reinado do Peru, a partir de 1813, deu como resultado a formação de um Estado já definitivamente independente em 1818 – o que talvez jamais teria sido entrevisto vinte anos antes. A partir das guerras da Independência, e após as sucessivas guerras vitoriosas do século XIX, foi se constituindo um sentimento e uma consciência propriamente “nacionais”, a “chilenidade”. Evidentemente, junto com os acontecimentos bélicos, a nacionalidade foi se transformando por outros meios postos pelo Estado: os símbolos patrióticos (bandeiras, Canção Nacional, festas nacionais, etc.), a unidade administrativa, a educação da juventude, todas as instituições. Mas foram as guerras defensivas ou ofensivas que, a meu ver, constituíram o motor principal. O Chile foi, então, primeiro um Estado que passou, devido a alguns acontecimentos fortuitos, da unidade administrativa espanhola à Governação, e provocou, ao longo do século XIX, o salto qualitativo do regionalismo à consciência nacional

O “ESTADO PORTALIANO” REVISÃO DE UM CONCEITO

O Estado chileno da época da Independência abarcava, na verdade, todas as noções peculiares do Estado tradi-

cional europeu, mas expressas na linguagem da Ilustração. Sua finalidade essencial era o que, nas doutrinas clássicas, se chama o “bem comum”, mas que, na linguagem dos “ilustrados”, costuma chamar-se “a felicidade” do povo. Compreendia, portanto, todo “o bom governo” e a administração, a legislação, a justiça, a educação nacional, a economia, a moralidade e a saúde pública, etc. O Estado nacional recém-nascido incluía também o direito de Patronato sobre a Igreja, que lhe dava uma ampla guarda sobre todas as suas questões temporais, excetuando apenas o núcleo do especificamente sacerdotal: direito de Patronato concedido três séculos antes pelo Papado aos Reis da Espanha, mas que no século XIX recusou conceder às Repúblicas sucessoras, pelo menos “de direito”; pois sempre chegou-se a um “modus vivendi” de fato que, naturalmente, não pôde deixar de provocar a inacabável luta entre os regalistas, defensores do direito estatal, e o ultramontanismo, que se inclinava a favor da nova posição da Sede Romana.

A partir de 1830, depois do brevíssimo período caótico de 1823-1830, o Estado nacional se consolida por um longo período. A interpretação da história chilena por Alberto Edwards, a ideia de um Estado configurado desde então, graças ao pensamento de Portales, é, a meu ver, a maior e melhor interpretação da história do século passado: a gênese, o auge e a queda da concepção portaliana estruturam, na intuição de Edwards, o acontecer nacional desde 1830 até 1891 (e inclusive, como um crepúsculo, ainda de 1891 até 1920).

A concepção fundamental de Portales, para Alberto Edwards, consiste em restaurar, tornar nova, uma ideia totalmente velha, a saber, a da obediência incondicional dos súditos ao Rei da Espanha, durante a época colonial. Agora implantava-se uma nova obediência, voltada para quem exercesse a autoridade, legítima na medida em que legal. Passemos rapidamente sobre a ideia convencional que Edwards teve da Colônia, época que jamais estudou a fundo, e que se baseava em um lugar comum da historiografia liberal do século passado: nunca se deu na Colônia o absolutismo total da Monarquia Hispânica.

O fato é que surge, por volta de 1830, um governo forte, estranho ao militarismo e ao caudilhismo dos tempos da Independência, que proclama na Constituição de 1833 que o Chile é uma República democrática representativa, e que afirma sua legitimidade em quem foi eleito segundo um mecanismo legal, e que rege o país conforme essas normas legais.

Mas a específica concepção “portaliana” consiste em que o Chile realmente não possui a “virtude republicana” que, desde Montesquieu e a Revolução Francesa, afirmava-se serem indispensáveis para um sistema democrático, de modo que a Democracia deve ser postergada, governando, entretantes, autoritariamente, mas com zelo pelo bem público, homens capazes de entendê-lo e realizá-lo. Esta é a substância da célebre carta de 1822 a Cea. Portales, que tinha então apenas 29 anos, não se empenha em discutir a doutrina da “virtude” própria de cada forma de governo, nem em atacar teoricamente a Democracia;

assume que na América não há outra possibilidade, mas o realismo de sua visão se manifesta em que ele posterga sua vigência e confia apenas em “um governo forte e centralizador”. Os textos legais, a própria Constituição de 1833, pouco lhe importavam: obrigatórios para os simples cidadãos, os funcionários e os tribunais de justiça, esses textos tinham que dar lugar à discricionariedade do chefe do Poder Executivo, quando assim o exigisse o bem público. Muito mais tarde, em 1886, um Antonio Varas, “portaliano” no fundo, ainda em seu período mais liberal, dirá que “a Constituição e o regimento são uma simples teia quando se trata da ordem e do interesse público”, justificando assim o verdadeiro “golpe de Estado” cometido por seu correligionário Pedro Montt, quem, como Presidente da Câmara de Deputados, fechou o debate de uma das fundamentais “leis periódicas”, na sessão de 9 de janeiro de 1886, contra todo regimento⁹.

Portales tem uma ética política pessoal: seu “maldito entusiasmo, esta paixão dominante do bem público”, “meus insuperáveis desejos de ordem, minha genial inclinação pelo bem público, minha absoluta falta de aspirações, nem à glória nem ao brilho, nem a empregos de nenhum tipo”. Esta firme convicção faz dele um fundador que recusa, contudo, a glória das aparências prestigiosas: é uma “eminência parda”, não um caudilho; alberga seu poder atrás da figura de um general vitorioso, Prieto, de quem, no entanto, nem amigo era, mas cuja Presidência ele assegurou durante dois quinquênios. O especificamen-

9. Citado por Fanor elasco, *La Revolución de 1891*, Memorias, Santiago, 1914, 302-303.

te “portaliano”, segundo Isidoro Errázuriz, consistiu em fundar “a religião do Executivo onipotente”; sua obra foi “quebrantar a sustentação da máquina popular representativa e substituir-lhe o princípio de autoridade, a submissão cega ao Chefe do Poder Executivo”, a quem rodeou de um prestígio incomparável, que não foi parte a menosprezar a injusta, franca e ingrata mofa que fazia do caráter do General Prieto¹⁰. Aliás, este vingou-se dessas chacotas, dedicando em sua última mensagem presidencial uns poucos elogios indiretos a Portales, sem sequer pronunciar seu nome¹¹.

Jaime Eyzaguirre, que adere à interpretação de Alberto Edwards, acrescenta uma feliz caracterização do conservantismo pelucón (aristocrata) e do Estado Portaliano quando diz que este carecia de um fundamento ético-religioso, como tinha a Monarquia Hispânica do século XVI, conforme ele a visualiza, mas que se baseava em um certo “positivismo” (em sentido jurídico-político, não filosófico, por certo). Não é um conservantismo tradicionalista, exigindo apenas o respeito às leis e a submissão à autoridade¹².

Mas distancio-me da visão de Edwards em sua ideia de que para Portales o governo deve não apenas ser forte e centralizador, como também impessoal e abstrato. Penso, pelo contrário, que para Portales “a principal mola da máquina” era a distinção entre os que ele chama em suas cartas de “os bons” e “os maus”. Os “bons” são “os homens de ordem”, “os homens de juízo e que pensam”, “os homens

10. Isidoro Errázuriz, Juicio Político sobre don Diego Portales, em Ernesto de la Cruz, Epistolario citado, II, 31 ss.

11. F.A. Encina, Historia de Chile, XI, 493-494.

12. Jaime Eyzaguirre, Fisonomía histórica de Chile, Santiago, 2ª ed., 1958, 110.

de conhecido juízo, de notório amor ao país e das melhores intenções”. Os “maus”, sobre os quais deve recair o rigor absoluto da lei, são “os foragidos”, “os lesos e sem-vergonha”, aludindo sem dúvida aos pipiolo (liberais) e aos conspiradores de qualquer bando. Lamenta, às vezes, a tibieza do governo e também daqueles que são simpáticos ao Governo “por sua natural propensão à ordem e à paz”, “todas as peças da máquina vão se desencaixando sensivelmente”, “porque os maus não têm respeito” pelo governo¹³.

Alguns dos que se inspiraram de perto na concepção de Portales determinaram mais tarde um condicionamento sociológico da noção portaliana de “bons” e “maus”. Assim, Rengifo (que havia estado com o grande ministro até 1835, quando se inclina ao grupo “filopolita”), escreve a Bulnes, já Presidente eleito, em 1841, dizendo que reina a paz conveniente “aos grandes proprietários, aos homens amantes da ordem e da tranquilidade pública”, pois já não restam “montes de aventureiros que haviam pertencido à geração revolucionária”. Manuel Montt, por sua parte, escreve a Salvador Sanfuentes, em 1845, dizendo que “os partidos estão reduzidos a proprietários e não proprietários, pessoas de fraque e pessoas de manta”. Em 1846, escreve ao ministro Sanfuentes que “uns poucos homens falidos e perdidos no conceito público adularam as paixões da multidão, procurando os instrumentos de seus planos entre as pessoas sem ocupação nem ofício. Fizeram com que concebessem a esperança de distribuição de fortuna, e os conduziram habilidosamente a saques, excitando, por

13. Ernesto de la Cruz, ob. cit. I, 377 r 386.; II, 418-419, 270 ss.; III, 337 e 486.

um lado, sua cobiça e inspirando-lhes, por outro lado, aversão e ódio aos proprietários”. Andrés Bello, em uma carta a um amigo venezuelano, fala também de uma “classe dos proprietários”, que dirige o país, para a sorte deste¹⁴.

Penso, pois, em contraposição neste ponto com Edwards – quem é, de resto, a meu ver, o melhor historiador da época republicana – que o regime de Portales não era “impessoal” ou abstrato, mas que o Governo tinha que se apoiar em uma aristocracia – certamente uma aristocracia americana, de proprietários de terras, não de senhores feudais –; mas essa classe deveria estar sujeita obedientemente ao Governo por seu próprio interesse na ordem pública. O “impessoal” é próprio de uma burguesia ou de um proletariado industrial, nunca de uma aristocracia. Porém, não se trata de um Governo puramente aristocrático como o posterior a 1891, mas, insistimos, há uma polaridade consentida por ambos os lados: por um deles, um Governo autoritário e que intervém eleitoralmente da maneira mais aberta, enviando aos Prefeitos e Governadores as listas dos amigos do Governo para que os parlamentares fossem eleitos; pelo outro lado, uma aristocracia de proprietários de terras, aliás bastante aberta a altos funcionários e militares, provenientes dos estratos médios. O regime portaliano pressupõe que a aristocracia é a classe em que se identifica o nível social, e todos os seus interesses anexos, com a qualidade moral de preferir a ordem pública ao caos. Isto seria “a principal mola da máquina” no portalianismo, a nosso ver.

14. As primeiras cartas em Raúl Silva Castro (ed.), *Cartas Chilenas*, 72 ss. e 76-81 (as de Rengifo e Montt). A carta de Bello, citada por Manuel Salvat Monguillor, em “Andrés Bello integrado a la vida chilena”, em *El Mercurio* de 14 de fevereiro de 1981.

O próprio Portales é suficientemente realista e concededor dos homens para criar ilusões sobre a moralidade da classe que o apoiava: as premissas políticas do regime por ele criado vão por um lado, mas seus sentimentos pessoais são outros. Sobre os chilenos, depõe acerca “da mania que há em meu país de não servi-lo a não ser por interesse”; “conheço tanto as uvas da minha vinha, estou tão convencido de que a fraqueza, a inconstância, a indiferença formam o caráter de quase toda a geração presente do Chile”. Ao referir-se à sociedade aristocrática de Santiago, ou seja, de uma das bases em que repousa seu regime, demonstra um terrível pessimismo: “... Ninguém quer viver sem o apoio do elefante branco do Governo e quando os f... e as p... não são satisfeitos em seus caprichos, os pipiolo são uns dignos cavalheiros ao lado destes imbecis. As famílias de classe da capital, todas beatas, com seu mau-caráter e má-fé, implicam um peso enorme para o bom andamento da administração”¹⁵.

A criação de Portales nasce, então, sob um signo ambíguo: política e socialmente forte, mas interiormente marcada pelo ceticismo. Carente de ideias transcendentais, baseia-se em um “dever”; apesar de todas as oposições exteriores e interiores; apesar da falta de “virtude republicana” no povo chileno; de volta já de todo o otimismo da época da Independência; apesar disso, há um dever que recai sobre os que mandam e sobre os funcionários e militares, para fazer do Chile um grande país sobre o Pacífico. É uma criação “moderna”, nada semelhante ao mundo hispânico

15. Ernesto de la Cruz, *Epistolario*, cit., I, 352-353.

nem colonial, e sim centralizadora à francesa, com toda a fragilidade dos Estados recém-nascidos no século XIX, sem nenhum senso sagrado como os reinos medievais. Ainda assim, esse regime durou uns 60 anos, governou por duas ou três gerações. Em torno dessa ideia matriz formou-se, disse Isidoro Errázuriz, “uma casta sacerdotal” que a custodiava: assim Montt, Errázuriz Zañartu, Santa María, Varas, Máximo Mujica, Francisco Echaurren¹⁶.

O fim do regime portaliano

Se nos situarmos agora ao redor de 1881-1891, cinquenta ou sessenta anos depois de seu fundador, nos anos finais do portalianismo, quando o Chile ganhava a Guerra do Pacífico, durante as Presidências de Santa María e Balmaceda, encontramos-nos com que o estrato social do qual saíam os dirigentes do Estado, sem deixar sua base econômica proveniente da Colônia – a saber, a fazenda – havia sofrido uma transformação importante, sobretudo desde a década de 1860-1870. Aos proprietários de terras vão se unindo agora ricos mineradores do cobre e da prata de Atacama (os Matta, os Goyenechea, os Gallo, os Subercaseaux, os Urmeneta, os Cousiño, que mais tarde serão donos do carvão de Lota), pioneiros do salitre de Antofagasta como José Santos Ossa; agricultores “modernos” do vale do Aconcagua, como Josué Waddington, que havia chegado como comerciante; britânicos de Valparaíso de fortuna inicialmente mercantil (Ross, Lyon, Mac-Clure, Budge, Eastman); banqueiros de Valparaíso e Santiago (Edwards, Besa). Outros estrangeiros ascendem principal-

16. Isidoro Errázuriz, em ob. cit.

mente através da política, como Enrique Mac-Iver, Carlos e Joaquim Walker Martínez; o irlandês Guillermo Blest chega como médico e seu filho Alberto se destacará como diplomata e romancista. É todo um grupo humano que se incorpora à aristocracia, não certamente numeroso, mas importante, porque projeta nela o espírito especulativo e financeiro¹⁷. No caso dos Gallo, dos Matta, dos Mac-Iver, eles contribuem com o espírito antieclesiástico, em alguns casos por ascendência britânica, em outros pela origem em uma “fronteira de mineração”, distanciada da tradição santiaguina. Nos últimos anos do século, somar-se-ão ainda agricultores da Araucânia, rapidamente enriquecidos nessa nova fronteira, em outros tempos de guerra e agora colonizada: o nome principal é o de José Bunster. Os banqueiros serão “a ponta de lança” desta plutocracia: as famílias Edwards, Matte, Besa serão decisivas na ação política e no financiamento da Guerra Civil de 1891, totalmente unidos à velha aristocracia latifundiária dos Yrarrázaval, Errázuriz e outros.

A letra da Constituição era democrática, mas a realidade política era autoritária, como já dissemos. Contudo, a partir da presidência de José Joaquín Pérez, a aristocracia começou a transformar seu liberalismo instintivo e frontista (rebelde em relação à autoridade) em um liberalismo ideológico de origem francesa, que se manifesta no afro-

17. Sobre esta nova camada da classe alta, Fernando Silva Vargas, “Notas sobre a evolução empresarial chilena no século XIX” (em *Empresa Privada*, por Fernando Durán e outros, Escola de Negócios de Valparaíso, 73-103), e Julio Heise González, *Historia de Chile. El Régimen Parlamentario 1861-1925*, I, 164: mineradores e banqueiros estrangeiros enriquecidos: nomeia Josué Waddington, Ricardo Price Evans, Ramón e Vicente Subercaseaux, José Santos Ossa, Agustín Edwards Ross, Pacual Baburizza, Juan Arnoldo Smitmans.

xamento da relação oficial do Estado com a Igreja Católica, e mais tarde, sob a presidência de Errázuriz Zañartu, em um vasto conjunto legislativo, que restringe a potestade presidencial, transformando o voto censitário em sufrágio universal para todos os rapazes maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, e elimina os privilégios judiciais dos eclesiásticos. No Clube da Reforma¹⁸ e no Congresso de 1870 desenvolve-se um ethos republicano eloquente, para o qual o valor supremo é a ideia de liberdade. Participam dessa valoração também os conservadores clericais de novo cunho, muito diferentes dos velhos pelucones, já que seu propósito central era a defesa da Igreja, mas dentro de formas politicamente liberais. A pesquisa de Ricardo Krebs¹⁹ pôde marcar entre eles matizes que diferenciam o grupo mais intimamente clerical e devoto do Syllabus, de outro grupo mais decididamente liberal, mas sempre dentro do mesmo Partido Conservador. O Arcebispo Rafael Valentín Valdivieso e os prelados Joaquín Larraín e José Hipólito Salas tiveram grande influência sobre os primeiros. Em todo caso, neste novo Conservantismo distinguem-se parlamentares como Manuel José Yrarrázaval, Abdón Cifuentes, Carlos Walker Martínez, para citar apenas os principais. Contrapondo-se a eles, no Clube da Reforma primeiro, depois nos Congressos de 1870 a 1888-90, destacam-se os grandes paladinos liberais, nacionais ou radicais, defensores das “leis laicas” e das restrições ao

18. Sobre o Clube da Reforma, Patricio Estellé Méndez, “El Club de la Reforma de 1868-1871”, *Historia*, 9, 1970.

19. Ricardo Krebs Wilkens, “El pensamiento de la Iglesia frente a la laicización del Estado de Chile: 1875-1885”, em *Catolicismo y Laicismo*, Santiago, 1981.

poder presidencial (neste último ponto eram acompanhados também pelos conservadores). Representantes típicos do ethos republicano e liberal eram, dentre os principais, Benjamín Vicuña Mackenna, Miguel Luis Amunátegui, Diego Barros Arana, José Francisco Vergara, Vicente Reyes, Antonio Varas, Isidoro Errázuriz e os futuros presidentes, Santa María e Balmaceda, quando ainda não eram presidentes, e sim parlamentares.

Às vezes os contemporâneos advertiam a transformação que a classe dirigente havia experimentado. Assim, Adolfo Ibáñez (mesmo tendo sido advogado da firma Campbell no Chile) dizia na sessão do Senado balmacedista de 10 de maio de 1891 que, sem negar a importância dos bancos, não podia deixar de acrescentar:

“Estas instituições abriram de par em par as portas do ágio, das especulações arriscadas, do jogo da bolsa e demais especulações aleatórias em cuja meta encontram-se, muitas vezes, as desgraças das famílias e a desonra dos indivíduos. Comparando os tempos atuais com os antigos e bons tempos de minha juventude, não posso deixar de lamentar sua ausência, quando nossos antepassados gabavam-se em dizer que valia mais para eles a palavra empenhada do que uma escritura pública. Mas, infelizmente, esses tempos já se foram, talvez para jamais voltar. Talvez não seja temerário afirmar que entre nós o nível moral das especulações tenha baixado muitos graus.

“Por outro lado, se devemos muito aos bancos, estes obtiveram também altas recompensas, e para comprová-lo, bastaria lembrar o preço a que são cotadas suas ações

e os crescidos juros que os acionistas obtêm. Além disso, estas instituições bancárias, no enorme desenvolvimento a que chegaram, não fazem mais que mudar a corrente natural de nossos capitais, que em vez de se dedicar a fomentar a indústria nacional em suas múltiplas manifestações, seguem pelo caminho da usura e das especulações de pouco ou nenhum trabalho”²⁰.

O gênero de vida do alto estrato social na década de 1880 está descrito com mais amenidade do que em qualquer outro lugar nas “Cartas Políticas” de Severo Perpena, pseudônimo de José Francisco Vergara²¹. Publicadas em dois jornais, em 1886, vão destinadas fundamentalmente a combater o autoritarismo de Santa María. Mas seu interesse para nós está mais na pintura da atmosfera de seu tempo. Redigidas em primeira pessoa, descrevem um magnata portenho que viaja constantemente a Santiago por questões de negócios e judiciais; sempre dependente da relação do peso chileno com os pennies, já em um regime de papel moeda, desde 1878; frequentando o Clube da União, os bancos e a Bolsa; visitando personagens das finanças como José Besa, Alejandro Vial, Teodoro Sánchez, Salvador Izquierdo, Waldo Silva; retratando figuras políticas às vezes ridículas, com uma das quais quase tem um duelo. Os agravos contra Santa María – a quem compara com o tirânico “Ilustre Americano” da Venezuela, Guz-

20. O discurso de Adolfo Ibáñez, citado literalmente, em parte, por Fanos Velasco, ob. cit. 388.

21. As Cartas Políticas são uma série de artigos, publicados alguns em La Unión de Valparaíso e outros em La Libertad Electoral, ambas em 1886. Sobre sua autoria, Eduardo de la Barra e outros, na Revista Chilena de Historia y Geografía, 120, 185-222

mán Blanco – são as acusações típicas da época liberal: intervenção eleitoral, nepotismo, má política financeira, peculatos, crescimento da burocracia (“os suches”), etc.

Erguidos contra a maior parte da aristocracia – a velha e a nova – os presidentes saídos do Partido Liberal, mas pessoalmente autoritários – Errázuriz Zañartu já havia sido um exemplo – defendem o poder presidencial com o vigor de uma ideia política que os emparenta patentemente com a tradição portaliana. O documento que, a meu ver, melhor reflete isto é o autorretrato que escreve Santa María, à petição de Pedro Pablo Figueroa para seu Diccionario Biográfico de Chile. Ainda que o documento já tenha sido publicado por Encina²², é de tal modo revelador, que é preciso reproduzi-lo na íntegra, para ser meditado:

“Li as anotações que ditei ao senhor, sobre minha biografia para seu Diccionario, e devolvo-lhe essas anotações e envio-lhe a biografia que redigi, com base nelas. Se essa biografia for publicada, gostaria que o senhor a deixasse da mesma forma como a escrevi. Ela se ajusta em tudo à verdade e não contém nada que não seja exato. Uma vida como a minha, que teve na política chilena tantas vicissitudes, tantos triunfos e quebrantos, tantas glórias e amarguras, deve ser exposta com clareza para evitar assim os jul-

22. F.A. Encina, *Historia de Chile*, XX, 451-456. Sobre o conflito “doutrinário” sob Santa María, ver também “Cuatro Cartas Políticas de Domingo Santa María”, publicadas por A. Santa María, *Revista Chilena de Historia y Geografía*, 119; “Cartas de don Domingo Santa María a don Domingo Gana”, publicadas por Jaime Eyzaguirre, *Boletín de la Academia Chilena de Historia*, 1950, I; “Correspondência recebida por don Exequiel Balmaceda Fernández, Encarregado de Negócios do Chile ante a Santa Sede, entre julho de 1887 e fevereiro de 1889”, publicado por Adolfo Ibáñez S.M., *Historia*, 14, 1979; e em fim a obra coletiva dirigida por Ricardo Krebs, *Catolicismo y Laicismo*, Santiago, 1981.

gamentos favoráveis bem como aqueles contrários à minha pessoa. Junto com Vicuña Mackenna, fui um dos homens que levantou no Chile mais admiradores incondicionais e os mais fervorosos contraditores. Acusaram-me de falta de linha, de doutrina, de versatilidade, de incoerência em meus atos. É verdade; fui isso porque sou um homem moderno e de sensibilidade, capaz de elevar-me sobre as misérias do ambiente e sobrepor-me à política de círculo e de intrigas. Mas ninguém, nem o mais inflamado dos meus inimigos, pode me acusar com sinceridade de que não trabalhei, como ninguém, pelo meu Chile, para elevá-lo, para glorificá-lo e colocá-lo à altura de grande nação que lhe reserva o destino e um porvir próximo. Tampouco meus inimigos podem dizer de mim que eu não tenha deixado um momento sequer de servir, com o mesmo carinho com que trabalhei por minha pátria, à causa liberal, até convertê-la em uma escola de doutrina.

“Algum dia minha pátria me agradecerá o fato de ter laicizado as instituições de meu país. Nisto não procedi nem com o ódio do fanático nem com o estreito critério de um anticlerical; enxerguei mais alto e com maior amplitude de olhar. O grau de ilustração e de cultura a que o Chile chegou merecia que as consciências de meus concidadãos fossem libertadas de preconceitos medievais. Combati a igreja, e mais do que a igreja, a seita conservadora, porque ela representa no Chile o mesmo que o partido dos beatos e santarrões, a remora mais considerável para o progresso moral do país. Eles têm a riqueza, a hierarquia social e são inimigos da cultura. Eles a reclamam, mas a dão orien-

tando as consciências no sentido da servidão espiritual e das almas. Sem escrúpulos de nenhum tipo, lançaram a igreja à batalha para converter uma questão moral, uma questão de ordem administrativa, uma questão de ordem política, em uma questão de ordem religiosa, em um combate religioso, de lesão às crenças, de vulneração à dignidade da igreja. Isto não é exato, e os resultados estão à vista. A igreja perdeu paroquianos, viu enfraquecer a fé de seus devotos e quem ganhou foi o partido conservador ao aumentar suas filas. O dano que a igreja fez a si mesma já é irreparável, porque dividiu a consciência nacional e o partido conservador ficou manifestamente como um grupo de homens nos quais falta até o patriotismo por obedecer a cúria romana. Estava disposto a aceitar que um vil italiano, o delegado apostólico tomasse a direção da igreja chilena. Frades e beatos atuaram em conjunto para conseguir semelhante monstruosidade que eu paralisei indignado. Assim é a consciência dos conservadores. Eles falam em uma linguagem sutil de patriotismo e da consciência, e são capazes das maiores traições.

“É claro; os pecados duram o tempo em que o frade demora em absolvê-los para deixá-los outra vez em atitude de pecar, de escamotear o trabalho do pobre, de mentir com elegância, de subornar, etc. Disseram que sou sectário e que me guia um ódio cego à igreja. Não é verdade. Sou bastante inteligente para saber distinguir entre os ritos ridículos que a igreja criou para dominar as consciências dos homens através desta terrível palavra que chamam fé, e o que é um pensamento raciocinado e lógico de um homem capaz de compreender que algo superior rege o mundo, e

que a igreja se embaralha para exercer um domínio universal em nome de Cristo, que se levantasse de sua tumba os expulsaria a açoites do templo. Eles fizeram da doutrina de Cristo o maior peculato e negociado que a cristandade jamais vira. E, apesar de ter essas ideias, embora eu seja um livre-pensador em matérias religiosas, e de acreditar em um Cristo humano e piedoso, a igreja não se separou do Estado, porque eu não quis e lutei por manter a união. Aqui enxerguei como estadista, e não como político; enxerguei com a consciência, a razão, e não com o sentimento e o coração. Hoje, a separação entre a igreja e o Estado importaria a revolução. O país não está preparado para eles. A separação não pode ser um despojo nem uma confiscação.

“O problema de ordem jurídica que ele implica não é visto nem compreendido em toda a sua extensão nem por Augusto Orrego Luco, nem por Balmaceda, nem por Mac-Iver, e Isidoro Errázuriz mal o vislumbra. Para Amunátegui é uma questão de lei; para Barros Arana, comer os frades assados no fogo de uma inquisição liberal em uma grelha. A questão é mais profunda. As leis laicas deixam o terreno preparado para que algum dia, na conveniência da própria igreja, seja produzida a separação por pedido seu ou tácita aceitação. Isto será, com o tempo, o resultado das atuais agitações, quando a igreja perder com elas a sua respeitabilidade moral e quando vir serenamente o partido conservador como seu pior verdugo, porque nem sequer é seu inimigo. É preciso deixar as coisas tal como estão até que se forme a conveniência da separação na igreja. Apressá-la é um erro, é um crime político e social. Eu não

quis fazer a separação e preferi detê-la e entender-me com o papa para encontrar a paz das consciências.

“Chamaram-me de autoritário. Vejo o exercício do poder como uma forte vontade, diretora, criadora da ordem e dos deveres da cidadania. Esta cidadania tem muito de inconsciente ainda e é preciso dirigi-la a tapa. E isto porque reconheço que nesta questão avançamos mais do que qualquer país da América. Entregar as urnas ao populacho e à gentalha, às paixões insanas dos partidos, com sufrágio universal ainda por cima, é o suicídio do governante, e eu não me suicidarei por uma quimera. Enxergo bem e me imporei para governar com o melhor e apoiarei quanta lei liberal se apresentar para preparar o terreno de uma futura democracia. Ouça bem: futura democracia.

“Chamaram-me de interventor. Eu o sou. Pertencço à velha escola, e se participo da intervenção é porque quero um parlamento eficiente, disciplinado, que colabore nos afãs de bem público do governo. Tenho experiência e sei aonde vou. Não posso deixar os teorizadores desfazerem o que Portales, Bulnes, Montt e Errázuriz fizeram. Não quero ser Pinto, a quem faltou caráter para impor-se às barbaridades de um parlamento que eu sofri na própria carne nas duas vezes em que fui ministro, nos dias trágicos por vezes, gloriosos outros da guerra com o Peru e a Bolívia. Essa foi uma etapa de experiência para mim, na qual aprendi a mandar sem dilações, a ser obedecido sem réplica, a impor-me sem contradições e a fazer sentir a autoridade porque ela era de direito, de lei e, portanto, superior a qualquer sentimento humano. Se assim não me houvesse sobreposto a Pinto durante a guerra, tenha certeza de que haveríamos ido à derrota.

“Deixo por aqui estas anotações. A biografia que as acompanha ignora os últimos acontecimentos. Estão muito próximos para se emitir julgamento. Quero que publique esta biografia tal qual a estou enviando. Não acrescente nem retire nada. Deixe ao tempo o que corresponde ao tempo fazer. Eu sei que cometi erros porque sou veemente e apaixonado, porque amo demais a minha pátria e porque sou homem de ação impetuosa no que considero importante para os meus concidadãos e para esta minha preciosa terra. Sofri por esta terra, os meus sofreram, mas o que importa? O Chile já é a potência do Chile na América. Isto é o que vale. Meus defeitos não significam nada, minha pobreza tampouco, a perda de amigos queridos nas batalhas de contradição e de ódios não pesam ante esta única palavra: lavramos a grandeza do Chile e podemos nos comparar aos homens que nos deram a pátria, quase de igual para igual, porque seguimos sua herança imitando-os com a reverência que esses patriotas merecem de nós.

“Conte com seu amigo, que o recorda e lhe tem muito presente na petição que lhe fez e que cumprirá devidamente. Domingo Santa María”.

Estas linhas autobiográficas, magistrais a meu ver, apesar do laicismo vulgar que se desprende delas, mas que é comum na época, mostram-nos até que ponto se deu efetivamente a tradição portaliana²³, apesar da oposição religiosa liberalismo-conservantismo: Portales, Bulnes, Montt e Errázuriz Zañartu são nominalmente indicados como os mestres da “velha escola”. O direito de Patronato

23. Isidoro Errázuriz, ob. cit.

é defendido como um atributo da soberania estatal, como o fizera, sessenta anos antes, Mariano Egaña, e como o havia feito no século XVIII um Campomanes; Santa María acrescenta o notável prognóstico de que “algum dia, na conveniência da própria Igreja chilena, seja produzida a separação por pedido seu ou tácita aceitação”. Santa María fora constantemente um partidário das reformas liberais; mas, já em La Moneda, “o gênio do lugar” o converteu ao autoritarismo. O documento é a prova mais clara da persistência de uma concepção do Estado chileno que vem desde Portales, embora decaia sob Presidentes fracos.

Mas, em 1891, essa concepção é derrotada frente à rebelião da Marinha, da quase totalidade da aristocracia latifundiária e bancária, da intelligentsia e boa parte dos profissionais e por uma fração minoritária do Exército. O lema da liberdade eleitoral, sobretudo o repúdio à intervenção de Balmaceda a favor de seu sucessor na Presidência, aglutina todos os setores. Como é sabido, deu-se uma vivaz controvérsia em torno de que tipo de causação atuou na Guerra Civil. Como em todos os processos históricos de certa magnitude, é preciso fugir da tentação de um “monocausalismo”. Não é possível, em História, dar uma “explicação” exaustiva dos fenômenos. Ao lado da luta pela liberdade eleitoral e pela liberdade em seu sentido mais absoluto, que é o motivo mais consciente e de primeiro plano para os opositores, jogaram a sua parte o choque da aristocracia com um certo democratismo de classes médias, favorecidas por Balmaceda; assim como a luta de interesses entre as tendências ao nacionalismo econômico de

Balmaceda, seu afã de nacionalizar o monopólio ferroviário da companhia de North (a Nitrate Railway Company), em Tarapacá, contra os interesses deste especulador inglês e do setor de políticos vinculados a ele, como declarou Hernán Ramírez Nacochea²⁴.

O próprio Balmaceda costumava, às vezes, apresentar sua causa à luz destes conflitos econômicos-sociais. “O Quadrilátero – disse em uma ocasião, referindo-se à coalizão opositora – é um Estado Maior sem exército. Em Santiago, ele tem alguns homens notáveis, o círculo dos Bancos, alguns corretores de comércio e nada mais”. Seu ministro Domingo Godoy dizia, em novembro de 1890, que “o governo está seguro do Exército e do povo” e que “o Quadrilátero está composto de ricos, de grandes proprietários, sobre os quais cairá em primeira e última análise o efeito de uma tentativa de revolução”. O jornal *La Nación* proclama, já iniciadas as hostilidades bélicas, a “guerra social” contra a oligarquia e continuamente lança seus impérios contra os banqueiros. Julio Bañados Espinoza, o historiógrafo oficial do balmacedismo, e, sobretudo, o doutrinário defensor do regime representativo ou presidencial, contra a interpretação parlamentarista da Constituição de 1833, ao falar em seu jornal sobre o meeting de julho de 1890, chama-o de “o meeting dos banqueiros”. Em seu *Balmaceda, su gobierno y la revolución*, de 1891, enumera como causas da revolução, junto às ambições políticas, os “interesses” dos salitreiros de Tarapacá; dos

24. Hernán Ramírez Necochea, *Balmaceda y la contrarrevolución de 1891*, Santiago, 2ª edição, 1969.

banqueiros, agraviados porque não lhes concedem emitir notas a seu critério e sem garantias suficientes; contudo, abstém-se de proporcionar as provas, por falta de documentação. Harold Blakemore, em sua equilibrada investigação de 1974²⁵, demonstrou que Balmaceda, em matéria de nacionalismo, só tentou quebrar o monopólio ferroviário da companhia de North, que manipulava os preços do salitre; mas que o fez com o apoio de outras empresas inglesas (Campbell, Gibbs), que queriam também instalar ferrovias próprias para dar saída a sua produção. A verdadeira grande aspiração de Balmaceda, acentua Blakemore, foi o seu plano de obras públicas, que ele pôde realizar em grande escala, financiadas pelo direito de exportação sobre o salitre. As classes altas não puderam ter o salitre, como tinham a terra e as minas do Norte Chico; mas o Fisco Chileno enriqueceu-se, por outro lado, e pôde aumentar os gastos públicos e a burocracia estatal, abrindo assim novos recursos para a ‘classe média’, um novo estrato que alterará o panorama social do Chile.

A figura de Balmaceda, representada em milhares de litografias populares como “o Presidente mártir”, no início do século XX, contou na realidade com o apoio popular em sua luta no Congresso? O assunto é matéria muito debatida. Abraham König, político radical e antibalmacedis-

25. Harold Blakemore, *British Nitrates and Chilean Politics 1886-1876: Balmaceda and North*, The Athlone Press of the University of London, 1974. As citações de Balmaceda, de Domingo Godoy e de La Nación, em Fanor Velasco, ob. cit. especialmente páginas 40, 51, 335, 383; Julio Bañados Espinoza, Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891, Paris, 1894, II, 73; Ricardo Salas Edwards, Balmaceda y el Parlamentarismo en Chile, Santiago, 1916, I, 307-312. Bañados Espinoza fala em seu jornal sobre o “meeting dos banqueiros”.

ta, em um artigo publicado durante o desterro em La Nación de Buenos Aires, escreve que a revolução foi o resultado de uma questão de Direito Constitucional, discutida de diferentes pontos de vista; e “a aplicação de um preceito constitucional não está ao alcance de todos e, como é natural, os que se interessavam vivamente na contenda eram os homens ilustrados, os de boa posição social, que por sua educação e cultura estavam em situação de compreender a gravidade do conflito e apreciar suas consequências. Neste sentido, a revolução do Chile é aristocrática, porque foi empenhada, sustentada e dirigida pelas classes dominantes da sociedade”²⁶. Joaquín Fernández Blanco, citado por Fanor Velasco, diz, mais popularmente: “Estas são histórias dos grã-finos, dizem os artesãos e os andrajosos”. O senador balmacedista Alfredo Ovalle Vicuña confessava, em agosto de 1891, que o próprio povo “não entende a disputa, nem a leva a sério”. Em fim, o próprio Valentín Letelier, em sua lição inaugural de Direito Administrativo em 1891, já passada a Guerra Civil, escrevia: “Mas depois dirão que tudo isto era pleito entre ricos, completamente alheios aos interesses do povo; dirão que o povo, que não se reúne em clubes nem em assembleias, que não publica nem lê jornais, e que não está nem aí para os direitos políticos, não tinha motivo algum para levantar-se em armas contra o Governo estabelecido... De minha parte, não hei de negar que, efetivamente, nos primeiros meses da contenda política entre os dois grandes poderes do Estado, o povo mostrou-se completamente indiferente a ela”; “a

26. O artigo de König, citado por Bañados Espinoza, ob. cit., II, 51.

massa do povo não interveio na luta de 1890, nem para o bem, nem para o mal²⁷. Os depoimentos são bastante claros, e vêm de ambos os lados, não há como negar a indiferença popular, e a neutralidade do Partido Demócrata, de base social artesanal e de pequena classe média, atesta-o ainda mais; inclusive, seu chefe, Antonio Poupin, morreu em Lo Cañas junto com jovens aristocratas. Contudo, a póstuma popularidade de Balmaceda é um fato histórico inegável. Após a vitória do balmacedismo (Partido Liberal Democrático) nas eleições de 1894, o jornal conservador *La Patria* escreve que a causa deste sucesso era “a propaganda ilimitada dos ditatoriais do socialismo”²⁸. Um observador argentino, o lúcido historiador Ernesto Quesada, escreve no final de sua famosa *Época de Rosas*, que no povo do Chile, tão admirado por seu caminhar sisudo e repousado, admiração para os olhos dos estrangeiros, de repente “surgiu a máscara horrível da medusa”, explodiu a revolução sangrenta, que não foi “mais que o choque dos princípios democráticos e oligárquicos”. Mas, entre os partidários de Balmaceda, existe também um punhado de aristocratas ou homens de classe alta, como os dois candidatos oficiais à sucessão presidencial, Enrique Salvador Sanfuentes e Claudio Vicuña, Juan Eduardo Mackenna, Adolfo Eastman, Adolfo Ibáñez, ou até um Lauro Barros, que defende, em pleno Congresso balmacedista, a faculda-

27. Joaquín Fernández Blanco, citado em Fanor Velasco, ob. cit., 302; Alfredo Ovalle Vicuña citado por Julio Heise González, ob. cit., 117. As palavras do curso de Valentín Letelier em Bañados Espinoza, ob. cit., II, 53.

28. *La Patria*, 6 de março de 1894, citado por Carmen Gloria Ochoa Moreno, *La Revolución de 1891. Un ideal de regeneración política* (Memória inédita para receber o título de Professor de Estado, dirigida por Javier González Echeñique).

de dos bancos particulares de emitir notas e se opõe, portanto, ao projeto de Banco do Estado, e horrorizava-lhe tudo o que “cheirasse a socialismo”²⁹.

Todos os testemunhos sobre a indiferença popular em 1890 ou 1891, cuja veracidade parece decisiva, não impedem que postumamente tenha se desenvolvido um culto popular, cujos portadores iniciais podem ter sido os militares dispensados e os funcionários exonerados depois da vitória; e, posteriormente, a decepção ante o novo regime que, como veremos mais adiante, manifesta-se já de uma maneira peremptória até 1894. As classes médias podem ter tomado mais e mais consciência de terem sido derrotadas em 1891, e esse sentimento poderia ter irradiado para baixo. A ideia de que a aristocracia havia vencido a mesocracia (ou democracia) em 1891, patente por exemplo em 1910 em Alejandro Venegas e seu Sinceridade, corrobora o juízo que Ernesto Quesada havia pronunciado na Argentina em 1898.

A Marinha, por sua formação de estilo inglês e seu contato com as classes altas de Valparaíso tinha que se inclinar, como o fez, pelo Parlamento, e junto a ela estiveram o exército do Norte e alguns chefes militares do Centro e da Fronteira, como Gregorio Urrutia e o popular Estanislao del Canto. O exército, na maior parte de suas forças, é menos aristocratizado do que a Marinha, é “mais criollo e tradicionalista”, diz Alberto Edwards, mantém melhor “a tradição de disciplina”; em Concón e Placilla combatem, não por dom José Manuel Balmaceda, mas

29. Sobre o projeto de Banco do Estado e a repulsa ao socialismo do senador balmacedista Lauro Barros, Fanor Velasco, ob. cit., 119, 319.

pelo Presidente da República³⁰. Já em março de 1890, os chefes dos regimentos de Santiago, à exceção de Del Canto, declararam-se secretamente dispostos a obedecer ao seu generalíssimo, mesmo que este ordenasse o fechamento do Congresso: a obediência ao Presidente é para eles algo muito mais concreto e exigente que a obediência impessoal à Constituição.

Finalmente, com relação ao clero, salvo a neutralidade do Arcebispo de Santiago, Mariano Casanova e o Bispo de La Serena, Florencio Fontecilla, a imensa maioria esteve junto ao Partido Conservador e simpatizou com a revolução³¹.

Em suma, diríamos que o ideal portaliano de Estado, muito debilitado sob Presidentes de pouca força psicológica, como Pérez e Pinto, mas redivivo com Santa María e Balmaceda, pode ter prosseguido sob sucessores de Balmaceda; as derrotas de Concón e de Placilla aparecem para nós como esses acontecimentos singulares que determinam um destino, que poderia ter tomado outro rumo se esses fatos singulares houvessem ocorrido de outra maneira; já depois dessas derrotas, somente Arturo Alessandri pôde retomar a corrente, em uma constelação geral muito diferente. É verdade que a aristocracia era muito forte em 1891, mas também o era em 1830; é verdade que a de 1891 era mais rica, porque pôde dispor dos bancos; mas

30. Ver Alberto Edwards, *La Fronda aristocrática*, os capítulos sobre a Guerra Civil.

31. Carlos Oviedo Cavada, "La iglesia en la Revolución de 1891", *Historia*, 14, 1979. Sobre o partidarismo antibalmacedista do clero, Fanor Velasco, *ob. cit.*, em várias passagens, por exemplo, sobre Salvador Donoso. Entre eles, o mais notório é o relato de como Balbontín, um grande advogado católico, que relutava a submeter-se aos revolucionários, porque a Igreja era contrária às revoluções, e por isso perdeu boa parte de sua clientela, até que seu confessor o convenceu do contrário, com textos de doutores (páginas 389-390).

Portales também tinha que se entender com um Presidente difícil, como Prieto, com um exército ainda contagiado com o espírito conspirativo dos anos de pipiolismo e com uma aristocracia à qual classificava de “beata, de mau-caráter e má-fé”. Ponderando os fatores até onde posso, penso que a vitória revolucionária não foi o resultado fatal de uma necessidade histórica, porque a aristocracia teria se fortalecido e necessariamente deveria se libertar do governo forte implantado por Portales; penso sim que atuaram fatores singulares, decisões trazidas pelo destino das batalhas, e certamente Balmaceda carecia da grandeza política de Portales, não obstante todo o idealismo e patriotismo que demonstrou ao longo da Guerra Civil. Ao contrário, neste ponto, de Alberto Edwards, que acreditava que Portales havia restaurado a legitimidade transcendente da Monarquia, repito que, a meu ver, a obra de Portales era uma criação moderna, frágil, sem a transcendência das grandes monarquias europeias: era um equilíbrio que continuamente havia que reparar e corrigir. Como dissemos, os governos de Joaquín Pérez e de Aníbal Pinto já não estão possuídos pelo ethos da autoridade, mas esse ethos volta a ficar patente com Santa María e com Balmaceda: sua derrota foi uma contingência, não uma necessidade.

Em 1891, dissemos, termina o regime portaliano e termina também o longo período do Chile guerreiro. Nesse momento, o Chile aparece para nós cartograficamente muito diferente do Chile de 1810. Acrescentaram a ele o imenso território que vai desde o Deserto de Atacama até Tacana e Arica e, com o achatamento da resistência arau-

cana, o que vai desde o Bío-Bío a Valdivia. No extremo sul, ocupou o estreito de Magalhães e a Terra do Fogo, que começou a ser dividida em grandes estâncias de gado bovino. Por outro lado, perdeu seus direitos históricos sobre a Patagônia, e terá também que renunciar em 1899 a suas pretensões sobre a totalidade da Puna de Atacama, que formava administrativamente parte do território boliviano anexado pela vitória, mas que a Bolívia cedeu secretamente à Argentina. O Chile do fim do século passado já é, em certo sentido, “outro” Chile, com uma nova extensão, novas riquezas, novos problemas. O sociólogo Agustín Venturino escreveu que “a colônia rural dá lugar à República mineradora e depois à indústria, ao ensino profissional, etc.”. A ferrovia cresce graças à mineração e à imigração (em Araucânia). “A ferrovia é quase a história”³².

32. Agustín Venturino, *Sociología chilena con comparaciones argentinas y mejicanas*, Barcelona, 1929, 227-293. Sobre a importância da ferrovia diz, em 255-256: “Na realidade, a ferrovia é quase a história, o melhor da incipiente e breve história chilena, porque se relaciona com os esforços e impulsos sociais mais poderosos, com o nascimento da zona mineradora e da zona salitreira e com o auge da madeira dos bosques do Sul”.

A “via chilena para o socialismo”

SALVADOR ALLENDE

DISCURSO PERANTE O CONGRESSO DA REPÚBLICA

21 DE MAIO DE 1971

Concidadãos do Congresso:

Ao comparecer diante dos senhores para cumprir o mandato constitucional, atribuo a esta Mensagem uma dupla transcendência: ela é a primeira de um Governo que acaba de assumir a direção do país, e é entregue ante exigências únicas em nossa história política.

Por isso, quero conceder a ela um conteúdo especial, concorde com o seu significado presente e seu alcance para o futuro.

Durante 27 anos compareci a este recinto, quase sempre como Parlamentar de oposição.

Hoje o faço como Chefe de Estado, pela vontade do povo ratificada pelo Congresso.

Tenho muito presente que aqui se debateram e se fixaram as leis que ordenavam a estrutura agrária latifundiária, mas aqui também foram derogadas instituições obsoletas para constituir as bases legais da reforma agrária que esta-

mos levando a cabo. As normas institucionais nas quais se baseia a exploração estrangeira dos recursos naturais do Chile foram estabelecidas aqui. Mas este mesmo Parlamento as revisa, agora, para devolver aos chilenos o que por direito lhes pertence.

O Congresso elabora a institucionalidade legal, e assim regula a ordem social dentro da qual se arraiga; por isso, durante mais de um século, tem sido mais sensível aos interesses dos poderosos do que ao sofrimento do povo.

No início desta legislatura, devo levantar este problema: o Chile tem agora no Governo uma nova força política cuja função social é dar respaldo não à classe dominante tradicional, mas sim às grandes maiorias. A esta mudança na estrutura de poder deve corresponder, necessariamente, uma profunda transformação na ordem socioeconômica que o Parlamento está convocando a institucionalizar.

Ao que já se avançou na liberação das energias chilenas para reedificar a nação, passos mais decisivos hão de se seguir. À Reforma Agrária em andamento, à nacionalização do cobre, que espera apenas a aprovação do Congresso Pleno, cabe agregar, agora, novas reformas. Seja por iniciativa do Parlamento, seja por proposta do Executivo, seja por iniciativa conjunta dos dois poderes, seja com apelo legal ao fundamento de todo poder, que é a soberania popular expressa em consulta plebiscitária.

Vemo-nos diante do desafio de pôr tudo em questão. Temos urgência em perguntar a cada lei, a cada instituição existente e até a cada pessoa, se está servindo ou não ao nosso desenvolvimento integral e autônomo.

Estou certo de que poucas vezes na história um desafio desta magnitude foi apresentado ao Parlamento de qualquer nação.

A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO NO CHILE

As circunstâncias da Rússia no ano de 1917 e do Chile no presente são muito diferentes. Contudo, o desafio histórico é semelhante.

A Rússia de 1917 tomou as decisões que mais afetaram a história contemporânea. Ali chegou-se a pensar que a Europa atrasada poderia se encontrar diante da Europa avançada; que a primeira revolução socialista não aconteceria, necessariamente, nas entranhas das potências industriais. Ali aceitou-se o desafio e edificou-se uma das formas de construção da sociedade socialista que é a ditadura do proletariado.

Hoje ninguém duvida que, por esta via, nações com grande massa de população podem, em períodos relativamente breves, romper com o atraso e colocar-se à altura da civilização de nosso tempo. Os exemplos da URSS e da República Popular da China são eloquentes por si sós.

Como a Rússia, então, o Chile se encontra frente à necessidade de iniciar uma nova maneira de construir a sociedade socialista: a nossa via revolucionária, a via pluralista, antecipada pelos clássicos do marxismo, mas jamais antes concretizada. Os pensadores sociais supuseram que os primeiros a percorrê-la seriam nações mais desenvolvidas, provavelmente a Itália e a França, com seus poderosos partidos operários de definição marxista.

No entanto, mais uma vez, a história permite romper com o passado e construir um novo modelo de sociedade, não apenas onde era teoricamente mais previsível, mas onde foram criadas condições concretas mais favoráveis para a sua realização. O Chile é hoje a primeira nação da Terra chamada a conformar o segundo modelo de transição para a sociedade socialista.

Este desafio desperta um vivo interesse para além das fronteiras pátrias. Todos sabem, ou intuem, que aqui e agora, a história começa a tomar um novo rumo, na medida em que nós, chilenos, estejamos conscientes da tarefa a empreender. Alguns, a minoria talvez, veem apenas as enormes dificuldades da tarefa. Outros, muitos, buscamos a possibilidade de enfrentá-la com sucesso. De minha parte, tenho certeza de que teremos a energia e a capacidade necessárias para levar adiante nosso esforço, modelando a primeira sociedade socialista edificada segundo um modelo democrático, pluralista e libertário.

Os cétricos e os catastrofistas dirão que não é possível. Dirão que um Parlamento que serviu tão bem às classes dominantes é incapaz de transfigurar-se para chegar a ser o Parlamento do Povo chileno.

Mais ainda, disseram enfaticamente que as Forças Armadas e os Carabineiros, até agora defensores da ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida a edificar o socialismo em nosso país. Esquecem a consciência patriótica de nossas Forças Armadas e dos Carabineiros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil. Para dizê-lo nos próprios

termos do general Schneider, nas Forças Armadas, como “parte integrante e representativa da Nação e como estrutura do Estado, o permanente e o temporário organizam e contrapesam as mudanças periódicas que regem sua vida política dentro de um regime legal”.

De minha parte declaro, senhores membros do Congresso Nacional, que, como esta instituição está baseada no voto popular, nada em sua própria natureza impede que ela se renove para transformar-se de fato no Parlamento do povo. E afirmo que as Forças Armadas chilenas e o Corpo de Carabineiros, guardando fidelidade ao seu dever e à sua tradição de não interferir no processo político, serão o respaldo de uma ordenação social que corresponda à vontade popular expressa nos termos estabelecidos pela Constituição. Uma ordenação mais justa, mais humana e mais generosa para todos, mas, essencialmente, para os trabalhadores, que até hoje deram tanto sem receber quase nada.

As dificuldades que enfrentamos não se situam nesse campo. Elas residem realmente na extraordinária complexidade das tarefas que nos esperam: institucionalizar a via política para o socialismo, e fazê-lo a partir da nossa realidade presente, da sociedade oprimida pelo atraso e pela pobreza próprios da dependência e do subdesenvolvimento; romper com os fatores causantes do atraso e ao mesmo tempo edificar uma nova estrutura socioeconômica capaz de prover a prosperidade coletiva.

As causas do atraso estiveram - e ainda estão - no vínculo das classes dominantes tradicionais com a subordinação externa e com a exploração classista interna. Elas

lucravam com a associação a interesses estrangeiros, e com a apropriação dos excedentes produzidos pelos trabalhadores, não deixando para eles nada além de um mínimo indispensável para repor sua capacidade laboral.

Nossa primeira tarefa é desfazer esta estrutura construtiva que gera apenas um crescimento deformado. Mas, simultaneamente, é preciso edificar a nova economia, de modo que substitua a outra sem solução de continuidade; edificá-la conservando ao máximo a capacidade produtiva e técnica que conseguimos apesar das vicissitudes do subdesenvolvimento; edificá-la sem crises artificiais elaboradas pelos que verão proscritos seus arcaicos privilégios.

Para além destas questões básicas, há uma que desafia o nosso tempo como sua indagação essencial: Como devolver ao homem, principalmente ao jovem, um sentido de missão que lhe infunda uma nova alegria de viver e que confira dignidade à sua existência? Não há outro caminho senão o da paixão no esforço generoso de realizar grandes tarefas impessoais, como a autossuperação da própria condição humana, até hoje envilecida pela divisão entre privilegiados e despossuídos.

Ninguém pode imaginar hoje soluções para os tempos distantes do futuro, quando todos os povos terão alcançado a abundância e a satisfação de suas necessidades materiais e herdado, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural da humanidade. Mas aqui e agora, no Chile e na América Latina, temos a possibilidade e o dever de desencadear as energias criadoras, particularmente da juventude, para missões que nos comovam mais do que qualquer outra empreendida no passado.

Tal é a esperança de construir um mundo que supere a divisão entre ricos e pobres. E no nosso caso, edificar uma sociedade na qual se proscruva a guerra de uns contra os outros na concorrência econômica; na qual não tenha sentido a luta por privilégios profissionais; nem a indiferença ao destino alheio que transforma os poderosos em exploradores

Poucas vezes os homens precisaram tanto como agora de fé em si mesmos e em sua capacidade de refazer o mundo, de renovar a vida.

Este é um tempo inverossímil, que provê os meios materiais para realizar as utopias mais generosas do passado. Apenas o peso de uma herança de cobiças, de meios e tradições institucionais obsoletas nos impede de alcançá-las. Entre a nossa época e a do homem liberto em escala planetária, o que se encontra no meio é a superação desta herança. Só assim será possível convocar os homens a se reedificarem, não como redutos de um passado de escravidão e exploração, mas como realização consciente de suas mais nobres potencialidades. Este é o ideal socialista.

Um observador ingênuo, situado em algum país desenvolvido possuidor desses meios materiais, poderia supor que esta reflexão é um novo estilo dos povos atrasados para pedir ajuda, mais uma invocação dos pobres à caridade dos ricos. Não se trata disso, e sim do contrário. A ordenação interna de todas as sociedades sob hegemonia dos despossuídos, a modificação das relações de intercâmbio internacional exigidas pelos povos espoliados, terão como consequência não apenas liquidar a miséria e o atraso dos

pobres, mas também libertar os países poderosos de sua condenação ao despotismo. Assim como a emancipação do escravo liberta o amo, assim como a construção socialista enfrentada pelos povos do nosso tempo faz sentido tanto para as nações deserdadas quanto para as privilegiadas, já que umas e outras romperão as correntes que degradam a sua sociedade.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Estou aqui para incitá-los à façanha de reconstituir a nação chilena tal como a sonhamos. Um Chile em que todas as crianças comecem suas vidas em igualdade de condições, pela atenção médica que recebem, pela educação que lhes é oferecida, por aquilo que comem. Um Chile onde a capacidade criadora de cada homem e de cada mulher encontre como florescer, não contra os demais, mas sim a favor de uma vida melhor para todos.

NOSSO CAMINHO PARA O SOCIALISMO

Cumprir estas aspirações implica um longo caminho e enormes esforços por parte de todos os chilenos. Implica, além disso, como requisito prévio fundamental, que possamos estabelecer as vias institucionais da nova forma de ordenação socialista em pluralismo e liberdade. A tarefa é de uma extraordinária complexidade porque não há precedente no qual possamos nos inspirar. Pisamos uma nova trilha; caminhamos sem guia por um terreno desconhecido; tendo como bússola apenas a nossa fidelidade

ao humanismo de todas as épocas - particularmente ao humanismo marxista - e tendo como norte o projeto da sociedade que desejamos, inspirada nos anseios mais profundamente enraizados no povo chileno.

Há tempos é possível criar, científica e tecnologicamente, sistemas produtivos para assegurar, a todos, os bens fundamentais que só as minorias desfrutam hoje. As dificuldades não estão na técnica e, no nosso caso ao menos, tampouco residem na carência de recursos naturais ou humanos. O que impede a realização dos ideais é o modo de ordenação da sociedade, é a natureza dos interesses que a regeram até agora, são os obstáculos que as nações dependentes enfrentam. Devemos concentrar nossa atenção sobre aquelas situações estruturais e sobre estas compulsões institucionais.

Em termos mais diretos, nossa tarefa é definir e pôr em prática a via chilena ao socialismo, um novo modelo de Estado, de economia e de sociedade, centrado no homem, em suas necessidades e aspirações. Para isso precisamos da coragem dos que ousaram repensar o mundo como um projeto a serviço do homem. Não existem experiências anteriores que possamos usar como modelo, temos que desenvolver a teoria e a prática de novas formas de organização social, política e econômica, tanto para a ruptura com o subdesenvolvimento quanto para a criação socialista.

Só poderemos cumprir nosso propósito se não extrapolarmos nem nos distanciarmos da nossa tarefa. Se nos esquecêssemos de que a nossa missão é estabelecer um projeto social para o homem, toda a luta do nosso povo pelo

socialismo se converteria em mais uma tentativa reformista. Se nos esquecêssemos das condições concretas das quais partimos, pretendendo criar aqui e agora algo que excedesse as nossas possibilidades, também fracassaríamos.

Caminhamos para o socialismo não por amor acadêmico a um corpo doutrinário. O que nos impulsiona é a energia do nosso povo, que sabe o imperativo inescapável de vencer o atraso e sente o regime socialista como o único oferecido às nações modernas para se reconstruírem racionalmente em liberdade, autonomia e dignidade. Avançamos em direção ao socialismo pela rejeição voluntária, através do voto popular, do sistema capitalista e dependente, cujo saldo é uma sociedade cruamente desigual, estratificada em classes antagônicas, deformada pela injustiça social e degradada pela deterioração das próprias bases da solidariedade humana.

Em nome da reconstrução socialista da sociedade chilena, ganhamos as eleições presidenciais e confirmamos nossa vitória na eleição de vereadores.

Esta é a nossa bandeira, em torno da qual mobilizaremos politicamente o povo como ator do nosso projeto e como legitimador da nossa ação. Nosso plano de governo são o Programa da Unidade Popular com o qual concorreremos às eleições. E nossas obras não sacrificarão a atenção às necessidades atuais dos chilenos em proveito de empresas ciclópicas. Nosso objetivo não é outro senão a edificação progressiva de uma nova estrutura de poder baseada nas maiorias, e centrada em satisfazer, no menor prazo possível, as necessidades mais urgentes das gerações atuais.

Atender às reivindicações populares é a única forma de contribuir de fato para a solução dos grandes problemas humanos; porque nenhum valor universal merece esse nome se não for redutível ao nacional, ao regional e até às condições locais de existência de cada família.

Nosso ideário poderia parecer simples demais para os que preferem as grandes promessas. Mas o povo precisa abrigar suas famílias em casas decentes, com um mínimo de facilidades higiênicas; educar seus filhos em escolas que não tenham sido feitas apenas para os pobres; comer o suficiente a cada dia do ano; o povo precisa de trabalho, amparo na doença e na velhice, respeito à sua personalidade. Isto é o que aspiramos dar em um prazo previsível a todos os chilenos; o que foi negado à América Latina ao longo de séculos; o que algumas nações começam a garantir agora a toda uma população.

Contudo, por trás desta tarefa, e como requisito fundamental para levá-la a cabo, impõe-se outra igualmente transcendental. É a de mobilizar a vontade dos chilenos para dedicar nossas mãos, nossas mentes e nossos sentimentos a recuperar o povo para si mesmo, a fim de nos integrarmos na civilização deste tempo como donos do nosso destino e herdeiros do patrimônio de técnicas, de saber, de arte, de cultura. Orientar o país em direção ao cumprimento dessas aspirações fundamentais é o único modo de satisfazer as necessidades populares, de suprimir diferenças com os mais favorecidos. E, sobretudo, de dar essa tarefa à juventude, abrindo a ela amplas perspectivas de uma existência fecunda, como edificadora da sociedade em que lhe caberá viver.

Concidadãos do Congresso:

O mandato que nos foi confiado compromete todos os recursos materiais e espirituais do país. Chegamos a um ponto em que o retrocesso ou o imobilismo significariam uma catástrofe nacional irreparável. É minha obrigação, nesta hora, como primeiro responsável pelo destino do Chile, expor claramente o caminho pelo qual estamos avançando e o perigo e a esperança que, simultaneamente, nos depara.

O Governo Popular sabe que a superação de um período histórico é determinada pelos fatores sociais e econômicos que esse mesmo período conformou previamente. Eles enquadram os agentes e modalidades da mudança histórica. Desconhecer isso seria ir contra a natureza das coisas.

No processo “revolucionário” que vivemos, são cinco os pontos essenciais em que converge o nosso combate político e social: a legalidade, a institucionalidade, as liberdades políticas, a violência e a socialização dos meios de produção: questões que afetam o presente e o futuro de cada concidadão.

O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade vigora hoje no Chile. Foi imposto depois de uma luta de muitas gerações contra o absolutismo e a arbitrariedade no exercício do poder do Estado. É uma conquista irreversível enquanto existir diferença entre governantes e governados.

Não é o princípio de legalidade o que os movimentos populares denunciam. Protestamos contra uma ordenação

legal cujos postulados refletem um regime social opressor. Nossa normativa jurídica, as técnicas ordenadoras das relações sociais entre chilenos, respondem hoje às exigências do sistema capitalista. No regime de transição ao socialismo, as normas jurídicas responderão às necessidades de um povo esforçado em edificar uma nova sociedade. Mas haverá legalidade.

Nosso sistema legal deve ser modificado. Daí a grande responsabilidade das Câmaras no momento presente: contribuir para que a transformação do nosso sistema jurídico não seja bloqueada. Depende do realismo do Congresso, em grande medida, que a legalidade socialista substitua a legalidade capitalista de acordo com as transformações socioeconômicas que estamos implantando, sem que uma fratura violenta da juridicidade abra as portas para arbitrariedades e excessos que, responsavelmente, queremos evitar.

O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O papel social ordenador e regulador que corresponde ao regime de Direito está integrado ao nosso sistema institucional. A luta dos movimentos e partidos populares que hoje são governo contribuiu substancialmente a uma das realidades mais prometedoras com a qual o país conta: temos um sistema institucional aberto, que resistiu inclusive aos que pretenderam violar a vontade do povo.

A flexibilidade do nosso sistema institucional nos permite esperar que ele não seja uma rígida barreira de contenção. E que, assim como o nosso sistema legal, ele

se adapte às novas exigências para gerar, através dos canais constitucionais, a nova institucionalidade exigida pela superação do capitalismo.

A nova ordem institucional responderá ao postulado que legitima e orienta a nossa ação: transferir aos trabalhadores e ao povo em seu conjunto o poder político e o poder econômico. Para torná-lo possível é prioritária a propriedade social dos meios de produção fundamentais.

Ao mesmo tempo, é preciso adequar as instituições políticas à nova realidade. Por isso, em um momento oportuno, submeteremos à vontade soberana do povo a necessidade de substituir a atual Constituição, de fundamento liberal, por uma Constituição de orientação socialista. E o sistema bicameral em funções, pela Câmara Única.

É de acordo com esta realidade que o nosso Programa de Governo se comprometeu a realizar a sua obra revolucionária respeitando o Estado de Direito. Não é um simples compromisso formal, mas o reconhecimento explícito de que o princípio de legalidade e a ordem institucional são consubstanciais a um regime socialista, apesar das dificuldades que envolvem para o período de transição.

Mantê-los, transformando seu senso de classe, durante este difícil período é uma tarefa ambiciosa de importância decisiva para o novo regime social.

Não obstante, a sua realização foge da nossa vontade própria: dependerá fundamentalmente da configuração da nossa estrutura social e econômica, da sua evolução a curto prazo e do realismo na atuação política de nosso povo. Neste momento pensamos que será possível, e agimos em consequência.

AS LIBERDADES POLÍTICAS

Do mesmo modo, é importante lembrar que, para nós, representantes das forças populares, as liberdades políticas são uma conquista do povo no penoso caminho pela sua emancipação. São parte do que há de positivo no período histórico que deixamos para trás e, portanto, devem permanecer. Daí também o nosso respeito pela liberdade de consciência e de todos os credos. Por isso destacamos com satisfação as palavras do Cardeal Arcebispo de Santiago, Raúl Silva Henríquez, em sua mensagem aos trabalhadores: «A Igreja que represento é a Igreja de Jesus, o filho do carpinteiro. Assim nasceu, e assim a queremos sempre. Sua maior dor é que a creiam esquecida de seu berço, que esteve e está entre os humildes».

Mas não seríamos revolucionários se nos limitássemos a manter as liberdades políticas. O Governo da Unidade Popular fortalecerá as liberdades políticas. Não basta proclamá-las verbalmente, porque assim equivalem a frustrações ou a chacota. Vamos torná-las reais, tangíveis e concretas, exercitáveis na medida em que conquistarmos a liberdade econômica.

Em consequência, o Governo Popular inspira a sua política numa premissa artificialmente negada por alguns: a existência de classes e setores sociais com interesses antagônicos e excludentes, e a existência de um nível político desigual no seio de uma mesma classe ou setor.

Perante esta diversidade, o nosso Governo responde aos interesses de todos os que ganham a sua vida com o esforço

de seu trabalho: operários e profissionais, técnicos, artistas, intelectuais e empregados. Bloco social cada vez mais unido em sua condição comum de assalariados. Pelo mesmo motivo, o nosso Governo ampara os pequenos e médios empresários, todos os setores que, com intensidade variável, são explorados pela minoria proprietária dos centros de poder.

A coalisão multipartidária do Governo Popular responde a esta realidade. E no enfrentamento diário de seus interesses com os da classe dominante, serve-se dos mecanismos de confrontação e resolução que o sistema jurídico institucional estabelece. Reconhecendo à Oposição as liberdades políticas e ajustando a sua atuação dentro dos limites institucionais. As liberdades políticas são uma conquista de toda a sociedade chilena enquanto Estado.

Como Presidente da República, ratifico plenamente todos estes princípios de ação, que se apoiam em nossa teoria política revolucionária, que respondem à realidade do país no momento presente, que estão contidas no Programa de Governo da Unidade Popular.

Fazem parte do nosso projeto de desenvolver ao máximo as possibilidades políticas do nosso país, para que a etapa de transição para o socialismo seja de superação seletiva do sistema presente. Destruindo ou abandonando suas dimensões negativas e opressoras. Vigorizando e ampliando os fatores positivos.

A VIOLÊNCIA

O povo do Chile está conquistando o poder político sem se ver obrigado a utilizar as armas. Avança no caminho

de sua libertação social sem ter precisado combater contra um regime despótico ou ditatorial, mas sim contra as limitações de uma democracia liberal. O nosso povo aspira legitimamente a percorrer a etapa de transição ao socialismo sem ter que recorrer a formas autoritárias de governo.

Nossa vontade neste ponto é muito clara, mas a responsabilidade de garantir a evolução política para o socialismo não reside unicamente no Governo, nos movimentos e partidos que o integram. O nosso povo se levantou contra a violência institucionalizada que o atual sistema capitalista faz pesar sobre ele. E, por isso, estamos transformando as bases deste sistema.

O meu Governo tem a sua origem na vontade popular livremente manifesta; só responde a ela. Os movimentos e partidos que o integram são orientadores da consciência revolucionária das massas e expressão de suas aspirações e interesses. E também são diretamente responsáveis perante o povo.

Apesar disso, é minha obrigação advertir que um perigo pode ameaçar a nítida trajetória de nossa emancipação e poderia alterar radicalmente o caminho que a nossa realidade e a nossa consciência coletiva nos indicam; esse perigo é a violência contra a decisão do povo.

Se a violência, interna ou externa, a violência em qualquer uma de suas formas, física, econômica, social ou política, chegasse a ameaçar o nosso desenvolvimento normal e as conquistas dos trabalhadores, a continuidade institucional, o Estado de direito, as liberdades políticas e o pluralismo correriam o mais sério perigo. O combate pela

emancipação social ou pela livre determinação do nosso povo adotaria obrigatoriamente manifestações diferentes daquilo que, com legítimo orgulho e realismo histórico, denominamos a via chilena para o socialismo. A correta atitude do Governo, a energia revolucionária do povo, a firmeza democrática das Forças Armadas e dos Carabineiros, zelarão para que o Chile avance com segurança pelo caminho de sua libertação.

A unidade das forças populares e o bom senso dos setores médios nos dão a superioridade indispensável para que a minoria privilegiada não recorra facilmente à violência. Se a violência não for desatada contra o povo, poderemos transformar as estruturas básicas onde se assenta o sistema capitalista em democracia, pluralismo e liberdade. Sem compulsões físicas desnecessárias, sem desordem institucional, sem desorganizar a produção; de acordo com o ritmo que o Governo determinar para atender às necessidades do povo e ao desenvolvimento de nossos recursos.

CONQUISTAR AS LIBERDADES SOCIAIS

Nosso caminho é instaurar as liberdades sociais mediante o exercício das liberdades políticas, o que requer como base estabelecer a igualdade econômica. Esse é o caminho que o povo traçou, porque reconhece que a transformação revolucionária de um sistema social exige etapas intermediárias. Uma revolução simplesmente política pode se consumir em poucas semanas. Uma revolução social e econômica exige anos, os indispensáveis para penetrar na

consciência das massas, para organizar as novas estruturas, torná-las operantes e ajustá-las às outras. É utópico imaginar que as fases intermediárias podem ser puladas.

Não é possível destruir uma estrutura social e econômica, uma instituição social preexistente, sem antes ter desenvolvido minimamente a de substituição. Se não reconhecermos esta exigência natural da mudança histórica, a realidade se encarregará de recordá-la. Temos muito presente a lição das revoluções triunfantes, a daqueles povos que ante a pressão estrangeira e a guerra civil tiveram que acelerar a revolução social e econômica para não cair no despotismo sangrento da contrarrevolução. E que apenas depois, durante décadas, tiveram que organizar as estruturas necessárias para superar definitivamente o regime anterior.

O caminho que meu Governo traçou é consciente destes fatos. Sabemos que mudar o sistema capitalista respeitando a legalidade, a institucionalidade e as liberdades políticas exige adequar nossa ação nos campos econômico, político e social a certos limites. Estes são perfeitamente conhecidos por todos os chilenos; estão assinalados no programa de Governo que está sendo cumprido inexoravelmente, sem concessões, no modo e na intensidade que demos a conhecer de antemão.

O povo chileno, no processo ascendente de maturidade e de organização, confiou ao Governo Popular a defesa de seus interesses. Isso obriga o Governo a agir com uma total identificação e integração com as massas, a interpretá-las orientando-as. E isso lhe impede de se distanciar com atuações retardatárias ou precipitadas. Hoje, mais do

que nunca, a sincronização entre o povo, os partidos populares e o Governo deve ser precisa e dinâmica.

Cada etapa histórica responde aos condicionamentos da anterior e cria os elementos e agentes da que segue. Percorrer a etapa de transição sem restrições nas liberdades políticas, sem vácuo legal ou institucional, é para o nosso povo um direito e uma legítima reivindicação. Porque pre-nuncia em termos concretos sua plena realização material na sociedade socialista. O Governo Popular cumprirá com sua responsabilidade neste momento decisivo.

Na organização e na consciência do nosso povo, manifestas através dos movimentos e partidos de massas, dos sindicatos, radica o principal agente construtor do novo regime social. Em mobilização permanente e multiforme, conforme as exigências objetivas de cada momento. Esperamos, não apenas nós do Governo, que esta responsabilidade seja compartilhada pela Democracia Cristã, que deverá manifestar sua coerência com os princípios e programas que tantas vezes expôs ao país.

Salvador Allende

Conversa Interrompida com Allende

TOMÁS MOULIAN

2. O PROJETO DA UNIDADE POPULAR

O caráter inovador e criativo do projeto da Unidade Popular, sua profunda diferença com tudo quanto foi realizado, e portanto seu alto grau de dificuldade, quiçá não tenham sido bem apreciados em seu próprio tempo e possam se compreender melhor vistos de hoje, uma época que já deixou de considerar as revoluções sequer verossímeis.

Os outros modelos de “novo socialismo” que pretendiam se diferenciar do modelo burocrático, com exceção do eurocomunismo, cuja etapa de auge foi posterior, já haviam esgotado sua aura e sua capacidade sedutora no começo dos anos setenta. Em parte, isso se explica porque, com exceção de Cuba, eram todos representados por antigas e cristalizadas ditaduras revolucionárias, onde o poder continuava repousando na repressão (às vezes em última instância, às vezes em primeira), e onde não havia espa-

ços públicos de deliberação. Estava distante o reinado do poder socializado e da democracia direta, como instâncias preparatórias da transição ao comunismo.

As novidades do projeto chileno, sua ambição em uma época em que, com os exemplos de Cuba e do Vietnã, havia um renascimento das esperanças depositadas na guerra ou na luta militar, consistiam em duas afirmações básicas. Primeiro, postulava-se a possibilidade, em um país capitalista subdesenvolvido, de uma transição não violenta ao socialismo. Segundo, postulava-se que essa forma de conseguir o poder facilitaria as condições da passagem do socialismo ao comunismo.

Essa ideia proporcionava uma análise inovadora dos problemas das transições estagnadas, já que relacionava essa burocratização com a origem violenta ou militarizada e com a consolidação de um modelo de ditadura despótica.

Contudo, no interior de um campo marxista marcado pela ortodoxia, essa teoria da transição institucional só podia estar carregada de lacunas temáticas e de resíduos analíticos¹. Basta ver a forma como Allende responde ao arrogante Debray, quando este último tenta questionar a viabilidade do caminho: a atitude é justificadora. Em vez de insistir na originalidade profunda da tentativa chilena e na impossibilidade de fazer uma leitura da mesma a partir dos códigos estereotipados, Allende empenha-se em mostrar a compatibilidade com a ortodoxia².

1. Unesco, Dicionario de Ciencias Sociales. Foi elaborado por Manuel A. Garretón e Cristián Cox.

2. Revista Punto Final, 16 de março de 1971, Nº 126.

Em todo caso, apesar dos defeitos de elaboração teórica, o projeto da transição institucional conhecida como a “via chilena” continha uma compreensão intuitiva do problema central que havia conspirado contra a possibilidade de mudar o curso estatizador das revoluções. A ditadura despótica e a burocratização são partes de um mesmo círculo vicioso³. A ditadura do partido, que se instalou em toda parte em vez da democracia direta dos conselhos, criava obstáculos insuperáveis à possibilidade de uma deliberação política, que é a única que pode permitir que se produza uma verdadeira racionalidade comunicativa no campo da luta política.

A Unidade Popular como projeto só adquiria pleno sentido nesse futuro e nessa utopia. Da mesma forma que, para o pensamento clássico de Marx e Lenin, o socialismo, enquanto ditadura de uma classe particular que trazia em si a possibilidade da emancipação genérica, adquire pleno sentido na extinção do Estado. A Unidade Popular não era apenas o programa de um governo, alcançava seu sentido essencial em sua aspiração de produzir uma forma inédita de transição ao socialismo, que pudesse produzir novas formas de organização social⁴.

O caminho previsto era uma transição institucional, um processo em que a esquerda não alteraria os proce-

3. O grande livro precursor sobre este tema é o de Cornelius Castoriadis, *LA SOCIÉTÉ BUREAUCRATIQUE*, Paris, Editora Antropos, 1970.

4. Entre os poucos que produziram uma elaboração teórica do problema da “via chilena”, encontrava-se José Antonio Viera Gallo. Ver em CESOC-CEREN, *TRANSICIÓN AL SOCIALISMO Y EXPERIENCIA CHILENA*, o artigo “Problemática institucional en la experiencia chilena”, Santiago, 1972.

dimentos formais da democracia representativa a menos que estes fossem violados por uma contrarrevolução, pelos burgueses bem pensantes convertidos em sediciosos⁵.

Cabia ao “governo popular” realizar a “acumulação de forças” para gerar as condições políticas que permitissem a continuidade deste processo que devia ser necessariamente gradual.

O sentido profundo da Unidade Popular como alternativa política era produzir uma relativização da violência como arma da revolução. Não há traços, em seu projeto original, do culto místico à guerra que invadiu a América Latina depois do triunfo da Revolução Cubana e cuja expressão culminante é o artigo de Guevara, no qual rechaça a tese da exceção histórica e propõe a guerra de guerrilhas como forma geral de transição ao socialismo no Continente.

Esta esquerda fora construindo uma teoria da transição institucional que tentava minimizar o papel da violência. Esta relativização é, em estrito rigor, anterior às conceitualizações dos comunistas, registradas em “Camino de victoria”⁶. Elas encontram-se presentes nos escritos de Eugenio González e de Humberto Mendoza (quem já em 1945 comentava sobre o então desconhecido Hayek), marcados por um registro teórico⁷, e também em alguns textos de Allende, marcados por um tom político.

5. Salvador Allende, “Discurso en la madrugada del 5 de septiembre” em EL PENSAMIENTO POLÍTICO DE SALVADOR ALLENDE, Santiago, Editora Quimantú, 1971.

6. Esse livro de Luis Corvolán, Santiago, 1971, contém artigos e entrevistas datadas desde 1964 até o final de 1970.

7. Humberto Mendoza, SOCIALISMO, CAMINO DE LA LIBERTAD, Santiago, Imprenta Cultura, 1945.

Por exemplo, no discurso de 1948, onde Allende ataca a ilegalização dos comunistas, está presente a defesa da transição institucional, e as críticas ao exercício na União Soviética de uma ditadura despótica do partido, que se fazia chamar de ditadura do proletariado. A respeito do primeiro ponto, afirma: “... pode ser revolucionário o governante que, chegando legalmente ao poder, transforme o sentido social, a convivência social e as bases econômicas do país”⁸.

Em muitas das produções discursivas socialistas, anteriores à segunda metade da década de sessenta, essa análise estava conectada com uma leitura humanista do marxismo, que suspeitava do caráter alienante de toda a ditadura despótica e de sua potência imobilizadora, de seus efeitos neutralizadores sobre a difícil possibilidade da desestatização. Tratava-se de uma crítica carregada de conteúdo filosófico⁹.

Na segunda metade da década de sessenta, produziu-se uma sociologização historicista da análise sobre a necessidade da transição institucional, influenciada pela esquerdização do Partido Socialista e pelo caráter instrumental das posições de “Camino de victoria”. A análise tendeu a desligar-se das formulações do marxismo teórico mais rigoroso, para as quais é preciso pensar o socialismo como início de um processo de desestatização, em constante luta por evitar a constituição de poderes burocráticos.

Ao se historicizar e sociologizar a análise, o caminho ao socialismo tornou-se dependente das oportunidades

8. Gonzalo Martner (Compilador). “SALVADOR ALLENDE...”, Op. Cit., p. 152

9. Sobre o debate produzido pelo “marxismo humanista” ver Louis Althusser et al., PO-LÉMICA SOBRE MARXISMO Y HUMANISMO, México, Siglo XXI Editores, 1968.

conjunturais ou estruturais mais do que de uma concepção sobre o papel da etapa no processo geral da emancipação. O problema da transição dependeria apenas das circunstâncias, das oportunidades históricas, não do requisito da relação com um tipo de socialismo democrático. Um problema teórico foi convertido em um problema tático-estratégico e, assim sendo, a modificação das condições históricas poderia alterar também a modalidade da passagem ao socialismo.

Esta forma de apresentar a problemática anula o esclarecimento do problema de fundo, que era o da inevitável relação entre ditadura despótica e burocratização. O assalto revolucionário do poder, com a consequente destruição do antigo aparato de Estado, conduziu normalmente à forma despótica da ditadura, ou seja, à instalação de um poder sem freios nem contrapesos, que dispõe da vida e de todos os direitos dos indivíduos.

Esse processo estancou a reflexão criativa e antiortodoxa sobre a “via chilena”, convertendo-a em um debate de estratégia e não em um debate sobre a natureza do socialismo que se desejava construir. Essa lacuna na elaboração pesará na política desenvolvida no período da Unidade Popular, especialmente no campo da discursividade. A apresentação do socialismo futuro sob as vestes grosseiras de um classismo primitivo e a falta de uma teorização sobre a cultura como arma decisiva na luta política são alguns dos aspectos em que as lacunas se tornam evidentes¹⁰.

10. Tomás Moulian, *SOCIALISMO Y DEMOCRACIA EN CHILE*, Santiago, Edições Flacso, 1983.

A esquerda chilena e a Unidade Popular eram então sensíveis ao problema da minimização da violência na transição do capitalismo ao socialismo. Mas, ao ter se historicizado e sociologizado a perspectiva analítica, ocorreu uma perda de densidade que impediu pensar na radicalidade absoluta da proposta. Era impossível pensar em uma transição institucional realmente viável sem modificar a ideia da sociedade futura que se pretendia construir.

Este estancamento na superfície, no primeiro nível da construção teórica, fez-nos esquivar a análise dos problemas reais que introduz o uso da violência nas revoluções.

3. VIABILIDADE DA “VIA CHILENA”

Na realidade, a pergunta sobre a viabilidade do tipo de transição que a Unidade Popular previa não tem outra resposta senão a que proferiu Allende, que é uma resposta não empírica, mas sim política (era o que havia sido prometido) ou normativa (era preciso tentá-la, porque evitava o derramamento de sangue).

Talvez o modo mais fecundo de se indagar acerca da viabilidade do projeto que a Unidade Popular se propôs seja perguntar-se sobre as condições mínimas para sua execução. A transição institucional implicava como condição necessária que o governo popular gerasse acumulação de forças e que a transição fosse concebida como uma realização progressiva de reformas, materializadas através de sucessivos períodos de governo. Neles, as forças socialistas deveriam contar com maioria no Parlamento para não fi-

carem neutralizados, ou, na sua falta, conseguir a possibilidade de uma aliança do tipo “bloco pelas mudanças”. Esta modalidade de coalizão implicava a capacidade da esquerda marxista de atrair, para o campo de um socialismo definido de modo amplo, a forças nacional-populares de caráter não marxista.

Não era possível pensar na viabilidade de uma transição institucional sem essas condições mínimas. Uma esquerda minoritária no Parlamento e sem capacidade de articulação com outras forças progressistas, certamente mais ambíguas do que ela, não estaria em condições de realizar o caminho que havia sido proposto e quase com certeza enfrentaria os terríveis dilemas das duas éticas irredutíveis que, segundo Weber, devem guiar a política: a da responsabilidade e a da convicção.

Se essa esquerda, em vez de realizar as indispensáveis políticas de alargamento persuasivo de suas bases originais de apoio ou, ao menos, as políticas articulatórias de construção de coalizões, insistisse em levar adiante mudanças radicais em condições de minoria estatal, acabaria polarizando o sistema político até levá-lo a extremos críticos.

Uma crise política global envolve sempre a sociedade como um todo, já que, por definição, ela se dissemina, não é setorial e não se limita a um espaço segmentado. Uma crise desse tipo desarticula a sociedade, gera incertezas, porque consiste no enfrentamento sem quartel de bandos inimigos. Tentar a transição institucional sem construir as condições mínimas descritas significava caminhar rente ao precipício, à beira do caos.

Quando Allende venceu, em setembro de 1970, estava perfeitamente claro que enfrentaria uma situação minoritária no Parlamento, pelo menos até a metade eventual de seu mandato. Nessas condições iniciais, como era possível preencher os pré-requisitos para uma transição institucional?

Não havia outro caminho além da construção de um “bloco pelas mudanças”. Está claro que essa possibilidade nunca pôde ser concretizada. Mas seria ela impossível? Se assim fosse, o triunfo de Allende deve ser interpretado como uma tragédia e sua derrota como o cumprimento de um destino. É preciso elucidar então se o fracasso na constituição desse tipo de coalizão constitui uma fatalidade ou se houve possibilidades desaprovei

Duas coisas podem ser afirmadas com certeza. Primeiro, as possibilidades de fracasso ou sucesso eram dinâmicas e dependiam das políticas de coalizão implementadas pelo governo de Allende e da resposta do centro. Segundo, à medida que diminuíam as possibilidades de constituir um “bloco pelas mudanças”, aumentavam os riscos de radicalização dentro da própria Unidade Popular, crescia a possibilidade de que se desenvolvesse uma crítica interna ao caminho escolhido e se desdobrassem esforços para substituí-lo.

Foi possível constituir um “bloco pelas mudanças” durante o governo de Allende em torno do projeto de transição institucional para o socialismo e do programa da Unidade Popular? Parece-me que não. Somente teria sido possível através de uma negociação em que fossem modificadas as finalidades do projeto global da Unidade Popular

e do programa de curto prazo, na qual se deliberasse, com espírito aberto, sobre o sentido do futuro, sobre as formas que o socialismo deveria adotar e sobre as medidas da etapa em desenvolvimento.

E essa discussão estratégica nunca foi colocada, porque a Unidade Popular não queria perder a oportunidade de entrar para a história e ninguém em seu interior estava em condições de tentar, pelo menos desde o início, uma negociação onde a revolução sonhada se transformasse em um conjunto limitado de reformas. Igualmente, e este é o ponto principal, ninguém nos partidos se atreveu a entender as consequências do proferido por Allende em seu discurso de 21 de maio: que a “Via chilena” não apenas modificava a forma de chegar ao poder, como também modificava o tipo de socialismo, o qual não podia ser mais pensado como “ditadura do proletariado” e “estatização da economia”¹¹.

Por sua vez, a Democracia Cristã dos anos setenta estava bem longe daquela organização que, até antes de conquistar o governo, tentava construir o comunitarismo como alternativa ao capitalismo. Havia caído em uma postura de modernização reformista, minada pelos sucessivos rachas da esquerda (a de maio de 1969, que deu origem ao MAPU e a de julho de 1971, que deu origem à Esquerda Cristã).

Além disso, um partido de centro em uma situação de polarização extrema enfrenta sempre poderosas pressões. Perde, nessas circunstâncias, as vantagens de posicionamento e passa a ser essa “folha ao vento” que Sartori havia

11. Gonzalo Martner (Compilador), “SALVADOR ALLENDE...”, Op. Cit.

descrito¹². Nas situações revolucionárias, mesmo aquelas institucionais como era a chilena, as condições de crise eram a constante e, portanto, as possibilidades de polarização eram recorrentes. Os partidos centristas são empurrados, pelas frações radicalizadas dos dois atores principais, a abandonar o espaço intermediário. Essas forças extremas, que expressam melhor do que os “moderados” a dinâmica e a atmosfera de uma situação revolucionária, buscam de maneira obstinada o “esvaziamento” do centro.

A missão impossível de Allende (apoiado pelos comunistas), sua tentativa abortada, era conseguir pactuar, em meio a uma luta política desencadeada. Seu esforço estava voltado a tentar atrair ou, em caso contrário, neutralizar o centro. Talvez tenha iniciado seus esforços com atraso, quando já tinha se esgotado o efeito do “tomicismo” (a linha de Radomiro Tomic) dentro do Partido Democrata Cristão.

Pode-se especular que entre setembro e novembro de 1970 houvera melhores condições para uma negociação com esse partido, devido em parte à influência de Tomic e à recente memória de seu programa populista. O outro elemento favorecedor era que a Unidade Popular ainda não governava, portanto, não existiam nem recriminações nem acusações concretas. Ao contrário, sua conduta na conjuntura havia sido impecável, enquanto que a direita e certos setores da Democracia Cristã haviam visto sua imagem ensombrecida devido às revelações sobre o assassinato do General Schneider. Mas essa possibilidade mal foi con-

12. Giovanni Sartori, *EL SISTEMA DE PARTIDOS I*, Madri, Alianza Editorial, 1985.

siderada. A Unidade Popular, feliz por ter esquivado com sucesso as dificuldades da nomeação parlamentar, não parece ter tido consciência das dificuldades que enfrentaria. Despreocupada, deixou que os acordos da negociação bem-sucedida com a Democracia Cristã se limitassem ao plano conjuntural. Teria atuado de outra maneira se soubesse que essa oportunidade não se repetiria?

Como foi dito, era praticamente impossível que a Unidade Popular, ainda que tivesse previsto um cenário de catástrofe, renunciasse a tentar a aplicação de seu programa e começasse de antemão a negociar, a ceder.

Uma análise fria e racional talvez o tivesse aconselhado, mas a política nunca foi um tabuleiro de xadrez, e sim um campo, vivo e fervente, de forças ou paixões em pugna.

CAPÍTULO V

O TEMPO DA FESTA E DA CONSPIRAÇÃO

1. A REVOLUÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

A Unidade Popular constituiu uma revolução em ato. Alguém, movido por reflexos ortodoxos, poderia perguntar: como é possível afirmar isto se era óbvio que se carecia da totalidade do poder estatal, se não havia sido destruído o Estado pré-existente?

Contudo, foi uma revolução em projeto que a fazia ser em ato, tanto pelo tipo de discurso, sobrecarregado dos simbolismos de identidade e de diferença desse tipo de relato político, quanto pelas medidas aplicadas logo que se

iniciou o governo (utilização de estratégias extraparlamentares para transformar as relações de propriedade), quanto pela atitude dos sujeitos aos quais se apelou como protagonistas (os operários, camponeses, os pobres), e que atuaram como tais, seja assumindo, como a CUT, a lógica do cálculo realista e a colaboração construtiva, seja assumindo a lógica passional e rebelde dos camponeses que ocupavam fazendas, dos trabalhadores superexplorados que tomavam uma pequena empresa ou dos moradores sem casa que invadiam terrenos.

Também o foi pela atitude de setores empresariais e da direita política que adotaram, desde o início, uma estratégia de luta sem quartel e pela inserção da experiência no esquema de polarização da guerra fria. Tanto os papéis da ITT, quanto as atas do Congresso estadunidense¹³, quanto a própria autobiografia de Kissinger, mostram o nível de preocupação e de ansiedade paranoica que o caso chileno produziu e informam sobre as ações de intervenção realizadas. Entretanto, nenhuma dessas fontes provoca o impacto do recente filme de Oliver Stone sobre Nixon, no qual esse obscuro personagem, magistralmente interpretado por Anthony Hopkins, discute sobre o destino de Allende e da Unidade Popular com a ultradireita do exílio cubano. A vulgaridade procaz da linguagem usada no relato revela o ódio intenso que o herói de Watergate sentia com relação a Allende e a carga de intensidade passional que provocava, nos altos dirigentes dessa administração, a chegada ao governo de um presidente marxista.

13 DOCUMENTOS SECRETOS DE LA ITT, Santiago, Editora Quimantú, 1972.

2. O DESENFREIO

Mas pelo mesmo motivo que tinha um poder político parcial, foi também uma revolução de “profetas desarmados”, uma experiência na qual o imaginário de atores que pouco podiam, mas sonhavam poder tudo, foi tomando a forma de ilusão e, no final, de delírio de onipotência. O astuto Maquiavel, intelectual a serviço dos senhores de Florença, propõe esta “regra de ouro” para os príncipes reformadores, no capítulo VI de sua obra-prima:

“... o caráter dos povos é tão volúvel que facilmente são persuadidos de algo; mas dificilmente persistem nesse algo, convindo organizar o regime de modo que, quando já não acreditarem, se possa fazê-los acreditar pela força. Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido, estando desarmados, que suas instituições durassem longo tempo, como ocorreu em nossos dias ao frei Jerónimo Savonarola, cujas reformas fracassaram assim que a multidão começou a não acreditar nele, por não ter meios coercitivos para obrigá-la a persistir em suas opiniões, nem para convencer os incrédulos”¹⁴.

Como se sabe, Maquiavel foi um historiador erudito, estudioso dos estratégias e recursos do poder político. As regras que ele propõe surgem de uma diligente revisão casuística. Ainda que alguns intérpretes relativizem o va-

14. Nicolau Maquiavel, EL PRINCIPE, Editora Centro Gráfico, 1997, p.41. (N. da T.: Tradução ao português nossa.)

lor de suas propostas normativas porque suas reflexões são prévias à formação dos grandes Estados modernos, é um dos pensadores que mais contribui com o estudo das complexas e variadas relações entre violência e política.

Não obstante, a esquerda da década de sessenta não era muito sensível ao argumento “maquiavelista”. Teria se escandalizado com a literalidade do texto citado, com a brutalidade e o descaro das palavras do florentino. Só podia aceitá-las quando chegavam traduzidas ao termo mágico de “correlação de forças”. Mas mesmo os leninistas estavam muito influenciados pela tradição humanista que invadiu o marxismo ocidental do pós-guerra, até o momento da virada produzida por Althusser. Uma parte dessa esquerda interessava-se pela ampliação da “frente”, em atrair cristãos e camadas médias. Por isso, não é de se estranhar que sua apresentação da “via chilena” alcançasse, às vezes, um lirismo que escamoteava as dificuldades.

Porém, sobretudo no início, obnubilados pela natureza da “via chilena”, não captaram que, para efeitos políticos, a revolução já estava em ato, ainda que a Unidade Popular continuasse operando dentro do sistema político e definisse a etapa como prévia à “tomada de poder”, momento no qual os inimigos estariam privados de força autônoma.

Entre os inimigos, mas também “entre a classe e seus aliados”, vivia-se e atuava-se como se a revolução socialista existisse. Somente os teóricos e os dirigentes eram capazes de estabelecer as diferenças e de distinguir entre governo e poder. Os discursos, dentre eles também os de Allende, não contribuíam em nada para estabelecer diferenças entre

a revolução como anseio ou como metáfora e a revolução como “atualidade”. Como bem se sabe, isso ocorre frequentemente com os discursos políticos, porque eles têm uma função mobilizadora que interfere na função intelectual, tão relevante dentro da teoria marxista.

A Unidade Popular foi revolução de um modo muito diferente que a de Pinochet, diferença que não radica apenas nos projetos antagônicos. Pinochet era um “maquiavelista” e não pretendia que seu projeto pudesse ser realizado pacificamente. Sabia que precisava do Terror e o usou sem contemplações nem remordimentos, com a ferocidade de um militar em guerra. A Unidade Popular falou da revolução como caminho árduo mas aberto a uma “terra da promessa”; como se nada fosse acontecer, como se fôssemos imunes a toda desgraça. Como se efetivamente estivéssemos na Inglaterra dos laboristas do pós-guerra, os bancos foram nacionalizados usando mecanismos de mercado, assim como se nacionalizaram indústrias ou comércios atacadistas utilizando certos resíduos legais da efêmera “república socialista” de 1932. Mas, no Chile, os inimigos não se limitavam a discutir com braveza na Câmara dos Comuns.

Embora alguns dos dirigentes tenham pensado que somente o assalto definitivo ao poder resolveria as contradições, Allende sempre tentou manter-se dentro dos marcos da “via chilena”. Teve o destino infeliz e trágico de Savonarola, o destino dos “profetas desarmados”.

O período da Unidade Popular foi uma constante pugna entre a busca de uma ordem, que constituía um equilíbrio precário conseguido contra as pressões caotizan-

tes, e a busca do ideal prometido, do máximo, da realização completa do projeto de transição institucional ao socialismo, daquelas metas que Allende havia descrito em seu discurso do Estádio Nacional.

Junto com a luta principal entre revolução e contrarrevolução, essa foi a outra contradição profunda, cuja expressão política consistia na pugna entre quem buscou um pacto quase impossível com o centro e quem tentou “avançar sem negociar”.

O caos constitui a pior ameaça que uma revolução pode enfrentar no início, porque é a tendência mais difícil de evitar. Já dissemos que por mais que se predique a austeridade e a disciplina, uma série de fatores impulsionam ao desenfreio e dificultam a contenção. A instalação no imaginário social da possibilidade revolucionária e do discurso de sua suposta irreversibilidade, desata a “festa” e também coloca em andamento a conspiração.

Em um processo revolucionário, vive-se uma constante tendência a que a “festa” supere o nível puramente ritual e se converta em uma expressividade transgressora, tendência não refreável pela prédica realista nem pelos chamados à austeridade. Isto significa que a “festa” tende a ir (e, na realidade, geralmente vai) muito além da ocupação dos espaços públicos para fazer uso de uma nova liberdade: a de não ser fustigados pela força pública, a de cantar a plenos pulmões a Internacional ou gritar “o povo unido jamais será vencido”.

A “festa” é uma das dimensões inerentes aos processos revolucionários, pois neles se produz uma subversão

das ordens e hierarquias subjetivas de poder e, portanto, rompem-se tabus simbólicos, diferenciações sociais estabelecidas e cristalizadas: mudam o tom e as modalidades de tratamento de operários a gerentes, de criadas a senhoras, de camponeses a patrões ou administradores. Os poderes estabelecidos desmoronam-se no espaço de sua cotidianidade. Nesses âmbitos do disciplinamento social é onde a revolução em suas dimensões moleculares, enquanto transgressão de pautas de autoridade e hierarquia no tratamento, punha-se em ato diariamente. Mas além dessa transgressão microsocial existia a outra, as ocupações de fábricas, fazendas, chácaras, que o governo aceitava e legitimava, até mesmo legalizava. Isto representava passar do limite, ameaçar o próprio fundamento da ordem, porque constituía a burla ao princípio sacrossanto da propriedade burguesa.

O desenvolvimento da crise consistiu, no nível do social, no desdobramento e na materialização crescente do caos e, no nível do político, na polarização extrema, por um lado, e na perda da capacidade de direção, por outro.

A caotização da sociedade é o produto, entre outros fatores, do desenfreio, em seu aspecto duplo de desenfreio “festivo” e conspirativo.

O primeiro provém do caráter que o “festivo” adota nos processos revolucionários, o qual consiste no “desatar” da expressividade plebeia, seja ela ritual ou transgressora. Essa é uma reação esperável por parte dos ignorados pela vida e pela história que, nomeados e apontados como protagonistas, realizam gestos de poder micro e macrosociais, desenvolvem a potência com que foram investidos.

O segundo é uma das resultantes da luta de classes. Especialmente em uma situação como a chilena, na qual o processo revolucionário desenvolveu-se sem a prévia destruição do Estado burguês, como ensinava a teoria, a contrarrevolução compartilhava o mesmo espaço com o outro projeto, a revolução. A luta era legítima e pública, aberta e constante em todos os níveis, tanto no micro quanto no macro. E, evidentemente, a conspiração procurava fomentar não os aspectos entrópicos da “festa” (que certamente os tinha), mas sim os aspectos caotizantes. Procurava re-metabolizar, transformar em ingovernabilidade a potência que podia decorrer da expressividade plebeia, levando, dessa maneira, água para o seu próprio moinho¹⁵.

Veremos algumas das importantes expressões de desenfreno que contribuíram à caotização. Um dos aspectos decisivos foi que se aplicou uma política econômica de nítida orientação populista, portanto, dadivosa em matéria distributiva. Tratava-se de uma estratégia que, para ganhar o presente, jogava, arriscava e hipotecava o futuro. As medidas de aumento salarial aplicadas tinham a virtuosa tripla intenção de reativar a economia, diminuir desigualdades e ampliar a base social do governo, em vista da confrontação eleitoral de abril de 1971.

Mas a política econômica de Vuskovic não teve um horizonte estratégico compatível com as exigências da acumulação de forças no marco da institucionalidade existente. Ela não levou em consideração que a combi-

15. Ingrid Seguel-Boccaro, *LES PASSIONS POLITIQUE AU CHILI DURANT L'UNITE POPULIERE*, Paris, Editora L'Harmattan, 1997.

nação de políticas econômicas de expansão da demanda com medidas de mudança da propriedade e da gestão de importantes empresas, necessariamente paralisariam os investimentos privados, tanto nacionais quanto estrangeiros, e atrapalhariam o funcionamento dos processos de produção, por fatores técnicos e por questões associadas à luta de classes. Como todas as políticas econômicas populistas, ela foi conjunturalista e despreocupada com relação ao futuro. Essa falta de apreensão, fortalecida pelos resultados macroeconômicos bem-sucedidos de 1971, atrasou as necessárias correções exigidas pela conjuntura econômica. Em setembro de 1971, começaram a ser notados os primeiros sintomas de desabastecimento, gerados tanto pelos efeitos da demanda excessiva sobre uma capacidade produtiva no limite, quanto pelas manobras articuladas de açambarcamento, postas em prática por setores conspirativos que procuravam a caotização, hábeis para tirar proveito das situações propícias. Estava-se ante o prelúdio das filas pelos alimentos, a paisagem cotidiana de 71 e de 73¹⁶.

Como foi possível que não tenhamos considerado o enorme peso simbólico dessas filas de mulheres, crianças, às vezes homens, esperando durante horas para obter alguns alimentos fundamentais? A falta de previsão e as lutas internas da Unidade Popular permitiram que o tempo passasse sem serem introduzidas correções e acabou-se materializando o poderoso fantasma simbólico do racionamento, essa imagem degradada dos “socialismos reais”, a da igualação na pobreza e na corrupção do mercado negro.

16. Manuel A. Garretón e Tomás Moulian, “EL CONFLICTO...”, Op. Cit.

O desenfreado no terreno político, o campo decisivo de toda luta pelo poder, teve um duplo aspecto: a ineficácia da estratégia “moderada”, dirigida por Allende, para conseguir negociações viáveis, e a incapacidade do “polo revolucionário” para propor soluções radicais verossímeis. Não foi só a estratégia radical a responsável pelos erros políticos, foi a combinação, a dupla ineficácia.

3. A PERDA DE DIREÇÃO POLÍTICA

Esta dupla incapacidade produziu o fenômeno da crescente ausência de direção política, o que gerou a perda total da bússola nos momentos de crise, com o qual o barco ficava à deriva. Esta dificuldade de produzir direção política tem relação com a situação de “empate catastrófico”. Existia uma divisão interna da coalizão governante que provocava quase um equilíbrio de forças, o que entorpeceria enormemente a tomada de decisões.

Sempre, inclusive em situações de calma, com predomínio de projetos reprodutores que não provocam tensão política, um empate desse tipo representa uma situação desestruturante. No contexto da desatada luta política de classes, foi muito mais.

Contudo, durante o processo, houve momentos de unidade de ação e de direção política eficiente. Um deles foi a conjuntura imediatamente posterior à vitória eleitoral, que abarcou desde 5 de setembro até 4 de novembro de 1970.

Nesse período, Allende teve um papel protagonista. Conseguiu conduzir muito bem os recursos de poder de

que dispunha e conseguiu orquestrar adequadamente os atores. Nessa conjuntura, era preciso conseguir simultaneamente mostrar-se decidido e flexível; era necessário afirmar a realização do programa proposto mas também mostrar-se aberto à negociação; havia que conter os impacientes sem assustar os moderados.

A condução tática de Allende foi magistral. Sem ceder em relação a promessas programáticas, foi capaz de ir estruturando um espaço de consenso com o partido centrista. Hábil condutor dos misteriosos fios da política de conjuntura, percebeu que era preciso um pacto constitucional com a Democracia Cristã para conseguir os votos necessários para a ratificação pelo Congresso. Antes de muitos outros, percebeu, em primeiro lugar, que a Democracia Cristã não estava em condições de aceitar a hábil proposta da direita de uma segunda eleição de Frei e, em segundo lugar, que ela precisava colocar condições, porque não podia realizar uma entrega incondicional¹⁷.

Em uma negociação de duas pontas, Allende conduziu as discussões para elaborar o pacto constitucional e conseguiu convencer os setores reticentes a realizar o gesto tático de outorgar garantias. Para Allende, aqueles que alegavam que a esquerda não tinha que prestar contas sobre sua vocação democrática, não captavam, na realidade, a natureza do que estava em jogo. Em seu critério, o gesto era pequeno, insignificante, como condição para poder assumir o governo.

17. A proposta da direita foi que a Democracia Cristã votasse em Alessandri que, depois de jurar como Presidente, comprometia-se a renunciar por motivo de doença. Dessa forma, era possível convocar uma nova eleição, na qual Frei seria elegível.

Em outro momento do processo, Allende conseguiu também impor sua astúcia e sua capacidade de direção tática. Foi na conjuntura imediatamente posterior ao êxito nas eleições municipais de abril de 1971. O crescimento eleitoral alcançado pelo governo e o fracasso da Democracia Cristã, em seu objetivo de anular a direita e de converter-se no partido dominante da oposição, fizeram Allende perceber que existia uma possibilidade de incitar a Democracia Cristã a uma aproximação política com a esquerda¹⁸.

Essa foi a intenção estratégica de dois importantes discursos programáticos pronunciados pelo Presidente, nos dias 1 e 21 de maio de 1971. Nesses discursos, a “via chilena” foi definida como um processo no qual se respeitariam as instituições democráticas, o pluralismo político e as liberdades civis. A passagem ao socialismo foi apresentada como um “aprofundamento da democracia”¹⁹.

O tom dessas intervenções de Allende distendeu as relações com o principal partido centrista. Esse processo foi favorecido pela atitude da ala esquerda dessa organização política, a qual estava propiciando uma aproximação com o governo, preocupada com o distanciamento crescente com relação ao popular. Contudo, essa atmosfera propícia foi violentamente rompida pelo insensato assassinato do ex-ministro do Interior de Frei Montalva, Edmundo Pérez Zujovic, executado nos primeiros dias de junho.

18. A Unidade Popular obteve nessas eleições, somando os votos da União Socialista Popular, que não participava do governo, 50,9%. A Democracia Cristã não conseguiu nem minguar decisivamente os votos do Partido Nacional, nem se distanciar significativamente do mesmo. Teve 26,2% dos votos, enquanto o Partido Nacional obteve 18,5% e seu aliado, a Democracia Radical, 3,9%. A distância diminuiu de 9,81 para 7,68.

19. Gonzalo Martner (Compilador), “SALVADOR ALLENDE...”, OP. CIT.

Após esse incidente, provocado por um ator “outsider”, ou seja, por uma organização de ultraesquerda que se movia com uma racionalidade imprevisível, Allende não conseguiu evitar que fossem tomadas algumas decisões que pioraram as relações políticas com a Democracia Cristã.

principal delas foi o rechaço por parte da Unidade Popular à proposta de Allende para que se respeitasse o melhor direito da Democracia Cristã em uma eleição complementar por Valparaíso, destinada a substituir um parlamentar desse partido, falecido recentemente. O Partido Socialista insistiu em afrontar a concorrência e conseguiu o apoio de outros partidos decisivos dentro da coalizão, como os comunistas.

Essa opção conjuntural foi importante por seus efeitos concretos no curto prazo, mas principalmente porque refletia um modo de enfrentar as relações com o partido centrista. Essa maneira pode ser interpretada como um fatalismo diante da ambiguidade da Democracia Cristã. Na realidade, porém, ela escondia uma opção “esquerdista”, que preferia o antagonismo ao entendimento com o centro. Essa última possibilidade era considerada um perigo, pois implicaria compromissos e concessões que atrasariam a sonhada realização do ideal máximo. Os “polos revolucionários” representam sempre o purismo moral e a ética da convicção contra o realismo dos “moderados revolucionários”. Portanto, após a atitude dogmática de não reconhecer o melhor direito dos democratas cristãos em uma simples eleição complementar por Valparaíso, há muito mais do que voracidade particularista.

Nessa opção, expressa-se a preferência de que o partido centrista se una com a direita, em grande parte porque se supõe que nesse posicionamento realizaria sua verdadeira natureza reacionária. Ao impulsionar, ou melhor, empurrar, o Partido Democrata Cristão para esse pacto se conseguiria consumir a “purificação” dessa organização, sua preparação para que pudesse alcançar seu verdadeiro lugar, de modo tal que a realidade ficasse clara, transparente. Esse lugar “natural” era, para a mentalidade política dos partidários do “polo revolucionário”, a aliança com a direita. O que há por trás desta espécie de atitude suicida? O que ela reflete é a realização inconsciente de uma profecia catastrófica para a lógica da “acumulação de forças”. Por trás de tudo estava presente a grande tentação, a que conduzia ao ideal de “isolamento purificador”.

Não era verdade que a organização centrista predominante já estivesse cristalizada em suas opções de direita. Na realidade, durante todo o ano de 71 e com mais força no momento em que se toma a decisão comentada, existia em seu interior um importante setor de esquerda, que, além do mais, estava na ofensiva e articulava-se com uma direção que não representava a direita do partido, e sim os setores intermediários entre a esquerda e a direita.

Ao não ser aceita a proposta de Allende, a Democracia Cristã foi forçada ao pacto eleitoral com a direita, o que provocou a separação da ala esquerda, alterada por esse comportamento reacionário. Esta ruptura enfraqueceu, dentro do partido centrista, os setores partidários do entendimento com a esquerda. Seu efeito objetivo foi contrário ao desejado pelos militantes que abandonaram o partido.

Contudo, essa ruptura também encaixava na lógica descrita, a dos setores da esquerda que queriam realizar a polarização, isto é, a inclinação definitiva do centro em direção à direita. Para eles, apenas esse movimento eliminaria o perigo de um equilíbrio reformista.

Vendo as coisas a partir dessa perspectiva, o comportamento do Partido Socialista não foi irracional. Pelo contrário, foi uma imposição, talvez inadvertida, da racionalidade política da tendência mais radical, a qual não falava ainda através de um texto preestabelecido, mas através de atos que anulavam as possibilidades alternativas.

Desse modo, a linha do “polo revolucionário”, ainda não plenamente articulada como práxis provida de um discurso, de uma autorreflexão, criava condições para o fracasso da única estratégia possível para os “moderados revolucionários”, o entendimento com o centro em torno de uma solução progressista dos problemas pendentes, dentre eles o fortalecimento da área social da economia.

As possibilidades desse entendimento eram fracas, por razões estruturais que tinham relação com o tipo de projeto da Unidade Popular. Como foi dito, a Democracia Cristã estava há tempos abandonando a passos largos suas tendências comunitárias, para converter-se em um paladino da modernização humanista-burguesa. Mas essas possibilidades foram enfraquecidas ainda mais pela atmosfera da conjuntura pós-eleitoral, aquela que transcorreu entre as eleições municipais de abril de 1971 e o começo da ofensiva opositora em setembro de 1971.

Além do assassinato de Pérez Zujovic, o qual instalou a suspeita da simulação e favoreceu a percepção da Unidade Popular como uma força política que não atuava regida por limites éticos, outros acontecimentos interferiram nas já remotas possibilidades de acordo. Foram eles a comentada decisão de não apoiar o candidato democrata cristão e a consequente pressão ao pacto desta com a direita; a divisão do partido centrista executada por sua ala esquerda, operação que foi recebida com aplausos pela Unidade Popular e, em menor escala, a “marxização” do Partido Radical, seguida de sua inevitável divisão.

Todos esses pequenos acontecimentos foram interpretados, por setores interessados da direita democrata cristã, como indícios de uma vontade de enfraquecimento do centro, para assim poder arrastá-lo com facilidade a um comportamento de apoio incondicional, sem autonomia, onde seria o “tonto útil” ideal.

Essas interpretações antagônicas haviam ganhado ainda mais força quando se tentaram as negociações formais entre a Democracia Cristã e a Unidade Popular, entre março e junho de 1972. Além disso, a crise econômica havia se tornado evidente e o desabastecimento estava se transformando rapidamente em uma realidade cotidiana. Nessas circunstâncias, a Democracia Cristã, em aliança com a direita, obteve a aprovação pelo Congresso de uma lei que limitava a possibilidade de constituir a área de propriedade social. Isto forçou uma negociação política entre o partido centrista e a Unidade Popular.

Essas conversas fracassaram, apesar do amplo espectro de questões em que se obteve consenso e ao caráter míni-

mo das diferenças. Isso mostra que já era impossível fechar uma negociação bem-sucedida. Nos bastidores operavam forças que não se mostravam, que não construíam discursos, porque se moviam fora dessa esfera. É indispensável entender esse fracasso como um episódio no qual triunfaram os setores extremistas dos dois grupos principais em que estava dividido o campo de forças.

O término sem sucesso das negociações, cuja consecução era chave para os “moderados” de ambos os setores, mostra que após a aparente tripartição do campo, já havia sido produzido o processo decisivo, o esvaziamento do centro. Havia um alinhamento antagônico, oculto após a tripartição. Para os extremistas de ambos os setores (“polo revolucionário” e “golpistas”, fossem eles conscientes ou não), o sucesso da negociação representava uma derrota, a impossibilidade de passar à etapa superior da “conquista do poder” ou a impossibilidade de arrastar a totalidade do partido centrista a uma política destabilizadora.

Allende não pôde, nessas condições, impor seu realismo tático. Suas operações eram constantemente boicotadas por aqueles atores inspirados na lógica da radicalização necessária, que era a racionalidade assumida pela direção socialista.

A possibilidade de dar direção, de produzir articulações coerentes, estava “sobredeterminada” pela situação de empate político. O bloco “moderado” já não tinha a mesma liberdade de ação que no início, uma vez que o “polo revolucionário” havia se fortalecido pela situação de crise e apresentava uma alternativa política diferente, não apenas uma crítica da ação governamental.

Este enfrentamento chegou a níveis paroxísticos, pela força do questionamento e pelos níveis de progressiva autoanulação, a propósito da participação dos militares no governo da Unidade Popular. Esta operação, também impulsionada por Allende, foi bem-sucedida no nível tático, porque de imediato aumentou a imagem de legitimidade do governo e sua capacidade de ação. Contudo, provocou uma fratura ideológica irreparável na Unidade Popular.

Era um momento político no qual tanto a lucidez e sensibilidade realista de Allende quanto sua grande perspicácia para captar as mais leves modificações das correlações de força já não bastavam. Sua onipotência de negociador obstinado deparou-se com uma situação em que as ilusões de concertar os problemas à base do “jogo de cintura” não podiam dar resultados.

A influência do Presidente e seus aliados enfraqueceu-se, alcançou os seus limites, porque nas condições e no clima de crise, não esteve disposto a colocar no mesmo saco o “polo revolucionário” e os “golpistas”, para construir, a partir das ruínas, uma grande frente moderada que os contivesse.

4. A ALTERNATIVA DO “POLO REVOLUCIONÁRIO”

Aqui enfrentamos um dos aspectos mais dramáticos da situação chilena nos anos 72 e 73. O crescimento do “polo revolucionário” era compreensível como reação contra as debilidades e incoerências dos “moderados revolucionários”. Mas, por sua vez, era irracional como alterna-

tiva. Confundia o plano da necessidade com o plano da possibilidade. A partir de outubro de 72, o realismo moderado já tinha muito poucas cartas, mas isso não tornava possível a estratégia de “avançar sem negociar”.

Uma parte significativa da caotização foi produzida pelo desenfreamento que surgia do protagonismo plebeu, do comportamento de massas que levavam a sério seu papel de atores históricos e que, em ocasiões, atuavam com autonomia, a partir de seus impulsos espontaneamente vividos. Isso efetivamente provocava a dificuldade, a partir de posições de moderação e de realismo, de poder conter o movimento desatado. Essas posturas acabaram sendo tão irreais quanto suas opostas.

O drama consistia em que nem uma nem outra tiveram consciência de suas reais dificuldades e o processo total foi vivido em meio a uma retórica dupla. Por um lado estava a retórica dos “moderados”, que sonhavam (com Allende e o Partido Comunista à frente) com a possibilidade de controlar sem custos a dinâmica desencadeada. Por outro lado estava a retórica dos maximalistas que acreditavam que era possível, com muito pequenos custos, realizar o slogan de “avançar sem negociar”.

Todos caíram na armadilha do “facilismo” que decorria da crença na excepcionalidade do caso chileno, um tipo de ilha onde tudo era possível, onde as instituições eram maleáveis e elásticas e onde a luta de classes também seria civilizada. A ideia de viver no oásis do conflito regulado, uma ilusão ideológica na qual o Chile aparecia idealizado, permitiu que apagassem a consciência de limites e de deter-

minações, que se apagasse a história e ela fosse substituída pela construção mítica de um devir sem abismos e apenas com pequenas descontinuidades²⁰.

“Avançar sem negociar”. É difícil negar que esse caminho podia aparecer como o melhor, porque tinha o atrativo do não ambíguo, da pureza, da clareza. Além disso, o discurso do “polo revolucionário” não era ingênuo, conectava-se com um princípio de realidade, porque considerava que o caminho proposto era íngreme e que levaria a um enfrentamento inevitável. Quanto à negação da teoria da transição institucional, parecia encarnar um novo realismo, construído sobre as ruínas da estratégia conciliadora e negociadora dos “moderados revolucionários”.

Mas o que é incompreensível é a falta de uma relação instrumental com as condições de possibilidade. O horizonte dessa estratégia era o agravamento das contradições e a forma prevista de resolução era o embate entre as forças da revolução e as da contrarrevolução na ofensiva. Sua estratégia discursiva (muito mais clara nos textos do MIR ou dos setores radicalizados do MAPU) implicava ler o governo como reformista e, como subtexto dessa escrita principal, apresentar Allende como um conciliador, na medida em que havia apostado na negociação com a Democracia Cristã sobre o projeto das “três áreas da economia” e porque havia sido favorável à participação militar no gabinete.

A condição básica de possibilidade dessa estratégia, que transferia a resolução do problema do poder da políti-

20. Mario Góngora, ENSAYO DE INTERPRETACIÓN HISTÓRICA SOBRE LA NOCIÓN DE ESTADO EN CHILE, Editorial Universitaria, 1986. Um dos méritos desta grande obra é que destrói o mito chileno do caráter pacífico de sua evolução política.

ca institucional com apoio de massas à política da guerra, era ter construído opções militares viáveis.

Voltar-se para esse tipo de estratégia quando, com exceção do MIR, a construção de uma política militar estava apenas começando, não só era arriscado como totalmente insensato. Ter uma política militar implicava – em um país com um Estado forte, instituições militares nesse então legitimadas e contando com significativas forças moderadas não revolucionárias (a Igreja e o Partido Democrata Cristão) – serem capazes de realizar operações muito mais complexas do que ter armas para distribuir ao povo e até do que ter soldados dispostos a arriscar suas vidas. Esses soldados, para não serem uns Robin Hood perdidos no bosque, deviam contar com planos operacionais, claras linhas de comando e sistemas de logística.

Era também necessário ter uma política em execução, não apenas em projeto, com relação ao aparato militar estatal. Isto significava uma estratégia que calculasse os custos de orientar a ação proselitista à tropa, em nome de um cálculo classista, em vez de a setores potencialmente mobilizáveis da oficialidade. Ter uma política em relação ao aparato militar estatal requeria também, entre muitas outras coisas, relacionar-se de forma política com os altos comandos constitucionais existentes até a saída de Prats²¹.

Nada disso existia de maneira orgânica, estava apenas em gestação, como foi demonstrado pelo rápido desmantelamento das redes políticas de esquerda dentro da Marinha.

21. É importante para estes temas a leitura das MEMORIAS DE CARLOS PRATS. Ver Carlos Prats, MEMORIAS, TESTIMONIO DE UN SOLDADO, Editorial Pehuén, 1987.

Por outro lado, é verdade que uma revolução que enfrenta seu momento decisivo não pode esperar que todas as condições materiais e subjetivas estejam cobertas. Toda política, e em especial a revolucionária, representa uma aposta, tem aspectos de um salto no escuro. Os bolcheviques eram minoritários entre os partidos em pugna, e inclusive entre as facções revolucionárias. Mas eles sabiam que atuavam dentro de um aparato estatal desarticulado, que tornava razoável uma aposta maximalista. Seu cálculo foi verossímil, enquanto que o dos partidários do “polo” não o era.

Uma política revolucionária não pode ser feita sem miramentos, a partir do “facilismo” e da retórica, pelo mesmo motivo que nela se multiplicam as dificuldades do cálculo. A política dos “moderados revolucionários” foi ingênua e errônea, a dos esquerdistas do “polo revolucionário” foi irresponsável. Fazer a guerra com palavras, carecendo dos recursos que poderiam apoiá-las, representa uma atitude autodestrutiva. Significa facilitar a possibilidade do massacre, naufragar em uma retórica da morte. É criar as condições subjetivas para que surja a crueldade como defesa justificável contra a ameaça de uma anunciada, mas impossível, “ditadura do proletariado”²².

Os “golpistas” quiseram legitimar seus extermínios como respostas inevitáveis a imaginários “planos Z”, amparando-se no avanço daquelas construções discursivas ameaçantes, onde se simulava uma força da qual se carecia. A transparência do discurso do poder proletário e do

22: Ver meu texto, “CHILE ATUAL...”, Op. Cit.

discurso da guerra revela uma absoluta falta de sensibilidade da Unidade Popular quanto aos papéis simbólicos da linguagem e sua capacidade de criar fantasmagorias, de agitar medos. Foi a substância ou o conteúdo ameaçante dos discursos da Unidade Popular, de todos eles, mas especialmente dos que proviam do “polo revolucionário”, a que alimentou a indiferença futura à crueldade por parte de tantas pessoas preocupadas com a alma.

Muitas delas puderam viver esses longos dezesseis anos de terrorismo estatal sem dor e sem questionamentos angustiantes porque encontraram desculpa na crueldade potencial dos outros, dos inimigos, da qual haviam sido salvos.

A situação de empate catastrófico entre os “moderados” e o “polo” levou Allende ao dilema moral que já comentamos. No decorrer da conversa com Allende, que atravessa de maneira descontínua este livro, imagino o seguinte diálogo:

P.: Presidente, por que o senhor não usou mão de ferro contra seus próprios partidários que não o deixavam governar?

R.: Você se lembra de Lo Hermida? Essa morte me perseguiu durante meses. Você teria estado disposto a castigar, a encarcerar, a torturar?... Eu não.”

Anatomia de um mito

TOMÁS MOULIAN

CAPÍTULO SEGUNDO PÁRAMO DO CIDADÃO

1. O BRANQUEAMENTO DO CHILE¹

a. Esquecimento

Um elemento decisivo do Chile Atual é a compulsão pelo esquecimento. O bloqueio da memória é uma situação repetida em sociedades que viveram experiências-limite. Nelas, esta negação com relação ao passado gera a perda do discurso, a dificuldade da fala. Existe uma carência de palavras comuns para nomear o vivido. Trauma para uns, vitória para outros. Uma impossibilidade de comunicar-se sobre algo que se denomina de maneira antagônica: golpe, pronunciamento; governo militar, ditadura; bem do Chile, catástrofe do Chile.

1. BAUDRILLARD, Jean: La ilusión del fin o la huelga de los acontecimientos, Editora Anagrama, Barcelona, 1993.

Trata-se de uma negação socialmente determinada, que dá lugar a diferentes ressonâncias individuais, que são ecos de experiências coletivas, mas ressignificadas por psiques particulares, colocadas em “posições” diversas e determinadas.

Para alguns, às vezes as próprias vítimas, esquecer é vivido como o descanso, a paz depois de longos anos de tensão, a segurança depois de tanta incerteza. O calor seguro de um lar depois de uma longa caminhada à intempérie.

Um remanso. Que sentido teria reviver a dor? Reprisar a cada instante o pesadelo? Para que reinstalar um assunto que divide e produz fastio, às vezes medo, em pessoas supersaturadas de luto e lágrimas?

Para outros, para muitos dos conversos que hoje fazem carreira por algumas das pistas do sistema, o esquecimento representa o sintoma obscuro do remordimento de uma vida negada, que ofusca o sentido da nova vida. Esse esquecimento é um recurso de proteção ante recordações dilacerantes, percebidas por instantes como pesadelos, reminiscências fantasmagóricas do vivido. É um esquecimento que se entrelaça com a culpa de esquecer. Uma vergonha, não nomeada e indizível, pela infidelidade aos outros e à própria vida, a vergonha da convivência e da convívência. É esse pequeno instante na noite, depois do jantar com os generais, quando um relâmpago que clareia os contornos da consciência deixa o senador na melancolia, na insônia.

A sensação de um presente que obriga, como destino inexorável, a subtrair sentido do passado, de experiências de vida situadas nos limites, não assedia somente o sena-

dor insone. Esta referência constitui o relato retórico de uma insatisfação muito mais generalizada. Esta necessidade socialmente modelada não encontra com frequência as palavras, muitas vezes não tem logos. Expressa-se, contudo, com silenciosa eloquência sob as formas da depressão, da desesperança, do fatalismo, da sensação de aistoricidade da história que, no Chile Atual, são as companhias mudas da euforia, do afã pelo êxito, da competitividade e da criatividade mercantil.

Junto à negação dolorosa, ao remorso, à contradição, que em muitos impedem a integração de passado e presente, está a negação estratégica da “razão de Estado”. Esse é o campo dos silêncios planejados, pactuados, oferecidos como sacrifícios para conter as supostas iras do Patriarca.

A chamada transição operou como um sistema de trocas: a estabilidade, disseram, tem que ser comprada pelo silêncio. Mas acho que se tratou de uma armadilha da astúcia. As negociações pareceram realizadas, especialmente durante o governo de Aylwin, sob o império do medo, como se estivessem inspiradas por uma tática de apaziguamento. Penso que o sentimento do medo existiu efetivamente na massa, nos cidadãos comuns. Mas a elite decisora agiu inspirada por outra estratégia, a do “branqueamento” do Chile. Ela foi movida por um realismo frio e soberbo, carente de remordimentos porque dizia (ou acreditava?) interpretar o “bem comum”, a necessidade do Chile. Essa estratégia baseava-se, mais do que no medo, na cumplicidade com o projeto. Mas usava o medo – fantasma latente, atavismo dos homens comuns – como justificativa.

O que se buscava na realidade era ressituar o Chile, construí-lo como país confiável e válido, o Modelo, a Transição Perfeita. Para isso era necessária a cirurgia plástica, a operação transexual que converteu o Ditador no Patriarca.

Estranha palavra. Mas que outra coisa é Pinochet hoje em dia? Essa coisificação quase pétrea do poder, acima da lei e das circunstâncias? O Factótum, aquele que continua conduzindo a política a partir das sombras. Um poder naturalizado, rodeado de solenidade por amigos e inimigos. Alguém que nasceu da traição mas que foi enaltecido até a graça. Surgiu de uma dupla traição. A da simulação cortesã, que permitiu que chegasse a Comandante em Chefe durante o mandato de Allende, assumindo o papel do mais fiel entre os fieis. A da barbárie, de consentir o assassinato brutal de seu antecessor, General Prats. Duplo parricídio.

Foi-lhe outorgado não apenas o perdão, mas a majestade: fala rodeado de pompa, da pompa republicana e democrática, em nome da honra e da lealdade, porque lhe foi permitido o simulacro das “mãos limpas”. Legitimado pelos novos poderes, branqueado. Símbolo por excelência da lembrança que força ao esquecimento. Eis aqui, em toda a sua magnitude, a capacidade metamorfoseadora do poder, capaz de justificar todos os crimes como razões de Estado, capaz de apagar a distinção absoluta que deve separar a crueldade estatal de qualquer outro vício ou erro humano

Para que o Chile pudesse ser o modelo, a demonstração de que um neocapitalismo “maduro” podia passar para a democracia, seu meio natural (e a partir dali crescer-jaguar-e-puma) era necessário o branqueamento do Chi-

le. Isso requeria que Pinochet, o símbolo por excelência do regime militar, o condutor, não só não fosse o responsável pela sujeira e pelo sangue. Também se requeria que os outros reconhecessem a necessidade do seu papel no Chile Atual. O déspota devia se converter no homem providencial.

Desse modo Ele realizava a unidade de todas as contradições: era quem preservava os militares da desonra e quem tornava possível a paz da transição. Pinochet impediu sua repetição, o surgimento de Pinochet-o-novo.

b. O iceberg, escultura do branqueamento²

O ícone, a figura simbólica deste branqueamento, foi o iceberg. Como uma gigantesca baleia petrificada, foi trazido dos mares antárticos para ser a representação do Chile Atual em Sevilha. O iceberg foi a escultura da nossa metamorfose. O iceberg estabeleceu perante os olhos do mundo a transparência do Chile Atual. Todas as pegadas de sangue, no caso de existirem, estavam cristalizadas no azul profundo. Os tormentos, no caso de existirem, eram agora as velas brancas do gelo.

Durante muito tempo acreditamos que o iceberg era um engenhoso dispositivo destinado a nos comparar com a modernidade do Norte. Apresentava-nos como uma perfeita mimese de Amsterdã ou de Estocolmo, cidades da eficiência porque eram cidades do frio (alheias à perdição

2. Ainda que meu interesse seja interpretar o iceberg como metáfora e não dar conta da discussão que suscitou, parece-me útil ver PINEDO, Javier: "Una metáfora de país: una discusión en torno a la presencia de Chile en el Pabellón Sevilla 92", em OSSANDON, Carlos (compilador), *Ensayismo y modernidad en América Latina. Homenaje a Mario Berrios*, LOM-ARCIS, Santiago, Chile, 1996.

da sesta), berço de finas tecnologias, capazes de manter intacto o iceberg no quente verão andaluz. O bloco de gelo que atravessou as planícies do Betis: Ortega y Gasset havia profetizado em *La Rebelión de las Masas*, a estranha ousadia do Chile Atual³.

Porém, o significado do iceberg não se esgotava no gesto mercantil. Não era só um estratagema na qual o vendedor exibia seu jogo de contas de vidro. Também não era apenas a mise-en-scène de um distanciamento da América Latina. O significante permitia esses significados, mas outro, o menos evidente, era o principal. O iceberg representava a estreia em sociedade do Chile Novo, limpo, sanitizado, purificado pela longa travessia do mar. No iceberg não havia pegada alguma de sangue, de desaparecidos. Nem a sombra de Pinochet. Era como se o Chile acabasse de nascer. Nem os olhos adestrados de um geólogo, nem muito menos os de um arqueólogo⁴, poderiam ter distinguido o sofrimento acumulado, as pegadas indeléveis, na luminosa beleza do gelo petrificado.

O iceberg foi um símbolo de sucesso, arquitetura da transparência e da limpeza, onde o estragado tinha se

3. Efetivamente no livro citado Ortega y Gasset diz, comentando a planetarização das comunicações e do horizonte de vida do homem comum: "Hace poco más de un año, los sevillanos seguían, hora por hora, en sus periódicos populares, lo que estaba pasando a unos hombres junto al Polo; es decir sobre el fondo ardiente de la campiña bética pasaban témpanos a la deriva" (Há pouco mais de um ano, os sevillanos acompanhavam, hora a hora, em seus jornais populares, o que estava acontecendo com uns homens junto ao Polo; isto é, sobre o fundo ardente da campina bética passavam blocos de gelo à deriva), ORTEGA Y GASSET, José: *La rebelión de las masas*, Editora Andrés Bello, Santiago, Chile, 1989, p. 78.

4. O jogo entre geólogo-arqueólogo foi tomado, como é óbvio, de Foucault. Sobre a diferença entre um e outro para Foucault ver ERIBON, Didier: *Michel Foucault et ses contemporains*, Editions Fayard, Paris, França, 1994.

transfigurado. O sangue seco, as dores sem fim dos que esperam os desaparecidos, os gemidos dos torturados, os remordimentos dos obrigados a trair, a nostalgia dos exilados, a dor cinza dos milhares de pessoas deixadas sem trabalho e sem poder encontrar um de novo por anos, tudo aquilo tinha se metabolizado no gelo puríssimo. Para descobrir as pegadas e confirmar o ouvido, o geólogo teria que ter destruído o iceberg. Mas nada teria encontrado, porque tratava-se de um simulacro e não de uma casca que escondia Pinochet dentro⁵.

c. As razões de Estado

A principal fonte do esquecimento é o branqueamento promovido a partir das alturas, uma pá de concreto vinda de cima e que sepulta a memória vacilante. Nessa operação confluíram diferentes razões de Estado, redes entretecidas por atores diferentes, todos enlaçados pelo grande objetivo de assegurar e orquestrar as núpcias exemplares entre a neodemocracia e o neocapitalismo.

O branqueamento foi e é a grande empresa dessas razões de Estado. Trata-se de um diversificado conjunto de operações cujo objetivo foi impor a convicção e o sentimento de que para o Chile a convivência do passado e do futuro são incompatíveis. Que é preciso renunciar ao passado pelo futuro, a menos que se deseje cair na lógica angustiante da repetição.

5. Ver “Número especial de Humor”. Em: Revista Aspi, N° 424 maio 1992. Ali encontra-se uma brilhante charge sobre Pinochet e o iceberg.

As razões de Estado são o núcleo argumentativo das operações estratégicas, diferentes, mas confluentes⁶, destinadas a ativar a operação Branqueamento, com seus dois objetivos sincronizados, Chile Moderno e Pinochet Necessário.

Pinochet Necessário: para os militares porque salva sua honra, preserva-os das “humilhações” e, especialmente, das suas responsabilidades. Pinochet Necessário: para a transição porque, sem ele, (dizem) as feras adormecidas despertariam, o leão surdo interromperia o concerto de violinos que cantam glórias ao Modelo.

Porque tudo gira em torno do Modelo, do Chile Modelo. Um país surgido da matriz sangrenta da revolução, mas que se purifica ao celebrar suas núpcias com a democracia. O casório faz as vezes do batismo que apaga o pecado original e outorga ao Chile a majestade de sua glória. Com as núpcias, o Chile fica sem mácula e passa da violência ao consenso.

As razões de Estado jogam com a inocência dos homens comuns. Manipulam os espantalhos do medo para que a memória triture as lembranças. Para que os homens comuns sintam fastio perante a lembrança, que ameaça romper a paz cotidiana. Mas essas lembranças bloqueadas continuarão sob a superfície realizando seu estrago surdo. As feridas estão localizadas no inconsciente do Chile Atual.

O CONSENSO

O consenso é a etapa superior do esquecimento. O que se comemora com suas constantes celebrações? Nada

6. Foram colocados em ação tanto pelos militares e pelos empresários, quanto pela própria aliança governante pós-autoritária.

menos do que o suposto desaparecimento das divergências com respeito aos fins. Ou seja, a confusão dos idiomas, o esquecimento da linguagem própria, a adoção do léxico alheio, a renúncia ao discurso com o que a oposição tinha falado: a linguagem do aprofundamento da democracia e do rechaço do neoliberalismo.

Consenso é a enunciação da suposta, da imaginária, harmonia. Os desacordos com relação às características do desenvolvimento socioeconômico imposto pela ditadura militar aparecem se desvanecendo, desde o exato momento em que a faixa presidencial passou das mãos de Pinochet para as de Aylwin. É a enunciação de que o problema do capitalismo pinochetista era Pinochet no governo.

O consenso é um ato fundador do Chile Atual. A Constituição, a produção desse Chile vinha de longe. Mas a declaração do consenso manifesta discursivamente a decisão do esquecimento absoluto. De esquecer tudo, também o que havia sido pensado e escrito sobre o Chile pinochetista.

O anúncio e a contínua glorificação do consenso, a grande novidade discursiva do Chile Atual, tem estreita relação com as estratégias de branqueamento, com a construção da imagem do Chile Modelo. Faz parte da fabricação de uma montagem, a do milagre do Chile. Esse milagre consiste na demonstração de que era possível passar da desconfiança e da odiosidade do período da luta ao acordo perfeito da transição. Todas as elites, com a notória exceção de algumas poucas “cabeças quentes”, teriam agido em estado de graça, inspirados pela razão. Situaram-se –

dizem – na “realidade”, na aceitação das restrições históricas. Na verdade, situaram-se no que eles, os fundadores do Chile Atual, sempre denominaram, desde 1975 ou até antes, o racional. Isso mesmo que nós combatemos como obra de Pinochet.

O consenso é a resultante de uma mimese, do desaparecimento do Nós no Eles. Não é, então, uma estratégia de ajuste do desejo ao princípio de realidade. Constitui um reconhecimento de culpa, a declaração da irracionalidade e o utopismo dos nossos desejos essenciais do passado, para reconhecer que na sociedade de Pinochet existiram núcleos racionais básicos. Eles eram a economia e a estrutura social e uma única mancha – nada mais do que “enclave” – as instituições políticas. Os fins da economia requerem apenas (disseram) ajustes, mudanças pequenas, mínimas. A única zona de mudanças devia ser o sistema político.

Para elaborar esta noção de consenso é preciso romper com qualquer noção de totalidade. Deve-se deixar de lado a tese de que na sociedade pinochetista as partes estavam fundidas em uma unidade. Deve-se abandonar a ideia básica de que não era possível reproduzir a economia e a estrutura social sem afetar a política democrática.

Então, o consenso consiste na homogeneização. Como foi dito, implica o desaparecimento do Outro⁷, através da fagocitose do Nós pelo Eles. A política já não existe mais como luta de alternativas, como historicida-

7. Refiro-me ao artigo de EDWARDS, Paula e MUNIZAGA, Giselle: “Liberalismo y Consenso: la ausencia del adversario”. Em revista Foro 2000, N° 1, 1991.

de, existe apenas como história das pequenas variações, ajustes, mudanças em aspectos que não comprometam a dinâmica global.

Em um primeiro olhar, o consenso aparece como uma resultante de uma sociedade atemorizada, na qual a simulação de acordos é uma condição de sobrevivência em um mundo de divisões reais, vivas, ativas. Mas o medo, embora sobrevivesse, era usado pelos “hommes d’Etat” como um fantasma, uma marionete de “efeitos especiais”. Existia, mas os estrategistas das razões de Estado o usaram como um recurso para conseguir o esquecimento e a desmobilização, as condições ideais de uma transição paradigmática.

Já existia uma sociedade esmagada, traumatizada. Em vez de ativá-la, de fazê-la renascer, usou-se a estratégia de fomentar o medo regressivo, de condenar como irracional qualquer divergência. De estigmatizá-la como um pecado contra o real, portanto, contra a sobrevivência de uma transição precária.

O consenso converteu-se em uma cominação ao silêncio. Rompê-lo significava situar-se em um território dramático, cuja violação seria atentar contra o processo, danificá-lo. Utiliza-se a sensação de precariedade existente entre os homens comuns como arma política intimidatória. Essa precariedade foi melodramatizada, contrastando os mais ínfimos sucessos contra os presságios catastróficos. Desse modo, tudo foi vivido como um grande triunfo. Estava-se diante de uma estratégia sibilina para converter a necessidade em virtude.

Na realidade política efetiva o consenso consistiu em realizar uma política destinada a seduzir os empresários, os militares, a direita. O esforço do consenso tem sua plena recompensa quando Allamand diz: “Foxley e Ominami teriam sido excelentes ministros do governo militar”, ou quando se atribui a Pinochet a frase: “Se tivesse conhecido o ministro Correa, eu o teria nomeado em meu gabinete”. Na realidade, a política do consenso aponta para isso. É um esforço para conseguir certificados de boa conduta dos empresários e da direita. Se os conseguem de Pinochet ainda melhor, representa a glória.

Na verdade, podemos convir que, para a estratégia da Concertação e para o governo inaugural de Aylwin, essas certificações eram indispensáveis. Por quê? Porque no terreno socioeconômico aplicou-se uma política similar à de Büchi, o que requeria cumprir certas condições para assegurar a reprodução. Entre elas, requeria-se a conquista do empresariado, desconfiado pelos antigos alardes de alguns porta-vozes do governo e pela presença de ministros socialistas na condução econômica. Constituía uma operação básica conseguir que os agentes econômicos mantivessem sua confiança. Como mostram Offe e Block, certas lógicas estruturais de reprodutibilidade condicionam, quase obrigam os governos, acima de suas crenças ideológicas⁸.

No caso chileno, a reprodutibilidade (manutenção com pequenas mudanças da política econômica do gover-

8. Ver OFFE, Claus: CONTRADICCIONES EN EL ESTADO BIENESTAR. Alianza Editorial, Madri, Espanha, 1991; BLOCK, Fred: “La clase dominante no gobierna. Notas sobre la teoría marxista del Estado”. Em: En Teoría Nº 6, Madri, Espanha, 1981.

no militar) precisava dessa aparência que era o consenso. Isto porque o cálculo político estava determinado pelas restrições institucionais existentes, para decidir qualquer mudança que necessitasse legalização.

Essa situação de bloqueio era o resultado do “encerro institucional”, de ter negociado a entrada em uma “jaula de ferro”, o que restringia completamente o campo da historicidade. Como não havia outra opção além da reprodutibilidade, era preciso organizar essa operação de simulação que foi o consenso. Digo simulação porque a noção de consenso estava destinada a conseguir, por parte dos trabalhadores e da esquerda, a aceitação da política de mudanças mínimas como se estas fossem um sacrifício da reinauguração democrática, como uma espécie de tributo temporal. Mas não era assim. No futuro, tudo faz prever, também não será possível negociar reestruturações das relações capital/trabalho. Operará a lei de ferro da disputa pela competitividade, tal como é interpretada pelos empresários, o novo sujeito da história.

Na realidade, por trás da noção de consenso, extraída das teorias contratualistas, querem opacar uma realidade, a ausência de historicidade, enquanto não for arruinado ou não caducar o marco institucional. Na verdade, estão ocultando o futuro petrificado, a história como repetição marginalmente melhorada do sistema socioeconômico do capitalismo globalizado. A história como repetição de Pinochet, uma sociedade cuja forma idiossincrática (não passageira) mistura inserção no mercado-mundo, acesso a tecnologias de ponta, pobreza e precarização do emprego compensada pela massificação creditícia.

Uma sociedade na qual o movimento operário não é mais um fator decisivo de poder, como nos esquemas populistas, onde a tendência à flexibilização das relações trabalhistas é e será crescente. Isto é, uma sociedade na qual é e será cada vez maior o enfraquecimento das restrições legais que ainda manietam o livre funcionamento do mercado de trabalho. As relações capital/trabalho tendem e tenderão cada vez mais a se organizar como relações entre patrões e indivíduos assalariados. As formações coletivas de assalariados são e serão cada vez mais deslegitimadas, como provocadoras do funcionamento imperfeito do mercado laboral, como “monopólios”.

Por último, uma questão tão inevitável quanto infausta: o que alguns denominam a “conversão” em liberais-social-cristãos ou em liberais-socialistas de uma parte importante dos intelectuais democráticos dos anos 80⁹. A reestruturação de seus discursos revela que a política do consenso não corresponde apenas ao apaziguamento de militares ou empresários temerosos, mas à virada desses políticos para um novo campo cultural, no qual havia que abandonar a mochila com as promessas de reestruturação social para poder entrar. A noção de aprofundamento democrático se volatilizou antes que o Muro de Berlim.

9. Digo que se trata de uma questão infausta porque pode se converter em uma “caça às bruxas”, inversa, mas tão maniqueísta quanto a de McCarthy nos Estados Unidos. Por outro lado, os intelectuais sempre mudam, já que se modificam os campos culturais ou a história. Mudar é um direito. Mas está claro que as modificações de enfoque de intelectuais-políticos tão importantes quanto Foxley, Ominami ou Tironi foram decisivas na construção do discurso do consenso. Ver PETRAS, James e LEIVA, Fernando I.: DEMOCRACY AND POVERTY IN CHILE, Westview Press, Nova Iorque, Estados Unidos, 1994, especialmente o capítulo 4.

Efetivamente, ler Eugenio Tironi neste momento do Chile Atual é enfrentar sua própria caricatura. Os artigos parecem escritos por um Tironi desapiedado consigo mesmo, que zomba da sua imagem de progressista e ri do seu passado. Leiam, por exemplo, “Sacarle punta al lápiz”¹⁰.

Nele defende, discutindo com o social-conservador Gonzalo Vidal, as ilusões neoliberais “in tutto”. Claro que está de acordo com ele no óbvio, que os pobres não devem ser excluídos da educação. Mas, ao contrário de seu contraditor, está convencido de que a chamada “cultura econômica moderna” (mercantilização e competitividade) tem ampla aceitação e constitui a panaceia do Chile. Para ilustrar sua tese, relata alguns contos pitorescos sobre empresários do aço que se sentem capazes de penetrar qualquer mercado externo, porque “sabem apontar o lápis”. Desconfio de que até eu apontaria, contando com um apontador elétrico.

Contudo, este conhecido publicitário do livre-mercado foi um importante intelectual dos anos 80. Escreveu livros tão significativos como *La Torre de Babel*, *El liberalismo real* ou *Los silencios de la revolución*, contundente resposta ao eufórico Joaquín Lavín.

Por exemplo, Tironi, em *La Torre de Babel*, critica a concepção economicista do consenso de Foxley. Situa o consenso como uma propriedade da política, isto é, como uma capacidade de produção ideológica ou legitimadora e não como um acordo sobre fins de caráter socioeconômico.

10. TIRONI, Eugenio: “Sacarle punta al lápiz”. Em: revista *Qué Pasa*, 11 de maio de 1996, p. 27.

co. Foxley, inspirado nos pactos corporativos europeus, já pensava em 1984 em uma reprodução chilena dos acordos de La Moncloa, ou seja, em soluções consociativas¹¹. Enquanto isso, Tironi continuava acreditando em uma “democratização democratizadora”. A restauração da democracia não se podia restringir à mera formalidade eleitoral, requeria modificar a fundo a sociedade pinochetista¹².

Mas Foxley, por sua vez, realiza, em Los experimentos neoliberales en América Latina, uma crítica global desse tipo de experiências, chegando a afirmar que não constituíam uma opção de desenvolvimento nem de crescimento sustentado. Este sepultamento, com um tom ainda mais catastrófico, é repetido em Para una democracia estable. Acusa a política monetarista de destruição do aparato produtivo e de afundar a economia chilena em uma crise de tal magnitude que para sair dela seria preciso um “novo contrato social”¹³. Levando o termo a sério, significaria redefinir tanto políticas quanto finalidades sociais, para refazer uma nação fraturada. Foxley anunciava a necessidade de reconstruir uma comunidade, algo impossível com a política excludente dos neoliberais. Seria preciso estabelecer um novo pacto fundante, uma mudança decisiva. Não se tratava de uma mera transferência do comando

11. As soluções consociativas foram desenvolvidas, entre outros, por LIJPHARDT. ARENDT, Hanna: DEMOCRACY IN PLURAL SOCIETIES. A comparative exploration. Yale University Press, New Haven, 1980.

12. TIRONI, Eugenio: LA TORRE DE BABEL. Ensayos de crítica y renovación política. Ediciones Sur, Santiago, Chile, 1984.

13. FOXLEY, Alejandro: LOS EXPERIMENTOS NEOLIBERALES EN AMÉRICA LATINA, Edições CIEPLAN, Santiago, Chile, 1984, e PARA UNA DEMOCRACIA ESTABLE. Economía y política. Editora Aconcagua, Santiago, Chile, 1985.

governamental, tratava-se de uma reconstrução do Chile. Foxley 1985 dixit.

Continuo com a revisão. Como Brunner aponta expressamente, no melhor de seus livros, o autoritarismo não provinha das perversidades psicológicas de certos autores, de suas vontades indeterminadas. Inspirando-se em Foucault, ele via a cultura autoritária como um modo de disciplinamento para o estabelecimento do neocapitalismo e suas instituições¹⁴. O mercado aparece analisado ali como sendo o “complemento ideal de uma sociedade disciplinar”. O indivíduo do mercado é um estratagema utilitário que vive no cálculo perpétuo entre custos e benefícios, disciplinado pelo dinheiro. Esse Brunner de outrora foi substituído pelo fervoroso sinalizador da nossa modernidade¹⁵.

Poderíamos multiplicar os exemplos até o infinito. Mas não faria sentido. O fundo da questão não é a conversão dos intelectuais como indivíduos. É a ativação de um dispositivo no qual se articulam intencionalidades individuais ou grupais com restrições históricas ou estruturais. O que faz sentido é a conexão não fortuita entre condições do campo político-cultural e as mudanças individuais. Por isso, o assunto não pode ser interpretado na perspectiva atomista dos indivíduos, como se o eixo explicativo fossem as mudanças analíticas de Tironi ou de Foxley.

O eixo situa-se em outro lugar. Consiste na constituição, lenta e descontínua, de uma estratégia comum das

14 BRUNNER, José Joaquín: LA CULTURA AUTORITARIA, Edições Flacso, Santiago, Chile, 1983.

15. BRUNNER, José Joaquín: BIENVENIDOS A LA MODERNIDAD, Editora Dolmen, Santiago, Chile, 1995.

forças opositoras. Ela derivou na decisão coletiva de se colocar como alternativa de governo sob certas condições. Estas condições são as de uma forte restrição da historicidade, que conduz às mudanças minimalistas, à reprodução com ajustes. Mas não havia outro caminho, porque se opta por um objetivo, uma finalidade. Decidiu-se governar sabendo de antemão que as possibilidades de mudança dependiam dos adversários, isto é, que elas eram quase iguais a zero, ou que, por muito tempo, estarão determinadas pelos cálculos estratégicos de outros.

É preciso dizer, no início houve a paixão de governar, a paixão por um poder que é o arremedo do poder. Esta foi a lógica estruturante. Porém, existia outra possibilidade? Nunca a história se apresenta como um caminho cego. As alternativas dependem das finalidades e das expectativas de custos que se está disposto a assumir.

3. A DEMOCRACIA ATUAL COMO “JAULA DE FERRO”

A concepção criolla (autóctone) da “modernização política” tem uma ressonância hobbesiana, a de uma ordem imposta pela ameaça do caos. Nossa “democracia moderna” fundamenta-se através desta série concatenada de proposições: a) no início era o caos do Estado demopopulista, b) esse caos foi a consequência da política “decisionista”, isto é, voluntarista, que não se autolimitava por critérios de realidade, de factibilidade, critérios duros, mas acreditava que podia usar sem riscos os critérios brandos da vontade popular ou do resultado de lutas de interesses,

não sujeitas a um princípio superior, c) por isso é imperioso que as decisões sobre os intercâmbios econômicos sejam adotadas através de um mecanismo automático, o do mercado e, pela mesma razão, é necessário que a política esteja subordinada à economia, que a “soberania”, a capacidade decisória, seja transferida ao mercado, aos dados concretos do “equilíbrio geral” e d) para evitar o caos, ao qual sempre se pode retornar, é preciso considerar o contrato constitutivo como racional-naturalizado, um consenso eterno, imodificável porque reflete a natureza, a ordem devida.

Esta ideia criolla da “democracia moderna” contradiz em essência as teorias democráticas de caráter substancial. Ela se faz passar por procedimental, no sentido de que as decisões políticas deveriam ser produzidas de maneira análoga ao mercado. Delas deveriam ser eliminadas tanto a subjetividade (entendida como intencionalidade) quanto a consideração da racionalidade substancial. O que caracteriza um mercado ajustado, de uma concorrência que freia as intervenções voluntaristas ou decisionistas, é que o preço resulta da interseção entre a oferta e a demanda e que esta medida do valor arrisca não ser idêntica nem aos custos de produção assumidos nem aos desejos ou projetos de lucro dos fatores de produção implicados. O mercado perfeito, como a metáfora da justiça, seria cego.

No discurso na atualidade predominante de fundamentação do político, a sociedade é concebida como um estágio ou estado definitivo, privado de historicidade, proveniente de uma espécie de “pacto atávico”. A historicidade representaria a ameaça do retorno ao princípio caótico, su-

perado pelo “pacto consensual”. Esta ideia hegemônica de historicidade é abertamente paradoxal. Concebe o Chile Atual modernizado como uma sociedade globalizada, portanto, em processo de mudanças constantes, adaptativas com relação ao movimento perpétuo dos mercados múltiplos. A constante superação das tecnologias, a destruição dos paroquialismos, a erosão dos estreitos limites dos Estados-nacionais, a expansão forçada do olhar do nosso umbigo para o mundo globalizado, implica um constante dinamismo. Mas todas essas modificações, inovações e mudanças cabem na moldura do “modo de produção” atual, no espaço do capitalismo globalizado / pós-fordista / democrático-tecnificado. A nossa se trataria, então, de uma sociedade móvel mas sem historicidade.

A mudança é pura expansão e nunca transformação. Esta última não se apresenta como uma “tarefa da humanidade”, já que as categorias de exploração / alienação / dominação foram eliminadas da discursividade imperante, portanto, desapareceram nas trevas do esquecimento. Se esta desapareção é aceita, não há capacidade de uma verdadeira crítica política, porque para fazê-la se requerem parâmetros. Por isso, não é estranho que o questionamento da democracia atual não chegue a fundo.

Para fazê-lo, é preciso despir o simulacro da democracia procedimental. Essa caracterização é tão grosseiramente ideológica que se torna difícil entender seu enraizamento, a menos que se dê ao termo simulacro sua significação mais teórica. Na realidade, todo aquele que observa sem tapa-olhos, deveria se dar conta de que a democracia

existente no Chile Atual é substantiva. Sua substantividade consiste em garantir a reprodução de uma ordem social baseada na propriedade e no lucro privado, a limitação da ação coletiva dos assalariados e a tutela militar em política. Mas olhar sem tapa-olhos é impossível. Apenas a partir deste ponto adquire interesse descrever as instituições da “democracia protegida”, os mecanismos da “jaula de ferro”.

A metáfora da “jaula de ferro” aplica-se a um dispositivo constituído por dois elementos principais: leis políticas de carácter constitucional, elaboradas entre 1977 e 1989¹⁶, e um sistema de partidos, que foi se formando desde 1983¹⁷. O objetivo dessa instalação é preservar o neocapitalismo das vicissitudes e incertezas da democracia. Constitui a forma atualizada da “democracia protegida”, a última de suas aparições e a mais significativa, porque é a factual, a existente. Foi a que permitiu culminar com sucesso o transformismo, isto é a sobrevivência do neocapitalismo de Pinochet na democracia atual.

É indispensável, antes de descrever as partes do dispositivo em vigência, falar da utopia, da ideia-limite da “democracia protegida”. Ela consiste na despilitização dos sistemas de decisões. A norma legislativa é concebida como uma produção totalmente alheia à política, portanto, à configuração de feixes de força, aos compromissos adotados em função de mobilizações, demandas, pressões. É pensada como produção técnico-científica, resultante da

16: Cujo processo de constituição estudaremos com detalhes na Terceira Parte.

17: Também sua “genealogia” será analisada na Terceira Parte.

irmanação do Poder jurídico e do Poder cognitivo ou Saber. Esta política / reino da razão, deveria ser a antípoda da política / vontade popular da democracia de massas, dado que ela só pode ser uma vontade-média, constituída por critérios de contingência e assediada pela contaminação de interesses particulares em luta.

A ideia-limite da “democracia protegida” encontra-se no sistema político de Hayek, no qual governam a razão e a virtude. Como é óbvio para Hayek, estas dimensões não são elaborações indeterminadas, ou seja, resultantes da deliberação, da constituição da vontade popular. São pré-constituídas. Hayek coloca a liberdade econômica como elemento essencial da vida social e a liberdade política como condicionada. A ideia de democracia protegida, desenvolvida em diferentes momentos pelos ideólogos do regime militar, é uma adaptação histórica que tem como referência o sistema político de Hayek, para o qual a racionalidade suprema encontra-se no capitalismo liberal. Por isso a Constituição de 80 conserva, adequando-o a condições históricas de possibilidade, um sistema decisório destinado a assegurar a reprodutibilidade dos fins racionais que se materializaram na estrutura socioeconômica criada durante a ditadura de Pinochet.

As únicas mudanças significativas trazidas pela transição estão concentradas no político. Não são poucas, na verdade. É muito importante que, em vez de um regime com monopólio do poder jurídico, controle dos meios de comunicação, uso arbitrário dos recursos de terror, ineficácia da pressão cidadã, se tenha passado a um regime político com

eleições, parlamento, funcionamento de partidos e sindicatos, liberdade de opinião e reunião. Um regime autoritário não é o mesmo que um regime de “democracia protegida”. Existem freios legais contra a arbitrariedade e a incerteza com relação à vida. É uma diferença fundamental, que só se entende quando se viveu a experiência do autoritarismo.

No entanto, esta constatação não pode nos fazer esquecer de que a “democracia protegida” é uma semidemocracia, porque sua fonte inspiradora é a ideia de um “governo científico”. Nele, a irmanação entre a razão e o poder, garantida pelas instituições “tecnificadoras”, tem a missão de impedir os perniciosos efeitos das inevitáveis veleidades da massa.

Portanto, trata-se de um sistema político trucado. A montagem consiste em que o poder jurídico reconhecido nas instituições está sobreposto ao poder real de uma maneira muito diferente do que nas democracias representativas. Efetivamente, nestas últimas operam poderes fáticos, que atuam nas sombras buscando influir nas decisões. Mas nas democracias protegidas esses poderes não são fáticos, são legais, racionalizados pelo direito positivo.

A fórmula usada é o funcionamento de um mecanismo de resseguro da reprodutibilidade do sistema socioeconômico, que opera mediante uma adulteração do mecanismo “normal” de contrapesos. A minoria não só é protegida contra os abusos da maioria, ela é transformada no que não é, em força majoritária. O sistema usado não é o regime eleitoral, isto é, a regra de conversão de votos em cadeiras. É a existência dessas instituições tecnificadoras,

cujos princípios constitutivos é que elas não provêm da vontade popular ou que escampam dela.

No Chile Atual, os contrapesos espúrios mais significativos são: a) o reconhecimento às Forças Armadas de uma capacidade de tutela e de uma autonomia decisória em matéria de nomeações dos oficiais superiores e em matéria orçamentária (porcentagem fixa das vendas da Codelco), b) a existência dos senadores designados, que permitem a nomeação não eletiva de uma proporção significativa da corporação, que tem (é preciso enfatizá-lo) as mesmas funções políticas que a Câmara dos Deputados, mais algumas exclusivas de caráter judicial e de decisão em política internacional, c) um sistema eleitoral que favorece a tendência ao empate no nível das circunscrições, que – portanto – recompensa de um modo exorbitante as segundas minorias e não permite a representação das outras minorias.

O sistema de proteção mais influente na correlação de forças no nível institucional é a combinação, para as eleições de representantes em uma câmara política, do princípio da eleição com o princípio da nomeação.

Por sua vez, a existência de uma função de tutela por parte das Forças Armadas as converte no quinto poder do Estado, ao lhes outorgar a atribuição constitucional de proteger a institucionalidade e, portanto, de determinar quando a existência de conflitos ou de uma crise fariam exigível a sua participação como protetoras da “essência” do sistema. As Forças Armadas, componente com funções atípicas da burocracia estatal, em doutrinas depositárias subordinadas dos recursos de força do Estado, são trans-

formadas, por obra e graça do engendro teórico-jurídico que é a Constituição de 1980, na força que tem a capacidade legal de decisão nos conflitos álgidos de poder.

O fundamento da participação das Forças Armadas em instituições com funções políticas, como o Senado e o Conselho de Segurança Nacional, reside em que ela desempenha a função de tutela da ordem estatal. Por isso, instalou-se o princípio de que as instituições militares devem ser diferentes de qualquer outro órgão do aparato burocrático, devem ter autonomia política e, parcialmente, autonomia financeira¹⁸.

Uma das funções da instituição dos senadores designados é permitir a representação política das Forças Armadas através de senadores escolhidos entre ex-oficiais superiores de cada um de seus ramos. Um olhar superficial poderia levar a acreditar que a existência de quatro senadores representantes das Forças Armadas constitui um número insignificante na correlação geral de forças. Mas não se pode esquecer de que o dispositivo protetor compreende também a existência de um regime eleitoral que na conquista de cadeiras tende a favorecer a segunda minoria a custos da primeira, de tal maneira que as diferenças entre ambas sejam realmente mínimas. Isto significa que a diferença de cadeiras obtida pela Concertação nas eleições parlamentares realizadas até agora não lhe permitiu compensar o peso dos nove senadores designados, que atuaram em quase todas as questões como um bloco.

18. Essa é a função da porcentagem fixa sobre os fundos da Codelco. No primeiro semestre deste ano, alcançou a quantia de US\$60 milhões.

O assunto mais importante é o fato de que os militares, realizadores da “revolução capitalista”, tutelares da estabilidade do Estado, se sentem não só garantidores para o futuro da institucionalidade, entendida em seu sentido mais restrito, como também da totalidade da obra do governo militar. Isso foi o que os levou a atuarem como “partido militar”, isto é, a desenvolverem estratégias políticas com relação a questões não castrenses e a procurarem influir sobre o sistema de partidos para realizar seus objetivos políticos. Eles não têm relação apenas com a preservação da Constituição, têm relação também com outros objetivos, especialmente favorecer a influência, dentro da direita, dos setores fieis à obra militar¹⁹.

Esta estrutura institucional opera como uma “jaula de ferro”. A Concertação não pode ir além das mudanças pactuadas com algum dos partidos de direita ou com os senadores designados. Portanto, a estratégia minimalista acaba sendo a única possível. A direita, pactuando ou atuando de acordo com os senadores designados, exerce um veto de minoria sobre o sistema decisório. A Concertação está de mãos atadas para realizar programas de orientação mais socialdemocratas, como seria a intenção de realizar uma “segunda reforma trabalhista” para aumentar a força negociadora dos sindicatos.

Mas tudo isso era do conhecimento da Concertação quando ela se apresentou como alternativa de poder nas elei-

¹⁹ Tratamos esta questão mais extensamente em MOULIAN, Tomás: “Chile. Las condiciones de la democracia”. Revista Nueva Sociedad. Caracas, Venezuela, 1995.

ções de dezembro de 1989. O cenário político estava pré-determinado pelas negociações constitucionais concluídas.

Como veremos mais adiante, essas negociações foram “entre a espada e a parede”. Eram negociações nas quais o governo militar tinha veto de iniciativa. Ou seja, o Executivo era o único que podia propor reformas à Junta que atuava como poder constituinte, que – portanto – tinha a capacidade irrecusável de aprovar ou rejeitar o proposto. Uma negociação que, ademais, a Concertação precisava aceitar, já que qualquer mudança após o término do governo Pinochet requereria um quórum que sabiam ser impossível obter.

Só foi possível escolher entre dois males menores, duas formas de perder. Existiu, obviamente, a opção aventureira de apostar em uma mobilização de massas exauridas pelas condições políticas estatuídas pelo poder militar. Isso teria requerido rejeitar a negociação “à la limite” de 1989 e começar a acumular forças para uma ofensiva global de deslegitimação de todo o sistema constitucional, aproveitando a conjuntura eleitoral. Mas nenhum ator relevante pensou nisso. A negociação constitucional de 1989 foi o fim de um longo caminho, a culminação da operação transformista iniciada em 1980 e cuja “genealogia” examinaremos mais adiante.

Conscientes de que já estavam dentro do sistema, os atores preponderantes arriscaram obter melhorias marginais, na falta de força para ganhos substanciais. Vinham da vitória do plebiscito, mas haviam internalizado a ideia de que o poder verdadeiro não estava nas massas. Aceita-

ram não eliminar os senadores designados, mas diminuir a proporção; aceitaram o princípio constitucional da função tutelar das Forças Armadas, só modificaram as funções do Conselho Nacional de Segurança.

Uma pergunta ingênua: como, no Chile Atual, autoconcebido como paladino da modernidade e da democracia, podem sobreviver estas estruturas políticas que nem sequer imitam condições igualitárias de poder para as partes? O Estado se apresenta espontaneamente, sem que seja necessário desvendá-lo, como instituição instrumental, como ferramenta, para a reprodução do sistema socioeconômico.

Uma parte significativa da resposta tem relação com a ambiguidade discursiva das elites democráticas. E essa ambiguidade é complexa, de tal modo que quase qualquer interpretação clara deixa de lado aspectos obscuros. O Chile Atual²⁰ vive em uma tensão discursiva, em uma espécie de contradição que afeta a autoexpressão de si mesmo. Precisa apresentar o seu fazer sob a forma de êxito, porque agora a reprodutibilidade do Chile pinochetista é a tarefa dos que foram adversários do ditador, na medida em que eles governam esse Chile. A crise, o estancamento do Chile Atual seria sua derrota, a demonstração irrefutável de sua incapacidade de conduzir um país que era uma flecha em direção ao alvo.

Por essa razão, precisam ocultar a profundidade do problema da questão política, não podem mostrá-lo nem elaborá-lo como um problema forte, do tipo de Estado.

20. Neste contexto o Chile Atual é o Chile pós-pinochetista, o de Aylwin e Frei.

Além disso, é inconveniente para as suas estratégias legitimadoras deixar transparecer que o Chile Atual é uma sociedade petrificada, politicamente sem possibilidades criativas, porque elas estão anuladas pelo dispositivo da “jaula de ferro”.

Não podem semear a desconfiança no Chile Atual, não podem fazer com que ele se sinta precário, instável. Precisam que ele continue sendo visto como o “paraíso do investidor”. Seu discurso tem que ser construído sobre a base da ética da responsabilidade. O Chile Atual precisa continuar simulando que é um modelo, porque essa é uma de suas mais importantes “vantagens comparativas”.

Não podem apresentar a questão dos “enclaves autoritários”²¹ como a questão do tipo de Estado exigido pelo neocapitalismo atual. Não podem pôr em evidência que esse Estado tem a função central de manter o transformismo, o que explica as estratégias de mudanças socioeconômicas mínimas pactuadas com o empresariado e a direita. Não podem dizer que se trata de uma opção imposta por uma estrutura política preestabelecida e imutável. Fazê-lo poderia mostrar a existência, oculta nas sombras e no silêncio, de uma alternativa socialdemocrata manietada pelos mecanismos protetores, pelo dispositivo da “jaula de ferro”.

Aliás, é realmente assim? Dúvidas que são quase certezas. O que caracteriza o Chile Atual, do ponto de vista ideológico, é o enfraquecimento dos sistemas discursivos

21. Como se sabe, este termo foi usado por GARRETÓN, Manuel A.: HACIA UNA NUEVA ERA POLÍTICA: ESTUDIO DE LAS DEMOCRATIZACIONES. FCE, Santiago, 1995. Considero que a ideia de enclave é imperfeita, porque gera a impressão de um subconjunto isolado sem efeitos de fundo, ou com efeitos delimitados.

alternativos ao neoliberalismo e a capacidade manifesta por este de seduzir e atrair ou, de um modo mais passivo, para apresentar-se como o único horizonte possível para aqueles que antes tinham outras perspectivas ideológicas, mas optaram pelo realismo. É verdade, a desapareição dos socialismos reais e a crise dos Estados de bem-estar no mundo capitalista enfraqueceu o marxismo tanto quanto a socialdemocracia. Essas opções perderam a plausibilidade, parecem arcaicas, soluções ideológicas incompatíveis com as condições dadas. Mas, é sabido que o assunto não é a queda do Muro: nosso Muro tinha caído antes, ou melhor, tinha.

A consequência disso no Chile Atual é que existe, dentro da Concertação, uma ala neoliberal transversal, com influência tanto no Partido Democrata Cristão, que era uma formação social-cristã, quanto no Partido Socialista, que tinha se desviado desde 1979 para a socialdemocracia.

Este consenso foi o elemento decisivo. Ele assegura a arquitetura do dispositivo transformista. Sua extensão cria uma atmosfera ideológica dentro da qual o real (o realmente existente) aparece dotado de um tipo de “historicidade geológica” correspondente mais a uma “idade” do que a uma “época”. Apesar das críticas suscitadas pela análise de Fukuyama, podemos dizer que ele captou um elemento que está no imaginário coletivo finissecular das elites dirigentes²². Depois deste século de enfrentamentos entre duas ideias da modernidade, a capitalista e a socialista, a primeira demonstrou sua viabilidade histórica. Segundo

22: FUKUYAMA, Francis, THE END OF HISTORY AND THE LAST MAN. Free Press, Nova Iorque, 1992.

este raciocínio, ou comprovou seu caráter de encarnação real da razão, ou demonstrou sua adequação a uma natureza humana sacudida por paixões e interesses, condição humana que nunca superará o estado de alienação. Se não estivéssemos no “fim da história” estaríamos, pelo menos, no início de uma “idade histórica”.

Estas noções tácitas, que muitos dos que usam o nome de “progressistas” não se atrevem a dizer claramente, embora acreditem nelas, supõem a ideia de um término da historicidade, pelo menos até dentro de um prazo muito longo. Inclusive, esse discurso distanciador é compatível com um certo marxismo evolucionista. Existiu uma “época das revoluções”, mas ela teria se esgotado com a mundialização efetiva dos mercados; feneceu nesta nova era da comunicação em tempo real, da circulação instantânea dos capitais, das imagens e das mensagens e da velocidade cada vez maior de circulação das mercadorias, das pessoas e das inovações tecnológicas.

Outro fato importante é que o dispositivo transformista, que no campo político se concretiza na institucionalidade “jaula de ferro”, apoia-se também em um radical pessimismo histórico. Este traço aparece como um dos aspectos salientes da estruturação do campo ideológico no mundo e neste Chile Atual.

4. A CRISE DA POLÍTICA

a. A política sem ideologias ou a morte da política

Está na moda, no mundo e no Chile Atual, a crítica

das ideologias e a celebração do fim dos fanatismos introduzidos, aparentemente de modo inevitável, por estes supostos dispositivos arcaicos da política. Os melhores entre os analistas desta tendência, depois de ajustar contas com as ideologias, também ajustam contas com o pragmatismo. Realizam esta segunda crítica buscando um justo equilíbrio, que os situe na cômoda posição de uma rejeição equivalente ao fanatismo emanado das ideologias e ao pragmatismo emanado do cálculo instrumental²³.

Porém, a sua crítica, por mais matizada que seja, não acerta, ela erra de alvo. Não se pode colocar no mesmo nível a ideologia e o pragmatismo. O pragmatismo leva à morte da política, à confusão desta com a arte do possível, enquanto que a ideologia, um determinado tipo dela, deve ser o centro alimentador da ação e da paixão política, como um esforço de emancipação.

A razão profunda da crise da política no Chile Atual provém da falsa morte das ideologias, perpetrada por uma ideologia hegemônica que pretende a tecnificação da política e, por isso, encarrega-se de assassinar as ideologias alternativas. Ela é acompanhada nesta empresa pelo coro complacente de umas elites que acreditam ter salvado a sociedade e, portanto, a política, ao despojá-la da possibilidade de conflitos com relação à própria ordem.

O que acontece com os críticos das ideologias é que eles confundem dois tipos diferentes, misturam em um mesmo pacote as ideologias enquanto utopias com as ide-

23. GARRETÓN, Manuel A.: LA FAZ SUMERGIDA DEL ICEBERG. Estudios sobre la transformación cultural, Edições Cesoc-Lom, Santiago, Chile, 1993.

ologias enquanto sistemas de normatividade política. Efetivamente as primeiras podem desembocar no fanatismo e no totalitarismo. A experiência ensina que a busca pelo “fim da história” e a conquista da harmonia podem se transformar em justificativas da crueldade e do terror, usados em nome da definitiva salvação na terra de todos os homens.

O primado dessas ideologias torna difícil uma política centrada na deliberação argumentativa e na constituição por essa via de uma “vontade popular”²⁴. Algumas delas bateram em retirada, por exemplo, o leninismo-stalinismo. Mas outras continuam com vida e no auge, como o neoliberalismo. Este sistema apresenta os três elementos de uma ideologia utópica: uma ideia (natural) do social considerada como forma essencial de realização do humano, uma ideia absoluta do futuro e a justificativa do recurso da força para a defesa desses ideais sociais “transcendentalizados”, forma única de vida realmente humana.

O elemento negativo, corrosivo, das ideologias utópicas é a “transcendentalização” dos fins, o que leva à negação inamistosa de outras ideologias, portanto, da diferença. Essa operação impede que a política possa funcionar como “racionalização” deliberativa dos fins.

Transcendentalização e deliberação são duas formas antagônicas, uma funciona em oposição à outra. A primeira

24. Não me refiro à vontade popular da democracia representativa que não é deliberativa, porque as agendas são colocadas de cima para baixo e por outras razões que não são possíveis indicar. Ver LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal: HEGEMONIA Y ESTRATEGIA SOCIALISTA. Hacia una política democrática radical. Editora Siglo XXI, Madri, Espanha, 1987; LACLAU, Ernesto: NUEVAS REFLEXIONES SOBRE LA REVOLUCIÓN DE NUESTRO TIEMPO. Editora Nueva Visión, Buenos Aires, Argentina, 1993.

converte a política em religião²⁵, enquanto a segunda implica uma discussão secularizada sobre fins preferenciais, mas não sagrados.

Existe, pois, um tipo necessário de ideologia, diferente da ideologia utópica. É a ideologia como sistema de normatividade política. Isso significa que um ou mais grupos políticos elaboram projetos nos quais se definem fins preferenciais e nos quais se vincula o presente com o futuro. Fins dotados de valor mas sobre os quais se está disposto a discutir racionalmente, arriscando que na luta política sejam outros os que se imponham.

O funcionamento desse segundo tipo de ideologia é uma condição da política como atividade racionalmente orientada à transformação da vida social estatuída. Na atualidade, com a urgência de esvaziar a banheira, jogou-se a criança fora. Para liquidar a ameaça de certas ideologias utópicas (já que outras continuam perfeitamente vivas), tentou-se eliminar as ideologias enquanto tais. Sendo assim, no lugar de uma política secular, tem-se uma política pragmática, orientada pelo cálculo conjuntural.

Qual é a crise da política no Chile Atual? A imposição, por uma ideologia utópica – o neoliberalismo –, de uma política a-ideológica, que não contém projeto, que é a petrificação absoluta do atual. Que interesse pode ter um combate no qual nenhuma transformação é possível, no qual o futuro é a incessante repetição do presente, é a imposição de um projeto não elaborado? Que sedução pode exercer uma

25. LACLAU, Ernesto: NUEVAS REFLEXIONES... Ibid., p. 10.

política em que os antagonismos desenvolvidos são simulações, porque evitam discutir os nós essenciais do modelo de acumulação e do modelo de sociabilidade:²⁶

Os momentos reacionários da história são aqueles nos quais os projetos de historicidade não são plausíveis, nem verossímeis, nem aparecem ligados ao bom senso. Em que a própria ideia de transformação toma a forma de um sonho impossível de alguns ingênuos desconectados da realidade, minoritários e arcaicos.

Estamos agora perante este tipo de momento cego, esmagados pelas derrotas dos socialismos reais e pela férrea realização das premissas do capitalismo mundializado, aquele sonhado por Marx em 1848: “A burguesia não pode existir a não ser com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção e, por conseguinte, todas as relações de produção, e com isso todas as relações sociais... Uma revolução contínua da produção, uma incessante comoção de todas as relações sociais, uma inquietude e um movimento constante distinguem a época burguesa de todas as anteriores... Esporeado pela necessidade de dar cada vez maior escoamento a seus produtos, a burguesia percorre o mundo inteiro. Precisa aninhar-se em todas partes, estabelecer-se em todas partes, criar vínculos em todas partes”²⁷.

26. Ver BAUDRILLARD, Jean: CULTURA Y SIMULACRO, Editora Kayros, Barcelona, Espanha, 1978.

27. MARX, Karl: MANIFIESTO DEL PARTIDO COMUNISTA. Em: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich: OBRAS ESCOGIDAS, Edições de Línguas Estrangeiras, Moscou, União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, 1963, tomo I, p.25. N. da T.: Tradução do trecho, do espanhol ao português, nossa.

Uma época de mundialização do capitalismo acompanhada pela morte, ou melhor, o assassinato das ideologias, perpetrado por uma ideologia triunfante. Sua ilusão é que a substituição da política como confrontação, pela política como administração, gerará as condições da perfeita governabilidade.

Contudo, com esse assassinato disfarçado de morte, é a própria política quem agoniza para ser substituída pela decisão tecnocrática, sustentada em uma indisputável (embora não indiscutível) cientificidade. A tecnificação da política é mortífera, é o cancelamento da deliberação sobre finalidades.

A paixão homicida contra as ideologias oculta um ato ideológico que é supor que os fins provêm de fora da política e estão colocados ali pelas leis inderrogáveis da história.

Então, a crise da política não provém da vigência de projetos puramente transformistas, que realizam apenas ajustes do previamente existente, projetos basicamente conservadores. Podem existir ideologias conservadoras argumentativas que não mascaram a decisão política sobre fins por trás da forma do natural. Provém, na realidade, do utopismo neoliberal, que tende a tecnificar o político, matando, para isso, as outras ideologias. Isto significa fazer dos fins um assunto científico, decorrente de leis que regem o movimento do social e, portanto, fazer da relação meios-fins um assunto de “one best way”. Com isto, arrancam-se ambos os âmbitos das possibilidades de deliberação argumentada ou racional.

No Chile Atual, a política se depara com uma dupla restrição que a asfixia e que conspira contra ela. A primeira

restrição é a ausência de espaço cultural para ideologias transformadoras, submetidas à estigmatização do irracional que foram incapazes de ultrapassar. A segunda é a vontade tecnificadora que emana do neoliberalismo hegemônico e que distancia o político tanto dos representantes quanto do cidadão comum, a menos que se trate de assuntos de índole local, nos quais não se põem em discussão os fins essencializados.

Há quem veja nessa forma de constituição do político uma feliz demonstração de sanidade. Aplaudem, como a uma vitória, o envelhecimento das ideologias transformadoras e alegram-se que a política se torne uma discussão circunscrita à melhor maneira de alcançar fins eternamente fixos. Não entendem que estão embalsamando a política e tirando o oxigênio da vida democrática.

A política tecnificada, guiada estritamente por raciocínios de eficácia, no fundo não aceita o princípio da “vontade popular” como o melhor critério de decisão. Aceita-o apenas como factual, não como desejável. Se a política deve se restringir a resolver a equação entre fins indiscutíveis e meios a determinar em função de critérios técnicos, torna-se necessário tomar providências para que as decisões se enquadrem dentro de parâmetros de cientificidade, para que elas se “despolitizem”. Para que não se distanciem do restrito conjunto de alternativas válidas. O princípio da maioria deveria se subordinar, a democracia deveria (portanto) se proteger da “vontade popular”, a menos que esta, por uma espécie de milagre divino, se identifique sempre com a racionalidade preestabelecida, que se identifica com o real.

Isso é o que estamos fazendo no Chile Atual. Desideologizando a política, alegres porque nada de fundamental está sendo questionado, apenas alguns aspectos superestruturais.

Os partidos políticos são as principais vítimas desta desideologização. Transformam-se de empresas coletivas, unificadas atrás de finalidades comuns, em associações privadas para a luta pelo poder. Hobsbawn diz que o partido é a grande criação da engenharia política do século XX²⁸. Mas ele está pensando no partido de militantes, de indivíduos disciplinados atrás das metas coletivas. No partido ideológico, no qual as apetências individuais estão subordinadas aos fins comuns, às grandes ideias às quais se serve. Onde a exigência de valores comunitários obstaculiza o desenvolvimento de um individualismo desenfreado, de uma obsessão pessoal pelo poder. O que se faz é pelo partido na medida em que este é o realizador de uma causa, de um projeto de sociedade.

No Chile Atual, já está quase extinto esse tipo de partidos que, em algum momento e com maior ou menor eficácia, foram os partidos de esquerda (especialmente o Comunista), o Partido Democrata Cristão e o Partido Nacional, em sua época de glória, o período de luta contra a Unidade Popular.

O que existe hoje são partidos de camarilhas, com agrupamentos internos sem consistência ideológica e com um altíssimo grau de antropofagia. Os partidos parecem ter perdido a dimensão comunitária e os laços de afeti-

28. HOBBSAWN, Eric: HISTORIA DEL SIGLO XX. 1914, 1991: Editora Crítica-Mondadori, Barcelona, Espanha, 1995.

vidade primária suscitada pelo comum pertencimento a uma causa, para se converterem em estressantes lugares de concorrência pelo poder, para o qual (quando muito) são geradas relações instrumentais com um grupo.

Especialmente nos duros anos da ditadura, os partidos foram espaços onde os militantes desenvolviam os valores altruístas, a entrega e o dom de si por grandes ideais. Não estavam isentos de lutas de posicionamento, mas o particular terminava subordinado ao mais universal.

No Chile Atual, os partidos geram a impressão de não serem muito mais do que instrumentos de ansiosos aspirantes ao poder, angustiados pela escassez de oportunidades.

Não é do meu feitio uma crítica sem atenuantes aos partidos políticos porque não conheço outra forma de organizar a política para uma deliberação racional. Mas os atuais partidos geram uma enorme insatisfação. Não se vê neles a intenção de uma obra comum, na qual os interesses coletivos primem sobre os individuais²⁹. Não se observa criatividade nem cumprem mais esse papel de intelectuais-intérpretes da sociedade chilena que tiveram no passado, dando lugar à difusão de poderosas ideias-força.

Perdida a nutrição de uma ideologia capaz de conectar o presente com o futuro, caíram na banalização.

b. Irrelevância, corrupção

Uma política que transforma os fins em rotina, torna-se, necessariamente, irrelevante. O que sobra do significado da política, depois desse sequestro do seu objeto

29. Com a paradoxal exceção do partido da "lealdade aos militares", que é a UDI.

principal, que leva a uma deriva no banal? Se a política não tem como sentido deliberar sobre as condições da ordem social, qual poderia ser o seu significado?

Mas a irrelevância não torna a política inocente. Pelo contrário, desperta todas as suspeitas em relação a ela. Parece que a política tem no imaginário coletivo duas classificações possíveis, dois destinos. Ou ela se instala como um espaço de deliberação do público, ou é vista como uma trama de interesses particulares e um privilegiado canal de acesso ao dinheiro, a alavanca da vida mercantil, a deidade contemporânea. A primeira é a política como esforço de universalidade, a outra é a política privatizada, à deriva.

O encanto da política provém de uma sedução, de uma transmutação capaz de dotar o poder e suas operações de um caráter universal e coletivo. O encantamento político deriva basicamente da palavra, da magia de discursos que conseguem projetar, na universalidade, a luta por esse bem escasso que é o poder. Atrás do encantamento político opera a capacidade sedutora de alguma ideologia, que é a que dota de coerência e verossimilitude o discurso legitimador.

A facilidade de se desencantar com a política talvez tenha relação com a natureza complexa do poder. O poder em bruto, despojado das simulações das quais se rodeia, de seus ritos e de seus discursos, produz rejeição, é visto espontaneamente como um pecado, um recurso de escravização. Essa instintiva aproximação torna-se mais facilmente reversível quando o poder se expressa no discurso da ideologia, que é o discurso do seu desejo.

Despojada de historicidade, restrita a uma reprodutibilidade não deliberativa, a política se consome na luta por um poder que não aparece relacionado com uma disputa por fins. Um poder que aparece particular, privatizado, sem referência ao universal. Por isso, a política que renega as ideologias perde a aura e o vazio é facilmente preenchido com a ideia da corrupção.

No Chile Atual, a imagem da corrupção é a resultante não desejada do vazio prospectivo-ideológico da política, mais do que a resultante de constatações empíricas, da prova dura de fatos. É uma atmosfera, uma espécie de projeção suscitada pelo estilo cínico que emana dos discursos pragmáticos. São os discursos pragmáticos refletidos em um espelho deformante.

Também é a resultante da decepção, do desencanto de pessoas que esperavam transformações, mudanças, e descobrem que as prioridades permanecem iguais às do tempo de Pinochet. Que o papel protagonista dos empresários, deidades para as quais se acende incenso, não diminuiu, mas aumentou, porque é preciso dar a eles provas permanentes de boa conduta. Que o papel dos trabalhadores permanece quase idêntico, apesar da folhagem cerimonial e, sobretudo, permanece sem horizonte, sem futuro.

Nesses decepcionados, a noção de corrupção tem um sentido diferente do que na boca dos eternos antipolíticos da direita. Tem o sentido de um “arranjozinho”. Representa o desencanto pela “farra da democracia”, porque pouco mudou. Esta petrificação é atribuída à corrupção, forma de semantizar as “lavagens”, os pactos interelites, as concessões entre “compinchas”.

No começo do governo de Aylwin, para alguns políticos constituía um problema moral aparecer conversando amavelmente com aqueles que os tinham perseguido e eram culpados de assassinatos em massa. Depois, tornou-se comum a troca de sorrisos, depois de gestos amistosos, de fotos nos jornais compartilhando a vida social. Tudo isto dá a impressão de que constituem um “círculo”, uma classe. O poder os iguala. Amargamente pode-se dizer que “são todos a mesma coisa”. A política aparece como uma confusão de línguas.

A crise da política é, para uma parte da geração jovem, exigente na discriminação, e para certos “veteranos” de luta contra Pinochet, que se aferram a essa memória como identidade, uma corrupção que consiste no esquecimento e na assimilação. Corrupção significa, para esse enclave de “resistentes”, prestar-se à brutal injustiça do perdão concedido sem arrependimento.

Essa ideia de corrupção, surgida da desilusão e ativadora de desesperança, é preocupante. Também aquela que surge entre os homens comuns, que sentem que já não têm nada a opinar, que a política se realiza cada vez “mais em cima”, em cúpulas inacessíveis.

Não é a versão da direita de corrupção. Para a direita, a corrupção é uma perversão associada ao Estado, portanto, inerente à política e às instituições e empresas públicas. Reflete a noção de Estado dos ideólogos utopistas do neoliberalismo, para os quais o Estado representa um “mal menor” cuja única justificativa é seu papel de “guardião”, porque é necessário um órgão que freie a obscura tendência passional dos homens a se rebelarem contra a ordem existente.

A utopia destes neoliberais é que a política seja substituída pela “administração das coisas”, que seja substituída pela decisão tecnocrática. Que se discuta sobre a rentabilidade diferencial de uma estrada na altitude mil em relação a uma estrada para Mendonza e não sobre algum elemento fundamental da ordem existente, que passou a fazer parte de um consenso petrificado.

Por isso, é preciso desconfiar dos grasnidos dos tecnocratas políticos sobre a corrupção. Eles prefeririam que as decisões coletivas fossem adotadas por um “conselho de sábios”. Assim, o perigo de qualquer política “populista”, orientada mais por critérios de justiça social do que por critérios de benefício do capital ou do sistema, seria evitado.

Transcendentalização dos fins por parte do utopismo neoliberal. Esse é um dos pontos centrais e um dos nós da crise da política no Chile Atual. Isso significa a hegemonia de um ideologismo conservador e antipolítico, que se une em torno da imagem de corrupção, porque seu ideal utópico, sua ideia limite, é um mundo sem política, ou um mundo onde o político se converte, ao estilo saint-simoniano, na “ciência da produção”³⁰.

Mas a pretensão de aistoricidade já não é a crença fanática e messiânica de alguns poucos ideólogos direitistas. Hoje é um traço transversal da cultura política do Chile Atual. Este neocapitalismo que está nos fazendo crescer a passos largos, legitimado por suas núpcias com a neodemocracia, é visto como a ordem ideal ou a menos pior ou

30. Ver BUBER, Martin: CAMINOS DE UTOPIA, Editorial del Fondo de Cultura Económica, 1955, p.30.

a única possível. Quem pensar outra coisa está fora, tanto do saber científico quanto do senso comum. Entre um político radical e um louco quase não há diferença.

c. A impunidade

No Chile Atual, a linguagem da política não é uma fala comum, e sim um código cifrado, trucado, é um metadiscurso. Como as bonecas russas, o discurso parece esconder outro discurso e este, por sua vez, esconde outro. Se fôssemos desfolhando esses discursos, chegaríamos ao Inominável, a aquela força transcendental e temida que exige que nossa política esteja fundada sobre o eufemismo. Por que esta política está presa no silêncio, nas meias palavras, na hipocrisia?

Porque não houve uma purificação do carma de dezessete anos de terror. O Chile Atual está baseado na impunidade, no caráter simbólico dos castigos, na ausência da verdade, em uma responsabilidade histórica não assumida pelas Forças Armadas e pelos empresários, estes últimos os beneficiários diretos da “revolução capitalista”.

No começo de seu governo inaugural, Aylwin criou a Comissão Verdade e Reconciliação para abordar o problema das vítimas do terrorismo de Estado. Com esse gesto, que delatava um método, o governo de Aylwin transformou o assunto em um rito. Tratava-se de construir, através de uma comissão de “homens justos”, uma “grande verdade”, uma verdade cuja legitimidade ultrapassasse as críticas comprometidas das Forças Armadas e da direita “leal”.

O trabalho da Comissão permitiu constituir o “martirólogo oficial”. Permitiu construir essa grande parede no

Cemitério Geral repleta de nomes das vítimas. Seres até então suspeitos de terem sido criminosos, de terem fugido de suas famílias, foram reconhecidos como vítimas do Estado. Não é pouca coisa que tenham lhes concedido a sua identidade. Antes tinham negado até o seu heroísmo, a dignidade de terem morrido por suas convicções.

Mas o trabalho da Comissão tem duas grandes lacunas: suas investigações não desembocam em uma instância judicial e não compreendem as vítimas de torturas prolongadas e prisão abusiva. Apaga-se, de uma canetada, o martírio das vítimas sobreviventes das ominosas torturas de Tejas Verdes ou de Villa Grimaldi, das prisões clandestinas da CNI ou do Dipolcar.

Quando essa Comissão entregou o seu relatório (conhecido como Relatório Rettig), o Presidente Aylwin pediu perdão, com lágrimas nos olhos, em nome do Estado. Um grande ato simbólico através do qual a nação assumiu sua responsabilidade, mas também um espetacular ato de evasão. Ali consagrou-se, através de uma cuidada liturgia, a instalação do eufemismo como resposta aos crimes. Oficializou-se o desvanecimento no coletivo da responsabilidade individual que, de acordo com os princípios de autoridade e com os códigos de honra, correspondia aos Comandantes em Chefe dos diferentes ramos das Forças Armadas.

Em vez do princípio da “obediência devida”, que é o único verossímil, dada a organização hierárquica das Forças Armadas, instalou-se o princípio inverso, o da irresponsabilidade das autoridades supremas. Elas nada souberam nem sabem, sempre foram logradas por algum irresponsável.

Os procedimentos seguidos permitiram instalar a instituição do “bode expiatório”: Contreras e Espinoza, prisioneiros na penitenciária especial de Punta Peuco. Contreras foi o “grande personagem” do terror. Este Robespierre criollo, este protagonista principal do Terror e operador transnacionalizado da repressão, fez parte do núcleo de oficiais promovidos por Prats, sob cujo comando chegou a ser subdiretor da Academia de Guerra. Mais do que um oficial de inteligência é um tecnólogo militar, talvez selecionado para afrontar uma busca em massa e um generalizado extermínio, com uma complexa ocultação de provas.

A instituição do “bode expiatório” fez parte da operação de branqueamento generalizado. Instalou-se a teoria dos delitos isolados como doutrina, que não correspondiam a uma planificação regular das instituições e que, portanto, estavam fora do conhecimento das altas cúpulas. No caso Letelier, este princípio foi aceito por todas as instituições estatais. Contreras começou a montar uma conspiração internacional que isolou o governo militar dos EUA, enquanto a chefia direta deste audaz “free-rider” permanecia na mais santa inocência. Por sua vez, o primeiro governo pós-autoritário e todas as outras instâncias do Estado reconheceram a impunidade das altas cúpulas

Mais tarde, o governo de Frei tentou desconhecer este princípio, buscando que Stange aceitasse sua responsabilidade no caso dos degolados. Baseou-se para isso em uma primeira sentença judicial que o incriminava. Mas o general não cedeu a nenhum remordimento e os juízes superiores o absolveram. Pela segunda vez, o Estado reconheceu a

impunidade das altas cúpulas. No princípio, o governo de Frei acreditou que um simples Comandante em Chefe pesava menos do que O Comandante em Chefe. Não percebeu que ao fazê-lo estaria relativizando e particularizando a instituição básica da impunidade geral das altas esferas, com base na qual estava sendo “resolvido” o caso Letelier.

O princípio da impunidade não apenas favorecia as altas cúpulas, era um princípio generalizado, juridicamente baseado na anistia de 1978 e que tinha apenas uma exceção, a dos “bodes expiatórios”. Bode expiatório, macho caprino sacrificado para apaziguar a ira dos deuses, iracundos pelos pecados dos hierarcas que contagiavam o povo.

A complexa e, em ocasiões, rocambolesca operação através da qual Contreras apareceu recebendo um castigo que era, simultaneamente, uma absolvição, instalava a instituição do bode expiatório, mas sob a modalidade de um simulacro. Através de uma condenação simbólica, totalmente desproporcionada com relação à natureza do crime imputado, Contreras foi perdoado de sua verdadeira responsabilidade, da autoria intelectual do plano de extermínio da esquerda, desenvolvido pela DINA entre setembro de 1973 e julho de 1977.

A *mise-en-scène* desse julgamento e desse castigo é mais um episódio, embora decisivo, da operação de branqueamento. Muitos acreditaram que a condenação de Contreras tinha como objetivo conformar o governo dos Estados Unidos. Essa foi, na realidade, uma finalidade absolutamente secundária. O objetivo decisivo era outro. Era demonstrar, através da condenação de Contreras, a inocência

de Pinochet. Em Contreras cortou-se a corrente, Pinochet nada soube. Como todos os chilenos, ele tomou conhecimento com surpresa, pelos jornais, do assassinato de Prats, de Letelier, do atentado contra Leighton. Talvez tenha ouvido falar sobre o campo de torturas de Tejas Verdes lendo, em algum dia de férias, o livro-depoimento de Hernán Valdés que algum assessor desatento lhe emprestou³¹. Conheceu alguns rumores de Villa Grimaldi. Continua acreditando que os desaparecidos foram embora para o exterior, escondidos sob nomes falsos. Assim está construída a “história oficial”.

A dupla impunidade existente no Chile, a impunidade legalizada pela lei de anistia de 1978 e a de ipso, que cobre a maior parte dos crimes posteriores³², tem efeitos sobre a atmosfera de crise do político.

Existe um forte laço entre essa impunidade e a deslegitimação em sua forma de desencanto. Essa impunidade é uma manifestação muito expressiva da desigualdade, da capacidade dos poderosos de passar por cima da lei sem temor ao castigo. Qualquer um pode se perguntar: como podemos continuar falando de respeito à lei, à justiça ou exigindo castigo dos delinquentes (a típica petição de mão dura dos juristas) quando se anistiou o desaparecimento de milhares de inocentes e as cruéis torturas em massa? Essas brutais dissonâncias geram quebras na legitimidade discursiva, afetam a credibilidade nas instituições, especialmente do direito e da justiça.

31. VALDES, Hernán: TEJAS VERDES. Diario de un campo de concentración en Chile, Editora Liaia, Barcelona, Espanha, 1974.

32. A exceção foram as fortes condenações aplicadas aos carabineiros participantes na decapitação de Parada, Nattino e Guerrero.

Há outro aspecto ligado à impunidade. Consiste na respeitabilidade moral que se autodesignam (e que lhes é conferida a) personagens que foram executores ou cúmplices (escondidos ou visíveis) de crimes brutais contra seus inimigos públicos. Frequentemente, costumam falar, com requintada delicadeza, sobre o atroz assassinato que é cometido ao negar a possibilidade de vida a um óvulo fecundado. A pureza angelical das suas almas enterneceria, se não fosse pelo detalhe de terem participado, aplaudido ou aumentado seus lucros ao amparo da crueldade institucionalizada.

Um grande problema da convivência política do Chile Atual é esta incompreensível conservação da inocência por parte dos perpetradores de crimes de massa, esta ausência total de aceitação da responsabilidade. Esta incapacidade de assumir o que se fez e de ter a humanidade de se condoer pelo outro. Por encontrar-se pendente o reconhecimento dos delitos, não só não pode existir reconciliação, como também não existe verdadeira pacificação. Vive-se ainda um estado de inimizade. Os militares não realizaram nenhum gesto de paz.

Isto pode parecer um exagero dramático ou uma exigência ritualista. Não. Trata-se de uma “necessidade do Ser-Nação”. Sem a aceitação da realidade do terror, por parte dos feitores e dos aproveitadores, nossa ordem está instalada sobre uma rachadura, sobre uma fenda geológica. Ou, dito de outra maneira, baseia-se em uma negação psicótica, em um delírio sobre o Chile: “O bombardeio de La Moneda foi uma montagem das agências estrangeiras,

Prats morreu de um infarto, os desaparecidos eram humanóides que emigraram a Marte!”.

Na realidade, somos oprimidos pela obrigação de um silêncio pesado, fonte nutricia da política eufemística, das meias palavras, da hipocrisia. Coibidos de dizer o que verdadeiramente aconteceu (que o terror foi uma política estatal, uma estratégia decidida pelos canais regulares, já que a situação era definida como “guerra irregular”), todos os discursos estão autocensurados. O que realmente aconteceu aparece como indizível, como o inominável. Muitos pensam que houve uma responsabilidade institucional do alto comando, mas simultaneamente todos dizem que as responsabilidades foram individuais. A política é realizada afirmando o contrário do que se pensa, dissolvendo assim o valor da discursividade com referência. A política do Chile Atual é construída sobre meias palavras, sobre mentiras, sobre hipócritas razões de Estado.

5. O SISTEMA DE PARTIDOS

Existe uma diferença radical entre o sistema de partidos que abarcou o período 1932-1973 e o que se reconstituiu depois da primeira eleição democrática de 1990. A operacionalidade do sistema de partidos derrubado com o golpe, consistiu em sua capacidade de integração de polos (partidos “operários”, partidos de direita), orbitando em torno de um ou vários centros. Aquele que se reconstituiu depois de 1990 não é polarizado, sendo sua capacidade integrativa diferente e menos surpreendente.

O sistema polarizado do período 1932-1973 produziu oportunidades reguladas e normatizadas de concorrência política durante quarenta anos. Manteve-se apesar da aparição, desde 1958, da surpreendente ameaça da vitória eleitoral esquerdista-marxista, que apavorou o eleitorado direitista em 1964, direcionando-o a contragosto para o seu inimigo secundário, o reformista Frei.

O atual sistema político apresenta as seguintes características centrais: a) a divisão da esquerda e o surgimento de uma ala que já não tem como referência nem o marxismo nem a revolução, e que é muito mais poderosa no campo eleitoral do que a tradicional ala ortodoxa, b) a formação de uma aliança de centro-esquerda que conquistou os dois governos pós-autoritários e c) a reparição do fenômeno da direita dividida, depois do curto período unipartidário entre 1967-1973³³.

O sistema partidário do Chile Atual reproduz, apesar de suas pretensões modernistas, alguns traços da década de quarenta. O principal deles é o governo de uma coalizão de centro-esquerda, fenômeno que já ocorreu entre 1938 e 1947. Mas existem diferenças medulares entre um episódio e outro, a principal delas é o caráter da esquerda participante da coalizão. A da década de quarenta era marxista e revolucionária e a atual é liberal em versão socialdemocrata. A segunda diferença tem relação com o projeto de modernização. O projeto dos anos quarenta foi

33. Em 1967, conservadores e liberais unificaram-se no Partido Nacional. Atualmente, a direita está dividida em três partidos: Renovação Nacional, União Democrata Independente e União de Centro Centro.

uma iniciativa do bloco centro-esquerdista, que enfrentou a crise do modelo primário exportador através do desenvolvimento, a partir do Estado, da industrialização. A atual coalizão não criou um projeto, apenas administra com “expertise” o projeto de modernização do governo militar, marcado pelo selo neoliberal. As coalizões dos anos quarenta eram progressivas, a atual é de administração, seu norte é a reprodução transformista.

Um elemento básico do atual sistema de partidos é que ele é centrípeto, apesar de ter uma estrutura tripartite (direitas, centros, esquerdas). O anterior, pelo menos de 1965 até 1973, era centrífugo. O caráter centrípeto manifesta-se em que, com exceção da UDI e do Partido Comunista, todos os outros partidos pressionam sobre o centro geométrico flutuante, tanto em busca de marcas de identidade, como à caça de eleitorado. Isto produz um poderoso efeito de “moderação” da política, ao contrário do que ocorria na década de sessenta. Naquele então a centrifugação empurrava os polos na direção de seu eixo, ampliando a distância ideológica.

A análise de alguns partidos e de posição do espectro oferece pistas interessantes para a compreensão da dinâmica interna do sistema.

A ala esquerda do Partido Socialista, embarcado em assegurar a governabilidade da transição transformista, não conseguiu construir uma força capaz de canalizar a desafeição, especialmente aquela que atualmente tende para o abstencionismo. O Partido Comunista não emergiu como força atrativa, com um projeto à altura dos tempos ou pelo

menos com uma crítica criativa. Vemos o partido arcaico e autista, dedicado a ventilar querelas internas, propondo automaticamente a resposta convencional da mobilização.

O Partido Socialista vem vivendo desde 1979 uma mudança revolucionária de sua identidade ideológica. Passou do marxismo para a socialdemocracia. Uma renovação que tinha começado, sob a inspiração eurocomunista, como uma crítica de dentro do marxismo, buscando ampliar seus horizontes e suas possibilidades teóricas, terminou no abandono da sua referência teórica, da ideia de revolução e também das críticas substanciais ao capitalismo. Hoje em dia está em um acelerado processo de absorção do liberalismo como ideologia constitutiva de sua visão de mundo.

Seu projeto político (como o do PPD) também está posicionado sob o selo da “modernização”. Pensa o futuro no marco do capitalismo globalizado, dando ênfase às mudanças absorvíveis pelo sistema, como a equidade e as mudanças culturais.

Pelo que foi dito antes, não é estranho que este partido não se sinta tensionado no que se refere a sua esquerda e não se sinta ameaçado a perder votos em benefício de um polo crítico. O verdadeiramente singular do Partido Socialista atual consiste em que a sua ala esquerda majoritária compartilha o projeto governamental de “transição transformista” e o modelo modernizador. As diferenças entre as tendências têm mais a ver com “sensibilidades” e lideranças do que com diferenças profundas de projeto.

Na Democracia Cristã o problema apresenta variações. Nela, a penetração do liberalismo econômico não

anulou totalmente a sensibilidade social-cristã. As velhas teses comunitaristas perderam vigência, mas ainda possuem eco questões tradicionais da doutrina social da Igreja, como o salário justo, que é dificilmente compatível com a racionalidade mercantil do liberalismo. Mas a possibilidade de um aglutinamento de tendências em torno do eixo liberalismo versus socialcristianismo foi coagido pela necessidade de proporcionar bases sólidas de governabilidade às administrações de Aylwin e Frei. À medida que os fantasmas políticos se diluam, é provável que essa tensão se desenvolva.

Na direita a situação é mais complexa e também de maior enfrentamento interno. A concorrência interpartidária entre a União Democrata Independente e a Renovação Nacional foi e é forte. Postulam dois modelos de partido. A União Democrata Independente representa o projeto de um partido homogêneo de militantes e a Renovação Nacional, a de um partido heterogêneo de massas. O primeiro é uma organização de raiz católica, com militância e liderança jovem, disciplinada, com uma estratégia de penetração no mundo popular através de um discurso de populismo conservador. Ao mesmo tempo, representa o partido da “irrestrita lealdade” aos militares.

A Renovação Nacional é, ao contrário, um partido de tendências, heterogêneo, com pouca lealdade institucional. No seu interior enfrentam-se dois setores. Um deles postula um projeto liberal de modernização democratizante com capacidade de crítica frente aos militares (em sua obra passada tanto quanto em suas posturas políticas atuais), que se

propõe como desafio estar em condições de participar de coalizões amplas. O outro, representa uma direita militarista e nacionalista. A luta entre esses dois grupos gera uma espécie de empate interno, que neutraliza o partido.

Este sistema de partidos é sumamente funcional ao projeto transformista. Este tipo de estruturação do campo de forças sustenta-se em um processo de moderação do eleitorado, aparentemente cansado dos extremismos, seja a nostalgia da Unidade Popular ou a do governo militar. Mas, por sua vez, essa moderação do eleitorado é alimentada pelo sistema de partidos. O eleitorado é bombardeado por ofertas moderadas de todas as posições, da direita (através da RN), do centro e da esquerda.

Este sistema de partidos não tem o feitiço dramático do sistema polarizado e centrífugo de meados da década de sessenta. Também não tem sua aura romântica. Não arrisca o tudo ou nada em cada eleição, apenas arrisca pequenas mudanças que não modificam o curso histórico. Uma história arrefecida.

A consolidação de uma “democracia protegida” precisa, além de regras e normas, da mediação de um sistema de partidos que seja compatível com a despolitização que o tipo de Estado procura induzir. Na “democracia protegida” o sistema de partidos deve ajudar a legitimar heterodoxas respostas institucionais a dois problemas: o da incerteza e o do caráter ilimitado das decisões.

O caráter ilimitado da capacidade decisória gera uma incerteza que deve estar institucionalmente resolvida, porque um eleitorado de massas é por definição tornado,

volúvel, facilmente contaminável pela pressão ou pela adulação, fácil, pasto de interesses particulares. O papel de tutela das Forças Armadas cumpre essa função e se fundamenta sobre o princípio supremo da subordinação da política à economia, sobre o acoplamento necessário de Estado e mercado. Essa tutela está instituída para o caso em que a mutável vontade de um eleitorado de massas pudesse vir a decidir sem restrições sobre todos os fins designados à sociedade.

Esta visão pessimista sobre a deliberação democrática com relação aos fins-valores de uma sociedade sempre esgrime, para se justificar, o exemplo da fascinação das massas pelo fascismo. É verdade que o ilimitado gera riscos, entre eles, que uma maioria aprove leis racistas. Mas é preciso optar entre esse risco e o esfriamento da política, que é a preparação da sua morte. O esfriamento da política é a consequência das neodemocracias ou “democracias protegidas”.

Ao contrário do que se pensa, tanta moderação obrigatória faz mal ao sistema de partidos. Primeiro porque não entusiasmo, segundo porque tanto acordo não é crível, terceiro porque há redundância demais, pouca identidade das forças em concorrência. Ante um sistema tão homogêneo, no qual se encontram os mesmos conteúdos atrás das etiquetas, a política parece ociosa. Como foi dito antes: irrelevante.

6. QUAIS ALTERNATIVAS?

Fins petrificados, “geológicos”, combinados com políticas tecnocráticas. O resultado é a irrelevância da política,

o tédio. É o tédio especialmente para aqueles que tentarem continuar propondo alternativas nas alturas, sem considerar a espessura da aistoricidade. Esta espessura é a de uma geleira.

A verossimilitude das alternativas políticas depende de condições, não do voluntarismo obstinado. Tem que se desfazer a espessura do iceberg. O triunfo do Chile tem que dar lugar à melancolia de constatar a descontinuidade do progresso, para que se torne reflexiva a soberba triunfalista das elites e da parte das massas engulosinadas com o consumo.

É preciso que decantem as experiências da sociedade, que se supere este longo período de surpresa pela feliz convivência entre uma sociedade neoliberal e um bloco governante social-cristão-socialdemocrata. É preciso que o tempo passe para que se compreenda que a crise da política é a resultante de uma crise larvada da sociedade, já que crescimento econômico não é a mesma coisa que desenvolvimento. Por não ser o mesmo, este crescimento sem desenvolvimento vai gerando travas acumulativas, contradições, disfuncionalidades que podem minar a própria estabilidade do crescimento e que vão criando condições para novos climas culturais. Não se deve pensar, de maneira tradicional, na germinação de uma crise que levaria a uma efervescência terminal. Mas é preciso olhar, sim, a decepção com atenção.

Não há, obviamente, sociedades aistóricas, o que há são atmosferas ideológicas de aistoricidade alicerçadas em elites dirigentes que conseguem manter em um nível nominal o grau da alternância política. As mudanças governamentais não transformam demais as coisas porque,

como é o caso do Chile Atual, instaurou-se um consenso neoliberal. Mas isso não significa que em outros níveis não exista historicidade.

De fato, em uma sociedade de aparência petrificada, porque está petrificada “nas alturas”, pode estar ocorrendo “uma renovação da sociedade pela renovação de seu tecido celular”³⁴. Esta ideia foi retomada dos clássicos socialistas utópicos por Guattari, com sua noção de “revoluções moleculares” e por Foucault, com sua noção de “ações setoriais”. Em ambos existe uma reivindicação do localizado em oposição ao total inalcançável.

Mesmo quando a historicidade global aparece congelada, há por baixo um oculto e lento trabalho de reconstrução do tecido social, de constituição de sujeitos. Até podemos dizer que o peso da atual neblina histórica indica a necessidade de buscar, no nível do local, um espaço de re-historização molecular. Como diz Buber, retomando uma ideia de Kropotkin: “...considero que o destino do gênero humano depende da possibilidade da comuna renascer das águas e do espírito da iminente transformação da sociedade”³⁵.

As ideias de Kropotkin, que Buber e outros como Fromm retomam, não guardam relação com a obsessão dos neoliberais por recluir a política no âmbito local do município. Estes últimos culminam ali a castração da cidadania “tradicional”: visando que as finalidades globais sejam instaladas para sempre, cria-se uma “cidadania we-

34. BUBER, Martín: CAMINOS DE... OP.CIT., p.6

35. IBID, p.199.

ek-end”, através da qual se pode incidir nas questões que afetam a vida local, sem – obviamente – elevar o olhar além. Internaliza-se a ideia de que é inútil e angustiante ir além, já que nessa busca só se encontram a distância e o nada que separa o cidadão comum do Estado.

Esta perspectiva do “cidadão week-end” não tem relação alguma com a ideia de uma “renovação da sociedade pela renovação do tecido celular”. Apesar do biologismo da metáfora, essa orientação busca a recriação de sujeitos que, a partir da particularidade, ou seja, de sua condição vivida e racionalizada, “trabalhada”, se autoproduzam como mediadores entre o particular e uma universalidade histórica, tornem-se capazes de ir criando progressivamente condições de globalização de sua experiência “comunal” ou, para usar outra linguagem, “conselhistas”.

Há ali uma forma frutífera e não cupular de pensar as alternativas de historicidade³⁶. Nela há que prestar atenção. O ar das alturas tem pouco oxigênio.

36. Essa é a perspectiva que Gabriel Salazar desenvolveu em alguns de seus trabalhos. Ver especialmente SALAZAR, Gabriel: “Municipio popular y construcción del Estado: El pesamiento de L.E. Recabarren”. Em “Revista de Sociología, Santiago, Chile, N° 6, 1995. Também “Tendencias transliberales del movimiento ciudadano en Chile (1973-1996). (Apuntes para una teoría del cambio histórico), Mimeo, Santiago, Chile, 1996.

Segredos da Concertação

RECORDAÇÕES PARA O FUTURO

CARLOS OMINAMI

RECONHECIMENTO ESPECIAL

Um garçom muito antigo do Palácio La Moneda respondeu, com a maior naturalidade, à consulta acerca de como era atender presidentes tão diferentes como Augusto Pinochet, Patricio Aylwin, Eduardo Frei, Ricardo Lagos ou Michelle Bachelet. De uma maneira que resume quase tudo, ele disse: “Os presidentes, é verdade, são todos muito diferentes, eles têm seus costumes e também suas manias, e a gente precisa aprender a conhecer cada um; é difícil, mas tem uma coisa que ajuda muito no nosso trabalho: os convidados são sempre os mesmos”.

Devo reconhecer que com aquele comentário do garçom do La Moneda, cujo nome ignoro, aprendi muito. A ele, meus sinceros agradecimentos.

O SALÃO DOS PRESIDENTES

Sou dos que pensam que os homens e as mulheres fazem a história de acordo com as circunstâncias que enfrentam, mas que, mais ou menos escassa conforme as circunstâncias, existe sempre certa autonomia para o exercício da vontade individual. Não acredito nos condicionamentos absolutos. O assunto é polêmico. Há quem privilegia a vontade dos líderes para violentar as circunstâncias presentes e criar outras novas. Outros apostam na ação das massas ou na intervenção das elites como elementos decisivos na configuração da história. As atuações individuais ficam assim reduzidas a determinações que resultam necessariamente dos contextos em que elas se produzem. Este debate não acabará jamais. Sempre haverá bons argumentos para exaltar a significação do ato individual ou a determinação das circunstâncias estruturais na forma em que nós, seres humanos, construímos nossa história. Afinal, em qualquer acontecimento histórico haverá uma parte de necessidade, outra de vontade e, provavelmente, algo de sorte ou acaso.

A forma de exercício das quatro presidências da Concertação que se sucederam no Chile durante os últimos vinte anos é uma clara demonstração de como estes elementos – necessidade, vontade e sorte – intervêm em proporções que podem, contudo, variar de maneira substancial.

AYLWIN: O JUSTO E BOM

Patricio Aylwin, primeiro presidente da transição que governou o Chile entre março de 1990 e março de 1994,

é a figura que, possivelmente, melhor ilustra o sentido de necessidade. Embora não tenha sido alguém que durante toda a sua trajetória tenha buscado com insistência tornar-se presidente, sua chegada a essa condição não foi casual. Era presidente do Partido Demócrata Cristão e, já antes do plebiscito de 1988, foi nomeado porta-voz do comando do “Não” e, depois, *primus inter pares*¹. Por outro lado, em sua intensa vida política, essencialmente como parlamentar, foi sobretudo um líder partidário que não evitava o choque ou a disputa. Assim, destacou-se em um período tão crucial da história do Chile como foi o governado por Salvador Allende, como um dos opositores mais inflamados e virulentos.

Tanto é assim que quando o seu nome já começava a surgir como possível candidato da oposição, Jaime Estévez, notório dirigente socialista da época, esteve a ponto de propor e provavelmente conseguir aprovar – no chamado Pleno de Schoenstatt do setor do Partido Socialista dirigido por Ricardo Núñez² – um voto que proibia o apoio do PS a qualquer dirigente que tivesse sido proclive ao golpe de Estado de 1973. Tivemos que dissuadir Estévez de fazer uma proposta desse tipo, que, com toda certeza, teria contado com um número significativo de adeptos e teria aberto uma discussão complexa e dolorosa porque, no final, os dirigentes democrata-cristãos que se posicionaram claramente contra o golpe formavam um grupo muito pequeno que deixou, aliás, testemunho público, através de uma conheci-

1. Primeiro entre os iguais.

2. De 20 a 22 de maio de 1987.

da declaração que valentemente deram a conhecer nos dias posteriores à derrocada de Salvador Allende³.

O Chile e a sua transição à democracia precisavam de uma liderança forte para enfrentar e subordinar Pinochet, mas ao mesmo tempo integradora, para iniciar a reconciliação de um país que a ditadura havia dividido em amigos e inimigos. Em contraste com essa imagem de dirigente um tanto áspero, Aylwin adquiriu a reputação de presidente justo e bom. Há aqui um bom exemplo de como a necessidade histórica molda certo tipo de comportamento, para além das características pessoais.

Aylwin foi um dirigente enérgico quando lhe correspondeu ser. Sabia mandar, mas gostava de escutar e assim o demonstrava. Em minha condição de ministro da Economia, tive a oportunidade de conhecê-lo e de compartilhar momentos de maior intimidade nas numerosas viagens em que me coube acompanhá-lo. Sempre me impressionou nele a amplitude, por assim dizer, de seu registro emocional, que vai da raiva infinita – que pelo menos a mim não deixou nunca de impressionar – que podia manifestar perante algo que considerava incorreto ou desleal, à tristeza da alma, com lágrimas incluídas, que podia ser causada pelo relato de alguma situação ligada às violações dos direitos humanos durante o regime militar.

Poderia narrar várias histórias que evidenciam ambas essas facetas. Vou me concentrar em uma que contém as

3. Bernardo Leighton, José Ignacio Palma, Renán Fuentealba, Fernando Sanhueza, Sergio Saavedra, Claudio Huepe, André Aylwin, Mariano Ruiz-Esquide, Jorge Cash, Jorge Dónoso, Belisario Velasco, Ignacio Balbontín e Florecio Ceballos.

duas dimensões. Um dos momentos estelares do Governo do presidente Aylwin produziu-se por ocasião do Relatório Rettig sobre Verdade e Reconciliação⁴. Comoveu o país ver seu presidente chorando e pedindo perdão em nome do Chile pelos crimes cometidos pelo Estado. Pinochet, comandante em chefe do Exército, estava furioso e pressionou por todos os meios a seu alcance, que não eram poucos, para que lhe permitissem entregar sua versão dos fatos. Solicitava algo inaceitável em uma democracia minimamente constituída: corrigir o seu superior, o presidente da república, constitucionalmente generalíssimo de todas as Forças Armadas. No final, conseguiu o que queria. Diante da possibilidade de que ele protagonizasse algum tipo de mobilização do Exército que pusesse o Governo em uma situação ainda mais difícil, optou-se por abrir-lhe um espaço no qual pudesse expressar, dentro da institucionalidade, seu ponto de vista particular sobre o que havia ocorrido no Chile. Convocou-se assim uma instância que ele mesmo havia estabelecido em sua própria Constituição: o Conselho de Segurança Nacional, do qual participavam, junto com o presidente da república, o presidente do Senado, o da Corte Suprema, o controlador geral da república, os comandantes em chefe do Exército,

4. O decreto supremo Nº 355, de 25 de abril de 1990, criou a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, cujo objetivo principal foi contribuir para o esclarecimento global da verdade sobre as mais graves violações dos direitos humanos cometidas entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, fosse no país ou no exterior, se estas últimas tiveram relação com o Estado do Chile ou com a vida política nacional. Ao cabo de nove meses de intenso trabalho, em 8 de fevereiro de 1991, a Comissão entregou ao presidente da república, Patricio Aylwin Azócar, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação. Nele se estabelece o recebimento de 3.550 denúncias, das quais se consideraram 2.296 como casos qualificados.

Armada e Força Aérea, e o diretor geral dos Carabineiros. Somente com direito à voz participavam os ministros do Interior, Relações Exteriores, Fazenda e Economia. Nesta última condição, correspondeu-me participar.

Eu havia conversado previamente com o presidente para manifestar que faria uso de meu direito a voz. Ele me informou que se limitaria a abrir a reunião e que depois guardaria silêncio, porque já havia se expressado publicamente perante a Nação ao receber o Relatório Rettig e não correspondia que o presidente se envolvesse em uma polêmica com o comandante em chefe de um ramo das Forças Armadas. Transmitiu-me muita força e energia quando me animou a que dissesse tudo o que tivesse que dizer.

A reunião aconteceu na quarta-feira 27 de março de 1991. Foi aberta por Aylwin dizendo algo puramente formal e inexato que procurava eludir o fato de que a convocatória respondia a uma exigência do antigo ditador. O cenário era a escura sala onde se celebram os Conselhos de Gabinete no Palácio La Moneda.

Do lado militar estava claro que a intervenção central seria a do comandante em chefe do Exército. Pinochet pediu a palavra e começou a ler parágrafos selecionados de um discurso que pronunciaria *in extenso*, algumas horas mais tarde, na Escola Militar, em uma cerimônia especialmente organizada para que ele explicasse ao país, e sobretudo aos seus, a razão histórica de todas as suas atuações.

A cena do ex-ditador soltando o verbo diante das principais autoridades do Estado era surrealista. Ele sentia que estava deixando um testemunho para a história. Sua inter-

venção era uma coleção de frases assassinas. Saboreava na boca especialmente aquelas palavras que faziam parte de citações textuais de Aylwin com críticas lapidárias ao Governo de Allende e a inevitabilidade de um pronunciamento das Forças Armadas. Aylwin recebia cada uma dessas frases como uma estocada. A raiva se desenhava com toda nitidez em seu rosto, a ponto de tornar irreconhecível o presidente justo e bom. Pinochet estava provocando, mas sobretudo estava humilhando. O ditador permitia-se lembrar que o acontecido não era obra do acaso e que alguns dos presentes tinham participação em sua gestação e que ele não havia sido nada além do executor de um propósito que o transcendia amplamente.

Dava para cortar o ar com uma faca de tanta tensão. Ao menos eu suava frio. Tinha decidido falar depois de Pinochet se os outros uniformizados não o fizessem. Enquanto o escutava, tomava coragem dando rosto às violações aos direitos humanos, que eram o tema da reunião. Da mesma forma, surgiam-me dúvidas; meus medos faziam-se presentes. E o que aconteceria se Pinochet não aceitasse que um sobrevivente da sua repressão tentasse contradizê-lo? Quantas vezes ele havia recebido uma acusação em sua própria cara? Ele suportaria isso? Poderia criar com meu gesto uma situação delicada para a transição que todos estávamos empurrando juntos para levar adiante?

Eu estava vendo tudo embaçado. Era um estranho desígnio aquele que me levava a estar sentado ali na cúpula da república. Não era a oportunidade que eu tinha estado buscando por anos. Minha intervenção foi quase uma improvisação. Para não dar espaço a uma eventual réplica, não

falei de mim, mas do meu pai, que era, como ele, um homem de armas. Conteí das torturas que seus próprios companheiros lhe haviam infligido e refutei seu principal argumento sobre que no Chile viveu-se uma guerra e que nelas sempre se cometem excessos. Citando o meu pai, disse-lhe que no Chile não tinha havido nenhuma guerra e que, além disso, ele sabia que a guerra também tinha suas regras e que no Chile nenhuma delas fora respeitada. Enquanto falava, sentia que ele me olhava com estranheza, como que se perguntando de onde teria saído este espécime raro que se atrevia a encará-lo. Terminei de falar e quase imediatamente levantou-se a sessão. Lembro de que o general Matthei, comandante em chefe da FACH (Força Aérea do Chile), me deu um aperto de mão ou eu o senti assim. Não tenho lembrança de que algum dos ministros tenha se aproximado para me dizer qualquer coisa. Estavam todos pálidos.

Logo depois de terminada a reunião, tocou meu telefone. Era o presidente Aylwin ligando para agradecer por eu ter sido a sua voz em um momento em que a sua estava silenciada. Convidou-me para tomar chá em La Moneda. Compartilhamos muitas lembranças e juntos derramamos algumas lágrimas de emoção que nos permitiram aliviar as tensões vividas durante a jornada.

Com razão, são reconhecidos muitos dos méritos de Aylwin. Foi um presidente que encarnou bem a necessidade de reconciliar os chilenos ou, pelo menos, superar as divisões mais odiosas do passado. Sua tese de que a anistia só podia ser aplicada uma vez investigados os fatos e que o desaparecimento de pessoas constitui um delito de execução permanente e, portanto, não é anistiável, criou um

quadro inteiramente novo em matéria jurídica, o que possibilitou o desenvolvimento de um conjunto de processos que permitiram progressos substanciais em matéria de verdade e também no plano da justiça. Isto tornou possível avançar mais do que ele mesmo sugeria quando insistia na necessidade de garantir justiça na medida do possível.

Uma virtude importante desse Governo foi constituir certo equilíbrio em sua relação com o mundo empresarial e o mundo do trabalho. Foi provavelmente o Governo que manteve a interlocução mais fluida com os sindicatos e deliberadamente situou a relação com o setor empresarial em um contexto de grande sobriedade. Era frequente ouvir grandes empresários do país reclamando pela falta de interlocução direta com o presidente. Aylwin não se importava com essas críticas.

Nas condições do Chile, com governos de coalizão, o presidente da república tem, em teoria, que desempenhar três funções simultaneamente: chefe de Estado, chefe de Governo e líder da coalizão. Aylwin foi ativo nos três planos, mas com uma particularidade importante: teve capacidade de delegar em sua equipe política e em sua equipe econômica parte importante da gestão cotidiana do Governo. Isto deu eficiência e dinamismo a seu Governo, ao passo que permitiu ao Presidente concentrar-se nas tarefas fundamentais do Estado.

Os pontos mais fracos situaram-se na política de meios de comunicação e a má negociação do novo Estatuto da Televisão Pública, que a condenou ao autofinanciamento e por esse caminho privou o Estado, e não simplesmente o Governo, da possibilidade de contar com um meio de comu-

nicação poderoso que garantisse um verdadeiro pluralismo político, ideológico e cultural.

Também do lado dos passivos, embora não tenha conseguido tomar grande impulso, é preciso situar a tentativa de buscar alguma forma de ponto final para os processos contra os militares por violações aos direitos humanos. Iniciativa estranha na lógica do que havia sido seu Governo e que foi rapidamente abortada.

A melhor demonstração do sucesso deste Governo foi a facilidade com que garantiu sua sucessão. Dotado de um alto nível de aprovação, Aylwin estava em condições de transferir a faixa presidencial a quem a Concertação designasse como seu defensor. A oposição não era uma alternativa e sabia disso. Encontrava-se ainda muito próxima a participação de muitos de seus principais expoentes no regime militar. Seu candidato, o ex-senador Arturo Alessandri Besa, acabou fazendo campanha praticamente sozinho. Conscientes de sua derrota certa, os partidos da direita o deixaram abandonado à sua própria sorte. Do mesmo modo, os candidatos a parlamentares que supostamente deviam articular suas respectivas campanhas com a presidencial, acabaram agindo por sua conta. A candidatura presidencial era um fardo pesado demais para levar nas costas.

FREI OU A SUCESSÃO GARANTIDA

A eleição presidencial de 93 constituiu um caso muito especial. Diferentemente da norma geral que estabelece que toda definição, especialmente presidencial, é uma dis-

puta pela mudança, esta foi uma eleição claramente marcada pela continuidade. Eduardo Frei Ruiz-Tagle, candidato único da Concertação, foi eleito presidente por uma esmagadora maioria de 58% dos votos, em dezembro de 1993. Sua principal mensagem consistia em, simplesmente, apresentar-se como o sucessor de Aylwin.

Contudo, seu Governo tinha que ser diferente. O país começava a se normalizar e precisava de outras ênfases à altura das novas reivindicações que iam surgindo na população. As reformas modernizadoras vinculadas à tarefa do desenvolvimento deviam, progressivamente, ocupar o espaço privilegiado que os direitos humanos e a normalização institucional haviam tido no centro da agenda durante o Governo anterior.

Frei fez uma grande eleição, mas o seu Governo teve um péssimo começo. O modelo de gestão de La Moneda compreendia um comitê político constituído por personalidades fortes dos partidos. O caso mais emblemático foi a indicação de Germán Correa, presidente do Partido Socialista, como ministro do Interior e, em teoria, chefe de gabinete. A aposta respondia a uma necessidade objetiva: associar mais estreitamente os partidos ao trabalho governamental. O esquema naufragou rapidamente. Entre o presidente e o chefe de gabinete a comunicação era mínima, chegando a ser praticamente inexistente nos últimos dias dessa curta experiência de seis meses. O desenho teórico não tinha nada que ver com a estrutura do poder real, o qual recaía no chamado “círculo de ferro”, que constituía um pequeno grupo de dirigentes democrata-cristãos

que haviam estabelecido uma estreita relação com Frei Ruiz-Tagle, como Genaro Arriagada, ou que inclusive haviam sido colaboradores de seu pai, como os casos de Raúl Troncoso e Carlos Figueroa⁵. O conflito entre poder real e formal não demorou em aparecer. A remoção de Germán Correa, em setembro de 1994, e a mudança correspondente de gabinete significaram o fim desse modelo de gestão com maior influência partidária. Foi inclusive um fim que teve elementos de humilhação, pelo fato de que a remoção de Germán Correa apareceu como complemento intempestiva por acontecer no dia seguinte de sua aparição com o presidente da república nas celebrações da Independência e das Glórias do Exército.

Na história das relações entre os partidos da Concertação e seus governos, este foi um episódio grave que demonstraria, de alguma forma, a dificuldade dos líderes partidários de assumirem eficazmente as tarefas governamentais, e contribuiu para acelerar a degradação da percepção dos cidadãos com relação ao papel dos partidos políticos.

As avaliações do Governo de Frei Ruiz-Tagle tradicionalmente são feitas considerando dois subperíodos. O primeiro vai até a explosão da crise asiática, por volta do final de 1997, e caracteriza-se pela manutenção do dinamismo econômico e um importante desenvolvimento das infraestruturas públicas. É também o período em que se aprova a reforma processual que abre caminho para o sistema oral

5. Círculo que também se denominou “a troika”. Ver Drake, Paul; Jaksic, Iván (comps.). El modelo chileno: Democracia y desarrollo en los noventa. Santiago: Lom Ediciones, 1999.

e que está significando um importante melhoramento no funcionamento da justiça no Chile.

Os dois últimos anos, por outro lado, são marcados pela crise econômica que o Governo e o Banco Central administraram muito mal. O Governo começou negando sua existência, argumentando que a economia chilena era suficientemente robusta para enfrentar essa crise sem maiores sobressaltos. O diagnóstico foi completamente equivocado. O ministério da Fazenda começou a perder o controle da situação e a economia acabou sofrendo um ajuste desmedido, produto do nível exorbitante ao qual chegaram as taxas de juros impulsionadas pelo Banco Central. Poucos meses antes de que expirasse o mandato presidencial e ainda em plena crise, Eduardo Aninat, ministro da Fazenda, emigrou para Washington a fim de assumir um alto cargo no Fundo Monetário Internacional.

A herança que Aylwin deixou para Frei permitiu-lhe uma eleição ressonante, mas Lagos não teve a mesma sorte. A campanha de 1990 deu-se em um quadro de crise aguda, com um forte aumento do desemprego, que superou a casa dos 10%, e um crescimento negativo da economia, fenômeno que não era visto desde o início dos anos oitenta.

Na realidade, as dificuldades da Concertação haviam começado a se evidenciar antes. A eleição parlamentar de dezembro de 1997 já dera um primeiro sinal de alarme com a perda de cerca de um milhão de votos. Era o momento para ter produzido uma retificação profunda, mas a oportunidade não foi aproveitada. A marca mais técnica do que política que Frei tentou imprimir em seu Governo

tornava difícil adotar este tipo de decisão. O presidente Frei, engenheiro de profissão, aparecia programado para um certo tipo de gestão, na qual a dimensão política não era a mais relevante. Apesar disso, teve que tomar decisões políticas muito gravitantes, como definir a posição do Governo chileno em relação à detenção de Pinochet em Londres em 16 de outubro de 1998⁶.

No passivo do Governo de Frei Ruiz-Tagle ficará a má administração da crise econômica, o início da degradação dos partidos e o declínio da Concertação como expressão da maioria social e política do povo do Chile. A seu ativo devem ser imputados a reforma processual penal e um importante salto em matéria de infraestrutura pública, especialmente estradas.

O Governo de Aylwin, de apenas quatro anos, pareceu curto, e a épica do começo da transição permitiu não se ocupar dos problemas que afetavam o sistema político. Com sua experiência e trajetória, Aylwin manteve um diálogo político permanente com os partidos, o que não significava renunciar à condição suprapartidária que os próprios partidos lhe haviam conferido. Poderíamos recriminá-lo porque, apesar de ter afirmado em todos os tons a sua crítica ao presidencialismo exacerbado e a sua preferência por um regime semipresidencial, acabou se acomodando ao primeiro. Sua atitude admite, contudo, uma defesa de peso. Com o posto de comandância em chefe do Exército, no qual Pinochet se entrincheirou, este dispunha de uma força considerável, à qual se somavam os enclaves

6. Referimo-nos a este episódio no capítulo 7.

autoritários presentes na Constituição e o nada desprezível 43% obtido no plebiscito de 1988. Para enfrentá-lo era indispensável contar com um presidente forte, dotado do máximo de poderes e faculdades compatíveis com um Estado de Direito. A questão da mudança de regime devia, em consequência, ser adiada.

Este argumento se enfraquece no Governo de Frei. Em março de 1998, Pinochet deve abandonar a comandância em chefe e assumir como senador vitalício. Seu poder entrava definitivamente no ocaso. A reforma política começava a ter mais espaço, mas Frei não se decidiu nunca a empreender uma iniciativa importante nesse âmbito. Entregou o Governo com baixo nível de aprovação e muitos acabaram pondo em dúvida sua idoneidade para o exercício do cargo. Não restam dúvidas de que ser filho de Frei Montalva lhe abriu possibilidades que, de outra maneira, não teriam se apresentado, mas o que não se pode negar é que obteve a nomeação como candidato único da Concertação em umas primárias nas quais votaram mais de quatrocentos mil cidadãos, derrotando nessa oportunidade, por uma margem superior a 60%, um temível oponente: Ricardo Lagos Escobar.

A primária de 1993 não deixou feridas incuráveis, a ponto de Ricardo Lagos ser nomeado ministro de Obras Públicas no primeiro gabinete de Frei Ruiz-Tagle. A decisão não foi fácil, já que Lagos aspirava a ser chanceler do Chile. Não o pôde ser, apesar de ter todas as condições para isso. Genaro Arriagada, colaborador próximo de Frei e ministro secretário-geral da presidência, desenvolveu a

tese, um tanto peregrina mas eficaz para o propósito de bloquear Lagos, de que os presidenciaíveis não podiam ocupar as carteiras ministeriais de maior visibilidade, entre as quais se incluía a de Relações Exteriores.

É verdade que o presidente Frei não teve uma grande preocupação com o estado dos partidos políticos e o fortalecimento da Concertação. Mas, para ser rigorosos, é preciso dizer que, quando foi preciso, tomou uma decisão transcendente que evitou a quebra da coalizão. Fui testemunha e parcialmente protagonista do fato, razão pela qual, posso falar com muita propriedade. Na quinta-feira, 29 de dezembro de 1994, cheguei à minha casa na praia, chegando do Congresso em Valparaíso e, para minha surpresa, encontrei um carabineiro que estava me esperando. Meu celular não estava funcionando. Ele trazia uma mensagem do ministro Lagos para que eu me comunicasse urgentemente com ele. Assim o fiz. Ele me explicou que tinha se criado uma grave situação porque o estavam obrigando a assinar, como ministro de Obras Públicas, um decreto que autorizava a construção de uma prisão especial para militares condenados por violações aos direitos humanos. Tratava-se, obviamente, de uma prisão com alguns privilégios e La Moneda procurava impingir a Lagos a responsabilidade de uma decisão claramente impopular, especialmente no mundo da esquerda. A equipe política forçou a mão e cominou a Lagos assinar o decreto correspondente, do contrário, devia se ater às consequências e apresentar sua renúncia. Quando nos falamos por telefone, Lagos estava virtualmente entrincheirado em seu escritório e a qualquer momento

o presidente apresentaria sua renúncia. Enquanto o escutava, pensava em todas as repercussões que a saída de Lagos podia trazer consigo. Seria uma renúncia na defesa de princípios que potencializariam o prestígio de que já gozava entre a cidadania. O Governo ficaria em uma posição desconfortável, embora contasse com o apoio do Partido Socialista, presidido já por Camilo Escalona, e José Miguel Insulza, ministro das Relações Exteriores, tinha se oferecido para substituí-lo.

Depois de analisar os diferentes cenários, perguntei diretamente se ele me autorizava a operar junto ao presidente Frei para evitar sua saída precipitada do gabinete. Com o seu consentimento, reuni-me no dia seguinte com o presidente na cidade de Concón, após uma cerimônia de entrega de moradias populares. A imprensa estava muito atenta. O impasse era de conhecimento público e todos esperavam seu desenlace. Fui direto ao ponto. Disse ao presidente que Lagos não queria precipitar uma crise e que se ela não fosse evitada poderia ter consequências mais graves do que o esperado. Trocamos algumas ideias a respeito de como sair da situação. Ele não disse muitas palavras, mas as suficientes para dar o incidente como superado. O Governo não insistiria em resolver o problema da prisão especial via decreto, mas colocaria o Parlamento diante de suas responsabilidades enviando um projeto de lei sobre a questão. Seria o conjunto do sistema político e não um ministro em particular quem assumiria os custos da iniciativa. Em todo caso, o projeto ingressaria no Congresso com a assinatura dos ministros do Interior, Defesa e

Justiça, mas também o de Obras Públicas. A iniciativa foi aprovada quase por unanimidade e deu lugar à construção da penitenciária chamada Punta Peuco, na qual Manuel Contreras, o chefe da DINA, a temida polícia política que operou nos primeiros anos da ditadura, purga na atualidade sua sentença de prisão perpétua.

LAGOS OU A VONTADE DE SER

Ricardo Lagos Escobar encarna, como ninguém, a vontade de ser. Não restam dúvidas de que desde pequeno rondou por sua cabeça a ideia de ser presidente. Eu o conheci mais pessoalmente em 1982, em ocasião do Encontro de Chantilly, onde iniciamos uma relação de trabalho que se aprofundaria com o passar do tempo. Já nas conversas dessa época, intuí que, por suas capacidades e sua vontade, era alguém que fora convocado a jogar um papel de primeira ordem e que certamente, em algum momento, chegaria a ser presidente do Chile.

Testemunhei e fui também ator privilegiado do processo que culminou com sua vitória presidencial em janeiro de 2000. Foram longos anos de trabalho e preparação, onde houve de tudo menos acaso ou improvisado. Todos os julgamentos que eu possa emitir agora, tive a oportunidade de conversar e discutir com ele em diferentes períodos de uma longa história de trabalho em comum. Se são julgamentos mais severos do que os relativos a outros presidentes, isto obedece a uma razão simples e compreensível: minhas expectativas eram maiores.

Começo por afirmar que ele teve um grande desempenho em um âmbito que constitui um intangível, mas cujo valor é transcendental: a respeitabilidade republicana. Lagos herdou um país em crise, com uma autoridade política erodida. Combinando medidas específicas com gestos simbólicos, seu Governo foi o da consolidação do poder civil sobre a autoridade militar. Com Lagos selou-se o reencontro histórico entre civis e militares. A celebração dos trinta anos da morte de Allende e a abertura de Morandé 80⁷ foram a oportunidade de uma reafirmação republicana que contribuiu poderosamente para fechar feridas do passado.

O Governo de Lagos fez muitas outras coisas. Deu vigorosa continuidade ao desenvolvimento da infraestrutura, impulsionou uma reforma da saúde que outorgou direitos aos usuários e dotou de grande brilho a imagem internacional do Chile. Neste plano, o momento estelar do Chile e do presidente Lagos produziu-se na ocasião da votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a autorização solicitada pelos EUA para invadir o Iraque por sua suposta posse de armas de destruição em massa. O Chile fazia parte dos membros não permanentes do Conselho e devia, portanto, definir sua posição a respeito. Conheço bem a história sobre como foi adotada a decisão de não respaldar a solicitação norte-americana. Nunca antes um presidente do Chile tinha sido tão solicitado: pelo presidente Bush, pelo presidente Chirac, pelo

7. Morandé 80 é a pequena porta que, antes do golpe, os presidentes do Chile utilizavam para acessar o palácio presidencial de maneira sóbria, sem honras militares. Era um símbolo republicano.

primeiro ministro Tony Blair, pelo secretário de Estado Colin Powell e a lista continua. As pressões eram ferozes. O Chile estava prestes a encerrar a negociação de um Tratado de Livre Comércio com os EUA e muitos viam que uma eventual rejeição do Chile à posição norte-americana hipotecaria o sucesso deste acordo estratégico para o nosso país. A chanceler Soledad Alvear era claramente favorável a um alinhamento em torno do requerimento do presidente Bush. O influente ex-senador Boeninger chamava os que, como eu, tinham uma posição contrária a simplesmente olharem o mapa e assumirem com um mínimo de realismo nossa localização no mundo e atuássemos em consequência. O presidente Lagos era, certamente, o ponto de chegada de todas as pressões e, como é compreensível, ele hesitava. Temia que as potências que eram formalmente contra a intervenção, encabeçadas pela França, utilizassem países como o nosso como arma de negociação e que, no final, se abstivessem, deixando-nos sozinhos com a bomba na mão. Discutimos energicamente sobre este ponto. Garanti ao presidente que conhecia bem a França, que tinha vivido dez anos nesse país e que tinha certeza de que o Governo do presidente Chirac estava sustentando uma posição de princípio. Essa análise era compartilhada por Juan Gabriel Valdés, embaixador do Chile ante as Nações Unidas, que, com as limitações de seu cargo, jogou um importante papel para tornar possível a negativa do Chile em relação à demanda dos Estados Unidos.

O tempo urgia. Eu sentia que se o Chile capitulasse um dano irreparável seria infligido ao nosso prestígio como

país soberano. Um alinhamento desse tipo teria graves consequências no interior da coalizão. Pessoalmente, não estava disposto a continuar fazendo parte de um bloco sem a mínima capacidade de independência em matéria de política internacional. Compartilhávamos essa análise com os ex-senadores Jaime Gazmuri e Ricardo Núñez. Propusemo-nos então apostar tudo para incidir positivamente na decisão. Pedimos uma reunião urgente ao presidente, quem nos convidou para almoçar. Com palavras amigáveis, mas de forma enérgica, fizemos com que ele visse que se a opinião da chancelaria primasse, não contaria conosco para defender essa posição e que, mais ainda, soubesse de antemão que nos encontraria entre seus principais contraditores. Com muita rapidez, ele se deu conta de que era sério, e sem que se passasse muito tempo nos adiantou que saberia defender a independência do Chile “contra vento e maré”. Em pouco tempo as dúvidas haviam se dissipado e das hesitações iniciais passou-se a uma posição nítida de rechaço à beligerância norte-americana.

O final da história é conhecido. Nos balanços que o próprio presidente Lagos faz de seu Governo, nunca esquece de assinalar a defesa, nessa ocasião, da independência do Chile, entre suas maiores conquistas. Ao ouvi-lo, pela primeira vez, não pude disfarçar um sorriso.

Lagos também foi um grande exemplo de luta contra a adversidade e mostrou uma formidável capacidade de recuperação. Vivi muito de perto o pior momento de seu Governo. Em fevereiro de 2003, ele me convidou para acompanhá-lo em sua viagem ao Japão. Intensificavam-se

as críticas e o que a imprensa batizou como o escândalo MOP-GATE⁸ dominava a agenda. Não se falava em outra coisa. O ex-ministro Carlos Cruz estava preso. Analistas mal-intencionados se perguntavam se Lagos conseguiria terminar seu mandato.

Iniciamos, numa tarde quente de fevereiro, o périplo que depois de mais de trinta e tantas horas de viagem e cinco escalas nos levaria finalmente a Tokio. Conversamos longas horas sozinhos no compartimento presidencial. Conteí a ele que, antes de subir no avião, tinha ido à prisão para ver Carlos Cruz. Disse que estava muito triste e que definitivamente não entendia como o tremendo esforço realizado para que o país desse um grande salto adiante em sua infraestrutura estava terminando com ele preso e o Governo assediado pelos quatro cantos. Em algum momento da conversa, Lagos fraquejou e, com lágrimas nos olhos, perguntou-se como tínhamos podido chegar a esta situação. Foi comovedor. Saímos de nossa tristeza reafirmando nossa absoluta certeza na honestidade de Carlos Cruz e nossa disposição a demonstrá-la onde fosse necessário. O que tínhamos pela frente continuaria sendo muito difícil, mas não nos curvaríamos.

O tempo começou a jogar a nosso favor. A economia foi se recuperando, Carlos saiu da prisão e a curva de popularidade de Lagos subiu a níveis surpreendentes. Ao finalizar o Governo, o reconhecimento por parte da cidadania, que

8. O chamado caso MOP-GATE estourou no ministério de Obras Públicas em função de diversas denúncias de desvio de recursos públicos para o pagamento de bônus e campanhas políticas. O processo ainda tramita nos tribunais de justiça.

tinha sido esquivo, manifestou-se com vigor. Lagos não apenas terminava o seu período, como o fazia rodeado de uma simpatia popular que há tempos não se sentia.

Embora tenha se preparado por décadas para ser presidente, Lagos também teve que fazer sua aprendizagem. No começo de seu Governo, tendeu a concentrar excessivamente nele mesmo todas as funções mais relevantes. Tinha dificuldades para delegar. Seus conhecimentos em todos os âmbitos o levavam de um modo quase natural a atuar como chefe de gabinete, ministro de Relações Exteriores, Fazenda ou Obras Públicas. Isto era fator de ineficiência, já que inibia a tomada de decisões no plano ministerial. Demorou muito para decidir-se a delegar. Finalmente o fez, consagrando José Miguel Insulza como chefe de gabinete e respaldando amplamente a Nicolás Eyzaguirre como ministro da Fazenda. Por mais capaz que fosse, não podia cumprir simultaneamente a tarefa de chefe de Estado e chefe de Governo e, ao mesmo tempo, compatibilizar essas funções com a direção da coalizão. Esta decisão contribuiu para melhorar significativamente a qualidade da gestão do Governo e, muito especialmente, sua capacidade de antecipar e conduzir a crise e as explosões sociais.

Durante esse período tive muitas discussões com o Governo e com o presidente. Nem todas eram relevantes, várias ficaram ali esquecidas por não serem transcendentes. Mantenho, sim, três grandes críticas em planos que considero fundamentais. A primeira diz respeito à condução econômica. É evidente que na vida existem muitas circunstâncias nas quais somos obrigados a passar por provas.

Mas é absurdo voltar a passar por elas quando já fomos aprovados com sucesso. Nós tínhamos sido aprovados no início, durante o Governo do presidente Aylwin, razão pela qual não era necessário voltar a começar. Não era preciso sermos mais papistas que o Papa. Não era necessário irmos com boa parte do gabinete para passar periodicamente por provas perante a cúpula empresarial no Centro de Estudos Públicos (CEP)⁹. Ainda que soe forte afirmar isso, no Governo de Lagos consolidou-se uma deriva neoliberal que vinha se manifestando desde o Governo anterior e cuja expressão maior havia sido a privatização da maioria das empresas da área da saúde. O assunto é extenso. Ponhamos dois exemplos para afirmar a argumentação. Embora o lema de sua campanha fosse “Crescer com igualdade”, já nessa instância renunciou-se à ideia de uma reforma tributária, indispensável para avançar nessa direção. A ideia da reforma foi substituída por uma proposta muito mais modesta de um plano de luta contra a sonegação e a elisão fiscal. É verdade, a economia não se recuperara ainda da crise asiática, mas tinha seis anos pela frente para fazer uma reforma tributária que, todos sabemos, era essencial para avançar mais substancialmente no combate contra a desigualdade. A reforma não foi feita e, o que é ainda mais grave, abriu caminho para uma pequena contrarreforma que consistia em diminuir a taxa marginal do imposto de renda das pessoas, que durante o Governo de Aylwin tinha sido elevada para 45%. Foi apenas no último minuto, e

9. O CEP é o principal think tank do mundo empresarial chileno.

depois de uma forte pressão, que o Governo concordou em compensar a redução da taxa marginal de 45% para 43% com um aumento de um ponto no imposto sobre os lucros das empresas, o que passou de 16% para 17%.

Outra decisão de grande conteúdo simbólico e significação prática foi a relacionada à composição do Conselho do Banco Central. No ordenamento chileno, os conselheiros do Banco Central são ratificados pelo Senado, após serem propostos pelo presidente. Em maio de 2003, correspondia eleger um novo conselheiro. Na Concertação existia unanimidade para votar em Ricardo Ffrench-Davis, economista de grande prestígio e sustentador de uma linha heterodoxa, apesar de ser graduado pela Universidade de Chicago. Sua nomeação tinha também uma dimensão reparadora, já que ele poderia ter sido integrante do primeiro Conselho do banco que, por disposição legal, teve que ser instalado sendo ainda Augusto Pinochet o presidente da República. Ricardo Ffrench-Davis não tinha aceitado uma nomeação que levasse a assinatura do ditador. Junto com Sergio Bitar, ex-ministro e ex-senador, assumi com força a opção por Ffrench-Davis. Rapidamente constatamos que o ministro da Fazenda não compartilhava um ponto de vista que nos parecia da maior relevância. Fomos falar diretamente com o presidente, convencidos de que se somássemos forças, sendo dois senadores de estreita relação com ele, teríamos sucesso em nosso empenho. Nosso principal argumento era que Ffrench-Davis significaria impor um olhar diferente em um Conselho extraordinariamente conservador. Nossa surpresa foi grande ao ver que o pre-

sidente acolhia o argumento, mas dando-lhe uma conotação claramente negativa. Ffrench-Davis seria um fator de conflito em uma instância muito delicada. Os dias se passaram e o Governo resolveu submeter à aprovação do Congresso a nomeação de Vittorio Corbo, economista de prestígio, mas de orientação claramente conservadora. O presidente Lagos chegou até a proclamá-lo como o melhor economista do Chile. A direita o apoiou com entusiasmo no Senado. A reparação a Ffrench-Davis teve que continuar esperando. A hegemonia neoliberal não podia ser ameaçada.

Uma segunda crítica tem relação com o acomodamento a um regime ultrapresidencial, reconhecidamente daninho para a política e a democracia. Lagos fez parte dos acordos dos oitenta que apontavam na direção de dotar o país de um sistema semipresidencial que tivesse como referência a experiência da França, onde o presidente da república mantém um poder indiscutível em matéria de defesa e relações internacionais, mas delega ao primeiro ministro, chefe da maioria parlamentar, a direção cotidiana do Governo. Tendo já desaparecido politicamente a figura de Pinochet, não existiam razões para não avançar nessa direção. Contudo, a convicção dos oitenta foi se dissipando. O pacote de reformas constitucionais que foi aprovado durante o mandato de Lagos consolidou o presidencialismo exacerbado que nos caracteriza. E, em um gesto que provavelmente ele mesmo deve considerar um erro, estampou sua assinatura na Constituição de 1980, procurando significar que, por essa via, o país adotava

uma nova Constituição. Sabemos, entretanto, que por seus conteúdos básicos e sua ilegitimidade de origem, essa Constituição é irreformável. Prova disso é o fato de que as três candidaturas de centro-esquerda que concorreram no ano de 2009 incorporaram em seus respectivos programas a necessidade de uma nova Constituição¹⁰. Em sentido contrário, o Governo de Lagos foi claramente o mais presidencialista. Tive a oportunidade de lhe mostrar a necessidade de avançar para um regime semipresidencial em um ato de aniversário da Fundação Chile 21, no ano de 2003. Meio brincando meio sério, ele me respondeu com grande espontaneidade: “Depois de mim”.

Minha terceira crítica refere-se à falta de vontade para avançar na criação de uma força política progressista. A necessidade de contar com ela era e continua sendo premente. Sua existência era indispensável para dar uma maior profundidade ao processo de mudança e constituir uma sólida barragem para conter a ofensiva neoliberal. Os resultados de sua ausência estão à vista.

As condições para ter avançado nessa direção existiram. No final do Governo de Frei, o PS, o PPD e o PRSD convergiram no apoio a Ricardo Lagos Escobar como candidato à presidência do Chile. De sua parte, a Democracia Cristã levantou a candidatura do senador Andrés Zaldívar. O acordo da Concertação estabelecia a realização de primárias para dirimir a candidatura única da coalizão. Dela

10. No texto Bases programáticas para un nuevo consenso progresista, editado pelas fundações Heinrich Boll, Chile 21 e Friedrich Ebert, apresenta-se uma análise das convergências programáticas entre as candidaturas de Jorge Arrate, Eduardo Frei e Marco Enríquez-Ominami, Santiago, 2010.

podiam participar todos os cidadãos e cidadãs inscritos nos registros eleitorais, com a única exceção dos militantes de partidos que não faziam parte da Concertação.

A mobilização cidadã que se desenvolveu a partir das primárias foi excepcional. Depois de sua saída do gabinete em 1º de agosto de 1998, Lagos dedicou-se a percorrer até os últimos rincões do país. Os militantes dos três partidos que o apoiavam mobilizaram-se como havia muito tempo não faziam. Milhares de militantes independentes se incorporaram ao chamado. Foram organizados, nos mais diversos lugares, diálogos cidadãos que permitiram aos diferentes setores expressar suas inquietudes e insatisfações. Além disso, foram organizadas uma infinidade de praças cívicas nas quais se desenvolviam todo tipo de atividades para somar apoios à candidatura de Lagos. A convocatória era ambiciosa. Nossa promessa era nem mais nem menos “Amanhã será outro Chile!”. Impunha-se a linha da mudança, desta vez, claramente acima da linha de continuidade.

As pessoas acreditaram em nós. Mais de 1,4 milhões de pessoas votaram nas primárias de maio de 1999. Tudo isto de forma voluntária, em umas eleições organizadas por nós mesmos. A direita estava esmorecida. Com esta gigantesca mobilização cidadã, a Concertação tomava inteiramente o espaço político, dando de passagem uma boa lição de democracia e participação.

No domingo, 30 de maio, contaram-se os votos. Por volta das oito e meia da noite, recebi a ligação do ex-ministro Patricio Rojas, chefe de campanha de Andrés Zaldívar, pedindo que não continuássemos com a contagem, que a

vitória de Lagos era indiscutível e que ajustássemos os detalhes para que o candidato derrotado comparecesse para parabenizar por sua vitória a quem não tínhamos nenhuma dúvida de que seria o futuro presidente do Chile. Detivemos a contagem quando Lagos superava 60% das preferências.

A campanha não tinha estado isenta de asperezas. Um grupo de deputados democrata-cristãos definiu-se como “caça Lagos” e envolveu-se em uma crítica sistemática e odiosa. Patricio Rojas, que fora titular da carteira de Defesa, tentou inclusive uma mobilização em massa dos uniformizados aposentados para deter o perigo esquerdista. Nada deu certo, o impulso que sustentava a opção de Lagos era imparável. Era muito forte o sentimento do povo concertacionista no sentido de gerar uma inflexão, de produzir uma mudança depois de quase dez anos de transição.

Por volta das dez da noite, Lagos e Zaldívar fundiam-se em um forte abraço. Estávamos perto de chegar ao topo. A popularidade de Lagos estava no máximo, o entusiasmo tinha renascido. Joaquín Lavín, o candidato da direita, aparecia como uma figura pequena, sem capacidade de travar uma batalha efetiva. Era o momento de consolidar a mudança que tinha sido produzida no ânimo e na correlação de forças na Concertação. Era chegada a hora de avançar em direção à constituição de uma grande força progressista que cumprisse com as expectativas geradas pelo processo que se iniciava. Contudo, uma lógica diferente foi imposta. A questão crucial da construção de uma força política foi adiada sem prazo e a campanha presidencial perdeu o impulso desenvolvido durante as primárias.

Terminadas as primárias e no meio de um descanso obrigatório, fomos com Lagos a um encontro da Internacional Socialista em Buenos Aires. Ele foi aclamado como grande líder e apresentado como o garantido futuro presidente do Chile e primeiro presidente socialista depois da morte de Salvador Allende. Era, na realidade, uma tamanha responsabilidade. Lagos estava, em todo caso, radiante. Acredito que foi a vez em que o vi mais contente. Já recebia tratamento de presidente, sem ter nenhuma das responsabilidades da função.

Mas daí em diante tudo começa a ficar mais difícil. Em vez de projetar a ganhadora campanha das primárias na eleição presidencial, esta é paralisada e colocam a necessidade de uma campanha inteiramente diferente. As pressões da Democracia Cristã apontaram forte nessa direção. Desapareceu o “Amanhã será outro Chile!”. Diante da crítica da direita contra a esquerda e o socialismo, Lagos insistia muito em que ele se situava na continuidade com Aylwin e Frei. A solução era paradoxal. Tínhamos ganhado a candidatura da Concertação com um compromisso pela mudança e éramos pressionados para que o substituíssemos por um discurso conservador. Tudo isto em momentos em que a economia começava a perder velocidade, produto da crise asiática. Era impressionante ver como, à medida que aumentava o desemprego, Lavín crescia e Lagos estancava. Tudo isto praticamente dia a dia.

A condução da campanha presidencial ficou formalmente encabeçada por Genaro Arriagada, ex-ministro do presidente Frei. Ficou sob minha responsabilidade a área

das comunicações, em conjunto com Carlos Figueroa, também ex-secretário de Estado de Frei. Era uma situação curiosa. Procurava-se apresentar a imagem que a direção da campanha recaía nos derrotados das primárias como forma de dar a eles garantias e integrá-los ao esforço comum. Por certo, nada disto havia acontecido em 1993. As equipes ganhadoras da primária com Frei fizeram o que tinham que fazer: assumiram o essencial da direção da campanha presidencial e Lagos não teve um grande papel nela.

É verdade, a situação de 1999 não era a mesma que a de 1993. Era preciso fazer um esforço explícito de incorporação da DC à campanha presidencial. Lagos me consultou sobre a indicação de Arriagada como chefe de sua campanha. Senti que tinha a decisão tomada e me limitei a reiterar meu compromisso com o projeto e minha disposição a colaborar de onde ele me indicasse. Arriagada teve que enfrentar o clássico problema da brecha entre poder real e poder formal. Muitos não o reconheciam como o verdadeiro chefe da campanha e procuravam naturalmente manter uma relação direta comigo, Jaime Estévez ou Francisco Vidal. Todos nós demos o melhor de nossa parte para facilitar esta integração.

Nada pôde evitar que a campanha perdesse impulso. Os ânimos foram decaindo, muitos entusiastas das primárias deixaram de sê-lo; outros começaram a arrastar os pés. Por volta de setembro, a situação se tornou crítica. De acordo com o nosso próprio sistema de pesquisas, Lavín tinha nos alcançado. Aproveitando inteligentemente a virada conservadora implicada na passagem da campanha

das primárias para a presidencial, ele se apropriou do senso de mudança. Desta vez a situação era completamente diferente à de 1993. A demanda por uma mudança era amplamente maioritária, por isso ganharia quem soubesse encarná-la da melhor maneira.

A situação do Governo não parava de se deteriorar em decorrência da forte crise econômica. Precisávamos tomar algum tipo de distância. Correspondia ao Governo encarregar-se dos problemas e abrir caminho para que o candidato e a campanha se concentrassem no futuro. Para os ex-ministros do Governo de Frei presentes no comando, esta divisão óbvia do trabalho apresentava problemas para eles. Mas a campanha tinha se complicado e não conseguia disputar com sucesso o senso de mudança, assumindo ao mesmo tempo uma defesa férrea do balanço de um Governo cheio de dificuldades. Este conflito nos atravessou permanentemente e nos deixou, por momentos, à beira de graves conflitos. Por exemplo, a propósito dos conteúdos dos spots incluídos no horário eleitoral, Carlos Figueroa, que fazia parte do comitê editorial¹¹ que se reunia todas as noites, obrigou a modificar certos conteúdos considerados inaceitavelmente críticos ao Governo. A maçã da discórdia foi um spot que assumia a dramática realidade dos “sem casa” que, nessa época, ultrapassavam amplamente um milhão de pessoas.

Em meio a essas tensões tivemos que sustentar o esforço de campanha. Lagos estava fisicamente extenuado e era visível. A imprensa sabia disso e procurava explorar essa veia.

11. O horário eleitoral era dirigido por Manuela Gumucio. Também faziam parte do comitê editorial, junto comigo e Carlos Figueroa, Marcelo Rojas e Eugenio Tironi.

Já Lavín, contando com a anuência dos canais – incluindo o canal público – aparecia sempre impecável, jovem, descansado e com o olhar voltado para o futuro. A receita era simples: suas aparições eram sempre muito bem estudadas e únicas. Em um sistema onde os canais haviam designado a priori em seus noticiários determinados tempos de campanha para cada candidato, Lavín maximizava o espaço disponível. Nós demoramos para mergulhar na lógica do sistema, mas por fim o fizemos. Começamos também a produzir a “chamada” do dia.

O lema da campanha era “Crescer com igualdade”. Como conceito estava bom, mas como slogan era péssimo. Parecia o título de um livro para especialistas. O “Amanhã será outro Chile!” das primárias era abertamente superior. Era evocativo, tinha poesia e continha uma inequívoca promessa de mudança.

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos levar a campanha adiante. Um grande acerto foi fechar ao máximo nosso flanco esquerdo. Foi assim que somadas as três candidaturas de comunistas, humanistas e ecologistas mal chegaram a 4,14%. Gladys Marín, grande figura comunista e uma estupenda candidata, obteve 3,19%, o pior resultado de um candidato comunista na história da transição.

Se tivéssemos deixado esse flanco mais aberto, poderíamos ter perdido a eleição presidencial. No primeiro turno, Lagos chegou a 47,96% e Lavín a 47,51%. Se Gladys Marín tivesse obtido por volta de 6%, a votação histórica do PC, Lagos teria ficado em segundo, os comunistas teriam forçado algum tipo de negociação e isso poderia ter

significado uma sangria de votos do centro que nos condenaria irremissivelmente à derrota. Este foi um assunto que eu tinha discutido pessoalmente com Gladys Marín e Jorge Insunza, fiel membro da Comissão Política do PC desde os anos sessenta. Gladys tinha pedido para conversar e sua colocação soava inteligente, mas era o caminho certo para a nossa derrota. Ela sustentava que o nível da crítica social era enorme e que nós tínhamos perdido a capacidade de representar esses setores descontentes. Ou esse mal-estar era canalizado por eles ou, do contrário, seria feito pela candidatura de Lavín. Pedia que nós, em consequência, acabássemos com a nossa campanha do voto útil que reduzia o espaço próprio dela. Esta conversa aconteceu em uma casa atrás da praça Itália, certamente de um militante comunista, na qual o tempo parecia ter sido parado no começo dos anos setenta. Uma sala modesta, retrato de Allende em uma gravura de cobre e pôster de Neruda: a iconografia clássica. Com minhas melhores palavras, disse a Gladys que esse era um caminho que nos levaria ao precipício e que, portanto, com o carinho e respeito que tínhamos por ela, faríamos tudo o que estava ao nosso alcance para ganhar no primeiro turno, o que significava reduzir sua votação ao mínimo que conseguíssemos. Tive a oportunidade de lembrar deste episódio com ela em La Habana, poucos meses antes de sua morte.

O dia da eleição foi um desses dias que gostaríamos de esquecer. O que aconteceu entre o primeiro e o segundo turno é uma história triste que faz parte das minhas dores. Falarei delas no próximo capítulo.

O AFORTUNADO ACIDENTE BACHELET

A presidência de Michelle Bachelet foi a mais peculiar de todas. Especialmente pela forma em que se originou. É claramente o polo oposto ao de Lagos. Alcançar a presidência do Chile não fazia parte de suas obsessões, não estava nos seus planos. Ela não se comportava como alguém que está nesse empenho, fazendo um esforço constante para somar vontades. Seus tempos de campanha foram curtos. Como ela mesma declarou em várias ocasiões, houve muito de acidente no processo que a levou à cabeça do Estado. Se algo assim tivesse sido planejado, provavelmente não teria dado certo.

Michelle Bachelet conseguiu alcançar a candidatura da Concertação, e depois a presidência do Chile, porque não havia ninguém mais na coalizão em condições de abrir espaço para uma vitória ali onde tudo antecipava uma derrota. A renúncia da senadora Alvear a continuar competindo, apesar de ter obtido a candidatura da Democracia Cristã, foi claramente ilustrativa. O fenômeno Bachelet, ainda pouco estudado, teve uma origem cidadã, refletida nas pesquisas. Sem ser do povo, ela foi adotada por ele. Maioritariamente, as mulheres do Chile sentiram que com ela podiam acessar um território que, até agora, tinha estado vetado para elas. A biografia de Bachelet não é representativa da realidade da maioria. Separada, socialista, agnóstica e vítima de violações aos direitos humanos, são os marcos básicos de sua trajetória. Não é a de todos, mas cativou a imaginação da maioria, o que lhe permitiu

se impor no segundo turno ante um candidato altamente competitivo: Sebastián Piñera.

Se a Concertação tivesse tido sua vitória garantida, como em 1993, Michelle Bachelet jamais teria sido indicada candidata. Muitos candidatos homens teriam estado antes dela na lista de prioridades. Sua indicação como candidata pode ser vista como uma expressão de lucidez e capacidade de ouvir por parte da classe política. É a leitura mais benevolente que se pode fazer. Seria a demonstração de uma grande sintonia do mundo político concertacionista com a cidadania e de uma grande abertura cultural para tornar possível, pela primeira vez na história da república, que uma mulher tivesse acesso à primeira magistratura.

Mas a ideia de mudança cultural não estava bem ancorada na Concertação. Pelo contrário, a possibilidade de uma mulher presidente provocava reservas. O próprio ex-presidente Frei afirmou no início de 2005: “O Chile ainda não está preparado para ser governado por uma mulher”, declarou a *El Mercurio*. Respondi a ele advertindo-o de um machismo do qual era fundamental se livrar.

A indicação de Bachelet não foi um ato audaz de generosidade. Foi, como boa parte das coisas na política contemporânea, o produto da conveniência. Bachelet, apesar de ser uma antiga militante, teve a capacidade de se converter na expressão da mudança. Assim como Lavín arrebatou a Lagos parte dessa qualidade em 1999, Bachelet a disputou com Lavín, quem, além do mais, devia enfrentar a relativamente inesperada concorrência de Sebastián Piñera dentro da direita.

A indicação de Bachelet, mais do que um ato de desprendimento, correspondeu a uma espécie de rendição da liderança da Concertação forçada pelas circunstâncias. O caso da Democracia Cristã foi patente. Embora já tivessem sido pactuados até os mínimos detalhes do processo de primárias e tivessem ocorrido dois dos quinze debates combinados entre os comandos de ambas as candidatas, a senadora Alvear intempestivamente renunciou a continuar concorrendo. O Partido Demócrata Cristão não estava em condições de sustentar sua candidatura. Podia acabar em um resultado ainda pior do que o obtido por Andrés Zaldívar em 1999, com o agravante de que esta eleição presidencial desenvolvia-se de forma simultânea às parlamentares, e que um mal desempenho no primeiro turno poderia ter consequências devastadoras no segundo.

Na realidade, a atuação da Democracia Cristã não tem grandes mistérios. Tentaram levantar uma opção, mas ela não conseguiu gerar uma grande adesão na cidadania e também não se constituiu em um fator da unidade partidária. O entusiasmo da liderança democrata-cristã com a candidatura da senadora Alvear era baixo. Conclusão: não valia a pena continuar com o esforço. Tão claro quanto brutal.

Mais complexa e intrincada foi a definição presidencial no interior da esquerda da Concertação. A verdade é que Bachelet não teve adversário. As pesquisas eram esmagadoras demais a favor dela. Ainda que Lagos tenha alcançado altos índices de adesão ao finalizar o seu período, constitucionalmente estava impedido de se candidatar. Tinha que deixar passar, pelo menos, um período presidencial.

A discussão com Bachelet não remetia a uma objeção de gênero. Em nosso mundo pelo menos, nunca ninguém o colocou assim nem tampouco tinha se atrevido a fazê-lo. O problema para alguns, entre os quais me incluo, era a atitude da candidata. Automaticamente, a resposta de Bachelet ante qualquer consulta consistia em nos lembrar que não estava ali por interesse e que era uma posição que ela não tinha buscado. Era algo assim como dizer “se vocês gostam, bem; se não, procurem outro candidato”.

Sou das pessoas que conhecem Michelle Bachelet há muitos anos. São inúmeros os laços que nos uniram na vida: a condição de membros da Força Aérea de nossos pais e seu destino comum como vítimas de violações aos direitos humanos que os levou a dividirem a mesma cela na prisão pública, lugar onde morreu Alberto Bachelet, devido à falta de atendimento médico; e a estreita amizade entre nossas mães. Por sua vez, somos parte da mesma geração, tivemos uma educação semelhante, ela no Liceu N° 1 de Meninas, eu no Instituto Nacional, e depois ambos na Universidade do Chile. Compartilhamos também amizades, fomos vizinhos de bairro em várias ocasiões e, desde muito jovens, militamos na esquerda.

Essa proximidade não me isenta de um julgamento crítico. Analisando retrospectivamente os acontecimentos que a levaram à presidência do Chile, penso que ela aproveitou a deteriorada posição em que se encontrava a Concertação e que a liderança da época, na qual me incluo, rendeu-se sem mais à sua popularidade.

Há um episódio que ocorreu em maio de 2004 e que esclarece bem como se deram as coisas. Foi uma reunião

importante. Aconteceu no apartamento de Jaime Gazmuri no Parque Forestal. Nós, os comensais, éramos os assim chamados “barões do Partido Socialista”. Ali estávamos sentados ao redor da mesa, o dono da casa – na cabeceira como corresponde – Camilo Escalona, Ricardo Solari, Ricardo Núñez, Gonzalo Martner – presidente nesse momento do PS – Arturo Barrios, secretário-geral, e José Miguel Insulza. Lembro que eu estava na cabeceira oposta, junto à convidada principal, a doutora Bachelet. O assunto era óbvio: a questão presidencial. Se pudesse existir alguma dúvida a respeito da nomeação da doutora, esta poderia provir de José Miguel Insulza, ministro do Interior de Lagos, quem tinha acumulado, nos últimos tempos, poder e prestígio por sua capacidade para resolver conflitos complexos.

Uma vez sentados à mesa, começou uma rodada de intervenções. Jaime Gazmuri introduziu a conversa. Como um verdadeiro cavalheiro, congratulou-se pela ocasião e expressou seu convencimento de que estávamos protagonizando um fato histórico. Imediatamente, tomou a palavra Gonzalo Martner, que, como presidente do partido, expôs a necessidade de adotar uma decisão presidencial unitária nesse momento para evitar dissensos internos e aplanar o caminho com as outras forças políticas. Depois interveio Ricardo Núñez. Se tinha algo impactante a dizer, precaveu-se muito de fazê-lo. Não disse nada que pudesse turvar o ambiente proclamatório que dominava o jantar. A intervenção de Insulza era a mais esperada. Esqueci todos os detalhes, mas me chamou a atenção por sua generosidade e boa disposição para apoiar o esforço em torno da candidatura de Bachelet. Ali contou que nas saídas a campo, o “aplausôme-

tro” a favor de Bachelet era mais do que evidente. A corrente de simpatia em relação à doutora era incontestável. Ela não precisava dizer nada, bastava-lhe presentear um sorriso. Tinha algo de comovedor ver o temido “Panzer” inclinado humildemente diante da doutora. Uma vez que Insulza terminou de falar, ela interveio. Era a sua vez, embora podia ter perfeitamente deixado passar de forma a ouvir todos os barões e ela, como uma rainha, ter feito os agradecimentos finais. Não foi essa a sua opção. Sem muito preâmbulo, começou dizendo que o Chile tinha experimentado uma mudança muito profunda, que estava emergindo um novo tipo de cidadania, que os políticos tradicionais eram incapazes de compreender, e que o Chile não podia continuar sendo conduzido da mesma maneira. E desferiu uma frase terrível: “Se vocês pudessem se olhar no espelho perceberiam o quão longe estão da opinião dos cidadãos”.

A verdade seja dita, tratava-se de afirmações gerais que até poderíamos compartilhar. O que a doutora estava nos dizendo era que a maioria dos que estávamos ali não entendíamos as novas realidades do país e que não pretendêsemos continuar conduzindo as coisas da forma como tínhamos feito até agora. Ela nos dizia também que não tinha um apego especial à função presidencial e que, mais ainda, se se tratava de projetos de vida, imaginava outros melhores, como ter um companheiro com o qual passear de mãos dadas pela praia.

Suas palavras, poucas mas secas, eram como chicotadas. Bachelet abria-se passagem em terra de homens¹²

12. Do título do livro de Patricia Politzer Bachelet en tierra de hombres. Santiago: Debate, 2010.

com a espada em riste. A mudança era impressionante. A personagem tinha muito pouco a ver com a que todos conhecíamos: afável, conciliadora e empática. Nesses momentos senti que tinha acumulado grandes raivas e que não estava disposta a deixá-las para trás sem mais. Nesta oportunidade tínhamos que nos relacionar com o lado B da doutora: glacial e sem concessões.

Eu estava sentado ao lado dela. Era minha hora de intervir. Não podia passar a vez. Tive, em um primeiro momento, a ideia de dizer o que pensava e, principalmente, o que sentia. Teria sido como puxar a toalha da mesa. Dizer que se ela tinha projetos de vida que a entusiasmavam mais do que a presidência do Chile, que não se obrigasse a agir contra suas vontades; dizer que se não tinha um grande entusiasmo pela luta que estava sendo proposta para ela encabeçar, era melhor que, simplesmente, desse um passo para o lado; dizer que era insultante a sugestão de que os que ali estávamos o fazíamos movidos por um interesse subalterno e que não era aceitável a espécie de dilema que suas palavras deixavam entrever: “Ou as coisas são feitas como eu determinar, ou virem-se como puderem”.

Não tenho ideia do que teria acontecido se eu tivesse sido fiel à minha inclinação inicial. Hoje em dia sinto que teria sido melhor fazê-lo; era a oportunidade para falar com total franqueza e ter deixado exposto um debate que era indispensável abordar. Analisar em profundidade as mudanças que a sociedade chilena experimentava e as respostas que nós podíamos oferecer. Responsabilizarmos pela crise da política e entrarmos em acordo sobre as

formas de enfrentá-la. Assumir a fraqueza dos partidos e nos comprometermos a superá-la fazendo para isso nossos melhores esforços. Ao calar, deixamos nossas fraquezas à mostra e, uma vez mais, nosso medo do vazio, da derrota.

A tensão no ambiente era evidente. Pessoalmente, senti-me humilhado por receber um tratamento que não achava que merecia. Meu mal-estar principal era, em todo caso, comigo mesmo, por não ter dito com clareza o que sentia. Se a política é um terreno áspero, a doutora mostrava que tinha perfeita consciência disso e que sua condição de mulher não ia colocá-la em desvantagem. Pelo contrário, os papéis pareciam ter sido invertidos. Cabia a nós, homens, ter cuidado com nossas palavras, falar devagar, guardar nossos sentimentos e esconder nossas emoções. Nós, os barões, comportamo-nos como senhoritas desconcertadas.

No fundo, a doutora desqualificou o grupo humano do socialismo que fez parte da direção política da transição e que, depois do Governo de Lagos, se propôs a apoiá-la. Para Bachelet, que não era parte desse processo, devia se fazer uma substituição total da equipe.

Tive a oportunidade de confrontar estas vivências com alguns dos protagonistas. Sei que Gonzalo Martner experimentou algo parecido com o que relato. Mais ainda, assumiu sua responsabilidade política como presidente do Partido Socialista e, no dia seguinte, colocou por escrito seu cargo à disposição. Sei que conversaram e que ela deu explicações que Martner aceitou. Em seu lugar, qualquer um teria feito, provavelmente, o mesmo. Em

todo caso, vale a pena consignar que poucos meses depois desse episódio, em janeiro de 2005, foi celebrado o congresso do PS. Contra toda expectativa e toda lógica, gerou-se surpreendentemente uma maioria espúria que, por um punhado de votos, precipitou a queda de Martner. O Congresso já tinha aclamado Michelle Bachelet como sua candidata para ser proposta para Concertação, que, dali a poucos meses, deveria celebrar eleições primárias para definir um candidato, ou melhor, uma candidata única para a eleição marcada para dezembro desse mesmo ano. Não era lógico desestabilizar o PS nesse momento, o partido da futura presidenta. As lógicas em andamento eram, contudo, outras.

Para ganhar, Michelle Bachelet devia se instalar como expressão da mudança. Desse ponto de vista, era perfeitamente compreensível que buscasse tomar distância de tudo o que representava continuidade, o que certamente me incluía. Eu tinha perfeita consciência desta situação e, por isso, disse a ela, preto no branco, em uma carta pessoal, que contasse comigo, sabendo que eu não aspirava a nenhum protagonismo particular em sua campanha. Comuniquei também que minha grande preocupação era como ela, que estava onde estava em razão da aguda crise da política tradicional, estava pondo seu capital a serviço de sua superação positiva e evitava se constituir em um fator agravante das dificuldades do sistema político. Formulei esta colocação em uma reunião que a comissão política do PS teve com ela. Apesar de se tratar de uma questão de bom senso, tive a sensação de estar falando com as pa-

redes. De fato, fui o único dos cerca de trinta integrantes da comissão política a intervir nessa direção. Vários me olharam com cara reprobatória, como dizendo: “Lá vem ele estragar o churrasco”.

O fato de que uma mulher, ainda mais com essa biografia, pudesse ser presidenta do Chile, constituiu em si mesmo uma mudança cultural. No dia da transferência do mandato, em 11 de março de 2006, centenas de mulheres saíram às ruas de faixa presidencial. Existe um orgulho de mulher que chegou com Bachelet, provavelmente para ficar.

Seu Governo conseguiu, por sua vez, exibir algumas realizações sociais importantes. Gerou um grande avanço em matéria de educação pré-escolar para as crianças provenientes dos lares mais vulneráveis. Aumentou significativamente o número de creches e jardins da infância, e com isso foram abertas oportunidades para milhares de crianças pobres, tradicionalmente condenadas a entrar no sistema educacional em condições desfavoráveis, porque é algo bem estabelecido que uma parte das capacidades de aprendizagem é gerada nos primeiros anos de vida.

Faz parte dos ativos de seu Governo a chamada Pensão Básica Solidária (PBS), que é entregue às pessoas pobres que, por diferentes razões, não têm direito à aposentadoria. O segmento mais favorecido por esta medida é o das donas de casa, que trabalham sua vida toda mas cujo trabalho não é reconhecido pela sociedade. Por sua vez, o abono às mães de um ano de contribuição à previdência social por filho nascido vivo representa um reconhecimento à maternidade por parte da sociedade, também muito

valorizado por muitas mulheres que acumulam involuntariamente grandes lacunas previdenciárias.

Em outro plano, a nova política habitacional colocada em prática durante o Governo de Michelle Bachelet foi objeto de uma alta valorização social. Melhorou substancialmente a qualidade da moradia social e ampliou a superfície construída, garantindo uma privacidade mínima a famílias que tiveram que viver por anos em grande promiscuidade. Realizou-se também um esforço para melhorar as instalações coletivas, assumindo algo tão elementar quanto o fato de que as pessoas não vivem apenas em casas, mas em bairros que requerem infraestruturas básicas.

É preciso reconhecer também o esforço do Governo de Michelle Bachelet por melhorar a inserção do Chile em seu entorno internacional mais próximo. Pela primeira vez nos vinte anos de Concertação, houve um indício de uma política sul-americana e buscou-se em especial uma aproximação com a Bolívia, visando encontrar uma solução para sua antiga demanda por uma saída ao mar¹³.

Há uma longa lista de realizações no ativo desse Governo. Não acredito, contudo, que sejam de importância suficiente para explicar a grande popularidade que alcançou no final de seu mandato e que mantém na atualidade. Esses altos níveis de adesão têm a ver, sobretudo, com intangíveis e com a grande força de Bachelet nos chamados “atributos suaves”, como a proximidade e a empatia.

13. Infelizmente, com a mudança de governo no Chile, as relações com a Bolívia voltaram a se deteriorar. O presidente Piñera deixou passar a oportunidade de resolver a histórica demanda da Bolívia.

A presidência de Michelle Bachelet foi a mais paradoxal das quatro que a Concertação gerou. Por história, ela é a presidenta mais ancorada na esquerda tradicional. Diferentemente de Ricardo Lagos, no momento da divisão do PS, em 1979, ela optou pelo setor mais ortodoxo, liderado por Clodomiro Almeyda. Não participou, em consequência, da formação do Partido pela Democracia nem das tentativas de renovação do socialismo. Contudo, seu Governo foi, sem dúvida, o mais conservador em matéria econômica. Mais do que em qualquer uma das administrações anteriores, as ideias neoliberais tiveram enorme gravitação nas principais definições de política econômica. O símbolo desta orientação, muito aplaudida no âmbito empresarial, foi o ministro da Fazenda Andrés Velasco. Ele foi o ministro da Fazenda que gozou de maior autonomia, a ponto de transformar esse ministério no centro nevrálgico do poder durante os quatro anos da administração de Bachelet.

A primazia do ministro da Fazenda tem algum sentido quando se trata de administrar situações críticas de forte escassez. Como as margens de manobra em matéria de gastos são tão estreitas, existe certa racionalidade em que a instituição que melhor conhece as restrições assuma estas decisões. Esse foi o modelo de gestão que se impôs no Governo militar para enfrentar a crise do começo dos anos oitenta e cuja responsabilidade recaiu em Hernán Büchi, superpoderoso ministro da Fazenda dessa época.

O Governo de Michelle Bachelet vivia uma situação completamente diferente. A questão era como administrar a bonança produzida pela alta dos preços das matérias-pri-

mas e muito especialmente a do preço do cobre, principal produto de exportação do Chile. Aprofundando uma tendência que vinha se manifestando desde os últimos anos do Governo do presidente Lagos, o Fisco foi acumulando quantiosos excedentes. Era evidente que uma parte desses recursos devia ser poupada para enfrentar ciclos de baixa ou contingências imprevisíveis. Nessa lógica criou-se por lei o Fundo de Estabilização Econômico-Social. Foi também uma decisão acertada depositar parte desses excedentes em um fundo destinado a melhorar as aposentadorias e pensões de todos os chilenos.

Mas a aconselhável prudência deu lugar a uma direção francamente conservadora. Manteve-se uma política de superávit estrutural que já não fazia sentido e não foram realizados investimentos imprescindíveis, seja para ampliar a capacidade de crescimento potencial, seja para resolver urgências sociais longamente postergadas. A partir de um determinado nível, a acumulação de recursos no exterior – sobretudo para um país como o Chile, com fortes necessidades de capital – passa a ser uma política absurda e ineficiente. Por que o Chile deveria se transformar em financista do resto do mundo? Por que investir no exterior a taxas que não superam 6% enquanto no Chile há projetos que duplicam ou triplicam essa rentabilidade? É compreensível que países como a Arábia Saudita ou a Noruega sejam credores do exterior, pela abundância de seus excedentes e suas populações reduzidas. Entretanto, no caso do Chile, a principal justificativa técnica, em rigor a única, para a manutenção de uma política de superávit

estrutural diz respeito à valorização positiva da comunidade financeira, que se expressa na queda sistemática do risco país. Se um país quase não tem dívida externa pública e multiplica a acumulação de fundos no exterior, é evidentemente um país de muito baixo risco. O risco país do Chile é efetivamente o mais baixo da América Latina e é até mais baixo do que o de países como a Coreia do Sul ou a Rússia. Isto pode ajudar algumas empresas que se financiam no exterior – a minoria – a acessar taxas de juros mais baixas. Mas, somando e subtraindo, não compensa o desperdício que essa política implica do ponto de vista da criação de novas capacidades produtivas ou o enfrentamento de urgentes déficits sociais.

E não se trata de uma alegação gratuita, nem de um afã dispendioso ou estadista, como muitos críticos acusavam. Foram inúmeras as vezes em que apresentamos a necessidade de uma política diferente da aplicada. Foi assim como eu e vários outros propusemos um conjunto de iniciativas que, se tivessem sido adotadas, teriam resolvido muitos dos problemas que ainda nos acompanham. Simplesmente, a título de exemplo, recordemos algumas dessas propostas:

- Um amplo programa de equipamento computacional para todas as crianças e jovens pobres. O Chile está em perfeitas condições de financiar a compra conjunta de meio milhão de computadores. Um programa deste tipo teria importantes efeitos na autoestima e rendimento escolar de muitos deles. A um preço unitário de duzentos dólares, um programa deste tipo teria um

custo de cem milhões de dólares. Em um país como o Uruguai, levou-se a cabo um programa assim com muito sucesso, a ponto de ser apresentado como uma das iniciativas importantes realizadas pelo Governo da Frente Ampla.

- Um programa agressivo de modernização do equipamento das empresas de menor tamanho, que constituem a ampla maioria e que empregam mais de 80% da força de trabalho, mas cujos níveis de produtividade são muito baixos.
- Um forte aumento da subvenção educacional aos colégios públicos, condição indispensável para começar a encarar a grave crise enfrentada por este setor da educação, que atende os filhos das famílias mais pobres.
- Uma atualização tecnológica do sistema de saúde público com uma ampla compra de equipamentos cuja ausência é sentida às vezes de maneira dramática. A falta de ambulâncias, de equipamentos de raios X, para não falar de escâneres, são moeda corrente na maioria dos estabelecimentos públicos do país.
- Outorga de subsídios significativos para a implementação de programas de economia em massa de energia e de incorporação de novas formas de geração menos contaminantes que ajudem a limpar uma matriz energética que foi se tornando crescentemente dependente do diesel e do carvão.
- Materializar a promessa tantas vezes realizada, mas amplamente não cumprida, de dotar o setor público de saúde dos especialistas que ele precisa e cujo déficit é

- uma das principais fontes de insatisfação dos usuários do sistema público que devem esperar, às vezes por anos, a interconsulta correspondente.
- Apoio substancial a programas de capital de risco para inovadores jovens que, com frequência, têm ideias interessantes, mas não se encontram com os meios para desenvolvê-las.
 - Eliminação gradual de 7% da contribuição para a saúde dos idosos de menores recursos, reivindicação histórica que, paradoxalmente, ainda que com importantes restrições, foi assumida na atualidade pelo Governo de Sebastián Piñera.
 - Duplicação do Subsídio Único Familiar, instrumento fundamental de política social para os setores mais desfavorecidos.

Está longe de ser uma lista exaustiva. Muitas outras medidas poderiam também ter sido adotadas. Infelizmente, ali ficaram como outras tantas oportunidades perdidas, produto da falta de visão de futuro e em nenhum caso por falta de recursos, que continuaram se acumulando no exterior¹⁴.

Tradicionalmente, as crises econômicas repercutem muito negativamente sobre os governos de turno. A demonstração mais recente é a debacle do PSOE nas eleições municipais e das comunidades autônomas celebradas em 22 de maio de 2011. Os espanhóis foram implacáveis na hora

14. O Fundo de Reserva de Pensões (FRP) totalizou US\$ 4,444,31 bilhões no final de junho de 2011. Por sua vez, o Fundo de Estabilização Econômica e Social (FEES) alcançou US\$ 13,271,17 bilhões à mesma data.

de passar a conta ao Governo depois de três anos de crise econômica e de um desemprego recorde acima de 20%. O PSOE perdeu mais de dois milhões de votos e foi derrotado até em seus bastiões mais inexpugnáveis, como Sevilha.

A crise financeira internacional teve também um forte impacto na economia chilena. Em 2009, a taxa de crescimento se tornou negativa e o desemprego foi acima de 10%. Contudo, a enorme disponibilidade de recursos acumulados permitiu ao Governo colocar em prática um amplo programa de estímulo fiscal e de reforço das redes de proteção social. Uma política de acumulação de excedentes que tinha perdido sentido, já que o país tinha acumulado mais do que o necessário para enfrentar períodos de “vacas magras”, transformou-se, por obra e graça da crise financeira internacional, em uma manifestação de infinita inteligência e grande capacidade de antecipação. Não é fácil encontrar, e talvez seja simplesmente impossível, outro exemplo de uma crise econômica que tenha tido efeitos tão favoráveis para a popularidade do Governo que teve que lidar com ela.

A crise caiu como uma luva para o Governo de Bachelet. Neste caso, o que era ruim para o Chile não o era para o Governo. Provido de recursos muito abundantes, o Executivo multiplicou o número de programas sociais para que os setores populares pudessem enfrentar, especialmente, a alta do preço dos alimentos e dos combustíveis. A ideia de proteção social que havia sido - não sem dificuldades e resistências iniciais da ala neoliberal da Concertação - definida como a marca do Governo, alcançou a mas-

sa crítica necessária para constituir-se em uma realidade amplamente valorizada pela população. Que os recursos utilizados para enfrentar a recessão tivessem sido só uma parte dos acumulados em diferentes fundos no exterior é algo com que a maioria do país não se importou. O fato de que com esses ativos teriam podido enfrentar muitas urgências sociais e produtivas também ficou para trás. Não somos muitos os que sabemos disso. Na realidade, o importante foi que o Governo pôde se mostrar previsor e ao mesmo tempo sensível diante das dificuldades pelas quais a maioria do país atravessava. Uma excelente combinação que se constituiu na base da enorme adesão cidadã colhida pela presidenta Bachelet e que a deixou em uma posição expectante face às eleições presidenciais de 2013.

UM BALANÇO COMPARATIVO

Todo governo pode sempre exibir uma lista mais ou menos longa de obras. Na hora do balanço, é preciso tentar determinar quais, dentre elas, significaram quebras importantes ou rupturas que abriram novos caminhos.

Aylwin ficará registrado na história como o presidente que iniciou a transição e que, em vários âmbitos, foi até mais longe do que ele mesmo pensou quando tentou estabelecer a doutrina minimalista da “medida do possível”. O reconhecimento histórico de Frei Ruiz-Tagle será mais nebuloso, produto de uma forte crise que açoitou os anos finais de seu Governo e, com toda certeza, escurecido pelo balanço do Governo de seu pai e sua conhecida derrota

eleitoral em 2010. Lagos é a república e o fim da transição. Bachelet reivindicará ser a iniciadora da construção de um sistema de proteção social com reminiscências de Estado de bem-estar à europeia.

Há trabalho para os historiadores. Por enquanto, tentemos, humildemente, um julgamento político sempre controverso que ajude, aqui e agora, a abrir horizontes em tempos de penumbra e confusão para o progressismo.

Não cabe dúvida: a Concertação deu ao Chile, nos últimos vinte anos, quatro presidentes trabalhadores, honestos, e se não necessariamente queridos por todo o mundo, ao menos respeitados de maneira praticamente unânime. Se analisarmos outras realidades, em especial da América Latina durante esse mesmo período, o contraste é patente.

Sem intuítos de exaustividade, confrontemos a experiência chilena com a de outros países da região. Lembremos de alguns casos, limitando-nos aos países de maior tamanho ou aos que estão mais próximos de nós. Ainda que eleito em condições extremamente polêmicas, sob fortes e fundadas acusações de fraude eleitoral contra seu oponente Cuauhtémoc Cárdenas, filho do histórico Lázaro Cárdenas, Carlos Salinas de Gortari foi um presidente poderoso e amplamente reconhecido na região e no mundo por seu esforço modernizador. Se é verdade que conseguiu terminar seu mandato constitucional em 1994, em março de 1995 teve que iniciar um longo exílio, acusado por seu sucessor, Ernesto Zedillo, de ser o responsável pela crise financeira que estourou assim que começou o mandato deste último. Além disso, através da acusação de seu irmão

Raúl, foi vinculado à autoria intelectual do assassinato de Francisco Ruiz Massieu, secretário-geral do Partido Revolucionário Institucional, seu próprio partido. Tudo isto significou para ele cinco anos de exílio, vagando em um primeiro momento pelo mundo e, depois, instalado em Dublin. Voltou ao México em 1999.

Outro caso, desta vez no Brasil, o maior país do continente. Fernando Collor de Melo foi eleito em 1990, derrotando no segundo turno ninguém mais ninguém menos do que Luiz Inácio Lula da Silva. Era o presidente mais jovem do Brasil que inaugurava a nova era democrática. Tive a oportunidade de ver em pessoa, por ocasião de uma visita de Estado do presidente Aylwin a Brasília, como transbordava energia, loquacidade e boa pinta. Isso não lhe serviu muito. Em 1991, por causa de declarações de seu irmão Pedro Collor, que denunciou a existência de uma rede de corrupção e tráfico de influências, desatou-se um escândalo que terminaria com sua renúncia em 1992. O Congresso tinha iniciado uma investigação e a rua reagiu com grandes mobilizações. A Câmara dos Deputados aprovou o início de um processo de impeachment contra o presidente por quatrocentos e quarenta e um votos a favor e vinte e oito contra. Em setembro de 1992, ante a iminência de destituição, apresentou sua renúncia através de uma carta lida por um assistente no Senado.

Vamos à Argentina, até pouco tempo atrás o terceiro maior país da região¹⁵. A história é aqui ainda mais dramá-

15. Na atualidade é a Colômbia, que deslocou a Argentina para o quarto lugar por tamanho de população.

tica. Encabeçando uma nova coalizão que buscava renovar a política argentina, Fernando de la Rúa assume a presidência da Nação em 10 de dezembro de 1999. Acuado pelas dificuldades econômicas, a crise de gestão e o assédio peronista, a renúncia de seu vice-presidente Carlos “Chacho” Álvarez, quem formulou graves acusações de corrupção no interior da Alianza, De la Rúa teve que renunciar em 20 de dezembro de 2001. Abre-se com isso um período de forte instabilidade no qual, de maneira provisória, se sucedem quatro presidentes: Ramón Puerta, como presidente do Senado; Adolfo Rodríguez Saa; Eduardo Camaño, presidente da Câmara dos Deputados, e Eduardo Duhalde, como presidente do Senado que consegue estabilizar a situação e organizar em 2003 novas eleições, nas quais se impõe, finalmente, o até então bem desconhecido Néstor Kirchner.

Tudo isto não poderia representar um contraste mais abrupto com a estabilidade que reina no Chile durante esses anos. Inclusive com Pinochet na comandância em chefe do Exército, a estabilidade institucional não esteve nunca ameaçada de verdade durante os vinte anos de governos de Concertação. A especificidade chilena (e também uruguaia) projeta-se com mais força ainda quando se consideram os acontecimentos que nossos outros dois vizinhos tiveram que enfrentar: Bolívia e Peru.

No caso da Bolívia, após um período de estabilidade institucional excepcional para essa nação, o falecido presidente Banzer é sucedido por Jorge Quiroga. Em 2002, ganha as eleições Gonzalo Sánchez de Lozada, mas sob

o peso da mobilização popular deve renunciar em 2003, sendo sucedido por Carlos Meza, quem, por sua vez, é obrigado a renunciar em 2005, sendo provisoriamente substituído por Eduardo Rodríguez. A Bolívia volta a se encontrar com a estabilidade apenas a partir de 2005, com a eleição do presidente Evo Morales.

Por sua vez, o Peru oferece um exemplo vexatório com a fuga para o Japão do ex-presidente Fujimori. Este, contra todo prognóstico inicial, alcançou a presidência no segundo turno das eleições de 1990, ao derrotar o escritor Mario Vargas Llosa. Em 5 de abril de 1992, provocou um autogolpe, fechando o Congresso e declarando em processo de reorganização o Poder Judiciário. Em seu primeiro período, que vai até 1995, conseguiu um importante respaldo e foi reeleito pela maioria. Sua segunda etapa (1995-2000) esteve marcada pela corrupção e o autoritarismo. Nas eleições realizadas em abril de 2000, conseguiu se eleger pela terceira vez, inaugurando assim um novo período em 28 de julho de 2000, que seria curto, pois depois do escândalo dos “Vladi-vídeos”, em setembro de 2000, convoca as eleições gerais e aproveita sua viagem ao Japão para fugir do país, renunciando por fax à presidência da república. Finalmente, em 21 de novembro de 2000, foi destituído de seu cargo, ao ser este declarado vago por incapacidade moral. Na atualidade, cumpre uma sentença de vinte e cinco anos de reclusão por violações aos direitos humanos, depois de sua extradição do Chile.

Lembremos finalmente da saga presidencial que viveu o Equador até a eleição do atual presidente, Rafael

Correa. História curta: Abdalá Bucaram governou a partir de 10 de agosto de 1996 e esteve no poder apenas cento e oitenta e seis dias e três minutos, segundo informação da imprensa. Foi substituído por Fabián Alarcón, quem governou de forma interina de fevereiro de 1997 a agosto de 1998. Depois, foi eleito Jamil Mahuad, quem governou até janeiro de 2000, sendo vítima de um golpe de Estado encabeçado por Lucio Gutiérrez. Depois, o próprio Gutiérrez é preso, sendo substituído por Gustavo Noboa, vice-presidente constitucional que governa até janeiro de 2003. Pouco antes, Lucio Gutiérrez tinha vencido nas eleições de novembro de 2002, mas só consegue governar até 2005, ao ser, desta vez ele mesmo, vítima de um golpe que instalou Alfredo Palacios na presidência até a eleição de 2007, vencida por Rafael Correa.

Neste quadro, que poderia ser completado por outras histórias como as que aconteceram no Paraguai, Venezuela e América Central e Caribe, entende-se que o Chile apareça como democracia modelo, que seus presidentes gozem de uma alta respeitabilidade interna e internacional, e que com frequência sejam convocados para cumprir importantes funções no exterior. Este é o caso, por exemplo, do ex-presidente Lagos como assessor do secretário-geral das Nações Unidas para as questões relativas à mudança climática, ou o da ex-presidenta Bachelet à frente da ONU Mulher, a nova instância das Nações Unidas destinada a lutar pelos direitos das mulheres no planeta.

No caso dos quatro ex-presidentes do Chile, trata-se de pessoas irrepreensíveis em matéria de probidade e, pon-

to importante, os quatro exibem também a seu favor o fato de terem sido capazes de resistir à tentação reeleitoral da qual foram presa muitos presidentes, alguns dotados de sólidas credenciais democráticas, como Fernando Henrique Cardoso, quem impulsionou e obteve a modificação constitucional que lhe permitiu a reeleição durante seu próprio mandato.

Isto faz dos nossos, presidentes probos e também estadistas que, como vimos, marcaram sua ação com iniciativas importantes. Contudo, não foram líderes no que se refere a terem sido capazes de desafiar os sentidos comuns reinantes abrindo novos caminhos para o desenvolvimento nacional. A este respeito, e correndo o risco de ser corrigido por mais de um historiador, eu me atreveria a afirmar que foram verdadeiros líderes na primeira metade do século XX Arturo Alessandri Palma, ao terminar com a república oligárquica, e Pedro Aguirre Cerda, que abre caminho para a participação política organizada do povo através da Frente Popular. Foi também líder Eduardo Frei Montalva, quem com a reforma agrária, a sindicalização campesina, a chilenização do cobre e a promoção popular, mudou profundamente a inércia prevalecente no país. O último presidente que também foi um líder é Salvador Allende, com seu trágico destino. Seu suicídio forçado é, com toda certeza, um componente importante das explicações de fundo do comportamento extremamente cuidadoso de nossos presidentes, particularmente dos dois últimos que, de uma maneira ou outra, pertencem à vertente histórico-política do presidente mártir.

Neoliberalismo corrigido e progressismo limitado

OS GOVERNOS DA CONCERTAÇÃO NO CHILE, 1990-2010

MANUEL ANTONIO GARRETÓN M.

429

XI. ENTRE A ADMINISTRAÇÃO, A CORREÇÃO OU A SUPERAÇÃO DO MODELO SOCIOECONÔMICO

MODELO HERDADO OU MODELO PRÓPRIO?

O debate em torno do chamado “modelo econômico da Concertação”¹, isto é, o conjunto de medidas e políticas em matéria econômica e social implementadas pelos governos da Concertação de Partidos pela Democracia desde o início da democratização política até 2010 (quando se inaugura um governo de direita), aparece incipientemente ao terminar o primeiro governo concertacionista de Patricio Aylwin com as primeiras críticas às “promessas não

1: Noção que, na opinião do economista Óscar Muñoz, é dada a ter várias conotações e a suscitar equívocos. Nesse sentido, o autor mostra como o olhar de sucesso dos governos da Concertação levou a se instalar, em diferentes âmbitos, a noção de um “modelo econômico chileno”. Em vez disso, mostra-nos que é melhor falar de “um desenho estratégico” que ele considera “harmônico e coerente (Muñoz, 2007:22).

cumpridas” e ao “programa abandonado”, mas se torna mais radical ao ser questionado o próprio modelo². Em meados do governo de Bachelet, o questionamento sobre os sucessos e os fracassos do “modelo chileno” ressurge com força em diferentes âmbitos acadêmicos e políticos. Durante o ano de 2007, foram registradas inúmeras publicações sobre esses temas, trabalhos de caráter ensaístico, pesquisas acadêmicas e declarações políticas, orientadas a entregar ao público balanços gerais das diferentes gestões governamentais, êxitos, malogros e dívidas do modelo, fundamentalmente em matéria de desigualdades de diversa índole, distribuição de renda e concentração da riqueza. A pergunta sobre os benefícios de um modelo econômico que, embora demonstrasse contínuos êxitos em termos de crescimento e inserção nos mercados internacionais, não o fazia em relação a problemáticas fundamentais para sustentar um projeto democrático completo, volta a ser feita a partir das mobilizações da sociedade civil registradas desde 2006, e se refere à possibilidade de modificar as diretrizes básicas do modelo econômico seguido pela coalizão e imaginar a possibilidade de uma alternativa para os componentes neoliberais da economia chilena.

No início de seus governos, a Concertação se viu ante a alternativa de decidir entre empreender uma mudança radical na estratégia econômica, replantando um necessário intervencionismo estatal com um Estado muito

2. São de especial importância o trabalho de Hugo Fazio (1996) e o bem-sucedido livro de Tomás Moulian com sua tese sobre o transformismo (Moulian, 1997). Minhas primeiras críticas ao “modelo concertacionista” datam de 1992. Ver Garretón (119, 1995, 2007).

enfraquecido, ou aceitar as condições institucionais que lhe eram impostas, limitando-se aos ajustes considerados indispensáveis para uma maior eficiência econômica e uma maior equidade social (Muñoz, 2007: 13). Esta foi a opção tomada. Para alguns, ao terminar o governo de Ricardo Lagos, os resultados demonstrariam que foi o caminho acertado, o que se confirmaria com a aprovação de quase 70% de sua gestão e, portanto, a confiança do país em suas instituições, embora se reconhecesse que, apesar destes progressos em matéria de eficiência e crescimento, os avanços em termos de pobreza e distribuição de renda haviam estagnado. Mas, chegado o final dos governos da Concertação, com um modelo econômico instalado e amplamente legitimado pelas elites empresariais, financeiras, transnacionais e políticas, a pergunta inicial sobre a continuidade ou a mudança do modelo econômico imposto na ditadura recobrou sua vigência à luz das transformações na sociedade civil e movimentos sociais e, como analisado no capítulo anterior, do desenvolvimento de novos projetos progressistas na América Latina e no mundo.

O núcleo do debate a respeito do modelo concertacionista do ponto de vista socioeconômico radica em sua relação com o modelo neoliberal herdado, isto é, se o que a Concertação fez nesta matéria foi uma administração do modelo ou se realizou correções mais ou menos profundas que permitiriam falar de sua transformação ou superação. Neste debate existe, contudo, um consenso sobre o sucesso econômico e social dos governos da coalizão no que se refere a crescimento, inserção internacional, superação da

pobreza, melhoramento da qualidade de vida do conjunto da população, em especial de setores populares³. O que varia é a apreciação sobre se isso foi conseguido graças ao modelo herdado – como sustentam os setores de direita –, apesar dele, ou precisamente porque a Concertação se distanciou dele. Para os setores de esquerda fora da Concertação, como veremos, o sucesso não é tão ressonante, e precisamente o déficit em termos de transformação progressista seria devido à manutenção do modelo herdado da ditadura.

Para os que sustentam o distanciamento do modelo herdado e a sua superação em uma combinação de políticas, “à qual não se fez (teria feito) justiça teórica” (Ottone e Pizarro, 2003: 155), tais políticas são uma expressão do progressismo, e um caso excepcional na América Latina, tanto em matéria de crescimento quanto no que se refere a desenvolvimento democrático e equidade. Em nossa opinião, este olhar tende a ser autocomplacente em termos de desenvolvimento socioeconômico. No que diz respeito à redução da pobreza, destacam-se os avanços de uma década dado que, citando a pesquisa CASEN 2000, em 1990 havia 38,6% de pobres no Chile, e no final da década esta porcentagem havia diminuído para 20,6%. As cifras são ainda mais notáveis na redução da pobreza extrema, que caiu de 12,9% em 1990 para 5,7% em 2000. Tudo isso se explicaria pelo crescimento econômico, os aumentos salariais e o impacto distributivo do gasto social. Para esta

3. Ver, entre outras, a análise dos dados do Censo de 2002 que reúne as mudanças ocorridas na sociedade chilena nos últimos dez anos (1991-2002) em Comissão Bicentenário (2005).

visão, tais cifras não são apenas o resultado de uma “boa administração” (op. cit. 163) e também não seriam uma expressão de continuísmo, apesar de a Concertação não ter retrocedido ante o que inadequadamente se chamou de “as medidas modernizadoras” levadas a cabo pelo regime militar. Isso não eliminaria a existência de uma questão pendente no progresso rumo ao desenvolvimento chileno impulsionado pela Concertação. Trata-se dos altos níveis de desigualdade socioeconômica (que já mencionamos em outro capítulo), o que é inclusive reconhecido pelos maiores defensores do modelo da Concertação, níveis que seriam inaceitáveis para um país em vias de desenvolvimento ou modernização. Entretanto, a visão mais otimista reconhece que se consideradas as transferências monetárias realizadas pelo setor público, verifica-se uma melhoria da renda média dos lares pertencentes aos primeiros decis, especificamente dos que se situam no primeiro decil⁴. Também haveria mudanças positivas em termos de mobilidade social e infraestrutura da moradia, e destaca-se a ampliação do consumo dos lares de bens domésticos e de interconexão.

Para o economista Ricardo Ffrench Davis (2003), na década de noventa, os governos da Concertação levaram a cabo uma estratégia de continuidade, batizada de “reformas às reformas”. Seu objetivo principal foi diminuir a vulnerabilidade da economia frente a um entorno ex-

4. Por exemplo, no ano 2000, a renda média mensal dos lares do primeiro decil aumentou em 31% devido a estes subsídios. Ao agregar os subsídios monetários à renda autônoma, obteve-se, para o ano 2000, o aumento de 3,7% para 4,3% da participação dos dois primeiros decis, e a participação correspondente ao decil mais rico diminuiu de 42,3% para 41,7% (Ottone e Pizarro, 2003: 165).

terno de crescente volatilidade. Seus resultados foram a expansão vigorosa da capacidade produtiva e a significativa redução da pobreza. Efetivamente, entre 1990 e 2000, a política econômica teve a marca das administrações da Concertação, que assumiu a condução do país em 1990. Os sucessivos governos de Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000) configuraram um dos períodos de maior prosperidade da história econômica do Chile. A taxa de crescimento médio anual foi de 7% e se manteve entre 1989 e 1998, marcando uma clara quebra na tendência histórica de expansão do PIB. Ao assumir, a administração de Aylwin concentrou seus esforços em estabilizar a economia depois do boom eleitoral de 1988-1989, e em conseguir imprimir um crescimento mais vigoroso, estável e sustentável no PIB. Para isso, foi necessário aumentar a taxa de investimento, aplicar uma direção macroeconômica para obter equilíbrios sustentáveis e reduzir a vulnerabilidade em relação a choques externos. Com isso, seriam dadas respostas às demandas sociais mais urgentes, permitindo assim que um setor maior da população se beneficiasse com o processo de modernização econômica (Ffrench-Davis, 2003: 78). Com essas medidas, buscava-se conciliar equilíbrios macrosociais e macroeconômicos e instaurar uma política econômica que fosse legítima no novo marco democrático.

Os setores da direita econômica e política, tanto do âmbito empresarial quanto do acadêmico, coincidem com as colocações críticas da esquerda fora da Concertação de que o que houve foi uma continuidade com o modelo neolibere-

ral da ditadura, discrepando obviamente na valoração sobre tal continuidade. Em sua análise das reações de autoridades econômicas do governo militar e de dirigentes empresariais, o economista e dirigente socialista Gonzalo Martner (2007) vê o discurso continuísta por parte da direita como uma estratégia de apropriação dos sucessos econômicos posteriores a 1990⁵, indicando que, embora a estratégia do crescimento com equidade tenha sido uma alternativa ao modelo neoliberal, as políticas redistributivas não tiveram força suficiente, razão pela qual se gerou um modelo de desenvolvimento híbrido (Martner 2007: 36), coincidindo com posturas anteriormente citadas. Por sua vez, Muñoz (2007) desvirtua o continuísmo da Concertação em relação ao modelo neoliberal herdado, baseado nas mesmas críticas dos setores ultra-neoliberais para os quais a Concertação significou a volta ao estadismo e ao regulacionismo, com o que, obviamente, se estaria fora do modelo original.

Os olhares à esquerda da Concertação (principalmente a partir de vertentes mais críticas) enunciaram a tese

5. Em apoio à sua argumentação, cita pronunciamentos de dois ministros de Pinochet, Pablo Barahona, “Os socialistas de todas as cores aprenderam que no mundo não se pode fazer outra coisa a não ser seguir estas linhas centrais de abertura comercial, equilíbrio fiscal, liberdade de preços e, assim espero, poucas empresas públicas (...) Com o muito que Aylwin não gostava deste sistema, ele teve que engolir totalmente”; e Sergio de Castro, “Sempre disse e continuarei dizendo que o grande mérito do governo Aylwin foi precisamente validar o modelo, porque ao ler tudo o que a CIEPLAN publicava, eram incêndios contra a política econômica”. Também o presidente da Confederação da Produção e do Comércio, Hernán Sommerville, “Aprendendo lições do passado, conseguimos alcançar nos anos noventa um compromisso construtivo para olharmos com moderação para o futuro, inclusive com muita gente renunciando a suas legítimas posições. Conseguimos aceitar (sic) as reformas do governo militar e aperfeiçoá-las com uma linha de continuidade através de um diálogo público e privado exemplar. É preciso ir ajustando o modelo, mas se me falam de mudar os fundamentos, ele não é contundente”. Todas essas opiniões citadas em Martner (2007).

do transformismo. Segundo Tomás Moulian, as políticas seguidas a partir de 1990 seriam uma espécie de engano premeditado dos que governaram o país em democracia para manter, depois de 1980, a continuidade do que ele chama a fase constitucional da ditadura: “a atual coalizão não criou um projeto, apenas administra com expertise o projeto de modernização do Governo militar, marcado pelo selo neoliberal” (Moulian, 1997: 75). Até o final do governo da presidenta Bachelet, sobretudo no período em que o Partido Comunista foi presidido pela dirigente Gladys Marín, esta foi a posição oficial do Partido e o núcleo de sua oposição aos governos da Concertação. Também dos economistas e centros de estudo ligados ou próximos ao Partido⁶.

Na mesma perspectiva crítica, os historiadores Gabriel Salazar e Julio Pinto destacam de maneira enfática que “é fato que, em matéria de estratégias de desenvolvimento, os governos da Concertação optaram por manter o curso adotado pela ditadura”, exceção feita a “uma maior sensibilidade frente às inequidades sociais” (Salazar e Pinto, 1999: 61).

Messner e Scholz (1999), também a partir de um olhar crítico, apontam que o modelo chileno se caracterizou por uma orientação unilateral ao conceito de Estado mínimo e uma fé generalizada e excessiva das elites chilenas no mercado. Os autores mostram que o problema principal é que o mercado articula interesses individuais, o que em termos da organização geral da sociedade dificulta

6. Por exemplo Fazio (1996, 2004, 2007) e Riesco (2007). Os centros em questão são o CENDA e o ICAL.

a reflexão e o desenho de estratégias baseadas no interesse geral, enfraquecendo as instituições intermediárias e impedindo a integração social. A governabilidade política no Chile foi possível graças à vênua das antigas famílias, as elites dirigentes, isto é, devido ao pacto entre esta elite e a liderança pós-ditatorial. Trata-se, como ela é comumente conhecida, da época dos consensos⁷.

Na Concertação, alguns de seus economistas discutem as críticas provenientes da esquerda não concertacionista, citadas anteriormente. Por exemplo, Óscar Muñoz assinala que não é acertada a apreciação a respeito da minimização do Estado. Ele considera, por outro lado, que são de maior validade as referências sobre os efeitos da alta concentração econômica, geradora de uma elite financeira dominante que contribuiu para enviesar as orientações das políticas públicas ao aperfeiçoamento do sistema financeiro mais do que à institucionalidade do desenvolvimento produtivo e social. E em relação aos temas de desigualdade e o papel do Estado, Hardy (2004) sustenta que, embora o mercado não implique mecanismos redistributivos e de diminuição da pobreza, o Chile passou da exclusão social da ditadura a um paradigma de integração desigual. Reconhece, portanto, os progressos da Concertação quanto à institucionalidade e políticas sociais. Contudo, segundo a autora, as desigualdades atuais estão mais relacionadas a situações de desigualdade de origem, a formas de dis-

7. A busca de consensos entre ambas as coalizões tinha fundamentos teóricos desenvolvidos em alguns dos centros acadêmicos, a partir da concepção da política como compromisso democrático (Flisfisch, 1987).

criminação e à heterogeneidade produtiva. De um ponto de vista político, sustenta que nos governos não existiu, no âmbito social, uma autoridade com suficiente poder de decisão como o Ministério da Fazenda teve para a economia. Teria existido apenas uma autoridade coordenadora, sem um peso político comparável ao do seu par econômico.

Por sua vez, a ideia amplamente difundida de que os governos da Concertação representam a continuação ou a mera administração das transformações estruturais levadas a cabo durante a ditadura é discutida e refutada por Meller (2005), que afirma que se os candidatos de direita tivessem chegado ao governo, os resultados econômicos teriam sido muito diferentes. As diferenças de fundo entre um modelo de direita e o da Concertação residiriam em que o modelo neoliberal do regime militar teve dois componentes principais. Primeiro, seu objetivo era a maximização do crescimento econômico e todo o resto era um subproduto, pelo qual os problemas sociais e distributivos se resolviam graças ao “gotejamento” (trickle-down). Segundo, o papel do Estado restringia-se à implementação de políticas assistenciais para os mais pobres. Já o modelo da Concertação dá importância à busca de consenso em torno das políticas a implementar. Ao mesmo tempo, mantém uma preocupação permanente com o efeito distributivo das políticas e gera programas especiais para os setores pobres e excluídos, como prova a redução da pobreza de 40% para 18%. Em contrapartida, apesar dos princípios de estabilidade macroeconômica e de integração à economia global coincidirem com os implementados pelo regime militar, eles

seriam os prevalecentes no mundo atual e há diferenças importantes em sua aplicação no papel do Estado, em particular no que se refere à questão distributiva e às políticas sociais, nas quais o Estado desempenha um papel ativo como complemento do mercado e corretor de suas falhas. O mesmo acontece em relação ao marco regulatório dos serviços de utilidade pública, à política tecnológica e à política para a proteção do meio ambiente.

Comparando as políticas de direita e a Concertação, Meller destaca diferenças significativas nos níveis macro e microeconômico e em relação ao papel do Estado. Quanto ao nível macroeconômico, por um lado, ante os choques externos, a Concertação implementou políticas contracíclicas para minimizar as consequências negativas de uma recessão (desemprego e precariedade nas famílias). A direita, pelo contrário, preferiria um ajuste instantâneo, que induziria a uma recessão mais profunda (e supostamente mais breve), e pressionaria por uma maior flexibilidade laboral. Por outro lado, a Concertação em geral priorizou as políticas ativas para ter um crescimento econômico com pouca variabilidade, dado que os setores mais pobres não contam com economias para amortizar as variações no consumo geradas por variações na renda. Já a direita optaria por políticas mais passivas, pois considera, definitivamente, que se deve deixar que a economia se ajuste por si só.

No nível microeconômico, a direita considera que o livre mercado resolve tudo e minimiza os efeitos que certas falhas possam ter no mercado. Por outro lado, a Concerta-

ção privilegia uma maior concorrência nos mercados, protegendo a própria concorrência e não os que concorrem. Portanto, e em relação à intervenção estatal, em geral a Concertação a considera necessária quando existam falhas no mercado e em seus mecanismos de coordenação.

Quanto ao papel do Estado, para a direita ele consiste essencialmente em proteger a propriedade privada e vigiar o cumprimento dos contratos. Por sua vez, o olhar concertacionista, consciente das inequidades da sociedade chilena, reconhecia no Estado o contrapeso crucial aos grupos econômicos e o principal gestor de mecanismos compensatórios dos efeitos nocivos do mercado.

Por último, para esse autor, talvez a diferença mais importante se encontre na tendência de economistas ortodoxos (e também heterodoxos) a confundirem instrumentos com objetivos: a velha referência à racionalidade especializada dos meios sobre os fins. Nesse sentido, a postura concertacionista reconhece que a eficiência e o *laissez faire* não resolvem o problema da igualdade de oportunidades (Meller, 2005).

A fim de mostrar a diferença entre o modelo neoliberal original e o modelo da Concertação, Muñoz (2007) analisa os diferentes modelos ou, como prefere chamá-los, experiências de desenvolvimento das últimas três décadas. A seu ver, o modelo original caracteriza-se pelo predomínio do mercado para induzir o crescimento econômico. Aponta que tal modelo evoluiu em diferentes fases. A primeira delas (1974-1982) é a do Consenso de Chicago, caracterizada pela autorregulação da economia através do

mercado. A crise de 1982, que minou as bases do recente acordo, estabeleceu as condições para um novo desenho neoliberal: o do Consenso de Washington (1985-1990). Esta segunda fase centrou-se no livre mercado privatizado, mas com regulações financeiras, maior pragmatismo da política cambial e monetária e início de uma institucionalidade social escassa e focalizada na pobreza extrema. A terceira fase, iniciada em 1990, é a do modelo da Concertação. Mesmo aderindo ao sistema de mercado como fundamento geral, este modelo desenvolve, por sua vez, com força e com recursos, uma institucionalidade social e de bem-estar focada nos setores mais necessitados; reconhece as falhas do mercado; expande as regulações aos setores de monopólios naturais e desenvolve uma política de fomento produtivo destinada ao aumento da produtividade. Seus três pilares fundamentais são: primeiro, governabilidade política através de uma coalizão de centro-esquerda que, de maneira inédita, estabelece uma maioria eleitoral e democrática e permite projetar a política a longo prazo; segundo, um governo cujo discurso econômico refuta a ideia de que os mercados se autorregulam de forma automática e, por outro lado, afirma que se requer o fortalecimento da ação do Estado junto com o desenvolvimento de instituições, políticas públicas e regulações que assegurem a estabilidade macroeconômica; terceiro, a solidariedade social conseguida através do consenso para aumentar a carga tributária e financiar, com recursos substanciais, um conjunto de programas sociais, similar ao modelo de economia social de mercado posterior à Segunda Guerra Mundial.

Na opinião de Muñoz, a particularidade do modelo econômico da Concertação e sua contribuição ao desenvolvimento do país é ter podido articular, de forma bastante eficaz, uma difícil transição democrática de uma ditadura férrea e monolítica com governabilidade democrática, mas também com estabilidade, eficiência econômica e equidade social. O fortalecimento do Estado e o aprofundamento da economia de mercado teriam permitido as positivas relações entre Estado e privados. Neles, sustentou-se a governabilidade econômica. Deve-se acrescentar a isso a diminuição da pobreza e o impulso ao crescimento econômico. Porém, não se modificaram substancialmente “os parâmetros estruturais da inequidade distributiva herdados historicamente porque eles são de transformação mais lenta, como a educação de qualidade, a transformação produtiva que abra oportunidades de bons empregos, o desenvolvimento das micro e pequenas empresas, entre outros fatores” (Muñoz, 2007: 29). E a inequidade é um fator de tensão social e política que vulnera as possibilidades de desenvolvimento democrático.

Finalmente, Manuel Castells (2005) faz sua própria descrição do modelo chileno da Concertação. A seu ver, o caso do Chile, diferentemente do resto da América Latina, caracterizou-se por um crescimento econômico mantido desde 1984, com uma aceleração do crescimento nos anos noventa, e uma leve recessão no final dessa década, seguida por um crescimento moderado entre 2000 e 2003 e uma elevação em 2004. O resultado dos indicadores de crescimento, assim como também dos de competitividade e re-

dução dos níveis de pobreza, mostram a experiência chilena como um exemplo das possibilidades de integrar um modelo econômico que fomente o crescimento com a extensão de benefícios, ainda que de forma desigual, à maioria da população. Castells aponta que no Chile foram levados a cabo dois modelos de desenvolvimento: um de tipo autoritário liberal excludente e outro democrático liberal inclusivo (Castells, 2005: 57-58). Os dois foram chamados liberais, dado a ênfase que ambos puseram no mercado e na abertura econômica internacional como elementos essenciais do crescimento econômico. Não obstante, apesar deste denominador comum, trata-se de modelos diametralmente diferentes.

Por “modelo autoritário liberal excludente” entende-se aquele modelo de desenvolvimento que exclui grande parte da população dos benefícios do crescimento mediante o exercício autoritário e sem controle do poder do Estado, e que prioriza os mecanismos do mercado sobre os valores da solidariedade social, sem a aplicação de políticas públicas corretoras das desigualdades e privilégios das elites sociais e econômicas (op. cit. 58). Este modelo corresponde ao período do regime ditatorial. Por “modelo democrático liberal inclusivo” entende-se um modelo de desenvolvimento gerido por um governo democrático, produto da livre escolha dos cidadãos. Ainda que mantenha os mecanismos de mercado como forma essencial de alocação dos recursos, encarrega-se da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão do conjunto da população nos benefícios do crescimento, especificamente mediante políticas redistributivas e tendentes ao melhora-

mento das condições de vida da população. Este modelo é também inclusivo porque estabelece mecanismos de negociação e consulta aos atores sociais, para a geração de consensos entre os representantes dos diferentes interesses da sociedade. Segundo o autor, foi instaurado a partir da década de noventa e caracterizou-se fundamentalmente por uma economia aberta com ampla liberalização nos processos de troca e de mercados internos, mas com a presença estratégica do setor público em termos de regulação da política macroeconômica, creditícia e de comércio exterior.

TENSÕES E CONTRADIÇÕES NOS GOVERNOS DA CONCERTAÇÃO

Como podemos observar, um dos temas centrais do debate e da controvérsia durante todos os governos da Concertação foi a sua relação com o modelo socioeconômico neoliberal herdado da ditadura. E dizemos que é um dos temas, porque o outro foi a relação com a institucionalidade legada por aquela, o que denominamos os enclaves autoritários. Nos dois casos houve reformas significativas, mas não a superação ou a substituição de ambas as heranças, cujo resultado foi, ao mesmo tempo, a correção de componentes neoliberais e autoritários e a consolidação de traços fundamentais de ambos.

Observamos que no primeiro governo democrático, de Patricio Aylwin, estabeleceram-se os parâmetros do que podemos chamar o modelo concertacionista, tanto no âmbito socioeconômico quanto no político e, com modificações de

estilo, tais parâmetros foram mantidos no essencial pelos outros três governos: prioridade à estabilidade econômica; políticas sociais destinadas aos setores mais vulneráveis; propostas frustradas de modificar o marco institucional herdado; negociações com a oposição para aprovar as leis; predomínio da figura presidencial sobre as propostas dos partidos. Em tudo isso, não houve diferenças substanciais entre os governos dirigidos por democrata-cristãos ou por presidentes da ala mais de esquerda (socialistas-PPD), nem houve, igualmente, apelo a mobilizações ou movimentos sociais.

Se retomamos as políticas estudadas neste trabalho, encontramos o mesmo padrão: reforma tributária no início do governo de Aylwin, sem que haja uma redistribuição estrutural da renda; reforma do Estado no governo de Frei, sem novas relações entre Estado e sociedade; reforma da saúde no governo de Lagos e previdenciária no de Bachelet, sem mudança nos respectivos sistemas e nas relações de poder entre o mercado, representado por um setor privado altamente concentrado e com elevados lucros, um sistema público debilitado e sem força reguladora e um mundo social relativamente inerme frente aos poderes de tal setor privado. Negar a importância destas políticas e o caráter benéfico para os setores mais vulneráveis seria não só injusto como também ignorante. Mas também é inegável que em nenhum dos casos alteraram-se significativamente a estrutura e a institucionalidade herdadas.

Às resistências da direita política e dos interesses dos grupos econômicos relacionados a ela que surgiram e se consolidaram sob o regime militar e seu processo de priva-

tizações, apoiados pelos sistema institucional herdado da ditadura, devem ser acrescentados os problemas próprios dos governos e da coalizão de centro-esquerda que jogam na conformação deste padrão.

Em primeiro lugar, um clima ideológico no qual predominava a visão sobre a ausência de alternativa ao capitalismo, e no qual havia que evitar o retorno a um Estado dirigente ou a grandes mobilizações populares que afetassem o crescimento e a estabilidade econômica. Nesse clima, tende-se a abafar qualquer debate de alternativas àquilo que parece possível. O dismantelamento dos centros acadêmicos independentes; a fraca recuperação das universidades públicas; a falta de meios de comunicação; a preocupação dos intelectuais no aparato público e dos partidos com a administração do governo impediram a geração de espaços de debate e deliberação que questionassem e reformulassem os limites do possível. A isso deve-se somar o clima de vitória dos defensores do modelo neoliberal no campo da direita. Assim, a partir de um modelo socioeconômico instalado, constituiu-se um núcleo ideológico pragmático de setores de governo, combinação das visões liberal e pragmática da Concertação, e de oposição, que favorecia a manutenção do modelo socioeconômico.

Em segundo lugar, com relação ao anterior, é preciso voltar à questão da coexistência de diversas versões dentro da Concertação. Na linguagem dos meios de comunicação falou-se, frequentemente, de “duas almas” da Concertação, presentes nos diversos partidos: liberais ou conservadores e progressistas ou estadistas; ambas com denominações variáveis de

acordo com as preferências de quem catalogava. O certo é que, como apontamos outras vezes (Garretón, 2007), coexistiram ao longo do período não duas, mas três versões ou “almas”.

A primeira era uma visão de direita, ainda que obviamente de dentro da Concertação e, portanto, diferente da direita política, de caráter democrático e antirregime militar, mas próxima a ela em relação ao modelo socioeconômico neoliberal, sobretudo em matérias fundamentais como a redução do papel do Estado; a primazia do crescimento sobre a igualdade; as privatizações e a falta de uma proposta de reforma tributária. Este setor foi decisivo nas altas esferas de governo e no campo comunicacional. Além disso, exerceu um papel orientador para a segunda alma ou visão que é a propriamente pragmática, menos preocupada com questões ideológicas do que com a administração do poder e a superação dos problemas e conflitos imediatos e, portanto, muito dependente das pesquisas sobre demandas e aprovação do governo. Como isso produz políticas contraditórias, em última instância em matéria socioeconômica e também política, serão privilegiados os conteúdos da alma liberal por aparecer como a única solução possível e a que menos altera os equilíbrios e a ordem. Primará aqui, então, a visão tecnocrática ou economicista comum a ambas as “almas” anteriores, sobre aquela que busca alternativas e constitui a terceira visão, que pode ser chamada de progressista. Esta última procura, entre outras coisas, devolver ao Estado e à política seu papel dirigente e central e uma correção profunda do modelo de desenvolvimento, de modo a garantir o crescimento com igualda-

de. Mas seu problema foi a dificuldade de vincular estas metas a propostas de políticas públicas diferentes.

Em terceiro lugar, tudo isso se expressou em uma tensão permanente entre a orientação discursiva de corte mais socialdemocrata e uma direção econômica de corte liberal. Da crítica radical, na década de oitenta, ao modelo socioeconômico (a ponto de colocá-lo no mesmo nível de perversão do regime político) passou-se a uma crítica parcial a seus efeitos desigualadores. Não se entendeu assim (como disse a OCDE em relação à educação) que o modelo neoliberal, que deixou de ser denominado como tal, estava construído para gerar desigualdades e suprimir o papel do Estado. Ou seja, estes não eram meros efeitos, mas sim objetivos buscados; assim sendo, sua mera correção, como efetivamente fizeram os governos da Concertação, poderia minimizar, mas não superar, estes traços intrínsecos.

Esta tensão teve efeitos importantes na condução governamental, revelados no predomínio dos ministros da Fazenda. Em um sistema de presidencialismo exacerbado e sem mecanismos de resolução de conflitos no interior da coalizão (que não fosse a decisão do Presidente), as políticas consistiam finalmente na imposição, por parte do Presidente, dos critérios emanados da Fazenda⁸.

8. Na opinião de setores críticos da Concertação, no documento *La Disyuntiva*, “O controle orçamentário transforma-se no instrumento principal de hierarquização das decisões. É nessa instância que, sem debates, mas através do exercício de um forte poder de fato, terminam sendo adotadas boa parte das decisões públicas, com o pretexto de seu impacto financeiro... Nas condições institucionais do Chile, surge assim o Ministério da Fazenda como uma instituição à parte, instância técnica destinada a pôr limite nos “excessos da política”, interlocutor privilegiado do mundo empresarial e da comunidade financeira internacional, que através de seus analistas de risco está permanentemente monitorando o andamento do país de acordo com os seus particulares pontos de vista e interesses” (AA.VV., 2007). N. da T.: Tradução nossa.

No entanto, além dos dois fatores destacados – a oposição da direita a toda transformação substancial do modelo socioeconômico e os problemas e contradições no interior da Concertação – há outro elemento importante que conspira contra a superação do modelo socioeconômico e político herdado. Trata-se da precariedade dos atores sociais afins a tal transformação. Com efeito, sua desarticulação e atomização sob a ditadura e seu ressurgimento na forma clássica de relação ou imbricação com os partidos políticos, que devem se preocupar com a administração do governo, deixou-os sem expressão autônoma. Atribuir esta situação a uma decisão expressa dos partidos de desmobilizar os atores sociais (Portales, 2000), parece-nos um juízo equivocado, na medida em que o que persistiu foi uma forma clássica de relação entre o social e o político que não se modificou no novo contexto e impediu a constituição de atores sociais com capacidade de crítica frente à política dos governos. Nesse caso, a responsabilidade seria tanto dos atores políticos quanto dos atores sociais.

A existência de fatores tanto estruturais e institucionais, quanto ideológicos e políticos⁹ obrigam a afastar-se de duas visões simplistas na hora de fazer o balanço. A primeira diz que estamos diante de uma simples administração do modelo herdado, já que afinal a Concertação era a expressão, em democracia, dos mesmos interesses que geraram o modelo neoliberal, que já não precisavam do poder

9. Em outros trabalhos destacamos também como fator de limitação da potencialidade transformadora da Concertação o que chamávamos de “a armadilha do sucesso”, isto é, a incapacidade de inovar quando os resultados econômicos e políticos medidos por certos padrões são bem-sucedidos (Garretón, 2007).

militar. Nesta visão, a Concertação teria, conscientemente, desmobilizado os atores sociais que lutavam por transformações mais substanciais. A segunda alega que não havia espaço para um aprofundamento nas reformas estruturais para superar a ordem neoliberal e que o realizado já significava um considerável distanciamento de tal ordem¹⁰. Com relação à primeira, precisamente o que tentamos mostrar é que não havia na coalizão propriamente um projeto neoliberal, e que o central das políticas não estava direcionado a consolidar esse modelo. Como vimos, elas se destinavam a corrigir o modelo, apesar de não superá-lo ou substituí-lo por outro, e apesar de que seu efeito fosse consolidá-lo. E nisso jogaram um conjunto de fatores complexos, que não podem ser reduzidos a uma teoria conspirativa da Concertação como agente do neoliberalismo ou da desmobilização de atores sociais. Porque é preciso também pensar nas próprias responsabilidades da cidadania e dos atores sociais muitas vezes motivados por tendências de consumo individualista, exacerbadas pelo creditismo e consequente endividamento (Moulian, 1997), no primeiro caso, ou de interesses puramente corporativos, no segundo, sem visão do interesse público ou de país. Com relação à visão que vê apenas na oposição de direita o obstáculo para uma superação do modelo herdado, é preciso lembrar que houve diversos momentos, inclusive na origem da Concertação, em que cabiam opções alternativas e que foi a condução de

10. Dissemos que a primeira posição está representada tanto por Fazio (1996, 2004, 2007) quanto por Portales (2000). A segunda, por Boeninger (1997, 2007), Ottone e Pizarro (2003) e, mais recentemente, por Ricardo Solari (2011), quem foi ministro e dirigente da Concertação.

um núcleo liberal-pragmático quem impôs uma direção particular entre as muitas possíveis e impediu um debate político e midiático sobre as alternativas.

XII. BALANÇO, TAREFAS PENDENTES E NOVO PROJETO PROGRESSISTA

OS ENCLAVES NÃO SUPERADOS

O projeto histórico da Concertação consistia basicamente, para além de consolidar uma frágil democracia conquistada no plebiscito e na primeira eleição presidencial e parlamentar, em superar as heranças constitutivas da sociedade pós-pinochetista gerando uma nova ordem socioeconômica e política que poderíamos chamar de sociedade democrática ou do bicentenário.

Os governos da Concertação receberam como legado da ditadura cinco elementos fundamentais estreitamente vinculados entre si. Em primeiro lugar, o clima de impunidade e de divisão entre os chilenos, principalmente a partir de seus crimes e violações de direitos humanos. Em segundo lugar, uma institucionalidade que consagra um regime semidemocrático com um empate político, através do sistema eleitoral binominal, entre as forças identificadas com a herança da ditadura e as forças democráticas. Empate que se projeta em todas as instituições impedindo sua transformação, expresso principalmente na Constituição, nas leis orgânicas constitucionais e nas de quórum classificado, na nomeação de autoridades e membros de várias instâncias do Estado (Corte

Suprema, Tribunal Constitucional, Conselho de Televisão, para citar alguns exemplos), impedindo assim a real expressão das maiorias e a soberania popular. Em terceiro lugar, como resultado desta segunda herança, por um lado, o domínio de poderes fáticos (Forças Armadas, meios de comunicação, setores empresariais, Poder Judicial, etc.) e, por outro, a expansão da força político-eleitoral da direita, que de cerca de um terço da votação durante a maior parte do século XX, consolidou-se a partir do plebiscito de 1988 em pouco menos da metade dos votos. Em quarto lugar, atores sociais (com exceção dos setores mencionados) enfraquecidos tanto em sua capacidade de expressão própria quanto em seus vínculos com a política e o Estado. Em quinto lugar, um modelo socioeconômico preservado por essa institucionalidade que gera e reproduz desigualdades e concentrações de poder e riqueza insuperáveis e que limita seriamente o papel dirigente, corretivo e regulador do Estado.

Embora muito lenta e gradualmente tenha-se melhorado apenas parcialmente o clima de impunidade em matéria de direitos humanos, neutralizou-se o poder fático das Forças Armadas e o tecido de atores sociais pôde, em partes, recuperar-se dos problemas que mencionaremos mais adiante; a sociedade dos governos democráticos concertacionistas ficou presa à sociedade da ditadura por duas correntes ou enclaves: por um lado, o modelo socioeconômico ou modelo neoliberal, com um papel hegemônico do mercado nos diversos âmbitos da vida social, um papel subsidiário do Estado e uma profunda desigualdade estrutural e, por outro, o modelo político institucional,

expresso principalmente, embora não exclusivamente, na Constituição de 1980 e cuja razão última era impedir mudanças significativas no modelo socioeconômico.

O ENCLAVE NEOLIBERAL: HEGEMONIA DO MERCADO, DESIGUALDADE E ESTADO SUBSIDIÁRIO

453

A desigualdade, principalmente expressa através da concentração da renda, junto ao papel debilitado e subsidiário do Estado, consagrado na Constituição, constituem as duas heranças principais no plano socioeconômico do modelo neoliberal implantado sob a ditadura militar. O Chile era o segundo país da América Latina em igualdade de distribuição de renda no início da década de setenta e o segundo em desigualdade nos anos noventa. A alta desigualdade é o resultado, originalmente, da piora da distribuição a partir do momento dos ajustes em meados da década de setenta, mas não é só uma consequência ou um efeito não desejado ou não previsto, é também parte do processo de constituição do modelo neoliberal em que a economia fica à margem de regulações do Estado. Predomínio irrestrito do mercado como forma de organização social, Estado subsidiário e desigualdade socioeconômica são as três pontas indispensáveis do triângulo neoliberal chileno.

Segundo dados corroborados pela CEPAL (2006), no ano de 2006 o Chile encontrava-se entre os países com altos níveis de concentração de renda entre 1990-1992. Por sua vez, na pesquisa encomendada pelo Conselho Presidencial para o Trabalho e a Equidade, criado pelo governo de Michel-

le Bachelet¹¹, observa-se que, segundo vários coeficientes, o Chile é um dos países com pior desigualdade na distribuição de renda na América Latina e inclusive no mundo. Segundo o coeficiente de Gini estimado, que mede a concentração das rendas autônomas, o país ocupava o décimo terceiro lugar na pior distribuição de renda entre 40 países medidos e, no período 1987-2006, registrou um valor médio de 56,7, muito superior ao valor médio de 38 para os países da OCDE no final de 2000 (Solimano, 2010). Esse coeficiente diminui moderadamente com as transferências monetárias do Estado. Por outro lado, segundo os dados da pesquisa CASEN em 2009, os 10% mais ricos ganhavam quarenta e seis vezes mais do que os 10% mais pobres (MIDEPLAN, 2009). Esta alta concentração da renda corresponde também a uma alta concentração da riqueza e propriedade no setor industrial, financeiro, AFP, ISAPRE, como mostra, por exemplo, o dado que indica que em 2005 os cinco maiores grupos econômicos do Chile seriam proprietários, direta ou indiretamente, de 47,6% do valor de ativos das empresas que cotizam na Bolsa de Comércio de Santiago (Solimano, 2010).

Esta desigualdade é reproduzida em todos os âmbitos da vida social, como educação, saúde, previdência social, em todos os quais rege o princípio da hegemonia do mercado e a subsidiariedade do Estado, e também no campo da participação política, para citar alguns¹².

11. Ver o trabalho completo em: http://www.oei.es/pdfs/ETP_Informe_Final_chile.pdf.

12. Dados sobre diversas dimensões da desigualdade em: Solimano (2010) e Mayol (2012). Para educação, OCDE (2004) e Cox (2011); saúde, Lenz (2007); previdência, Riesco (2007). Dados da desigualdade na participação eleitoral segundo o nível socioeconômico em Corvalán e Cox (2012).

Assim, apesar da diminuição dramática da pobreza herdada da ditadura, de cerca de 40% para 15%, durante os governos da Concertação, os dados empíricos evidenciam que neste período a desigualdade relativa da distribuição da renda por quintis não variou de maneira significativa. Inclusive, na opinião de alguns defensores do modelo concertacionista, a crítica válida ao modelo econômico da Concertação é que ela não conseguiu alterar, para além de algumas mudanças marginais, a distribuição relativa da renda, e que, ao contrário, houve um enriquecimento dos setores mais ricos da população (Muñoz, 2007). Embora a questão tenha perpassado muitos debates da Concertação – inclusive na campanha do primeiro turno de Ricardo Lagos apelou-se significativamente a isso (sendo abandonado posteriormente) –, predominou a visão da igualdade de oportunidades ou da equidade, que levava a políticas focalizadas de correção do mercado, subsídios ou aumento de gasto social, mas sem reformas estruturais redistributivas. Com efeito, por várias razões de tipo ideológico (Garretón, 2000a) impôs-se, na década de noventa, a questão da equidade em substituição ao da igualdade, que havia prevalecido desde a década de sessenta até então, à qual nos referimos em um capítulo anterior. Assim, em 1990, a CEPAL (1990) denominou o seu modelo, em resposta à arremetida neoliberal, *Transformación Productiva con equidad*, definindo o problema como sendo de igualdade de oportunidades e de melhoramento do piso dos mais pobres e não de distância estrutural entre ricos e pobres¹³. Esta foi a visão predominante na Concertação, pois para

13. A própria CEPAL modificará sua concepção duas décadas depois com o apelo explícito à questão da igualdade (2007, 2010).

ela a desigualdade foi uma consequência corrigível do modelo e não o objetivo buscado por este, como mostraria a OCDE (2004) em vários relatórios sobre o sistema educacional que replicava os traços do modelo socioeconômico. Prevalencia, assim, a ideia de que o crescimento econômico acompanhado das políticas de redistribuição do gasto social focalizado nos setores de menores recursos, subsídios e transferências do Estado (Valda, 2007) eram os instrumentos principais para corrigir o mercado e reduzir as distâncias sociais, o que levou a indeferir reformas tributárias e estruturais que assegurassem estavelmente uma distância razoável e mínima entre ricos e pobres. Com exceção da moderada reforma tributária durante o primeiro governo presidido por Patricio Aylwin (analisada em um capítulo precedente), os governos da Concertação foram renuentes a transformações substanciais na estrutura tributária, uma das mais permissivas com relação às grandes riquezas empresariais e mais castigadora dos setores médios. Inclusive, no Relatório do Conselho de Trabalho e Equidade, definiu-se a priori não abordar a questão tributária. Seu presidente, Patricio Meller, destacou explicitamente que os problemas associados à má distribuição das rendas eram multidimensionais e que a questão da reforma tributária desviava a atenção da complexidade do problema, concentrando-se na questão do trabalho¹⁴.

Mas o triângulo constitutivo do modelo neoliberal chileno, hegemonia do mercado, Estado subsidiário e de-

14. Em frase de um destacado dirigente da Concertação e ministro no governo de Patricio Aylwin, “a igualdade pode esperar, a pobreza não”, e a igualdade poderia ser pensada quando o país crescesse a 7%.

sigualdade socioeconômica, estava respaldado pelo modelo político herdado.

O ENCLAVE AUTORITÁRIO: INSTITUCIONALIDADE POLÍTICA E DEMOCRACIA INCOMPLETA

457

A transição da ditadura de Pinochet, desencadeada com o plebiscito de 1988, deu como resultado uma democracia incompleta¹⁵, pois sua institucionalidade foi em grande parte imposta pela ditadura, motivo pelo qual estaríamos diante de governos eleitos de maneira legítima e vigência de liberdades públicas, mas dificilmente o regime institucional poderia ser qualificado como democrático. Assim, encontramos-nos perante enclaves autoritários herdados da ditadura e de amarras e acordos de transição que limitam o caráter democrático, isto é, a plena expressão da soberania popular, tanto no plano institucional quanto dos poderes fácticos¹⁶.

É verdade que o afirmado contradiz a visão otimista sobre a democracia chilena expressa nos diversos rankings internacionais e qualificada, por muitos, como transição exemplar. Isso se deve a que estamos diante de uma contradição entre esta democracia incompleta e o bom desempenho dos governos democráticos da Concertação

15. Baseamo-nos nesta seção em Garretón e Garretón (2010). Ver também Garretón (2003b). Para uma análise contextual da Constituição de 1980, Ruiz-Tagle e Cristi (2006).

16. Sobre os enclaves autoritários, conceito e análise para o Chile, ver Garretón (1995, 2000).

com relação ao crescimento econômico, à superação da pobreza e à inserção na economia global, para citar apenas algumas variáveis, ainda que os níveis de desigualdade se mantenham relativamente constantes, apesar da leve melhora nos últimos anos, graças à focalização de subsídios e gasto social. A característica básica da democratização política chilena seria, então, esta tensão entre, por um lado, a herança de um marco institucional e socioeconômico que da lugar aos aspectos deficitários da democracia e de seu desempenho e, por outro, a existência inédita de uma sólida coalizão política, a Concertação de Partidos pela Democracia, que explicaria, sobretudo, os aspectos positivos.

Nesta tensão, exerce um papel central a Constituição política imposta pela ditadura em 1980, em um plebiscito fraudulento. Estamos perante o único caso no mundo de uma Constituição ditada sob uma ditadura militar que vigora em um regime democrático.

Esta Constituição, em seu conteúdo, consagra um modelo socioeconômico neoliberal, no sentido que demos a este termo ao longo destas páginas: princípio hegemônico do mercado, em todos os âmbitos da vida social; Estado subsidiário e predomínio do direito de propriedade sobre os outros direitos. No plano político, ausência de mecanismos participativos; papel desmedrado da política expresso, entre outros elementos, no presidencialismo e centralismo exacerbados e papel tutelar das Forças Armadas, mesmo tendo isso se modificado nas reformas de 2005.

O conteúdo mencionado da Constituição, que foi modificada em alguns pontos pelos acordos entre a dita-

dura e a oposição em um novo plebiscito, desta vez correto, em julho de 1989, fica assegurado em sua perpetuidade e intangibilidade através de diversos mecanismos-enclaves. Eles são a incorporação no Senado de membros nomeados à margem de eleições populares: senadores eleitos pela Corte Suprema, pelo Presidente da República, pelo Conselho de Segurança Nacional; a incorporação no Senado dos ex-presidentes da República, sem uma distinção sobre se foram ou não eleitos democraticamente; altíssimos quóruns para modificar a Constituição Política (2/3 de suas disposições mais importantes e 3/5 para o resto); um sistema eleitoral minoritário (ainda que apresentado como majoritário) binominal, no qual, exceto no caso de uma das combinações políticas ser o dobro da segunda maioria (ou primeira minoria), se produz um empate em praticamente todas as circunscções ou distritos; a classificação que a Constituição estabelece, para uma grande quantidade de matérias, entre leis normais, leis de quórum qualificado e leis orgânicas constitucionais¹⁷.

Os dois primeiros destes mecanismos-enclaves foram derogados pela reforma de 2005 sob o mandato do presidente Lagos, pois já tinham perdido importância para os partidos ligados à ditadura, enquanto os outros continuam vigentes, provocando uma forte distorção da vontade po-

17. Para estas duas últimas matérias, exigem-se quóruns superiores à maioria simples: 4/7 dos deputados e senadores em exercício. As leis de quórum qualificado requerem a maioria absoluta dos parlamentares em exercício. Além disso, as leis que interpretem preceitos constitucionais requerem voto de 3/5 em cada câmara. Inclusive os tratados internacionais, se incidirem em matérias que devem ser objeto de leis orgânicas constitucionais ou de quórum qualificado, não poderão ser ratificados se não se reunirem os quóruns necessários para adotar ou modificar estas últimas.

pular no Parlamento, por um lado, e uma exclusão dos setores alheios às duas forças majoritárias, pelo outro¹⁸. Assim, não é possível modificar o sistema binominal ou todas as leis que, sobre matérias próprias de leis orgânicas constitucionais ou de quórum qualificado, foram adotadas por Pinochet e sua junta legislativa nos últimos dias antes de deixar o poder.

A maior quantidade de conflitos sociais produzidos no período democrático, de origem no modelo socioeconômico, tiveram como causa a impossibilidade de obter os quóruns requeridos para modificar a Constituição ou as leis de quóruns especiais. Muitas outras iniciativas legais e até tratados internacionais eram barrados pelo mesmo motivo.

O núcleo básico da Constituição, resguardo imutável de uma determinada ordem socioeconômica, não foi eliminado ou substituído pelas reformas constitucionais de 2005 durante o governo de Lagos. Embora tenham sido eliminados senadores designados e vitalícios, assim como o papel tutelar das Forças Armadas através do Conselho de Segurança Nacional, e também tenham sido derogados outros aspectos, este núcleo permaneceu inalterável. A reforma de Lagos não se pronunciou sobre o sistema de eleição binominal, apesar de tê-lo rebaixado de caráter constitucional a lei de quórum qualificado. Mas o mais grave a respeito disto é que ao trocar a assinatura de Pinochet pela de Lagos, proclamando a existência de uma nova Constituição, encerrou-se

18. Apenas na eleição parlamentar de dezembro de 2009, um setor alheio a uma das duas listas principais obteve algumas cadeiras, enquanto o partido Comunista teve que fazer um pacto com a lista da Concertação para eleger parlamentares como parte dessa lista.

o debate constitucional sem que o povo chileno pudesse ter autenticamente o que alguns (Ackerman, 1999) chamaram de “momento constitucional”.

BALANÇO: NEOLIBERALISMO CORRIGIDO E PROGRESSISMO LIMITADO

461

No balanço dos governos da Concertação não se pode desconhecer o melhoramento substancial em todos os planos em relação à situação original no começo da democratização tanto no âmbito político, com a substituição da ditadura, quanto no socioeconômico, sobre o qual bastaria citar que o Chile se tornou um dos países da América Latina com maior renda per capita e maior redução da pobreza. Nenhum dos sucessos obtidos pode ser atribuído, como equivocadamente apontaram posições às quais já nos referimos, às transformações ocorridas sob o regime militar nem à sua persistência no novo regime democrático mas, ao contrário, eles são explicados pelas correções e distanciamento do modelo herdado. Em todo caso, tais heranças explicam parte dos problemas e aspectos negativos dos vinte anos de governos da Concertação.

Mas se houve correções ao modelo socioeconômico herdado, não houve superação da sociedade pós-pinochetista¹⁹, o que não significa que estejamos em uma socie-

19. O termo pós-pinochetista alude, por um lado, a que já não se está nem na ditadura de Pinochet nem na mesma ordem socioeconômica que regia essa ditadura, mas que também não se alcançou uma democracia plena pela vigência de uma institucionalidade que garante a intangibilidade de traços fundamentais do modelo socioeconômico herdado (Garretón, 2007).

dade neoliberal, como sustentam alguns (Gómez Leyton, 2010). Para além de uma discussão teórica sobre o que é uma sociedade definida estritamente como neoliberal, a persistência de elementos neoliberais não permite defini-la propriamente como tal. No máximo poderia se falar de uma sociedade dual, não no sentido de coexistência de dois sistemas completos em um mesmo território ou em um mesmo Estado, como foi o dualismo estrutural dos anos sessenta, mas da coexistência de princípios estruturadores tanto neoliberais quanto progressistas, com predomínio de uns ou outros. As políticas analisadas neste livro dão conta disso. Trata-se mais de uma hibridez entre elementos neoliberais e não neoliberais no campo socioeconômico, entre elementos democráticos e não democráticos no político. Esta hibridez caracteriza o que chamamos de sociedade pós-pinochetista. Observamos mais acima por que não se pode falar de um regime democrático pleno e, no que se refere ao plano socioeconômico, além das desigualdades e do papel reduzido do Estado, da alta concentração da riqueza. Tanto a vigência de princípios neoliberais em todos aqueles campos em que outrora o Estado exercia um papel dirigente (saúde, trabalho e seguridade social, urbanismo e moradia, educação) quanto a desarticulação de atores sociais e o predomínio de poderes fácticos, não permitem falar de uma ordem neoliberal superada²⁰.

20. Em relação a campos como a saúde e a previdência, mostramos que houve reformas importantes, mas manteve-se a estrutura do sistema implantado pela ditadura no qual o princípio de mercado e os grandes interesses privados são hegemônicos. No caso da educação, a substituição da Lei Orgânica Constitucional de Ensino pela Lei Geral de Educação no governo de Bachelet, deixou intactos os princípios de concorrência e lucro e

Estamos, então, diante de uma ordem socioeconômica que não é a mesma que o modelo implantado pela ditadura, mas que compartilha alguns traços fundamentais. É o que chamamos de neoliberalismo corrigido.

Isso quer dizer que o projeto da Concertação fracassou ou que não era progressista? Não se pode dizer que os governos da Concertação tenham sido fracassos em matéria socioeconômica ou em matéria política. Eles foram muito bem-sucedidos e permitiram uma recuperação democrática, a consolidação de um regime pós-autoritário e a correção em um sentido progressista do modelo socioeconômico com um significativo melhoramento das condições de vida da população, especialmente de setores populares (Comissão Bicentenário, 2005). Porém, como projeto democratizador incompleto, fracassou na geração de um novo modelo socioeconômico que substituísse o neoliberal herdado, e no desenvolvimento de um novo sistema institucional com uma nova Constituição. Já nos referimos às causas externas e internas à Concertação que explicam esta incapacidade de superar os dois pilares da sociedade pós-pinochetista.

as estruturas do sistema educacional voltadas à desigualdade. Isto permitiu que o sistema educacional chileno tenha passado de ser, até os anos setenta do século passado, basicamente gratuito, sem fins lucrativos e público, a ser de maioria de educação privada, com fins lucrativos e pago, e que sua educação superior seja das mais desiguais, segmentada, cara e de menor aporte do Estado do mundo (Ver sobre o sistema educacional e as mobilizações estudantis de 2006 (Garretón, 2007) e de 2011, Atria (2012), Mayol (2012), González e Montealegre (2012). O conceito de poderes fáticos (Garretón, 2007) alude aqui a aqueles atores econômicos e sociais que exercem sua dominação para além das atribuições que a sociedade lhes outorgou legitimamente e escapam do controle político e cidadão, como os grandes grupos econômicos, os meios de comunicação, as empresas e serviços privatizados como ISAPRE, AFP, empresas de comunicação, telefonia, eletricidade, aviação, etc.

O projeto e a prática dos governos da Concertação foram progressistas? Recordemos que definimos como constitutivos do progressismo na América Latina o contexto de refundação das relações Estado-sociedade, o princípio crítico do capitalismo, a convocatória e a representação de setores populares, as reformas estruturais para reverter o modelo neoliberal e fortalecer o papel do Estado e a sociedade na economia. Isso implica dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais às quais nos referimos em outro capítulo. Dessa perspectiva, estamos ante um progressismo limitado. Mas tal limite não deve ser atribuído ao fato de ser uma coalizão de centro-esquerda mais do que estritamente de esquerda, e sim ao caráter da condução política da coalizão e seus governos.

Falamos de progressismo limitado em um duplo sentido. Estruturalmente, porque os dois pilares do modelo de sociedade herdados da ditadura – o papel predominante do mercado com a geração de desigualdades e a institucionalidade democrática incompleta –, foram corrigidos, mas não foram superados ou substituídos por uma nova relação Estado-sociedade, nem por uma nova Constituição. Ideologicamente, porque o próprio projeto da Concertação não privilegiou nem priorizou o componente antineoliberal. Ou seja, para além de uma vocação antineoliberal em sua origem, não houve um horizonte ideológico nem um modelo de superação da sociedade pinochetista. Isso se expressou na coexistência de um modelo e aspirações de corte mais socialdemocrata que apontavam para a ideia de um Estado ou sistema de proteção, por um lado,

com um modelo mais liberal e uma condução ortodoxa consequente, em geral cristalizada nos ministérios da Fazenda, de corte mais ortodoxamente liberal, por outro²¹.

Com isto, voltamos ao ponto de partida deste capítulo. O projeto político da Concertação esgotou-se ou terminou sem ter realizado seu projeto histórico. Isso não só significa que ficaram tarefas pendentes como também a necessidade de uma nova proposta de sociedade que desse conta tanto das transformações ocorridas quanto do tipo de país que se queria construir.

PERSPECTIVA: RUMO A UM NOVO PROJETO PROGRESSISTA?

Lembremos do apresentado em um capítulo anterior sobre a nova problemática do nosso continente. Assim

21. Sobre a identidade progressista da Concertação, ver Salas (1996). De nossa parte, com fins puramente ilustrativos, quisemos avaliar o nível de progressismo da coalizão e seus governos, a partir da informação coletada nesta investigação sobre projetos, propostas ou declarações dos atores. Consideramos as dimensões econômica (propostas antineoliberais, igualdade), social (direitos, cidadania, participação), política (luta contra os enclaves autoritários e aprofundamento democrático, direitos humanos) e cultural (diversidade, minorias, pluralismo, liberdades) e designamos pontuações de 1 (menor progressismo) a 4 (maior progressismo), o que daria um máximo de 16 pontos para cada partido ou governo. A atribuição da pontuação é sem dúvida subjetiva e discricionária, mas os resultados impressionísticos são sugestivos. Assim, os partidos registram em média 10 (equivalente a 62,5% de progressismo) e os governos 7,25 (45%), isto é, um nível mais alto de progressismo nos partidos do que nos governos, o que explicaria os debates e o tipo de hegemonia que se impôs neste últimos, sendo os mais progressistas o PS, seguido pelo PPD e o governo de Lagos, seguido pelo de Bachelet. A dimensão econômica é a que alcança o nível mais baixo de progressismo, tanto nos partidos quanto nos governos, enquanto que as dimensões cultural e social são as de mais alto nível de progressismo nos governos, e nos partidos o nível mais alto é alcançado pela dimensão política. O PRSD tem níveis médios de progressismo em todas as dimensões, assim como a DC, com exceção de que, neste caso, há um nível muito baixo na dimensão cultural. O PS tem um alto nível nas dimensões política e cultural e o PPD alcança seu nível mais alto nas dimensões social e cultural. O governo de Aylwin tem níveis médios no político e econômico e baixo nas outras duas dimensões, e no caso de Frei há um nível baixo em todas as dimensões. O governo de Bachelet alcança os níveis mais altos no social e cultural, enquanto que o governo de Lagos alcança seu maior nível nas dimensões política, social e cultural.

como em toda a América Latina, o que estava e está em jogo no Chile é a reconstrução da relação entre a economia e a política, entre o Estado e a sociedade, sem a qual o regime político perde sua relevância como forma institucional de organização do poder político. Isso é assim porque o neoliberalismo, como ideologia e como conjunto de políticas, provocou a desarticulação destas relações. No caso chileno, tal modelo foi instalado na ditadura, fazendo coincidir então os processos de democratização política com os de superação do modelo socioeconômico herdado. A proposta alternativa ao neoliberalismo veio do progressismo, como expressão renovada da esquerda estendendo-se aos setores de centro. No Chile, o sujeito que encarnou esta resposta foi a Concertação de Partidos pela Democracia, coalizão de centro-esquerda que agrupava todos os partidos de oposição à ditadura com exceção do Partido Comunista, o qual realizou uma oposição de esquerda aos governos desta coalizão. O balanço desses governos mostra, como pudemos observar, a consolidação de um regime político pós-autoritário, a correção do modelo socioeconômico no sentido de uma maior regulação, superação da pobreza e o melhoramento substancial da qualidade de vida dos chilenos. Mas também mostra que a dupla amarra da sociedade chilena à ordem social da ditadura – princípio de mercado gerador de desigualdades e institucionalidade política que impede a transformação do modelo socioeconômico – não foi superado.

Desse modo, terminados os governos da Concertação, a grande tarefa pendente do progressismo é, por um

lado, a superação da sociedade pós-pinochetista em sua dupla dimensão socioeconômica e político-institucional e, por outro, a proposta de um novo projeto para a sociedade chilena do século XXI²².

Quanto à primeira questão, completar a tarefa pendente dos governos da Concertação de superar a sociedade pós-pinochetista exige devolver ao Estado seu papel dirigente, não só com relação ao mercado e o desenvolvimento, mas na capacidade de distribuição de riqueza. É verdade que esta tarefa se confunde em partes com a segunda, que aponta para um projeto nacional de longo prazo, um de cujos principais horizontes é a construção de uma sociedade igualitária, mas também aparece como condição necessária para isso. Igualmente, requer o estabelecimento de uma nova institucionalidade política através de uma nova Constituição. Na medida em que esta aparece como condição para realizar outro tipo de transformações na sociedade, pareceria que a prioridade deva ser dada à mobilização cultural, social e política em torno desta segunda tarefa pendente. Em todo caso, ambas as tarefas excedem – e isso demonstraram os vinte anos de governo da Concertação – a capacidade desta coalizão como sujeito político social. Voltaremos no final sobre isto.

A segunda questão corresponde a um novo projeto progressista para uma sociedade que tenha se libertado das amarras fundamentais com a ordem social herdada da di-

22. Ver, neste sentido, a importante contribuição do ex-presidente Ricardo Lagos nesta matéria (Lagos 2008, 2010); Lagos e Landerretche eds. (2011). Ver também: Hardy, ed. (2010).

tadura, ainda que alguns de seus componentes façam parte deste mesmo processo de libertação. E a resposta à pergunta pelo tipo de sociedade que se deseja deve abandonar o “individualismo metodológico” na elaboração e construção de projetos coletivos, como é um projeto nacional. Na década de sessenta prevalecia um nacionalismo ou socialismo ideológico na elaboração de projetos: pensava-se em que sociedade se queria e dava-se a ela um conteúdo. Hoje em dia, parece que se passou ao outro extremo, ainda que certa consciência pesada leve a combinar o individualismo liberal com a socialdemocracia. A verdade é que hoje predomina a ideia de pensar a partir das pessoas ou dos indivíduos (as “preocupações das pessoas”), basicamente através de pesquisas²³. Mas a política não consiste em pensar a partir exclusivamente dos indivíduos. Para isso há outros setores na sociedade. A política consiste em pensar na sociedade, ainda que de maneira diferente da que se pensou em outra época em que se partia de uma ideologia utópica que tinha, já fixada, a sociedade à qual tinha que chegar.

E é só a partir de um horizonte desejado que cabe examinar as tendências que perpassam a sociedade, embora elas sejam muito mutáveis porque se baseiam em suposições que se transformam permanentemente, dependendo de crises naturais ou econômicas ou de outro tipo de fatores sobre os quais não há predição ou controle possíveis.

Entre estas tendências, cabe destacar as que têm relação com a questão demográfica e o aumento proporcional

23. Ver sobre este tema, Garrigou (2007).

da população de maior idade ou com a limitação de recursos naturais e os requisitos de um desenvolvimento sustentável. Mas também aquelas que se referem à conformação de novos estratos socioeconômicos, com a decomposição e o virtual desaparecimento das classes médias tal como as conhecemos, ou às transformações das formas de convivência expressas na segregação das cidades, a massificação de novas tecnologias de comunicação, a diversificação das formas de organização familiar, a perda de referências coletivas nos comportamentos e o individualismo que leva a processos de dessolidarização e ao predomínio de uma visão da sociedade e do país mais como um aglomerado de indivíduos ou grupos do que como uma comunidade política (Garretón, 2000).

Aqui é onde se apresenta o tema básico do projeto, com o qual voltamos a temas analisados no capítulo IV. Uma maneira de pensar um projeto é averiguar como satisfazer os diferentes grupos, como prover as necessidades e interesses de indivíduos e grupos sociais ou os pisos mínimos para todos. E para isso são feitas as pesquisas. Outra maneira é definir alguns âmbitos, com o objetivo de estabelecer as metas aspiradas. Mas isso implica a definição de uma problemática central que evite converter um projeto em uma lista indefinida de políticas e medidas públicas, fórmula equivalente a converter uma sociedade ou país em uma somatória ou um aglomerado de indivíduos. E esta problemática ou questão central, tanto no Chile quanto na América Latina, como reiteramos, é, sob diferentes modalidades, a reconstrução da polis, de uma

comunidade socioeconômica, cultural e política que, no nosso caso, implica uma nova institucionalidade e uma nova Constituição.⁶

O problema crucial do futuro democrático é a reconstrução de um sistema político com um Estado dirigente que substitua tanto os ideologismos do passado quanto as versões neoliberais recentes. Trata-se de voltar para a subordinação da economia à política com fórmulas alternativas às tradicionais, que passem a devolver ao Estado, no nível nacional e dos blocos supranacionais, um papel dirigente no desenvolvimento, estabelecer marcos normativos regulatórios sobre as forças do mercado, e assegurar o controle cidadão sobre tais marcos e forças. Trata-se também, em outras palavras, de introduzir os princípios éticos da democracia no funcionamento dos mercados, reconhecendo sua relativa autonomia funcional.

A superação do modelo neoliberal implica também, no nível econômico, a definição de um novo modelo produtivo compatível, ao mesmo tempo, com a sustentabilidade do meio ambiente, a geração de trabalho de qualidade, a integração social e a inserção na comunidade latino-americana; e de um modelo distributivo que assegure a mobilidade social e a redistribuição, assim como a desconcentração da riqueza e controle e regulação dos poderes financeiros²⁴.

Neste sentido, como dissemos, o ponto-chave que faria a diferença entre a correção e a superação do modelo

24. Ver sobre o modelo socioeconômico, Sunkel e Infante editores (2009).

seria a redistribuição da riqueza, que entregaria ao Estado os recursos e a capacidade de direção do desenvolvimento. Nessa direção, cabe pensar em uma nova estrutura tributária e corresponde dotar o Estado chileno de uma maior participação na economia e na sociedade, no controle de serviços básicos para a cidadania como, por exemplo, uma saúde pública de qualidade; uma educação pública e laica hegemônica com um espaço limitado para a educação privada; um transporte público e estatal e um sistema de proteção social estatal que compita com vantagens sobre a alternativa privada. Aqui é preciso expor a questão daqueles setores que foram privatizados na onda autoritária neoliberal (educação, saúde, previdência e outros serviços públicos). A questão básica nesta matéria é devolver ao público seu caráter hegemônico e majoritário de cada um deles, dando à provisão privada de serviços um caráter subsidiário e, sobretudo, que evite seu caráter de poder fático. É preciso lembrar que nestes âmbitos a percepção do abuso e da falta de responsabilização se tornam intoleráveis para os cidadãos. É fundamental a intervenção da sociedade, através do Estado e através de estruturas de participação social, na fiscalização dos serviços públicos, de comunicação e outros. Em alguns países a fórmula é ter um ente estatal em cada campo. Por exemplo, a ideia da AFP estatal no caso da previdência, mas também no campo da comunicação, assim como nas mídias em que cabe gerar condições de pluralismo e o reforço da televisão pública – que de fato deixou de ser pública – ou da eletricidade e energia e em uma quantidade de outras instâncias que são serviços públi-

cos, mas estão em mãos privadas. Se não for assim, a ideia dos direitos garantidos transforma-se em uma ilusão, porque a maior parte das atividades para satisfazer esses direitos está em mãos privadas. Isso tudo requer uma reestatização? Provavelmente, e não parece ser um problema desde que se assegure o controle cidadão. Isso é retroceder? Não, é avançar, porque retrocesso foi o mercado e a privatização. Mas, como dissemos, isso implica fortalecer, ao mesmo tempo, os controles e a participação dos atores sociais e os cidadãos.

O que nos leva a pensar: qual é a estrutura de participação que se quer para controlar o Estado e a classe política, cujo complemento é a reforma do sistema de representação e de partidos? Se queremos que a classe política seja realmente representativa, não basta a crítica. É preciso fazer algum tipo de reforma política que inclua, em primeiro lugar, mudanças no sistema eleitoral; redesenho dos distritos; introdução de um sistema de paridade de gênero e de cotas em outras dimensões; provisão de financiamento básico para que os partidos desenvolvam tarefas de pesquisa e formação cívica e tecnificação do trabalho legislativo, além de desenvolver uma estrutura de participação e accountability²⁵.

No plano de fortalecimento da comunidade nacional, há pelo menos duas questões centrais. Primeiro, trata-se de transformar as regiões em reais espaços de democracia com governos eleitos e projetos de desenvolvimento próprios. A atual regionalização não foi pensada com base em núcleos produtivos ou culturais que visem o fortaleci-

25. Desenvolvemos extensamente as questões da reforma política em Garretón (2007).

mento dos tecidos sociais locais, mas sim de uma maneira estritamente administrativa. Isso levou a uma relação de centralização que precarizou e, em certa medida, abandonou o desenvolvimento do resto das regiões. Segundo, o desenvolvimento da diversidade desta comunidade com o reconhecimento constitucional dos povos originários e de um Estado plurinacional.

Por último, destaquemos a necessidade de discutir o que se quer quanto à inserção na América Latina e sua integração. Aqui, a meta deveria ser a criação de uma estrutura política que coordenasse, ao menos, as fórmulas de integração econômica, isto é, preservando as identidades nacional-estatais. Trata-se da construção de uma comunidade política supranacional no mundo globalizado.

Nada disso é possível, como dissemos, no atual marco institucional herdado da ditadura, subordinado a uma Constituição imposta em um plebiscito fraudulento e com correções significativas, mas que não geraram uma ordem plenamente democrática. Em nossa opinião, este é o aspecto prioritário: gerar um processo constituinte democrático como fizeram todos os países que saíram das ditaduras. Este é, sem dúvida, o principal déficit da chamada transição chilena, principal responsável pela não superação do modelo socioeconômico herdado.

Em resumo, trata-se de resgatar a ideia de um projeto nacional como convocatória e não apenas como uma representação de demandas de diversos setores. Tal projeto deve se encarregar tanto das tarefas pendentes quanto do novo horizonte e de uma nova proposta de sociedade, dan-

do conta tanto das transformações ocorridas quanto do tipo de país a construir. Mas isto, por sua vez, apresenta a questão do sujeito político social que encarne e realize as tarefas pendentes e o novo projeto²⁶.

Tal sujeito já não pode ser somente a Concertação, que foi o sujeito da democratização da política chilena, porque seu próprio projeto ficou incompleto. Ou seja, ela não pode enfrentar sozinha as novas tarefas, porque existe hoje uma oferta política diversificada em novos setores de esquerda. Há, então, a necessidade de reconstruir partidos, referências e blocos no campo do centro e da esquerda, isto é, no campo do progressismo.

Mas isso não basta, porque ocorreu uma mudança substancial na política chilena. Com efeito, na história do Chile, pelo menos desde os anos vinte do século passado, todos os grandes projetos sociais, a industrialização, as reformas estruturais dos anos sessenta, a via ao socialismo, a luta contra a ditadura e a democratização política, tiveram como atores ou sujeitos principais os partidos políticos e suas coalizões, fosse a Frente Popular, a Democracia Cristã, a Unidade Popular, as diversas coalizões e frentes contra a ditadura ou a Concertação. Tais partidos e alianças, como propusemos permanentemente, expressavam também o movimento social naquilo que chamamos de imbricação entre o político e o social (Garretón, 1987). Ou seja, não havia no campo de centro-esquerda nem partidos sem movimentos sociais nem estes

26. Sobre a questão do sujeito são interessantes as contribuições de Ernesto Laclau. Um pequeno resumo em Laclau (2010). Diferentemente de sua posição, que vê uma tensão entre instituições e populismo na constituição do sujeito, pensamos que há três dimensões envolvidas não redutíveis umas nas outras: instituições, povo e política.

sem aqueles. O sujeito partidário era sujeito político e social ao mesmo tempo. E era no interior dos partidos ou suas coalizões que se dava a questão da autonomia dos atores sociais.

Em nossa opinião, as mobilizações dos estudantes secundaristas de 2006, e as dos mapuches, movimentos de orientação sexual, regionais, do meio ambiente e outras, que tiveram sua máxima expressão nas mobilizações de estudantes universitários em 2011; a ausência de participação eleitoral de um terço do eleitorado; as taxas muito baixas de credibilidade dos partidos; o enfraquecimento das lealdades eleitorais; a desarticulação dos atores clássicos e a aparição de novos atores, entre outros fenômenos, refletem esta mudança substancial que mencionamos: produziu-se uma ruptura na relação de imbricação entre atores sociais e políticos. E isto significa que um novo sujeito político-social já não poderá ser somente partidário nem poderá prescindir dos partidos. A Concertação não só não dá conta de todo o espectro político partidário progressista como todo este também não dá conta do conjunto de novos atores sociais. Talvez pela primeira vez na história contemporânea do Chile, todo projeto passa por um processo de reconstrução das relações entre a política e a sociedade, isto é, pela construção de um novo sujeito político-social que não são nem os partidos nem os atores sociais, cada um deles em separado, mas sim o conjunto de ambos em uma complexa relação de autonomia e coordenação.

O futuro das tarefas que os governos da Concertação deixaram pendentes e de um novo projeto progressista para o Chile depende disso.

O livro *Chile* foi impresso na gráfica Forma Certa para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em pólen soft 80g.

A América Latina vive o que se poderia chamar de um “ciclo progressista”. Iniciado com a vitória da candidatura de Hugo Chávez nas eleições de 1998 na Venezuela, esse ciclo tomou impulso com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, em 2002. Quinze anos depois, podemos dizer que avançamos muito.

